



Fundação
Joaquim Nabuco
Editora Massangana

Volume 49
Número 1
2025

CIÊNCIA TRÓPICO

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

Camilo Santana

Ministro da Educação

Márcia Angela da Silva Aguiar

Presidenta da Fundação Joaquim Nabuco

Túlio Augusto Velho Barreto de Araújo

Diretor de Memória, Educação, Cultura e Arte

Cristiano Borba

Coordenador da Editora Massangana

Alexandrina Sobreira de Moura

Editora da Revista Ciência & Trópico – Diretoria de Pesquisas Sociais

Antonio Laurentino

Chefe do Setor de Editoração – Editora Massangana

Geneseli Dias de Oliveira Albuquerque

Assistente Editorial da Revista

Ciência & Trópico – Diretoria de Pesquisas Sociais



Volume 49
Número 1
2025

CIÊNCIA TRÓPICO

Conselho Editorial da Revista Ciência & Trópico

Dr. Bernd Reiter,

Universidade do Texas, Estados Unidos da América

Dra. Cecilia Mariz,

Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais (ICS),
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Dr. Denilson Bandeira Coêlho,

Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Dra. Isabel Raposo,

Diretoria de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Brasil

Dr. José Paulo Zeetano Chahad,

Universidade de São Paulo, Brasil

Dr. Marcelo Sampaio de Alencar,

Presidente do Instituto de Estudos Avançados em Comunicações – Iecom, Brasil

Dra. Maria Cecilia MacDowell Santos,

Universidade de São Francisco, Califórnia;
Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal

Dra. Maria da Conceição Lopes,

Universidade de Coimbra, Portugal

Dra. Maria do Carmo de Lima Bezerra,

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasil

Dra. Marie-Jeanne dite Marion Aubrée,

Centro de Estudos Interdisciplinares de Fatos Religiosos;
Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais, França

Dra. Patricia Nabuco Martuscelli,

Departamento de Relações internacionais, Universidade de Sheffield, Inglaterra

Dra. Silvina Cecilia Carrizo,

Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Técnica (CONICET);
Conselho Europeu de Pesquisas Sociais da América Latina (CESAL);
Universidade Nacional do Centro de Buenos Aires (UNICEN – UNNOBA), Argentina

Dr. Tiago Cavalcanti, Faculdade de Economia,

Universidade de Cambridge, Inglaterra

Me. Regina Scharf, Jornalista,

Portland-Oregon, Estados Unidos da América

© 2025, Fundação Joaquim Nabuco

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução por meios eletrônicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, sem permissão por escrito da Fundação Joaquim Nabuco.

E-mail: pesquisa@fundaj.gov.br

<http://www.fundaj.gov.br>

Pede-se permuta
On demande l' échange
We ask for exchange
Pidese permuta
Si richiede lo scambio
Man bittet um Austausch
Intershangho dezirata

Revisão linguística e tradução: Solange Carlos de Carvalho e Marcelo Jorge Fragoso de Abreu

Diagramação: Setor de Editoração | Antonio Laurentino

Projeto da capa: Antonio Laurentino | Editora Massangana

Ilustração da capa: trabalho gráfico digital sobre composição artística *Louvor à natureza* (1971, em serigrafia), de autoria da artista plástica Tarsila do Amaral – Acervo da Fundação Joaquim Nabuco – MEC

Ciência & Trópico/ Fundação Joaquim Nabuco. - Vol. 1, no.1.(1973) – Recife:

Editora Massangana, 1973 –

v.: il.

Semestral.

Textos em português, inglês, francês e espanhol.

Continuação de: Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (jan. 1952 - out. 1972).

A partir de 1980 o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais passou a ser denominado de Fundação Joaquim Nabuco.

A partir de 2012 a revista passou a contar com uma versão on-line.

ISSN 0304-2685/ ISSN Eletrônico 2526-9372.

1. Ciências Sociais. 2. Ciências Humanas 3. Interdisciplinaridade.

I. Boletim do Instituto Joaquim Nabuco. II. Periódicos FUNDAJ.

CDU 3:061.6(05)

Sumário

Alexandrina Sobreira de Moura	9-14	Nota Editorial
Heitor Matallo Junior	15-28	Epistemologia da ignorância: tipologia e possíveis contribuições para a Filosofia da Ciência
Francisco Atualpa Ribeiro Filho	29-44	Tabu, Interdito e Transgressão: um estudo sobre expressões freudianas n'O <i>erotismo</i> de Georges Bataille
Antonio Borja de A. Junior Melina M. Alves de Melo Paiva Arlindo Souza Neto	45-56	Consumo, espetáculo e alienação: um diálogo crítico entre Bauman, Debord e Mauss na sociedade contemporânea
Fabiana Rodrigues Dias	57-72	O mito do <i>Self-Made Man</i> no Neoliberalismo: Ideologia, Precarização e Subjetividade
Evandro José dos Santos Neto Cátia de Jesus Lima	73-88	Vozes no silêncio: como promover o letramento literário a partir da prosa poética do escritor angolano Ondjaki
Thiago Magalhães Borges	89-106	China além do “made in china”: o papel do Estado, contradições e desafios na era pós-reformas
Shaukatullah Abid	107-122	An empirical analysis of barriers to the educational sector and their impact on economic growth of Afghanistan (2001-2021)
Matheus Gonzaga Teles Ana Paula Trovatti Uetanabaro Lúcia Regina Rangel Thiago Cavalcante de Souza	123-150	O dendê de Valença da Bahia: características e implicações para a indicação geográfica
Thiago Barbosa Soares	151-164	Segurança Pública: uma análise arqueogenealógica do anúncio de concurso publicado no <i>Jornal Opção Tocantins</i>
Henrique Ribeiro Tavares Mitsuko A. Makino Antunes	165-182	Interacciones entre religiosidad y enseñanza en profesores de una escuela adventista
Andresa Lydia da S. F. Lins Luis Henrique R. de Campos Maria Nainam S. A. dos Santos	183-200	Extensão universitária: contribuições da Universidade Federal Rural de Pernambuco

Luciana Cavalcanti Mendes

201-230

A cidade do Recife nas visualidades
da modernização da paisagem urbana

Ciência & Trópico	Recife	v. 49	n. 1	p. 1-230	jan - jun	2025
-------------------	--------	-------	------	----------	-----------	------

ISSN 0304-2685

ISSN eletrônico 2526-9372

Nota editorial

Da Revista Ciência & Trópico

Ao consolidar o objetivo de internacionalização proposto a partir de 2008 pela Revista *Ciência & Trópico*, pela primeira vez participamos do V Congresso Latino-americano de Editores de Revistas Científicas e de Investigadores, realizado em Cartagena de Indias, Colômbia, de 22 a 23 de maio de 2025. O evento abordou temáticas acerca da Ciência Aberta, democratização dos saberes científicos e dos desafios diante da rápida inserção no âmbito da inteligência artificial, sendo relevante para o estabelecimento de novas parcerias com as redes latino-americanas de Revistas Científicas. Com o tema “Revista Ciência & Trópico: Das Ciências Sociais à Interdisciplinaridade” nossa apresentação retratou a transição do foco temático da Revista ao longo dos anos e seu caráter multidisciplinar ao promover o debate e circulação de conhecimentos em diversas áreas, como Ciências Sociais, Economia, Meio Ambiente, Políticas Públicas, Saúde Pública, Filosofia, Literatura, Artes, Educação e Estudos Comparados.

A *Ciência e Trópico* foi criada por Projeto da Câmara dos Deputados Federais, em 1961, que estabeleceu um periódico científico no âmbito da atual Fundação Joaquim Nabuco, pertencente ao Ministério da Educação. Sucedeu, em 1972, ao Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, que apresentava artigos restritos ao âmbito nacional. Desde 2007, a Revista tem ampliado os horizontes temáticos e promovido debates por meio de colaborações com universidades e instituições internacionais, como a Universidade de Salamanca, Aliança Francesa, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso), Centre d’Etudes Spatiales de la Biosphère (Cesbio) e a Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (Flacso). Destaca-se também a colaboração com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) vinculada ao Ministério da Saúde e com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Nesse sentido, foi ampliado o corpo de pareceristas nos níveis nacional e internacional.

Seguindo as mudanças tecnológicas que surgiam, foram implementados novos mecanismos para submissão, comunicação e editoração da Revista publicada semestralmente. Os artigos passam pela avaliação por pares (*blind review*) e tem ampliado seus indexadores a exemplo de Diadorim, DOAJ, Capes Periódicos e Latindex. A partir de 2012, o conteúdo foi digitalizado e indexado no Portal da Fundação Joaquim Nabuco, promovendo o acesso das produções.

A *Ciência & Trópico* é uma revista de acesso aberto, gratuito e cuja disponibilidade é imediata. Nosso objetivo é implementar a cultura da Ciência Aberta para

a comunidade acadêmica, garantindo a transparência e a colaboração por meio de transformações na comunidade científica. Nesse processo de divulgação científica, o público brasileiro aparece como principal interessado, seguido do argentino. Ressalta-se o crescente interesse por parte de autores vinculados a universidades e instituições de pesquisa do interior do Brasil.

A Revista apresenta um legado interdisciplinar consolidado com impacto para além do cenário nacional, ampliando o espaço destinado à reflexão sobre o pensamento social no Brasil e em outros países, com o objetivo de democratização dos saberes e de diversificação de ideias. Ao longo de décadas, a *Ciência & Trópico* vem contribuindo de modo significativo para transformar conceitos e métodos, reinterpretando a realidade de forma criativa, a partir de uma visão prospectiva que consegue ir além da memória e da acumulação do passado. Assumiu o compromisso que considera o pensamento sobre as dimensões sociais, buscando o prospectivo como um alicerce da intelectualidade brasileira. Tudo isso aliado à pluralidade, permitiu à Revista o sentido de cultura, tendo como base o saber, para a integração dos traços criativos de uma civilização.

Sobre esta edição

Nesta edição que caminhou pelas veredas da Filosofia, Literatura, Políticas Públicas e Educação, contamos com artigos das regiões Sul e Sudeste do país, por meio de trabalhos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Centro Universitário Adventista de São Paulo (Unasp) e Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Do Nordeste, contamos com trabalhos da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Do Norte, ressalta-se a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e em nível nacional, a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) do Ministério da Educação e a Academia do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (ACAD/INPI) do Ministério da Economia, responsável pelo aperfeiçoamento, disseminação e gestão do sistema brasileiro de concessão e garantia de direitos de propriedade intelectual para a indústria. No cenário internacional, destaca-se um artigo da Economic Institute of Afghanistan Sciences Academy.

Dos artigos

A Revista tem início com a reflexão acerca da análise da ignorância a partir de sua tipologia, destacando-a como ferramenta de sobrevivência utilizada por grupos e indivíduos. O artigo é de Heitor Matallo, da PUC-SP e intitulado “Epistemologia da ignorância: Tipologia e possíveis contribuições para a Filosofia da Ciência”. O trabalho faz um paralelo com os estudos de Charles Mills sobre o contrato racial que é

mobilizado para discutir o racismo estrutural presente na sociedade ocidental desde o Iluminismo.

No artigo “Tabu, interdito e transgressão: um estudo sobre expressões freudianas n’O erotismo de Georges Bataille”, Francisco Ribeiro da UFPI analisa as teorias de Sigmund Freud e Georges Bataille para propor uma visão educacional transgressiva. A articulação entre esses autores apresenta uma abordagem pedagógica que valoriza a transgressão como catalisadora de mudanças, posicionando o ambiente escolar como espaço de questionamento de preconceitos e estruturas normativas. Assim como no artigo anterior, há uma ênfase na necessidade de romper padrões consolidados para promover transformações sociais.

Em “Consumo, espetáculo e alienação: um diálogo crítico entre Bauman, Debord e Mauss na sociedade contemporânea”, Antonio Borja (UERN), Melina Alves (UERN) e Arlindo Neto (UFPE) abordam as relações entre consumo, espetáculo e alienação, utilizando as teorias de Bauman, Debord e Mauss. Os autores destacam como a aceleração tecnológica e a financeirização da vida impactam as relações humanas, sugerindo a reciprocidade como possível caminho para superar esses desafios. Essa análise dialoga com as discussões anteriores ao evidenciar como as dinâmicas sociais e econômicas podem reforçar ou questionar desigualdades e alienações.

“O mito do *self-made man* no neoliberalismo: ideologia, precarização e subjetividade”, de Fabiana Rodrigues (USP) analisa o mito do *self-made man* e sua resignificação no contexto neoliberal, especialmente na figura do “empreendedor de si mesmo”. Evidencia como o mérito individual é utilizado para mascarar e legitimar desigualdades estruturais, ressaltando a importância de desconstruir esse mito para promover justiça social. Esse enfoque remete aos demais textos ao questionar narrativas que naturalizam ou perpetuam exclusões.

No campo da literatura, Evandro dos Santos (USP e Unespar) e Cátia Lima (UFSCar) propõem, em “Vozes no silêncio: como promover o letramento literário a partir da prosa poética do escritor angolano Ondjaki”, uma abordagem de letramento literário que traz a literatura para dentro da escola, baseada na prosa poética do angolano Ondjaki, alinhando-se às metodologias de Rildo Cosson. O texto sugere a educação como espaço de resignificação e abertura para novas perspectivas.

Thiago Magalhães (UFPR) discute as transformações sociais e econômicas na China pós-reformas de 1978, enfatizando o papel do Estado na gestão das contradições sociais no artigo intitulado “China Além do *Made In China*”: o papel do Estado, contradições e desafios na era pós-reformas”. Na mesma linha de análise de contextos macroestruturais e internacionais, o artigo de Shaukatullah Abid (Economic Institute of Afghanistan Sciences Academy), *An empirical analysis of barriers to the educational sector and their impact on economic growth of Afghanistan (2001-2021)*, analisa as políticas educacionais do Afeganistão entre 2001 e 2021, destacando os desafios enfrentados e os reflexos dessas barreiras no desenvolvimento econômico e social do país. Ambos os textos examinam como políticas e estruturas institucionais influenciam dinâmicas sociais.

Ainda no campo do desenvolvimento, em uma cidade da Bahia, a pesquisa “O Dendê de Valença da Bahia: características e implicações para a Indicação Geográfica”,

realizada por Matheus Teles (ACAD/INPI), Ana Paula Trovatti (Unicamp), Lúcia Rangel (UFRJ) e Thiago Cavalcante (UFU), analisa aspectos históricos, biológicos, socioculturais e econômicos para identificar o conceito de Indicação Geográfica (IG), visando a melhoria das condições de vida da região.

Por sua vez, em “Segurança Pública: uma análise arqueogenealógica do anúncio de concurso publicado no Jornal Opção Tocantins”, de Thiago Soares (UFT e UFSCar), são examinadas como as relações de poder no discurso midiático reforçam a importância de compreender contextos locais e suas especificidades para pensar políticas e práticas transformadoras. Ambos os artigos trazem à tona a importância do aprofundamento teórico e prático sobre os territórios na construção de políticas públicas a partir das diversas realidades.

No último bloco da atual edição, o artigo *Interacciones entre religiosidad y enseñanza en profesores de una escuela adventista*, Henrique Ribeiro (PUC-SP e Unasp) e Mitsuko Makino (PUC-SP) analisam as contradições entre as esferas religiosa e docente, mostrando como diferentes dimensões da vida influenciam práticas educativas a partir de pesquisa sobre uma escola adventista na Região Metropolitana de São Paulo. Noutro quadrante, a articulação de diferentes esferas sociais é apresentada no estudo de Andresa Lins (UFRPE), Luis Henrique Romani (Fundaj e INPI) e Maria Nainam (UFRPE), intitulado “Extensão universitária: Contribuições da Universidade Federal Rural de Pernambuco”, que destaca o papel de iniciativas de extensão acadêmica como agentes de transformação social e os desafios de articulação local. Os autores ressaltam como o conceito de extensão universitária variou ao longo do tempo e como é compreendido na atualidade, apresentando o contexto da UFRPE. Destaca-se a metodologia das informações coletadas para a pesquisa, com a sistematização dos projetos pela natureza de cada um deles e a presença nos diferentes *campi* da instituição.

Por fim, a edição chega a Recife com o ensaio “A Cidade do Recife nas visualidades da modernização da paisagem urbana”, de autoria de Luciana Mendes (Unesp) que faz uma incursão na cidade do Recife por meio de imagens e palavras na divulgação da cidade entre o século XIX e o movimento Manguebeat, evidenciando como representações culturais contribuem para a construção de identidades e suas narrativas sociais. Além de focalizar a cidade do Recife, Lucia Mendes convida o leitor a mergulhar em outras visões sobre a cidade, especialmente por meio dos trabalhos de Gilberto Freyre, Cícero Dias, Mário Sette, Virgínia Pontual e outras referências sobre a paisagem urbana da capital pernambucana.

Em síntese, a Revista *Ciência & Trópico* constitui um espaço plural e democrático para divulgar artigos que analisam, sob diferentes perspectivas, como estruturas sociais, culturais, econômicas e políticas moldam práticas, discursos e identidades. Há uma preocupação comum em problematizar mecanismos de exclusão, desigualdade e alienação, bem como em apontar caminhos para a transformação social, seja pela educação, análise de políticas públicas ou por representações culturais.

A cada nova edição, o papel do editor científico é o de atuar como articulador e mediador do conhecimento ao garantir o acesso equitativo à Ciência, fomentar a diversidade linguística, territorial e de gênero e construir pontes entre as comunidades por meio de uma diplomacia científica que fomenta a transparência e a responsabilidade

social no contexto da Ciência Aberta. O editor científico, portanto, não mais se limita a ser o responsável por garantir a qualidade, selecionar, coordenar e publicar manuscritos revisados por pares. Atualmente, na América Latina, os editores passaram a desempenhar o papel de gestor estratégico do conhecimento, essencial para garantir a circulação, visibilidade e impacto dos conteúdos científicos.

Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura¹

Editora-chefe
Revista C&Trópico

¹ Pesquisadora titular da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9643-7180> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9380909546628470>

Epistemologia da ignorância: tipologia e possíveis contribuições para a Filosofia da Ciência

Epistemology of ignorance: typology and possible contributions to the Philosophy of Science

Epistemología de la ignorancia: tipología y posibles contribuciones a la Filosofía de la Ciencia

Heitor Matallo Junior¹

Resumo

Junior, H. M. Epistemologia da ignorância: Tipologia e possíveis contribuições para a Filosofia da Ciência. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 15-28, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2537

Conhecimento é entendido como o oposto de ignorância. O mundo ocidental, desde os seus primórdios, luta por obter conhecimento e vencer a ignorância. Isso levou à ideia de que a ignorância não é um objeto do conhecimento e a epistemologia (bem como a Filosofia da Ciência) não devotou uma linha sequer a esse tema até meados dos anos 1980. O conhecimento tem sido sinônimo de razão, o que também se opõe à ignorância como um fato epistêmico. Neste artigo vamos discutir o tema da ignorância e de como ela pode se transformar numa epistemologia. Vamos mostrar brevemente a tipologia da ignorância e seus aspectos negativos, como a ausência de conhecimento, falsas perspectivas ativamente sustentadas, a chamada ignorância pluralística e aquela entendida como uma prática epistêmica substantiva. Vamos mostrar também que a ignorância pode ter um aspecto positivo: esta é a ignorância estratégica, que pode ser utilizada por indivíduos ou grupos vitimizados como uma estratégia de sobrevivência. Discutimos também o trabalho de Charles Mills sobre o *contrato racial* e de como a ignorância branca impregna de racismo a sociedade ocidental desde o Iluminismo. As diferenças entre ignorância e estupidez são mencionadas, bem como a importância de sua superação para a política e a convivência democrática.

Palavras-chave: Conhecimento; Ignorância; Epistemologia da ignorância; Estupidez.

Abstract

Junior, H. M. Epistemology of ignorance: typology and possible contributions to the Philosophy of Science. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 15-28, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2537

Knowledge is understood as the opposite of ignorance. The Western world, since its beginnings, has struggled to acquire knowledge and overcome ignorance. This led to

1 Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: matalloheitor48@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-1337-746X>

the idea that ignorance is not an object of knowledge, and epistemology (as well as the Philosophy of Science) did not devote any attention to this topic until the mid-1980s. Knowledge has been synonymous with reason, which also opposes ignorance as an epistemic fact. In this article, we will discuss the theme of ignorance and how it can transform into an epistemology. We will briefly present the typology of ignorance and its negative aspects, such as the absence of knowledge, actively sustained false perspectives, so-called pluralistic ignorance, and ignorance understood as a substantive epistemic practice. We will also show that ignorance can have a positive aspect: this is strategic ignorance, which can be used by individuals or victimized groups as a survival strategy. We will also discuss Charles Mills' work on the racial contract and how white ignorance has infused Western society with racism since the Enlightenment. The differences between ignorance and stupidity are mentioned, as well as the importance of overcoming them for politics and democratic coexistence.

Keywords: Knowledge; Ignorance; Epistemology of ignorance. Stupidity.

Resumen

Junior, H. M. Epistemología de la ignorancia: tipología y posibles contribuciones a la Filosofía de la Ciencia. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 15-28, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2537

El conocimiento se entiende como lo opuesto a la ignorancia. El mundo occidental, desde sus inicios, ha luchado por obtener conocimiento y vencer la ignorancia. Esto llevó a la idea de que la ignorancia no es un objeto del conocimiento y la epistemología (así como la Filosofía de la Ciencia) no dedicó ni una línea a este tema hasta mediados de los años 1980. El conocimiento ha sido sinónimo de razón, lo que también se opone a la ignorancia como un hecho epistemológico. En este artículo, vamos a discutir el tema de la ignorancia y cómo puede transformarse en una epistemología. Presentaremos brevemente la tipología de la ignorancia y sus aspectos negativos, como la ausencia de conocimiento, perspectivas falsas activamente sostenidas, la llamada ignorancia pluralística y aquella entendida como una práctica epistemológica sustantiva. También mostraremos que la ignorancia puede tener un aspecto positivo: esta es la ignorancia estratégica, que puede ser utilizada por individuos o grupos victimizados como una estrategia de supervivencia. También discutimos el trabajo de Charles Mills sobre el Contrato Racial y cómo la ignorancia blanca impregna de racismo a la sociedad occidental desde la Ilustración. Se mencionan las diferencias entre ignorancia y estupidez, así como la importancia de superar ambas para la política y la convivencia democrática.

Palabras clave: Conocimiento; Ignorancia; Epistemología de la ignorancia; Estupidez.

Data de submissão: 11/03/2025

Data de aceite: 11/04/2025

1. Introdução

Há vários estudos sobre o comportamento dos indivíduos quando em situação de ignorância, alegada ou real. Em geral esses estudos estão no âmbito da economia e do direito. Alegar ignorância sobre fatos controversos pode evitar a prisão, por exemplo, ou ser um mecanismo para se livrar da punição. Ignorar mecanismos de mercado pode levar um indivíduo à ruína. Em outras situações, o custo para obter conhecimento é maior do que os benefícios que ele trará. Nesse caso, um indivíduo escolher se manter na ignorância parece racional². Mas estes usos não serão considerados neste momento. Vamos focalizar a discussão nos aspectos filosóficos da ignorância, em particular na epistemologia como está sugerido no título.

O conhecimento e a ciência têm sido considerados como os principais ativos da sociedade ocidental há séculos, remontando à filosofia da natureza desenvolvida durante a era clássica da Grécia, no século VI a.C. É abundante a literatura que coloca a sociedade ocidental como fundada na ciência, cujo início mais conhecido encontra-se na filosofia natural iniciada pelos primeiros filósofos, os pré-socráticos, aprimorada pela obra de luminares como Platão e Aristóteles, preservada e desenvolvida pelos islâmicos durante a idade de ouro do islã e, finalmente, redescoberta e novamente desenvolvida a partir da Renascença, culminando na revolução científica dos séculos XV a XVIII. Homens de ciência como Copérnico, Galileu, Kepler e Newton são considerados os pais da ciência moderna, os responsáveis pela revolução científica produzida nos séculos XVI a XVIII e não há como pensar na ciência e na tecnologia contemporâneas sem a contribuição desses cientistas, assim como não há como pensar em uma cultura ocidental sem a contribuição da filosofia grega clássica. Não há dúvidas nos dias de hoje que os egípcios, caldeus e outros povos da Mesopotâmia desenvolveram sofisticados sistemas de conhecimento sobre astronomia, matemática, medicina e engenharia. No entanto, para a ciência ocidental, os gregos são aqueles que, acredita-se, forneceram o conhecimento sobre o qual se ergueu a civilização ocidental. De fato, a ciência ocidental surgiu e se popularizou como prática em toda a Europa a partir da filosofia legada pelos gregos e, segundo Bruno Snell³, isso só foi possível graças ao idioma grego⁴.

Neste desenvolvimento da cultura ocidental, o protagonista foi a “razão”, essa faculdade que permitiu a criação da matemática, da lógica e do método científico, bem como a criação das mais importantes teorias explicativas do universo e da natureza. A racionalidade sobreviveu à chamada “idade das trevas” para renascer no Iluminismo com toda a sua força. A razão iluminista não só era o farol do mundo, mas uma libertação das amarras da sociedade anterior e uma possibilidade de alcançar a felicidade. O Iluminismo associou a razão com a libertação. Como certa vez afirmou Kant:

2 Williams, D. “Motivated ignorance, rationality, and democratic politics”, *Synthese*, 198:7807–7827, 2021. <https://doi.org/10.1007/s11229-020-02549-8>.

3 Snell, B. *The discovery of the mind: The Greek origins of European thought*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1953.

4 Matallo Junior, H. “Relativistic language and the natural philosophy Big-Bang”. *Zenodo*, 2023. <https://doi.org/10.5281/zenodo.8086555>.

O iluminismo é a saída da humanidade da sua imaturidade. Imaturidade é a incapacidade de fazer uso do próprio entendimento sem a orientação de outro. Esta incapacidade é autoprovocada se a sua causa não residir na falta de compreensão, mas sim na falta de resolução e de coragem para usá-la sem a orientação de outra pessoa. Sapere aude!⁵. “Tenha a coragem de usar seu próprio entendimento!” é, portanto, o lema do iluminismo⁵.

A ignorância, um antagonista do saber, seria um fardo que muitos deveriam carregar e a causa de muitos dos males enfrentados pelas sociedades. Eliminar a ignorância é, portanto, um dever da ciência e da filosofia, dos homens de bem e dos governos. Nessa visão, a ignorância é uma negatividade, algo a ser eliminado com os instrumentos criados pela razão e não um objeto de conhecimento.

O ramo especial da filosofia que se dedica a estudar a natureza, origem e limites do conhecimento humano é a epistemologia. Ela investiga questões fundamentais relacionadas ao conhecimento, tais como o que é conhecimento, qual sua relação com a verdade (o que é a verdade?), quais são seus limites e como ele pode ser justificado, ou seja, como podemos fornecer razões ou argumentos para acreditar em nossas teorias sobre o mundo exterior. Enfim, a epistemologia trata do conhecimento, daquilo que sabemos. Mapear o conhecimento é, portanto, o mais elevado objetivo da razão. Mas o que dizer sobre aquilo que não sabemos? Que valor tem a ignorância para a ciência e o conhecimento? Stuart Firestein⁶ mostrou com detalhes o valor positivo da ignorância para a ciência. Ele mostrou como a consciência da ignorância leva os cientistas à formulação de problemas e às descobertas. Dessa forma, conhecer a ignorância seria também um mecanismo de produzir conhecimento.

A partir de meados da década de 1980, uma série de estudos sobre a ignorância começou a ser produzidos e deram origem à “epistemologia da ignorância”⁷. Essa expressão parece encerrar uma contradição, já que a epistemologia, por definição, concentra seus esforços em desvendar aquilo que sabemos, bem como as teorias que explicam este saber, enquanto a ignorância é o seu contrário. É uma ausência de saber.

Em um dos primeiros estudos sobre a epistemologia da ignorância, encontramos uma descrição sobre esta disciplina como sendo “um exame do complexo fenômeno da ignorância, que tem como objetivo identificar diferentes formas de ignorância, examinando como elas são produzidas e sustentadas, e que papel elas desempenham nas práticas de conhecimento”⁸. Para os autores da citação acima, há algo de “racional” na ignorância, já que ela pode ser produzida e, portanto, ela deriva de algum tipo de “ação mental”. É claro que a ignorância pode ser vista como uma lacuna no conhecimento,

5 Kant, I. (1784). “An answer to the question: What is Enlightenment?” In: Schmidt, J. Editor. *What Is Enlightenment? Eighteenth-century answers and twentieth-century questions*. University of California Press, 1996.

6 Firestein, S. *Ignorance: How it drives science*. Oxford University Press, 2012.

7 Fields, L. “Moral beliefs and blameworthiness”. *Philosophy* 69 (4): 397–415, 1994; Driver, J. “The virtues of Ignorance”. *The Journal of Philosophy* 86 (7): 373–384, 1989.

8 Sullivan, S. & Tuana, N. “Introduction”. In: Sullivan, S. & Tuana, N. (editors). *Race and epistemologies of ignorance*. Albany: State University of New York Press, 2007.

* Expressão que significa “ouse ser sábio”.

como uma falta que poderia ser remediada uma vez identificada. Embora esse tipo de ignorância exista, ele não é o único. Muitas vezes, a ignorância não é uma mera *falta epistêmica*, mas ela é deliberadamente produzida para manter certas situações, em especial aquelas relacionadas à dominação. Outras vezes, ela é parte de uma estratégia de sobrevivência da parte de indivíduos ou populações vitimizadas. Estas últimas fazem parte da chamada *ignorância estratégica*.

Do ponto de vista quantitativo, um dos indicadores que induzem a ignorância individual é a impossibilidade de manejar a quantidade de informação disponível, cujo aumento tem sido exponencial desde o século XVIII. Em um estudo realizado por Lukasiewicz⁹ em 1972, ele menciona que os dois primeiros periódicos estritamente científicos foram criados em 1665. Foram eles o *Philosophical Transactions of the Royal Society* em Londres e o *Journal des Sçavans* em Paris. Conforme mencionado pelo autor,

“exceto nos primeiros 100 anos, o número de revistas científicas tem aumentado a uma taxa exponencial constante desde cerca de 1760, duplicando a cada 15 anos (ou aumentando dez vezes a cada 50 anos), até que mais de 100.000 revistas tenham sido fundadas. O total mundial de artigos científicos foi estimado em 1963 em 6 milhões, duplicando a cada 15 anos”¹⁰.

Os números apresentados por Lukasiewicz representam uma quantidade assombrosa de periódicos e artigos disponíveis que não podem ser conhecidos em sua totalidade por nenhum ser humano. Aliás, este é um ponto importante do artigo de Lukasiewicz. Ele parte do princípio, fundamentado por Bernal¹¹, de que a espécie humana não tem um aparato mental apropriado para lidar com tamanha quantidade de informação. Ademais, o processo evolutivo de nossa espécie não emite nenhum sinal de que o funcionamento mental e, particularmente a memória, esteja ou possa evoluir para superar esta limitação. A conclusão é que a memória e seu uso têm um limite e sua capacidade não evolui para a espécie. Ao mesmo tempo, a quantidade de informação disponível aumenta exponencialmente e duplica a cada 15 anos ou menos como constatado por Lukasiewicz. Por isso se reconhece uma *ignorância epistêmica*. A mesma espécie (*Homo Sapiens*) que cria uma quantidade assombrosa de conhecimento não é capaz de desenvolver seu aparato mental da memória para armazenar todo o conhecimento produzido.

Há um acordo geral de que o campo do que não sabemos é muito maior do que o campo do que sabemos. Essa afirmação não é questionável no nível individual, coletivo ou científico. No entanto, há distintas formas de *não-saber* como sugerimos anteriormente. Há muitas perguntas no âmbito da vida ou da ciência que geram respostas

9 Lukasiewicz, J. “The ignorance explosion: Contribution to the study of confrontation of man with the complexity of science-based society and environment”. *Transactions of the New York Academy of Sciences*, 34(5 Series II), 373–391, 1972. Doi:10.1111/j.2164-0947.1972.tb02693.x.

10 Lukasiewicz, J. Op. Cit., p. 375, 1972.

11 Bernal, J.D. *The world, the flesh and the devil: An inquiry into the future of the three enemies of the rational soul*. London: Cape Editions, 1970.

que, em última instância, são um *não-saber* que disfarçamos de conhecimento, seja ele científico ou espiritual/religioso. Quando a ciência pergunta sobre a origem do universo ou a origem da vida, as teorias ou especulações geradas como resposta são um *não-saber* disfarçado de conhecimento¹². Na verdade, as teorias sobre os temas de origem são quase sempre um *não-saber* disfarçado de conhecimento ou algum tipo de experiência transcendental como no caso religioso. Um cientista diante da pergunta sobre a origem do universo prontamente vai nos mencionar o *Big-bang*, enquanto uma pessoa comum provavelmente nos dirá que é uma obra de Deus. E se perguntarmos para ambos o que havia antes do *Big-bang* ou o que Deus estava fazendo antes de criar a humanidade e o universo, ambos vão provavelmente ter uma mesma resposta: silêncio ou “não sei”. Ambos os temas da ciência e da religião (ou espiritualidade) são resultados do uso da razão e curiosamente não podemos, nesse caso, provar ou refutar nenhuma das especulações mencionadas. Não há nada de mal em fazer tais perguntas, como também não há nada de mal em respondê-las com teorias especulativas. As perguntas sobre a origem do universo ou da vida fazem parte do uso especulativo da razão e são uma condição mesma para a sua existência, bem como a linguagem que as expressa¹³.

No exemplo acima, a ignorância é apresentada como um *não-saber*, uma falta de conhecimento. Mas há nuances neste *não-saber*. Podemos dizer que um primeiro aspecto diz respeito aos indivíduos e outro à natureza do objeto. Ambos dizem respeito a ausência de saber, mas tem conotações distintas. Neste caso, quando se relaciona a ausência de saber com indivíduos, podemos dizer que todos somos ignorantes, no sentido de que não é possível ter conhecimento da totalidade do real. Nosso tempo, energia, habilidades tecnológicas e recursos cognitivos limitados são insuficientes para compreender um universo vasto e complexo que excede em muito as nossas capacidades epistêmicas. Mas podemos, muitas vezes, suprir esta deficiência quando um tema específico for objeto de nosso interesse. Um indivíduo que não sabe o significado de uma palavra recorre ao dicionário. Outro que não sabe como funciona um motor a explosão pode recorrer a um engenheiro ou a um livro sobre o assunto. Existem milhares de palavras que não sabemos o significado e milhões de temas ou objetos que não conhecemos seu funcionamento e que podemos, em princípio, obter conhecimento sobre eles recorrendo ao conhecimento acumulado, ou através de mecanismos existentes como consultas a especialistas ou a bibliotecas. Mas há temas que não podemos conhecer por definição. Como já mencionamos, alguns deles dizem respeito a temas de origem, como é o caso do universo, da vida e da consciência. Há hipóteses e teorias com as quais a ciência trabalha que podem dar uma explicação razoável sobre estes temas, bem como há religiões que também oferecem algum tipo de explicação. Mas são temas sobre os quais não produzimos um conhecimento que possa ser provado ou refutado. Sempre haverá disputas sobre eles, pois entram no campo da metafísica.

12 A teoria do Big-bang como origem do universo, por exemplo, é a mais aceita nos dias de hoje. Porém tem alto conteúdo especulativo, pois o que decorre da aceitação dessa teoria é a pergunta “De onde vieram toda a matéria e energia para possibilitar o Big-bang?”. O mesmo ocorre com as teorias sobre a origem da vida.

13 Estas questões filosóficas são de extrema complexidade na filosofia e não vamos mais do que mencioná-las aqui.

Ao transpor a ignorância epistêmica percebe-se outros tipos de ignorância. Nadja El Kassir, em um artigo publicado em 2018¹⁴, destaca 3 tipos de ignorância. O primeiro deles é a ignorância epistêmica, como mostramos acima. O segundo tipo diz respeito a ignorância como “falsas perspectivas ativamente sustentadas” e o terceiro tipo é a “ignorância como uma prática epistêmica substantiva”. O segundo e terceiro tipos mencionados acima são praticamente idênticos enquanto resultado, muito embora sua operatividade seja distinta. O segundo diz respeito ao engano, à má-fé de agentes, indivíduos que promovem deliberadamente a ignorância devido a interesses específicos. Já o terceiro tipo tem uma natureza estrutural e é promovido dentro de contextos políticos e econômicos. Ele também resulta do engano, mas tem uma natureza mais impessoal.

Há também um tipo de ignorância que é chamada de “pluralística” e se refere ao conhecimento que achamos que o grupo a que pertencemos possui. Ela resulta de uma avaliação equivocada que nos faz pensar que somos ignorantes ante o grupo e isso inibe nosso comportamento ou nos faz mentir para superar um sentimento de inferioridade intelectual. Um exemplo disso é quando numa sala de aula o professor pergunta se todos entenderam ou sabem o assunto e ninguém se manifesta. Os indivíduos pensam que os outros colegas sabem o tema e se inibem com medo de parecerem ridículos. Isso acontece em muitas outras ocasiões em nossa vida diária. Todas estas formas de ignorância tem um valor social negativo.

Finalmente, há outra forma de ignorância que é a “ignorância estratégica”. Nesse caso o uso estratégico da ignorância pode ser entendido como mais um instrumento de dominação ou como uma forma de sobrevivência por indivíduos vulneráveis. A referência neste tema é o livro de Linsey McGoey¹⁵, que explora o conceito de ignorância estratégica e sua influência generalizada na formação de normas sociais e dinâmicas de poder. McGoey investiga como os indivíduos e as instituições escolhem estrategicamente o que ignorar a fim de manter o controle ou avançar com suas agendas. Importante salientar que a ignorância estratégica pode ter um valor positivo como mecanismo de sobrevivência individual, ajudando na redução da dissonância cognitiva¹⁶, melhorando a inserção do indivíduo no sistema social e preservando seu status nos grupos aos quais pertence. No geral, os indivíduos podem usar a ignorância estratégica como um mecanismo adaptativo ao meio social, às “paisagens” sociais, emocionais e cognitivas complexas, a fim de se protegerem, preservarem o seu status e gerirem os riscos no seu ambiente.

A tipologia brevemente apresentada nos leva a ressaltar um tipo específico de ignorância com valor e consequências profundamente deletérias. Esse tipo se assenta na *falsa perspectiva sustentada*, que é uma ignorância cultivada e promovida por indivíduos, grupos ou instituições como uma forma de exercer poder, controle ou influência sobre outras pessoas. Ela também se manifesta individualmente como *estupidez*

14 Nadja El Kassir. “What ignorance really is. Examining the foundations of Epistemology of Ignorance”, *Social Epistemology*, 2018. DOI: 10.1080/02691728.2018.1518498

15 McGoey, L. *The unknowners: How strategic ignorance rules the world*. London: Zed Books, 2019.

16 A dissonância cognitiva se refere à tensão ou desarmonia interna do sistema de ideias, crenças e emoções (cognições) de uma pessoa que está submetida a questionamentos, podendo gerar conflitos emocionais intensos.

(veremos mais adiante este tema) e pode ocorrer de várias maneiras tais como, manipulação de narrativas, censura, desinformação, ou mesmo uma obstrução deliberada na produção de conhecimento. Essas formas de manifestação de um não-saber intencional são objeto de conhecimento da nova *epistemologia da ignorância* e já tem nome próprio: Agnotologia¹⁷.

2. Ignorância branca e o racismo estrutural

Os primeiros autores a mencionar a epistemologia da ignorância como falsas perspectivas sustentadas, o fizeram em conexão com o racismo. Um dos proponentes mais conhecidos deste nexo entre ignorância e racismo é Charles Mills, cujo livro *The racial contract*¹⁸, publicado em 1997, apresenta um conjunto de argumentos bastante impressionante para sua tese principal sobre a ignorância como fundamento da supremacia branca. Para Mills, a epistemologia da ignorância faz parte de um estado de supremacia branca em que a espécie *Homo Sapiens* está racialmente dividida em pessoas e subpessoas. Embora não compreendam bem o mundo racista em que vivem, os brancos são capazes, de acordo com Mills, de se beneficiar plenamente de hierarquias, ontologias e economias¹⁹. Mills chama a este tipo de ignorância de “ignorância branca”, pois os brancos não conseguem sequer entender o viés racial subjacente da formação desta cultura e de todas as consequências deste processo. Daí a ideia de que os supremacistas brancos são um resultado da ignorância. Mills argumenta que a teoria política ocidental foi amplamente desenvolvida dentro de uma estrutura que privilegia implicitamente as perspectivas e os interesses das pessoas brancas, ao mesmo tempo que marginaliza ou ignora os das pessoas não-brancas. Ele afirma que a teoria política moderna, particularmente a teoria do contrato social, foi construída dentro de uma estrutura de supremacia branca. O contrato social (ao estilo Rousseau), que normalmente pressupõe um acordo entre os indivíduos para formar uma sociedade e cumprir certas regras, é implícita e inconscientemente racializado em favor dos brancos²⁰.

O tema da supremacia branca tem suas origens no processo de colonização das Américas e África nos séculos XVI e seguintes, possibilitando a formação de uma concepção racista em que os colonizadores brancos instituíram um tipo de modelo mental em que sua supremacia é dada como um fato da natureza. Mesmo com as mudanças ocorridas nos modelos mentais interpretativos da realidade em diferentes épocas, este elemento sobreviveu e se mantém na “infraestrutura” cognitiva. Lembro aqui a citação de Hume sobre as diferenças entre brancos e os “outros” que ainda hoje é repetida em muitos círculos:

17 Proctor, R. N. “Agnotology: A missing term to describe the cultural production of ignorance and its study. In: Proctor, R. N. and Schiebinger, L. (editors). *Agnotology: The making and unmaking of ignorance*. Redwood City: Stanford University Press, 2008.

18 Mills, C. *The racial contract*. Cornell University Press, 1997.

19 Sullivan, S. & Tuana, N. Editors (2007). Op. Cit., p. 2.

20 Mills, C. (1997). Op. Cit.

Nunca houve uma nação civilizada de nenhuma outra natureza que não a branca, nem mesmo um único indivíduo eminente em ação ou especulação. Nenhum industrial engenhoso entre eles, nem em artes ou ciência. Por outro lado, os mais rudes e bárbaros brancos, como os alemães antigos e os atuais tártaros, tem algum eminente entre eles. Essa constante e uniforme diferença não poderia acontecer em tantos países e épocas se a natureza não tivesse feito uma distinção original entre esses filhos dos homens²¹.

Mills afirma que a ignorância branca não pode

“ser apenas uma questão de ignorância entre pessoas que são brancas, sobre qualquer tópico ou através de qualquer processo causal (...) O que é necessário, em outras palavras, é um reconhecimento de que o racismo, o racismo supremacista branco global é em si um sistema político, um poder particular, uma estrutura de governo formal ou informal, com privilégios socioeconômicos e normas para a distribuição diferenciada da riqueza material e oportunidades, benefícios e encargos, direitos e deveres. A noção de *contrato racial* é, sugiro, uma forma possível de fazer essa conexão com a teoria dominante, uma vez que usa o vocabulário e o aparato já desenvolvidos para o contratualismo para mapear este sistema não reconhecido”²².

A ideia de um *contrato racial* tem como referência ao contrato social de Rousseau. O que interpretamos aqui é que o racismo estava subjacente à ideia do contrato social pois, afinal de contas, o racismo é filho do Iluminismo e a maioria dos iluministas conhecia o sistema classificatório de Linnaeus, *Systema Naturae*, publicado em sucessivas edições a partir de 1735. Linnaeus não utilizou a palavra “raça” e sim a palavra “subespécie”, que no contexto do seu sistema classificatório não tem conotação negativa, sendo apenas uma variação da espécie. No entanto, com o passar dos anos se consolidou uma interpretação do conceito de subespécie como uma degeneração da espécie, especialmente a partir da edição de 1790 do *Systema Naturae*, onde Linnaeus agregou características de personalidade a cada uma das subespécies. A partir desta caracterização, as histórias sobre os povos colonizados que circulavam na Europa e as discussões filosóficas que se seguiram, levaram a uma mudança na interpretação conceitual de “subespécie” para “raça”, com todas as conotações hierárquicas que tal conceito possibilita.

Na verdade, o Iluminismo representou o nascimento do continente negro no imaginário europeu e, do ponto de vista das representações, alguma coisa deveria ser feita. A interação do europeu com os autóctones deveria ser objeto de justificação para o que estava ocorrendo e continuaria a ocorrer por mais de 200 anos: a dominação dos

21 Hume, D. “On national characters”. In: *The philosophical works*, ed. By T.H. Green & T.H. Grose, London, 1883, III.

22 Mills. C. (1997). Op. Cit., p. 3.

territórios além-mar, a exploração e escravização dos nacionais. Assim que o contrato social não se aplicava a todos, mas apenas aqueles que contavam para a civilização branca europeia. Como bem notou Mills:

O contrato peculiar a que me refiro, embora com base na tradição do contrato social que tem sido central para a teoria política ocidental não é um contrato entre todos (“nós, o povo”), mas apenas entre as pessoas que contam, as pessoas que realmente são pessoas (“nós, os brancos”). Então é um contrato racial²³.

Devemos notar que a ideia de um *contrato racial* é, para Mills, um conceito que encerra uma radicalidade estrutural histórica, tornando-se um mecanismo de natureza política, moral e epistemológica. O desenvolvimento das modernas sociedades democráticas, nas quais os governantes são eleitos, caracteriza o tipo de contrato a que se referem todos os contratualistas do direito e da ciência política. Olhando sob o ponto de vista prático, de fato a população exerce seu direito a eleger seus governantes que, por sua vez, devem governar obedecendo os princípios da moralidade pública para elaborar e implementar políticas voltadas para o bem-estar coletivo. O problema é que, para Mills, houve um *contrato racial* anterior e fundamental, onde a moralidade é a moralidade branca e a produção de conhecimento bem como o conhecimento em si são produtos dos interesses dos brancos. Historicamente, esse contrato data do século XVIII e fundamentou o eurocentrismo. Também do ponto de vista prático, podemos olhar o eurocentrismo como sendo um padrão de referência para a maior parte do mundo ocidental. As formas de organização europeias, a ciência, a jurisprudência e as instituições políticas se referenciam umas às outras para formar este padrão de referência. Por esta razão podemos dizer que a União Europeia é um resultado esperado do contrato racial do século XVIII. Geralmente os países fora do bloco europeu são governados por brancos descendentes de europeus, como resultado da colonização. As zonas comuns fora da Europa são, no entanto, uma ficção, em que os países envolvidos nesse esforço desejam se espelhar, mas não podem pelo simples fato de que existe uma ampla população de não-brancos que não possuem os requisitos julgados necessários para isso. Tomamos como exemplo o tema da livre circulação de pessoas. A livre circulação de pessoas se restringe aos europeus ou aqueles colonizados que conseguiram sua inserção na sociedade branca europeia. No resto do mundo isso não funcionou bem. No acordo entre México, Canadá e Estados Unidos, a livre circulação de pessoas se restringe ao Canadá e Estados Unidos, mas não incluem o México. Os migrantes mexicanos são ocasionalmente bem-vindos aos Estados Unidos apenas como força de trabalho a ser explorada pela população supremacista branca. A abordagem de Mills, que brevemente apresentamos aqui, permite uma compreensão mais histórica abrangente do que hoje se chama “racismo estrutural”.

23 Mills. C. (1997). Op. Cit., p. 3.

3. Ignorância e estupidez

Em uma cultura de ignorância, ela não só floresce, ela é ostentada e até celebrada²⁴. Torna-se uma postura ideológica. Vimos na seção anterior vários aspectos relacionados com a ignorância, o que nos faz reconhecer e apoiar a ideia de que há uma epistemologia da ignorância, por mais que estas duas palavras possam provocar alguma dúvida nos aficionados pela teoria do conhecimento. Vimos também os vários aspectos que, quando levados às últimas consequências, transformam-se em algo mais radical. Transformam-se em estupidez. A estupidez é um estágio avançado da ignorância. A ignorância torna-se estupidez quando os indivíduos optam persistentemente por permanecer ignorantes, apesar do acesso à informação ou às oportunidades de aprendizagem e crescimento. Enquanto a ignorância se refere à falta de conhecimento ou consciência sobre um determinado assunto, a estupidez envolve o desrespeito pelos fatos, raciocínios ou evidências. Estupidez é intencional. A estupidez se manifesta como uma rejeição intencional de informações que contradizem as crenças ou preconceitos de alguém, levando a comportamentos ou decisões completamente irracionais. Como disse Daniel DeNicola: “A ignorância pode ser remediada; a estupidez é intratável”²⁵. Em essência, a ignorância torna-se estupidez quando é mantida ou perpetuada voluntariamente, apesar das oportunidades de esclarecimento ou correção. A estupidez não é simplesmente uma falta de conhecimento, mas sim uma falha no envolvimento com a informação de uma forma racional e construtiva, resultando em resultados prejudiciais ou contraproducentes.

Talvez o exemplo mais adequado para a situação de estupidez seja aquele relacionado ao terraplanismo²⁶. A citação a seguir mostra a visão daqueles que ainda acreditam que a Terra é plana:

Uma elite mundial governando nas sombras mergulhou a humanidade na mais profunda ignorância sobre o mundo em que vivemos. Através da NASA, do sistema educativo e dos meios de comunicação social, fomos levados a acreditar que a Terra é uma esfera rotativa que viaja a enormes velocidades através do espaço exterior. O que não nos disseram é que nem a esfericidade nem o movimento da Terra foram alguma vez demonstrados. Na verdade, todas as experiências científicas realizadas para detectar o movimento e a curvatura da Terra determinaram que o nosso mundo é uma superfície plana totalmente imóvel. Esta cosmovisão, apoiada na observação e na experiência, é a que aparece nas Sagradas Escrituras e a que todas as civilizações adotaram ao longo da história²⁷

24 DeNicola, D. R. *Understanding ignorance: The surprising impact of what we don't know*, Cambridge, Massachusetts/ London: The MIT Press, p. 8, 2017.

25 DeNicola, D. R. (2017). Op. Cit., p. 8.

26 Há vários outros exemplos que poderíamos considerar como o criacionismo versus evolução ou a existência ou não de diferentes tipos de vírus.

27 Disponível em: <https://terraplanistas.org/>. Acesso em: mar;2023.

Os grupos de pessoas organizados em torno das ideias expostas acima foram e continuam sendo expostas ao mesmo corpo de conhecimento disponível para todos nós em bibliotecas, livrarias e internet. A interpretação dos fatos refletida na citação descarta a ciência como falsa e afirma que a Terra é plana e imóvel²⁸. Não vamos argumentar em favor da esfericidade da Terra, pois vamos seguir a máxima de DeNicola de que “a estupidez é intratável”. O posicionamento dos terraplanistas é um exemplo de como a ignorância se torna estupidez, ou seja, uma recusa sistemática em aceitar a informação correta e os fatos comprobatórios.

A análise da estupidez exige certa cautela, pois há uma tendência em nominar “o outro”, aquele de quem diferimos, nosso colonizador ou nosso adversário político como sendo estúpidos. Para os atenienses, por exemplo, todos os não-atenienses (que também não falavam o idioma grego) eram estúpidos²⁹. Os únicos estúpidos internos, aqueles da própria Grécia, eram os cínicos, que perambulavam por Atenas pedindo esmolas e dizendo coisas estranhas.

No exemplo sobre o terraplanismo, parece óbvia a estupidez, muito embora para os terraplanistas não o seja. Será que necessitamos de um critério de demarcação para separar os ignorantes dos estúpidos? Quais critérios poderiam ser usados para isso? Em princípio, que não há como identificar ou separar *a priori* os ignorantes dos estúpidos. Não existe um meio eficaz de dizer se um indivíduo ou grupo tem características de mera ignorância, ou seja, se eles têm a capacidade de aprender e superar o estado de ignorância sobre assuntos e temas específicos, ou se tal indivíduo ou grupo é conformado por estúpidos, ou seja, pessoas que não podem superar o estado de ignorância por mais informação, fatos e argumentos que lhes sejam oferecidos. Esta é uma constatação que se faz *a posteriori*. O problema é que indivíduos e grupos estão em constante interação dinâmica na sociedade, sendo promotores de ações de modo contínuo e estas ações estão baseadas em informação, sobre as quais não se tem certeza de que sejam verdadeiras ou correspondam adequadamente aos fatos. Quando indivíduos ou grupos se enfrentam por interesses ou simplesmente por meros pontos de vista na sociedade, o embate se dá mediante narrativa, o discurso. É nesse momento que a ignorância se diferencia da estupidez. O ignorante reconhece sua ignorância, ainda que seja ignorância estratégica como vimos anteriormente, e o estúpido não. O nível de autoconfiança do estúpido é tal que ele “ignora sua ignorância” e, portanto, não está disposto a aceitar nenhum tipo de argumentação.

No campo da política a ignorância e a estupidez jogam um papel importantíssimo, pois podem determinar o destino de um país ou de uma parte importante dele. Vimos esse fenômeno durante a pandemia com os negacionistas da vacina, que acabaram por selar o destino de milhares de pessoas por ignorarem a necessidade de oferecer o serviço de vacinação à população. Tão ou mais importante do que isso são os temas sobre democracia, autoritarismo e direitos humanos. Muitas das democracias ocidentais encontram-se ameaçadas pela “ignorância pública” sobre os temas relacionados aos contratos de convivência social. Sobre esse aspecto muito há que ser

28 Para uma análise detalhada da visão terraplanista ver Matallo Jr, H. (2023). “Reality, common-sense, and science”. Disponível em: https://www.academia.edu/70289047/Reality_Common_sense_and_Science.

29 Ronell, A. *Stupidity*. University of Illinois Press, 2002.

investigado e uma análise mais detalhada ainda deve ser feita sobre a relação entre a tecnologia, as mídias sociais, a ignorância e a estupidez. Creio que a epistemologia da ignorância (Avital Ronell menciona também a “epistemologia da estupidez”) terá um papel importante em desvendar os mecanismos e estruturas que devem ser rompidos para evitar o predomínio da ignorância no futuro.

4. Conclusão

Este trabalho procurou mostrar as condições de possibilidade e as contribuições da epistemologia da ignorância como uma nova e possível tendência na filosofia e a não existência de incompatibilidade entre os dois conceitos, o de *epistemologia* como teoria do conhecimento e a *ignorância* como ausência dele. Discutimos os vários tipos de ignorância e como a ignorância pode se transformar em estupidez. Reconhecemos que não há um critério de demarcação apriorístico entre a ignorância e a estupidez. Estes dois conceitos são parte do “estado de consciência” dos indivíduos, sendo que a ignorância pode ser superada e a estupidez se cristaliza nos indivíduos por ausência de disposição em aceitar fatos e argumentos.

Chegamos à conclusão de que a epistemologia da ignorância pode ser um valioso instrumento para superar os riscos políticos que a sociedade atual enfrenta, particularmente com relação à estupidez cristalizada em ações de recusa na aceitação de fatos já consagrados como verdadeiros, tais como a existência dos vírus, a eficácia (ainda que relativa) das vacinas e do direito dos indivíduos de recorrerem a ela, bem como a aceitação da teoria da evolução em substituição ao criacionismo como fator explicativo da existência da espécie humana. Finalmente, é importante concluir que a epistemologia da ignorância é um importante instrumento para identificar e evitar riscos ao funcionamento democrático da sociedade³⁰. Superar a ignorância e a estupidez poderá ser no futuro uma condição necessária para a manutenção das condições de existência das sociedades democráticas e das garantias dos direitos fundamentais das pessoas.

Referências

DENICOLA, D. R. *Understanding ignorance: The surprising impact of what we don't know*. Cambridge, Massachusetts / London, England: The MIT Press, 2017.

DRIVER, J. “The virtues of ignorance”. In: *The Journal of Philosophy* 86 (7): 373–384, 1989.

FIELDS, L. “Moral beliefs and blameworthiness”. In: *Philosophy* 69 (4): 397–415, 1994.;

30 Este tema será objeto de outro trabalho com o possível título de “Dissonância cognitiva, ignorância, estupidez e valores democráticos”.

- FIRESTEIN, S. *Ignorance: How it drives science*. Oxford University Press, 2012.
- HUME, D. "On National Characters". In: *The philosophical works*, ed. By T.H. Green & T.H. Grose, London, 1883, III.
- KANT, I. (1784). "An answer to the question: What is Enlightenment?". In: Schmidt, J. Editor. *What is Enlightenment? Eighteenth-century answers and twentieth-century questions*. University of California Press, 1996.
- MATALLO Jr, H. "Reality, common-sense, and science". Disponível em: https://www.academia.edu/70289047/Reality_Common_sense_and_Science, 2023.
- MATALLO Junior, H. "Relativistic language and the natural philosophy big-bang". *Zenodo*, 2023. <https://doi.org/10.5281/zenodo.8086555>
- MCGOEY, L. *The unknowers: How strategic ignorance rules the world*. London: Zed Books, 2019.
- MILLS, C. (1997). *The racial contract*. Cornell University Press, 1997.
- NADJA EL KASSAR. "What ignorance really is. Examining the foundations of Epistemology of Ignorance". *Social Epistemology*, 2018. DOI: 10.1080/02691728.2018.1518498
- PROCTOR, R. N. "Agnotology: A Missing Term to Describe the Cultural Production of Ignorance and Its Study". In: Proctor, R. N. and Schiebinger, L. (editors). *Agnotology: The making and unmaking of ignorance*. Redwood City: Stanford University Press, 2008.
- PROCTOR, R. N. and Schiebinger, L. (editors). *Agnotology: The making and unmaking of ignorance*. Redwood City: Stanford University Press, 2008.
- RONELL, A. *Stupidity*. University of Illinois Press, 2002.
- SNELL, B. The discovery of the mind: *The Greek origins of European thought*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1953.
- SULLIVAN, S. & Tuana, N. Editors. *Race and epistemologies of ignorance*. Albany: State University of New York Press, 2007.

Tabu, Interdito e Transgressão: um estudo sobre expressões freudianas n'O erotismo de Georges Bataille¹

Taboo, Interdict and Transgression: an essay on freudian expressions in The eroticism of Georges Bataille

Tabú, Interdicto y Transgresión: un ensayo sobre las expresiones freudianas en El erotismo de Georges Bataille

Francisco Atualpa Ribeiro Filho²

Resumo

Filho, F. A. R. Tabu, Interdito e Transgressão: um estudo sobre expressões freudianas n'O erotismo de Georges Bataille. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 29-44, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2405

Este estudo discutiu a confluência das teorias de Sigmund Freud (1856-1939) e Georges Bataille (1897-1962), iniciando com a obra *O erotismo* (2017b) de Bataille e analisando-a à luz dos textos de Freud *Totem e tabu* (2012) e *O futuro de uma ilusão* (2014). O propósito principal deste estudo foi entender a relação entre a influência freudiana e a teoria de Bataille, permitindo a formulação de uma visão educacional transgressiva. Quando essas visões se cruzam, observou-se que Freud e Bataille não só se completam, mas se desafiam reciprocamente. Freud propõe uma perspectiva mais conservadora, focada na preservação do equilíbrio social, ao passo que Bataille investiga o potencial subversivo dos comportamentos transgressores, pondo em dúvida a estabilidade das regras definidas. Ambos proporcionam recursos para a avaliação crítica dos sistemas simbólicos que influenciam as interações humanas. Ao vincular as ideias de Freud e Bataille, pode-se desenvolver uma abordagem pedagógica que valorize a transgressão como um catalisador para questionamentos e transformações, sem negligenciar a relevância do interdito como componente estruturante das interações sociais. Portanto, a escola se transforma em um ambiente para questionar preconceitos e convicções restritivas, incentivando a procura por significados que vão além das estruturas normativas.

Palavras-chave: Tabu; Interdito; Transgressão; Freud; Bataille.

Abstract

Filho, F. A. R. Taboo, Interdict and Transgression: an essay on freudian expressions in Th e eroticism of Georges Bataille. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 29-44, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2405

- 1 Este estudo foi inspirado na pesquisa de mestrado em Filosofia, intitulada: "As manifestações da barbárie no ambiente escolar: o encontro entre a educação emancipadora de Theodor Adorno e a literatura transgressora de Georges Bataille como práxis filosófico-literária".
- 2 Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: farf25@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2256-4336>

*This study discusses the convergence of the theories of Sigmund Freud (1856-1939) and Georges Bataille (1897-1962), starting with Bataille's work *The eroticism* (2017b) and analyzing it in light of Freud's texts *Totem and taboo* (2012) and *The future of an illusion* (2014). The main purpose of this study was to understand the relationship between Freudian influence and Bataille's theory, allowing for the formulation of a transgressive educational vision. When these views intersect, it is observed that Freud and Bataille not only complement each other but also challenge each other reciprocally. Freud proposes a more conservative perspective, focused on preserving social balance, while Bataille investigates the subversive potential of transgressive behaviors, questioning the stability of established rules. Both provide tools for critically assessing the symbolic systems that influence human interactions. By linking the ideas of Freud and Bataille, one can develop a pedagogical approach that values transgression as a catalyst for questioning and transformation, without neglecting the relevance of the interdiction as a structuring component of social interactions. Therefore, the school becomes a space for questioning prejudices and restrictive convictions, encouraging the search for meanings that go beyond normative structures.*

Keywords: Taboo; Interdiction; Transgression; Freud; Bataille.

Resumen

Filho, F. A. R. Tabú, Interdicto y Transgresión: un ensayo sobre las expresiones freudianas en El erotismo de Georges Bataille. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 29-44, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2405

Este estudio discute la convergencia de las teorías de Sigmund Freud (1856-1939) y Georges Bataille (1897-1962), comenzando con la obra *El erotismo* (2017b) de Bataille y analizándola a la luz de los textos de Freud *Totem y tabú* (2012) y *El futuro de una ilusión* (2014). El propósito principal de este estudio fue entender la relación entre la influencia freudiana y la teoría de Bataille, permitiendo la formulación de una visión educativa transgresora. Al cruzar estas visiones, se observa que Freud y Bataille no solo se complementan, sino que también se desafían mutuamente. Freud propone una perspectiva más conservadora, centrada en la preservación del equilibrio social, mientras que Bataille investiga el potencial subversivo de los comportamientos transgresores, poniendo en duda la estabilidad de las reglas establecidas. Ambos proporcionan recursos para la evaluación crítica de los sistemas simbólicos que influyen en las interacciones humanas. Al vincular las ideas de Freud y Bataille, se puede desarrollar un enfoque pedagógico que valore la transgresión como un catalizador para el cuestionamiento y la transformación, sin descuidar la relevancia de la prohibición como componente estructurante de las interacciones sociales. Por lo tanto, la escuela se convierte en un espacio para cuestionar prejuicios y convicciones restrictivas, fomentando la búsqueda de significados que van más allá de las estructuras normativas.

Palabras clave: Tabú; Interdicto; Transgresión; Freud; Bataille.

Data de submissão: 26/11/2024

Data de aceite: 22/04/2025

1. À guisa de introdução

Os escritos de Bataille fomentam o exercício crítico e transgressivo de normas irrefletidas, disseminadas culturalmente como verdades absolutas. U exemplo dessas narrativas pode-se perceber na indiferença sobre questões sensíveis como: racismo, virgindade, bullying, machismo, homofobia, sexualidade, gravidez precoce, depressão e suicídio. Seu estilo expressa a condição humana por meio de metáforas, alusões e diálogos com outras áreas de conhecimento como história, biologia, psicanálise e antropologia o que sugere reflexões, inclusive no âmbito educacional, que proporcionem o reencontro e ressignificação da filosofia com outras formas de filosofar para além dos manuais.

O drama do parricídio, o tabu da castidade antes do casamento, a aversão e horror ao incesto, sentimento de culpa, interiorização dos interditos são questões suscitadas por Bataille sob influência freudiana. Os estudos como *Totem e tabu* (publicado originalmente em 1913) e *O futuro de uma ilusão* (publicado em 1927), contribuíram no entendimento conceitual batailliano. Tais questões repousam nas análises de Freud sobre os impactos do fenômeno religioso que visam descobrir como a moral e suas interdições se edificaram no corpo social. Com isso, na medida em que a religião e o desejo entre os homens de dominar uns aos outros conseguiram afetar instituições como a família, se intensificou o processo de solidificação do ordenamento das leis e dos costumes.

A influência de Freud na obra *O erotismo*, de Bataille, publicada em 1957, constata-se quando o francês reflete sobre os hominídeos, tendo como pressuposto o interdito universal, a violência, e sua oposição à liberdade animal da vida sexual. Bataille percebeu o interesse dos homens pela atividade sexual devido à análise de imagens itifálicas que evidenciaram liberdade considerável se comparadas com as atuais.

O trabalho, por sua vez, estabilizou a vida humana ao impor um controle sobre todos os aspectos de sua existência, marcando-os com o estigma da norma. De outro modo, “em oposição ao trabalho, a atividade sexual é uma violência; que enquanto impulso imediato ela poderia atrapalhar o trabalho: uma comunidade laboriosa, no momento do trabalho, não pode permanecer à sua mercê” (Bataille, 2017b, p. 74). Georges Bataille, assim como Freud, evidencia que desde a origem, o homem se viu obrigado a regular sua sexualidade, sendo o trabalho o primeiro condicionante para o surgimento desse interdito. Portanto, o que ocorre consiste na interrupção do prazer em prol de uma atividade alheia ao ser humano em benefício de um sistema.

Para elucidar essa abnegação do prazer, Bataille utiliza chaves conceituais freudianas e envereda no campo da biologia. Na reprodução sexual, há uma perturbadora passagem do descontínuo³ (mortalidade) ao contínuo (imortalidade), visto que “o es-

3 O dilema entre a continuidade e a descontinuidade na obra de Bataille serve para pensar sobre a transgressão, a mística e a experiência humana. O autor associa essas duas categorias para traduzir sua análise

permatozoide e o óvulo são, em seu estado elementar, seres descontínuos, mas se unem e, em consequência, uma continuidade se estabelece entre eles para formar um novo ser a partir da morte, da desapropriação dos seres separados”, isto é, ao se encontrarem as células reprodutivas, constituem um novo ser, o embrião, compondo uma união que foi fruto da morte de dois seres (Bataille, 2017b, p. 38). A partir da ruptura entre dois seres descontínuos, instaura-se a vida enquanto movimento que, oscilando entre a solidão e a queda no abismo da finitude, expõe a condição trágica do ser. A persistência da descontinuidade se consolida por meio da instituição de interditos – da morte, do trabalho e da sexualidade reprimida – que delimitam a separação ontológica entre o homem e o animal, inscrevendo o primeiro no domínio do “mundo profano”. Nesse processo, o ser humano é arrancado da continuidade animal e se constitui enquanto sujeito da consciência: trabalha, reconhece sua própria morte e converte a sexualidade desprovida de vergonha numa experiência marcada pela proibição e pelo interdito, de onde decorre o erotismo. Essa normatização da vida visa a assegurar a conservação do ser, a estabilidade social e a contenção da violência imanente à sua natureza (Bataille, 2017b).

2. Excesso e gasto de energia

A tese de que o ser é excesso⁴ do próprio ser, sustenta o desejo de continuidade de que o homem possui. O excesso é intrínseco ao descontínuo por ser excesso dele mesmo e experimenta-o violentamente. Para Bataille os aspectos transgressivos não seguem as regras do interdito, mas o supera e o completa, pois a violência ultrapassa a agressividade selvagem e assume racionalmente as ações, dispondo a sabedoria a serviço da violência. Ao incorporar a violência aos rituais sagrados os líderes religiosos cumpriram com os requisitos para conquistar determinada graça. Por isso, que nas cerimônias religiosas primitivas a transgressão constitui o seu fundamento.

Embora não seja objeto de análise central deste estudo, é notória a influência freudiana no conceito de excesso proposto por Bataille, que está presente de forma mais contundente na obra *A parte maldita* publicada em 1949. Sobre a convergência

sobre os fatores que impactam no erotismo e em sua noção de gasto. De outro modo, a repetição, a previsibilidade, a moralidade, o desejo pela imortalidade simbolizam a realidade cotidiana, onde a vida segue uma sequência lógica e disciplinada. Já a dinâmica descontínua se expressa no âmbito do prazer sexual, da morte, das incertezas, da angústia momento em que a continuidade do ser se dissolve em um excesso que desafia a ordem e a lógica. Em seu livro *A história do olho* (2018) Bataille ilustra, utilizando diversas imagens escatológicas, esse dilema por meio de imagens que revelam a transgressão sexual e a violência, mostrando personagens que, ao se entregarem ao excesso, rompem com as convenções sociais e experimentam uma forma extrema de liberdade. Nesse sentido, a obra representa uma busca pela “experiência de ruptura”, onde o descontínuo (o caos, a intensidade, o excessivo) invade o contínuo (a vida cotidiana, a moralidade, a sensação de imortalidade).

- 4 O excesso para Bataille é o fundamento de tudo que existe já sendo, porém, a linguagem é limitada para expressar a totalidade do ser, mesmo diante do discurso racional. Ao compreender que o ser é o próprio excesso do ser, tudo o que é exuberante e perpassa qualquer arranjo preestabelecido por ditames racionais. O ser apresenta apatia e insignificância, ele é “também o excesso do ser, elevação ao impossível. O excesso conduz ao momento em que a volúpia, superando-se, não é mais reduzida ao dado sensível – em que o dado sensível é negligenciável em que o pensamento (o mecanismo mental) que comanda a volúpia se aposa de todo o ser” (Bataille, 2017b, p. 201). Assim, para que o excesso exista, é necessário ser negado e é, por isso, que a tradição reclamou a razão como princípio ordenador da vida, devido à natureza indomável da animalidade do homem.

com a psicanálise vem à baila o ensaio *Os instintos e suas vicissitudes*, de 1915, onde Freud, conforme Forte (2010), expõe a ideia de pulsão como uma força contínua, uma pressão incessante que age sobre o psiquismo humano. Esse aspecto de força sugere o conceito de excesso inerente à pulsão, mesmo antes de Freud desenvolver a ideia mais radical de “pulsão de morte”, que explora a tendência autodestrutiva da psique e a busca pelo retorno a um estado de calma absoluta.

Enquanto no pensamento de Bataille o excesso de energia é esgotado por meio de gastos improdutivos, como rituais e celebrações, em Freud esse excesso pulsional é descarregado energeticamente, direcionando-se à busca da satisfação. Para Freud, a pulsão encontra alívio quando o excesso de energia é liberado, reduzindo ou cessando a tensão.

Rufino (2021) observa que o conceito de excesso na visão batailliana repousa sob duas categorias, a excreção e a apropriação, que fazem parte do ciclo de produção nas sociedades de consumo. A “patologia social” ligada ao excesso de excreção surge quando a produção ultrapassa o que pode ser consumido, resultando em desperdício. Esse ciclo de produção e consumo, tanto para os indivíduos quanto para as sociedades capitalistas, é autossustentado e se completa em si mesmo: sem produção, não há consumo. No entanto, quando há produção em excesso, ela gera bens que não serão consumidos (eles são consumíveis, mas não o serão, por isso serão inúteis), tornando-os inúteis ao ciclo. Bataille identifica esses elementos como “heterogêneos”.

A lógica do gasto, sob o olhar atento de Joron (2013), pode resultar em desperdício, sobras e lixo que acabam se tornando intrusos ao ciclo de produção capitalista e provocam repulsa. Sistemas homogêneos e estáveis estão sempre sob a ameaça de forças heterológicas, que perturbam seu equilíbrio, ou seja, o diferente, o que não se adequa deve ser “jogado fora”. Bataille apresenta uma visão sociológica da abjeção que se afasta de uma abordagem existencial ou biológica e observa como esse excesso afeta a sociedade.

Essa visão de heterologia pode ser observada no ambiente escolar quando jovens são excluídos do sistema educacional por não conseguirem atender às suas exigências. Muitos precisam trabalhar para prover o sustento de si mesmos ou de suas famílias e, por isso, não conseguem se dedicar aos estudos, sendo assim “excretados” pelo sistema. Da mesma forma, a exclusão ocorre quando estudantes engravidam e se veem impedidas de continuar os estudos, tanto pelas dificuldades impostas pela nova realidade quanto pelo estigma de colegas e professores, que muitas vezes têm uma visão inflexível sobre adaptar o ambiente escolar às adversidades da vida. Para Bataille, esses jovens representam o “heterogêneo” no contexto escolar – elementos que não se ajustam à estrutura “homogênea” do sistema educacional, que tem dificuldades para incorporar ou apoiar aqueles que vivem fora do padrão considerado ideal para a produtividade acadêmica.

Esse princípio de “perda” e “gasto” também se reflete na ideia de erotismo em Bataille, o qual envolve uma destruição simbólica do “objeto-coisa” em que o ser humano se transformou ao entrar no mundo do trabalho. Para Bataille, o erotismo é uma força de ruptura que visa destruir a ilusão de permanência imposta pelo trabalho e pela ordem social, permitindo a experiência erótica, entendida como uma forma de transgressão e libertação da energia contida. O erotismo, portanto, é uma violência

contra a estabilidade e a duração, uma busca por atingir a liberdade das amarras da vida produtiva.

Freud (1915) descreve um excesso de estímulos corporais que gera uma tensão interna, buscando alívio por meio da satisfação. Essa tensão é insistente e perturbadora, exigindo, portanto, um escoamento. Fortes (2010) esclarece que ambos os autores convergem na ideia de que o ser humano lida com um excesso que, em Freud, necessita de um alívio para alcançar o equilíbrio psíquico e, em Bataille, se manifesta por meio da destruição e do “gasto” como forma de escapar das limitações impostas pela vida disciplinada e produtiva.

3. Transgressão, tabu, interdito

De volta ao tema da transgressão, tal como se observa na leitura de Didi-Huberman (2015, p. 28), a transgressão na ótica batailliana não se limita ao “não! da criança que bate o pé”, mas “transgressão da forma”, ou seja, consiste em subverter os tabus ou interditos, as convenções sociais, “não é uma recusa, mas abertura de um corpo a corpo, de uma investida crítica, no próprio lugar daquilo que acabará, num tal choque, transgredido”. A transgressão estreia o “mundo sagrado”, esquivando-se e resiste à racionalidade instrumental e à utilidade características do mundo do trabalho-profano. A transgressão opõe-se à violência animalesca, à guerra, à ignorância, ao acúmulo de bens materiais, é responsável por movimentos vacilantes. Estes movimentos constituem experiências-limite – como o erotismo, o sacrifício, a festa, a arte e a morte – em que o ser humano transgride os interditos e momentaneamente dissolve sua descontinuidade, tocando a continuidade do ser.

O que se pode considerar consiste no pertencimento mútuo entre interdito e transgressão, cujo relacionamento se assemelha com o de amantes e partícipes da existência do outro. O homem cria ilusões ao pensar conseguir apagar a natureza com a força de sua racionalidade e edificação de sanções, mas promove o oposto, alimenta a violência que pensou destruir. Essa criação de manifestações soberanas e sagradas consiste para Bataille no hasteamento do excesso por meio da transgressão erótica, da desestruturação da ordem descontínua e das formas subjetivas que movem o corpo social. Essa efervescência corpórea provoca a erupção da morte quando os seres individuais se encontram física ou espiritualmente, seu arrebatamento se dá quando o êxtase dessa relação violenta toca o excesso e ultrapassa a cristalização racional com o uso da própria razão.

Observa-se essa chave conceitual e sua expressão freudiana no pensamento de Bataille, haja vista que a transgressão, para Freud, está intrinsecamente relacionada com o modo como a civilização lida com os desejos reprimidos, os impulsos inconscientes e a necessidade de controlar a agressividade humana. As aproximações do conceito de transgressão entre Freud e Bataille se revelam no processo de rompimento das convenções sociais.

A transgressão na perspectiva freudiana, entretanto, está frequentemente associada aos atos perversos – leva o indivíduo a uma forma de neurose ou perturbação psicológica –, isto é, se relaciona aos impulsos de satisfação de desejos reprimidos,

em grande medida, no campo da sexualidade, que é marca da teoria freudiana. Determinada atitude transgressiva pode ser concebida como desafiadora dos limites do “superego” (a instância psíquica que representa as normas internalizadas da sociedade), e ao fazer isso, a pessoa pode ser considerada “perversa” do ponto de vista moral ou social. Quando uma pessoa viola essas normas de maneira explícita, ela pode estar expressando uma forma de perversão, ou seja, a busca por prazer ou satisfação que está fora das convenções morais.

Sobre esse aspecto, Freud evidencia que a subversão de um tabu (proibições ou regras sagradas) gera no agente a formação do “sentimento de culpa” pelo ato transgressivo cometido o que provoca a interiorização da moralidade, haja vista que o indivíduo “quebra” as regras em um gesto de libertação do inconsciente. No processo de formação da norma, sendo o tabu seu embrião, concebe-se uma consciência primitiva e, esta, ao ser negligenciada transforma-se em uma consciência moral mais complexa, associando a culpa à transgressão como revela o trecho:

Se não estamos errados, a compreensão do tabu também lança luz sobre a natureza e a gênese da consciência moral [Gewissen]. Podemos falar, sem esticar os conceitos, de uma consciência do tabu [Tabugewissen] e uma consciência de culpa do tabu [Tabuschuldbewusstsein], após a transgressão do tabu. A consciência do tabu é provavelmente a mais antiga forma que encontramos do fenômeno da consciência (Freud, 2012, p. 73).

Para Bataille, o ato transgressivo, além de romper com as estruturas fixas da cultura, quebra as interdições e nos coloca em contato com uma sensação de angústia e culpa – sentimentos que, paradoxalmente, são essenciais para a experiência do erotismo (Silva, 2022). Para Bataille, a transgressão não pode ser concebida somente como ato de desobediência, deve ser entendida como um momento de intensificação do desejo e da liberdade, cuja intenção consiste em promover a busca pelo prazer ultrapassando as fronteiras do permitido.

Um leitor apressado, contudo, pode inferir que a transgressividade em Bataille confunde-se com a violência animal; todavia, ela é vivenciada por um ser consciente. Na visão de Noys (2000, p. 135) o texto batailliano

requer uma leitura cuidadosa e crítica porque se torna fácil assimilar Bataille a uma cultura de violência, e muitas vezes as “celebrações” de Bataille fazem exatamente isso. No entanto, ao quebrar os tabus (violentamente impostos) sobre a violência, Bataille não pretende aumentar a violência, mas examinar como esses tabus rígidos geram sua própria violência⁵.

5 Tradução nossa do original: This requires careful and critical reading because it becomes easy to assimilate Bataille to a culture of violence, and all too often ‘celebrations’ of Bataille do just that. However, in breaking the (violently imposed) taboos on violence Bataille is not aiming to increase violence but to examine how these strict taboos generate their own violence (Noys, 2000, p. 134).

As interpretações sobre o pensamento de Bataille são as mais diversas e em muitos casos tangenciam para um cenário de obscenidade e pornografia o que prejudica a divulgação de sua teoria. O francês desafia a ordem psicanalítica e ressignifica o conceito de transgressão conferindo caráter edificante, caminho para a liberdade radical, relacionando-o com o desejo de romper com as normas para acessar uma experiência intensa e autêntica, que ele associa ao erotismo, ao sagrado, ao êxtase e à morte.

O sagrado em Bataille (1987; 2017a) não deve ser confundido com as imagens totêmicas e celestiais convencionais que a perspectiva freudiana critica, o que significa dizer que o sagrado surge justamente do que é proibido e marginalizado pela sociedade, e a transgressão permite acessar esse lado sombrio e marginal, criando uma espécie de “sacralidade invertida”. O sentido de “invertida” vem do fato de que, enquanto o sagrado tradicional está relacionado à ordem, à purificação e à preservação, o sagrado de Bataille está ligado ao caos, ao desejo, à morte e à violência.

Ao estabelecer conexão com o ambiente de uma sala de aula essa inversão do sagrado se evidencia no incentivo de atividades que reflitam sobre temáticas controversas como tabus religiosos, o problema do essencialismo que repercute significativamente no gênero e tabus culturais como a questão da virgindade, permitindo que os estudantes se envolvam com esses temas de forma mais profunda, sem medo de represálias e julgamentos por parte do docente ou de desviar da norma curricular estabelecida. Essa inversão implica ainda na promoção de um ambiente mais horizontal, onde os estudantes participem da elaboração do plano de aula ou do currículo escolar.

No erotismo, como afirma Bataille (2017b, p. 55): há “o desequilíbrio em que o próprio ser se põe conscientemente em questão. Em certo sentido, o ser se perde objetivamente, mas nesse momento o indivíduo identifica-se com o objeto que se perde [...] Eu me perco”. Da mesma forma, em uma interação educativa, entre professor e estudante, os envolvidos se “perdem” um no outro, engajados em uma relação marcada pela espontaneidade e fluidez. Esse processo, desprovido de pressões por resultados, abre espaço para um diálogo genuíno e desarmado de quem detém mais conhecimento ou de quem irá ganhar a discussão.

Segundo Elaine Robert Moraes (2017), o movimento do erotismo conduz sempre a um mesmo desfecho: uma espécie de convulsão interior, independentemente de sua origem – seja o desejo sexual, a paixão amorosa ou mesmo a fé religiosa. Ele está ligado à transgressão da integridade dos corpos, à profanação das identidades fixas e à dissolução da ordem subjetiva e singular, marcada pela descontinuidade. Para Bataille, o erotismo é uma evasão dos limites, uma suspensão das oposições entre *eros* e *thanatos*, permitindo que o acaso conduza o jogo rumo ao excesso e à experiência da continuidade.

Bataille (2017b, p. 35) afirma: “do erotismo, é possível dizer que é a aprovação da vida até na morte” e a superação dos limites possíveis. Por isso, com o abalo pelo movimento erótico do comando da descontinuidade, da solidão, que separa um ser de outro, surge um ponto paradoxal: sofremos, frustram nossas expectativas, pois, ansiamos a imortalidade, mas não podemos alcançá-la devido ao isolamento dos seres descontínuos: nós.

Outro aspecto importante consiste nas produções de narrativas que o homem criou para instituir proibições seja no vestir, na alimentação, em determinadas palavras

e ações, sobretudo sexuais. Ao analisar as relações sociais ligadas aos tabus, Freud (2012) constatou que nessas culturas a estrutura social é organizada de maneira que os filhos, ao matarem simbolicamente o pai, buscam eliminar aquele que, possuidor de poder sobre eles, tinha acesso exclusivo a todas as mulheres. Esse gesto originou uma organização social conhecida como clã fraterno totêmico, onde o ritual do banquete representa a repetição simbólica do parricídio. Por isso, essa reflexão faz-se necessária para a construção colaborativa de argumentos que possam contribuir no processo de desmitificação de certos paradigmas que ameaçam a imaginação.

As tribos australianas se dividiam por hordas, cada uma sendo classificada de acordo com seu totem. Entende-se por totem: “via de regra é um animal, comestível, inofensivo ou perigoso, temido, e mais raramente uma planta ou força da natureza (chuva, água), que tem uma relação especial com todo o clã” (Freud, 2012, p. 12). O totem não se vincula a uma comunidade, a uma região, mas a grande questão consiste na proibição de relações sexuais eventuais ou maritalmente com membros do mesmo totem. Caso haja consumação carnal, independentemente da geração de filhos, os envolvidos serão perseguidos e mortos antes que contaminem outros da tribo. Portanto, a exogamia totêmica tem status de norma sagrada, cuja criação tem seus motivos nos costumes, assim “o sistema do totem, como sabemos, é a base de todas as demais obrigações sociais e restrições morais da tribo”, tendo como alvo a “prevenção do incesto” (Freud, 2012, p. 18).

Enquanto em Freud o tabu está ligado intimamente à questão sexual, ao casamento ou à distribuição de mulheres, em Bataille (2017b, p. 75) não importa se o objeto do interdito agrida, ou qual forma assuma, a proibição do incesto ou qualquer outro “quer estejam em questão a sexualidade ou a morte, é sempre a violência que é visada, a violência que apavora, mas que fascina”. O incesto na perspectiva batailliana também é visto como algo horrível, e ainda menciona outros interditos como o sangue menstrual e o sangue do parto: “esses líquidos são tidos como manifestações da violência interna” (Bataille, 2017b, p. 77). Por conseguinte, esses tabus são acentuados sobretudo na era medieval, quando a Igreja ditava como os casais deviam se comportar durante e depois do ato sexual. Os ritos iniciais do casamento, como o direito à primeira noite revela sentimentos embaraçosos, ou seja, a vergonha contagia o casal e a timidez torna estranho o momento para o objeto de desejo, a mulher. Porém, “a atividade sexual, ao menos quando se tratava de estabelecer o primeiro contato, era evidentemente tida por interdita, e perigosa, não fosse a força possuída pelo soberano, pelo sacerdote, de tocar sem demasiado risco nas coisas sagradas” (Bataille, 2017b, p. 135). Assim, o interdito da carne, na noite de núpcias envolvia dor, violência, sangue e transgressão e, desse modo, a permissividade do contato era delegada aos nobres e sacerdotes.

Para entender acerca da interação transgressão-tabu, é necessário elucidar como essas práticas refletem nos personagens: o chefe primitivo e a figura paterna. Diante disso, há uma relação temerária entre o membro com seu chefe e da criança com o pai. A “pulsão de morte” traz consigo o desejo mortal de ser o líder e poder repetir tudo que o pai, iguaria do banquete, realizava. A ambivalência do tabu pode ser notada com a proibição, o medo em transgredir, que se encontra no consciente, mas pode ser entendida como o desejo de se contaminar. A expiação, ritos cerimoniais de

iniciação são mecanismos de defesa contra a tentação que está na base da transgressividade das proibições.

Em virtude disso, persiste a sacralidade e a impureza no “indivíduo que violou um tabu”, sendo que a pessoa “torna-se ela mesma tabu, porque tem o perigoso atributo de tentar outros a seguir seu exemplo. Ele provoca inveja; por que lhe deveria ser permitido o que a outros é proibido? Ele é, portanto, realmente contagioso” e deve ser segregado para evitar que outros se contaminem (Freud, 2012, p. 40). Portanto, a mortificação da transgressão do tabu se dá também no horizonte interno. Devido à consciência moral dessa subversão cultural, é estabelecido o sentimento de culpa, pois “todo aquele que tem uma consciência moral tem de perceber em si a legitimidade da condenação, a censura do ator consumado”, em consequência disso, pode-se falar que “o tabu é um mandamento da consciência, sua violação faz surgir um terrível sentimento de culpa, que tanto é evidente em si como de procedência desconhecida” (Freud, 2012, p. 74).

Exemplo dessa repulsa, isolamento e sentimento de culpa percebe-se quando os estudantes descobrem que determinada adolescente está grávida. Julgam-na imediatamente de irresponsável por ter cometido relação sexual desprotegida ou de forma mais perversa a rotulam de “fácil”. Em muitos casos, observa-se a exclusão da jovem como se estivesse contaminada com alguma doença contagiosa. Além dessas situações que demonstram insensibilidade diante da transgressão desse interdito – “virgindade” –, evidencia-se além do machismo explícito, inclusive por parte das jovens, ausência de respeito e solidariedade, haja vista que essas recriminações por estar grávida recaem somente na mulher e a figura paterna é esquecida. Outro aspecto que ilustra as reflexões de Bataille e Freud incide sobre o ciclo de relações dessa adolescente, tais pessoas são cúmplices e destinadas também à exclusão. Devido a esse clima opressivo e indiferente, a jovem em muitos casos abandona os estudos.

A compreensão sobre o tabu, interditos e transgressão é fundamental no processo de autoemancipação, pois, ao esclarecer os motivos pelos quais existem determinadas normas e costumes socioculturais que violentam identidades, pode-se pensar sobre como homens e mulheres se isentam de suas responsabilidades ao praticarem determinada violência moral, física ou psicológica, delegando a culpa por esses atos ao destino, às entidades religiosas e/ou aos outros.

É válido discutir a terceirização dos problemas que acometem a existência e a pressão religiosa imposta à civilização. Ao analisar o confronto direto entre religião e civilização, em *O futuro de uma ilusão*, Freud (2014, p. 190) pretendeu observar “até onde – é possível reduzir o fardo dos sacrifícios instintuais impostos aos seres humanos, reconciliá-los com aqueles que inevitavelmente permanecem e compensá-los por isso”. No entanto, existem dois motivos para a solidez da coação civilizatória: homens não são amantes do trabalho e suas paixões são mais fortes que o pensamento. Freud (2014, p. 194) destaca três desejos como válvulas de escape: canibalismo, incesto e o prazer de matar. “Ainda podemos sentir a força dos desejos incestuosos por trás de sua proibição, e o assassinato, em determinadas circunstâncias, ainda é praticado e até mesmo ordenado por nossa cultura”. As compensações para o volume de sacrifícios realizados em prol da vida em comum são concebidas nas formas artísticas, religiosas ou em inovações tecnológicas.

Freud refletiu sobre o enfrentamento do indivíduo diante da pressão civilizacional o qual paga um alto preço por suas erupções instintuais. O homem primitivo via a natureza como uma entidade toda poderosa, como um pai, ou seja, quando um desastre natural ocorre, o homem reage. Assim acontece com o recém-nascido que almeja proteção e em outro momento teme a figura paterna. O homem civilizado⁶ assume certa tendência em humanizar a natureza, mas com o passar dos séculos “foi precisamente por causa desses perigos com que nos ameaça a natureza que nos juntamos e criamos a cultura, que se destina, entre outras coisas, a tornar possível nossa vida em comum” (Freud, 2014, p. 199). A tarefa crucial da cultura consiste em promover a defesa contra as forças asfixiantes da natureza. Dessa maneira, convencionou-se socialmente a crença de que pessoas irão adoecer caso não confiem sua vida em determinações de gurus, visto que as “concepções religiosas se originaram da mesma necessidade que todas as demais conquistas da civilização, da necessidade de proteger-se do opressivo poder superior da natureza” (Freud, 2014, p. 205). Com isso, sobre as justificativas dos religiosos diante de questionamentos que possam abalar sua confiança, costumam alegar que pertencem a uma doutrina e, para tanto, merecem respeito. Informa Freud (2014, p. 210):

Quando perguntamos em que se fundamenta sua reivindicação de que as pessoas acreditem neles, recebemos três respostas que, curiosamente, não se harmonizam muito bem entre si. Primeiro, são dignos de fé porque nossos ancestrais já acreditavam neles; em segundo lugar, possuímos provas que nos foram transmitidas dessa mesma época pré-histórica; por último, é simplesmente proibido questionar essa comprovação. Antes esse atrevimento era punido com as mais severas penas, e ainda hoje a sociedade não gosta de vê-lo renovado.

A radicalização desses posicionamentos manifesta-se nas proibições literárias do *Index Prohibitorum*. As fogueiras do Santo Ofício e as torturas da Inquisição foram judicializadas em nome de Deus, sob a justificativa de preservar a ordem e os bons costumes. Freud (2014, p. 226) observa que os “Dez Mandamentos” foram atribuídos à divindade como forma de legitimar a submissão: “com sua pretendida santidade, também desapareceria a rigidez e a imutabilidade desses mandamentos e leis. Os homens poderiam compreender que estes são criados não tanto para dominá-los, mas para servir a seus interesses.” Diante disso, em vez de odiar os mandamentos, os indivíduos poderiam aperfeiçoá-los, evitando a revolta e buscando uma reconciliação com os atritos culturais, reconhecendo o interdito não como uma imposição arbitrária, mas como uma construção histórica dotada de sentido. Por outro lado, a formação religiosa preserva práticas de interdito como ilusões coletivas, destinadas a amortecer os impulsos instintivos – especialmente o desejo carnal –, reiterando uma lógica de controle simbólico que estrutura e limita a experiência humana.

6 Este termo, homem civilizado, normal, de cultura, surge em Freud e Bataille como aquele que se distanciou da animalidade, ou seja, o indivíduo que absorveu os parâmetros que conduziram a humanidade como a liturgia religiosa, a arte, a racionalidade, o desenvolvimento e utilização de ferramentas. Aquele que é avesso a qualquer forma de estranheza e ideia que possa agredir o sistema homogêneo ao qual pertence.

A crítica de Bataille (2017b, p. 143) ao cristianismo corrobora a análise freudiana, pois “a religiosidade primitiva extraiu dos interditos o espírito da transgressão. Mas, no conjunto, a religiosidade cristã se opôs ao espírito da transgressão”. O espírito religioso cristão percebeu a sacralidade transgressiva contínua e, assim, a condenou. O movimento da continuidade foi concebido pela via religiosa como algo perdido pelo mundo profano e reencontrado em Deus. Caso não existisse essa espera de retornar à casa paterna, seus fies ficariam à mercê da descontinuidade solitária. Entretanto, a partir desse espírito religioso houve a confiança na ideia de uma proteção incondicional de todos os males e violências. Assim, o entendimento sobre o mecanismo de radicalização dos aspectos que circundam o cristianismo pode se estender a outros segmentos religiosos, pois, essa obsessão em condenar tudo que está alheio a sua doutrina é expressão cabal do medo que o indivíduo possui da solidão e da morte.

4. Considerações finais: por uma educação transgressora

A obsessão de introduzir desde a infância a noção maniqueísta, da disputa entre o céu e o inferno, guia a educação sob o protótipo de um Deus (figura do pai) justiceiro, que lança castigos às crianças levadas. Em seu processo de crescimento as crianças passam a ser seres amorfos e abúlicos; crescem como se não tivessem vontade, desejos, pensamentos próprios, criam traumas, fragiliza-se sua função cognitivo-psíquica. Por isso, Freud advoga por uma educação laica, na qual crianças e jovens possam, por meio do desenvolvimento intelectual, realizar suas próprias escolhas:

Não será possível que justamente a educação religiosa tenha boa parte de culpa por essa relativa atrofia? Acho que uma criança livre de influência demoraria muito para começar a refletir sobre Deus e as coisas do além. Talvez essas reflexões tomassem os mesmos caminhos que percorreram nos antepassados da criança, mas não esperamos por esse desenvolvimento, incutimos nela as doutrinas religiosas numa época em que não tem interesse por elas nem capacidade de lhes compreender o alcance. Postergação do desenvolvimento intelectual e antecipação da influência religiosa – não são esses os dois pontos principais na agenda da pedagogia atual? Quando o intelecto da criança desperta, as doutrinas religiosas já se tornaram inatacáveis. Ou você acha que contribui para o fortalecimento da função intelectual que uma área tão relevante lhe seja interdita com a ameaça dos castigos do inferno? Se alguém chegou a aceitar todos os absurdos que as doutrinas religiosas lhe apresentam, sem críticas e sem enxergar inclusive as contradições entre elas, não devemos nos espantar com sua fraqueza de intelecto. Mas não temos outro meio de controlar nossos instintos senão a inteligência. Como esperar que indivíduos sujeitos a proibições de pensar alcancem o ideal psicológico, o primado da inteligência? (Freud, 2014, p. 132).

Freud destaca a influência da educação religiosa no desenvolvimento intelectual das crianças e sugere que a exposição precoce à doutrina religiosa pode limitar o questionamento intelectual e seu fortalecimento. Ele argumenta que impor crenças religiosas a jovens que ainda não são capazes de compreendê-las plenamente interrompe o desenvolvimento normal das habilidades de pensamento crítico.

Percebe-se que os autores – Freud e Bataille –, cada um a seu modo, alertam para os riscos do pensamento dogmático na formação intelectual. Freud vê na introdução precoce da religião uma interrupção do desenvolvimento crítico, e Bataille sugere que a verdadeira educação deveria libertar o indivíduo de convenções e verdades impostas. No contexto escolar, isso implicaria a criação de um ambiente, onde a reflexão crítica fosse mais valorizada que a obediência ou a repetição de crenças. Assim, a educação ultrapassaria um processo de aquisição de conhecimento, o que contribuiria no fortalecimento da capacidade de pensar de forma independente, sem submeter-se a verdades absolutas, possibilitando uma postura crítico-reflexiva da formação do indivíduo.

A introdução de Georges Bataille na sala de aula, particularmente através de seus conceitos transgressão, interdito e tabu, pode ser articulado as teorias de Sigmund Freud e uma proposta educacional transgressora. Isso visa quebrar barreiras estruturais e epistemológicas que o ambiente educacional revela. Embora Bataille não tenha abordado diretamente o ensino-aprendizagem, seus escritos oferecem *insights* sobre o papel da educação como um espaço de liberdade e crítica. A partir de seus conceitos, pode-se deduzir que a escola deve ser uma instituição onde a transgressão intelectual é possível e incentivada, uma vez que a verdadeira aprendizagem ocorre quando o estudante é livre para explorar ideias além dos limites convencionais e questionar normas estabelecidas.

Freud examina os tabus como componentes fundamentais da estrutura da sociedade, normas culturais que não são apenas repressivas, mas moldam as normas sociais e as subjetividades. O tabu está ligado à proibição e ao desejo, agindo como uma barreira que controla os impulsos inconscientes e cria uma tensão entre o indivíduo e a sociedade. Por outro lado, Bataille também entende a violação como um ato que reafirma o limite, em vez de simplesmente quebrar as regras. Segundo ele, não existe interdito (ou tabu) sem transgressão; ambos são componentes de uma dinâmica que estrutura a existência humana. Nesse sentido, a transgressão é um momento criativo que desestabiliza as normas e abre portas para novas formas de compreensão das existências no ambiente escolar.

É necessária uma escola que não pleiteie preceitos religiosos como o farol de suas atividades, ou seja, os estudantes não podem realizar determinada ação sendo movidos por doutrinas religiosas. A escola deve ser um espaço onde a dúvida e a criticidade fertilizem o terreno da imaginação e possam promover discussões sobre erotismo, sobre a importância de transgredir ideias e atitudes que revitalizem a criatividade discente. As instituições escolares devem começar a nutrir o encontro dialógico, segundo o qual professores e estudantes compartilham problemas, angústias e subvertem o esquematismo da sala de aula – inspirado no século XVII – para experimentar temáticas desconhecidas e que até então são consideradas tabus (menstruação, violência, gravidez, sexualidade, morte). Sendo assim, subverterão a lógica sacrossanta conteudista dos livros didáticos.

A partir das leituras de Bataille, o ensino de filosofia pode explorar a relação entre interdito e transgressão, elementos que ele define como a “mola propulsora do erotismo”. Esse movimento não representa um simples “retorno à natureza”, mas uma suspensão temporária do interdito sem sua completa supressão. Historicamente, o erotismo, alvo de críticas das religiões e dos conservadores, foi muitas vezes visto como um tema que promove a sexualização. Em contrapartida, o bem, idealizado pelo homem civilizado, rejeita a violência e se coloca como protetor da ordem e da moral. Paradoxalmente, ao estabelecer proibições, essa formação civilizacional também engendra agressividade. Esse paradoxo sugere que qualquer forma de repressão ou controle pode ser entendida como uma forma de violência.

Adotando esses conceitos no campo educacional, sugere-se que as escolas usem essa relação entre tabu e transgressão como uma ferramenta para superar preconceitos, discriminação e estruturas opressivas. Tabus e interditos não podem ser vistos como fatos fixos e imutáveis. Os educadores devem usá-los como trampolins para discussões que desafiem conceitos preestabelecidos e discriminação sistêmica. Não é necessário que a educação seja uma ferramenta de doutrinação, mas agente para promover o pensamento crítico-reflexivo. Isso não implica o domínio do pensamento sobre as emoções, à medida que os sentidos se tornam relevantes para os autores.

A abordagem educacional transgressiva consiste na promoção de momentos que incluam toda e qualquer contribuição dos estudantes no ambiente de ensino-aprendizagem, onde a relação entre o professor e o estudante seja fortalecida por meio da troca de ideias e sentimentos, contribuindo no desenvolvimento de aprendizagens significativas. A ausência de pressões avaliativas tradicionais como os exames bimestrais e a inserção e incentivo de projetos transforma o aprendizado em um processo de descoberta e autodescoberta, com ambas as partes envolvidas ajudando a construir sentidos compartilhados.

Por fim, influenciada por Freud, a teoria de Bataille reflete comportamentos humanos que, embora anteriormente rejeitados, são cruciais para o processo educacional. A vivência transgressora no processo de formação procura abrir espaço para o debate de temas filosóficos no ambiente escolar, tratando de assuntos frequentemente reprimidos, como o erotismo, devido a tabus e receio de julgamentos. A interação entre filosofia, teatro, música, poesia e literatura, focando nos conceitos de transgressão e erotismo, pode fomentar um ambiente de colaboração na escola, onde os estudantes trocam suas experiências de pensamento.

Referências

- BATAILLE, Georges. *La parte maldita*: precedida de la noción de gasto. Trad. Francisco Muñoz de Escalona. Barcelona: Editorial Icaria, 1987.
- BATAILLE, Georges. *A história do olho*. Trad. Eliane Robert Moraes. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- BATAILLE, Georges. *O culpado*: seguido de A aleluia. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017a. Suma ateológica v. II.
- BATAILLE, Georges. *O erotismo*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017b.
- BATAILLE, Georges. *Teoria da religião*: seguida de Esquema de uma história das religiões. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- DE AQUINO, João Emiliano Fortaleza. “Materialismo e dialética em Georges Bataille”. In: *Philosophos - Revista de Filosofia*, v. 15, n. 2, p. 83-102, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/anansi/article/view/10339>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- FORTES, Isabel. “A dimensão do excesso: Bataille e Freud”. In: *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 13, p. 9-22, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/anansi/article/view/10339>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- FREUD, Sigmund. *Obras completas*: Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-19214), Trad. Paulo César Lima de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. v. 11 (versão digital).
- FREUD, Sigmund. *Obras completas*: Inibição, Sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão (1926-1929), Trad. Paulo César Lima de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. v. 17 (versão digital).
- HEGARTY, P. *Georges Bataille: Core cultural theorist*. London: Sage Publications, 2000.
- JORON, Philippe. *A vida improdutiva*: Georges Bataille e a heterologia sociológica. Trad. Tânia do Valle Tschiedel. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- MORAES, Eliane Robert. “Os traços de Eros”. In: BATAILLE, Georges. *O erotismo*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- NOYS, B. *Georges Bataille: a critical introduction*. London: Pluto Press, 2000.

OLIVEIRA, Manoel. “Abjeção em Julia Kristeva: interlocuções com Sigmund Freud e George Bataille”. In: *Anãnsi: Revista de Filosofia*, v. 2, n. 1, p. 64-77, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/anansi/article/view/10339>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SILVA, Anderson Lopes da. “Corpo e transgressão em Bakhtin e Bataille: um debate de excessos”. In: *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, v. 17, n. 4, p. 9-34, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bak/a/NQRdTznFxm77hySpBWRJwH/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

Consumo, espetáculo e alienação: um diálogo crítico entre Bauman, Debord e Mauss na sociedade contemporânea

Consumption, spectacle and alienation: a critical dialogue between Bauman, Debord and Mauss in contemporary society

Consumo, espectáculo y alienación: un diálogo crítico entre Bauman, Debord y Mauss en la sociedad contemporánea

Antonio Borja de Almeida Junior¹

Melina Maria Alves de Melo Paiva²

Arlindo Souza Neto³

Resumo

Junior, A. B. A.; Paiva, M. M. A.; Neto, A. S. Consumo, espetáculo e alienação: um diálogo crítico entre Bauman, Debord e Mauss na sociedade contemporânea. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 45-56, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2504

Este artigo aprofunda a análise das intersecções entre consumo, espetáculo e alienação, incorporando a filosofia da dádiva de Jacques T. Godbout e Alain Caille para dialogar com as contribuições clássicas de Zygmunt Bauman, Guy Debord e Marcel Mauss. Além dessa articulação teórica, o texto dialoga com novos tipos de sociabilidades digitais (*crowdfunding*, *software* livre, bancos comunitários e agroecologia), ilustrando como lógicas de reciprocidade persistem e constituem alternativas às formas hegemônicas de mercantilização e espetacularização. Metodologicamente, adota-se um percurso bibliográfico-analítico, apoiado em autores contemporâneos para articular a crítica social à densidade filosófica exigida. Conclui-se que a revalorização da reciprocidade, enquanto princípio organizador da vida social, pode inspirar políticas públicas orientadas à solidariedade e oferecer horizontes de resistência ao consumismo e à reificação.

Palavras-chave: Consumo; Espetáculo; Alienação; Reciprocidade; Reificação; Teoria social.

Abstract

Junior, A. B. A.; Paiva, M. M. A.; Neto, A. S. Consumption, spectacle and alienation: a critical dialogue between Bauman, Debord and Mauss in contemporary society. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 45-56, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2504

- 1 Mestrando em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN). E-mail: antonioborja@tjrn.jus.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-3891-3991>
- 2 Mestranda em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e servidora pública da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: melinaalves@uern.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-6522-7932>
- 3 Sociólogo e antropólogo, mestre e doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: arlindsociologo@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8033-2504>

This article delves deeper into the analysis of the intersections between consumption, spectacle, and alienation, incorporating the philosophy of the gift of Jacques T. Godbout and Alain Caille to engage with the classic contributions of Zygmunt Bauman, Guy Debord, and Marcel Mauss. In addition to this theoretical articulation, the text engages with new types of digital sociabilities (crowdfunding, free software, community banks, and agroecology), illustrating how logics of reciprocity persist and function as alternatives to the hegemonic forms of commodification and spectacularization. Methodologically, a bibliographical-analytical approach is adopted, supported by contemporary authors to articulate a social critique with the usual philosophical density. It concludes that the revaluation of reciprocity, as an organizing principle of social life, can inspire public policies oriented toward solidarity and offer horizons of resistance to consumerism and reification.

Keywords: Consumption; Spectacle; Alienation; Reciprocity; Reification; Social theory.

Resumen

Junior, A. B. A.; Paiva, M. M. A.; Neto, A. S. Consumo, espectáculo y alienación: un diálogo crítico entre Bauman, Debord y Mauss en la sociedad contemporánea. *Rev. Cê-Trópico*, v. 49, n. 1, p. 45-56, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2504

Este artículo profundiza el análisis de las intersecciones entre consumo, espectáculo y alienación, incorporando la filosofía del don de Jacques T. Godbout y Alain Caille para dialogar con los aportes clásicos de Zygmunt Bauman, Guy Debord y Marcel Mauss. Además de esta articulación teórica, el texto aborda nuevos tipos de sociabilidades digitales (*crowdfunding*, *software* libre, bancos comunitarios y agroecología), ilustrando cómo persisten lógicas de reciprocidad y alternativas a formas hegemónicas de mercantilización y espectacularización. Metodológicamente se adopta un enfoque bibliográfico-analítico, apoyado en autores contemporáneos para articular la crítica social con la densidad filosófica habitual. Se concluye que la revalorización de la reciprocidad, como principio organizador de la vida social, puede inspirar políticas públicas orientadas a la solidaridad y ofrecer horizontes de resistencia al consumismo y la cosificación.

Palabras clave: Consumo; Espectáculo; Alienación; Reciprocidad; Cosificación; Teoría social.

Data de submissão: 03/04/2025

Data de aceite: 04/06/2025

1. Introdução

As ciências sociais enfrentam desafios epistemológicos singulares, decorrentes das profundas transformações que reconfiguram o tecido social em escala global.

Nas últimas três décadas, observamos uma aceleração sem precedentes das dinâmicas econômicas, uma revolução nas tecnologias de comunicação e informação, e uma reestruturação radical das formas de interação social (Harvey, 1990; Castells, 1996). Essas transformações colocam em questão categorias analíticas tradicionais e demandam novas abordagens teóricas capazes de dar conta da complexidade do mundo social atual.

Neste contexto, este artigo propõe um diálogo reflexivo entre três importantes pensadores das ciências sociais: Zygmunt Bauman, Guy Debord e Marcel Mauss. A escolha desses autores se justifica pela complementaridade de suas perspectivas na análise dos fenômenos sociais contemporâneos. Enquanto Bauman oferece uma análise aguda da “modernidade líquida” e da sociedade de consumidores, Debord fornece as ferramentas conceituais para compreender a espetacularização das relações sociais. Por sua vez, Mauss apresenta a reciprocidade como princípio organizador alternativo às lógicas dominantes do capitalismo contemporâneo.

O objetivo central deste trabalho é estabelecer um diálogo teórico entre esses autores, explorando tanto suas convergências quanto suas divergências, com foco especial em três eixos analíticos: as críticas às dinâmicas produtivistas e consumistas da sociedade contemporânea; os processos de alienação e reificação das relações humanas; e, as possibilidades de construção de alternativas baseadas na reciprocidade e no fortalecimento dos vínculos sociais.

Metodologicamente, este artigo se baseia em uma pesquisa bibliográfica sistemática das obras fundamentais dos autores em questão, incluindo *Vida para consumo* (Bauman, 2008), *A sociedade do espetáculo* (Debord, 2003) e o *Ensaio sobre a dádiva* (Mauss, 1924), além de comentadores relevantes de suas obras. A análise segue uma abordagem qualitativa, combinando análise conceitual com interpretação crítica.

A relevância deste estudo reside em sua capacidade de articular três tradições teóricas distintas - a sociologia crítica contemporânea (Bauman), a crítica situacionista (Debord) e a antropologia social francesa (Mauss) - para iluminar alguns dos problemas mais prementes da sociedade atual. Ao fazê-lo, esperamos contribuir para o debate acadêmico sobre as transformações sociais em curso e suas implicações para a vida coletiva.

2. A metáfora da liquidez e a sociedade de consumo: a contribuição de zygmunt bauman

A obra de Zygmunt Bauman oferece um dos diagnósticos mais penetrantes da condição social contemporânea. Sua metáfora da “modernidade líquida” (Bauman, 2000) tornou-se um conceito-chave para compreender as transformações sociais das últimas décadas. Para Bauman, a passagem da modernidade “sólida” para a “líquida” representa uma mudança paradigmática na organização social, marcada pela volatilidade, incerteza e fluidez generalizadas.

Na modernidade líquida, como argumenta Bauman (2000, p. 7), “as condições de ação e estratégias de vida mudam antes que as formas de agir consigam se consolidar em hábitos e rotinas”. Essa aceleração das transformações sociais produz um

estado permanente de desorientação, onde as estruturas sociais tradicionais, como família, trabalho e comunidade, perdem sua solidez e permanência.

A liquidez baumaniana manifesta-se em várias dimensões da vida social. Como, por exemplo, a “temporal”, que consiste na compressão do tempo e a valorização do efêmero sobre o duradouro; a “espacial”, que consiste na desterritorialização das relações sociais e a mobilidade como valor supremo; a “relacional”, onde há fragilização dos vínculos humanos e a predominância de conexões superficiais; e a “identitária”, que consiste na fluidez das identidades pessoais e coletivas. Bauman (2008) desenvolve essa análise em *Vida para consumo*, onde examina como a lógica do consumo transformou-se no princípio organizador central da vida social contemporânea. Na sociedade de consumidores, argumenta o autor, os indivíduos são simultaneamente consumidores e mercadorias, consomem e são consumidos. Esse duplo movimento é particularmente visível nas redes sociais, onde as pessoas se expõem e são expostas, transformando suas vidas em espetáculos consumíveis. Como observa Bauman (2008, p. 76): “o objetivo primeiro e decisivo na sociedade de consumidores não é a satisfação de necessidades, desejos e vontades, mas a comodificação ou recomodificação do consumidor: elevar a condição dos consumidores à de mercadorias vendáveis”. A análise baumaniana revela como o consumo deixou de ser uma atividade econômica entre outras para se tornar um princípio organizador da vida social como um todo.

Um dos aspectos mais relevantes da análise baumaniana para nosso estudo é sua compreensão dos processos de alienação na sociedade contemporânea. Ao contrário das teorias clássicas da alienação, que enfatizavam a separação do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho (Marx, 1844), Bauman destaca novas formas de alienação relacionadas à mercantilização generalizada da vida social.

Na sociedade de consumidores, a alienação manifesta-se principalmente através de três processos interrelacionados: (1) a fragmentação da experiência: a vida é dividida em momentos desconexos de consumo; (2) desengajamento moral: a substituição de compromissos éticos por escolhas estéticas; e, (3) solidão conectada: a ilusão de conexão através de relações mediadas por tecnologias digitais.

Paradoxalmente, como observa Bauman (2015), essa alienação ocorre em um contexto de aparente liberdade e autonomia individual. O processo de individualização, característico da modernidade líquida, transfere para o indivíduo isolado a responsabilidade por problemas que são essencialmente sociais, criando uma sensação generalizada de insegurança e ansiedade.

3. A sociedade do espetáculo: a contribuição de Guy Debord

A obra de Guy Debord, particularmente *A sociedade do espetáculo*, oferece uma análise complementar à de Bauman para compreender as dinâmicas sociais contemporâneas. Publicado originalmente em 1967, o livro de Debord antecipou muitas das características da sociedade atual que Bauman viria a analisar décadas depois.

Para Debord (2003, p. 13), “a vida das sociedades em que reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação”. O

espetáculo, nessa perspectiva, não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas mediada por imagens. A análise debordiana revela como o espetáculo cumpre várias funções na sociedade contemporânea. Como, por exemplo, a função unificadora que cria uma falsa unidade social através do consumo de imagens compartilhadas; a função alienante que substitui a experiência direta pela representação mediada; e a função legitimadora que justifica e naturaliza a ordem social existente.

A conexão entre a análise de Debord e a sociedade de consumidores descrita por Bauman torna-se evidente quando examinamos como o espetáculo se articula com as lógicas do consumo. Para Debord (2003, p. 15), “o espetáculo é o momento em que a mercadoria atingiu a ocupação total da vida social”. Na sociedade espetacular, como argumenta o autor, a mercadoria deixa de ser apenas um objeto de consumo para se tornar uma imagem a ser consumida.

Esse processo atinge seu ápice nas sociedades contemporâneas, onde, como observa Bauman (2008), os próprios indivíduos se transformam em mercadorias espetacularizadas. A convergência entre as análises de Bauman e Debord torna-se particularmente relevante quando examinamos as redes sociais digitais. Como argumenta Martini e Beuron (2023, p. 70), “as redes sociais hoje são o principal campo em que se constata dito processo, em que as pessoas renunciam à sua privacidade e ao direito de preservação da imagem, a fim de serem expostas e consumidas em uma verdadeira lógica de mercado”.

A teoria do espetáculo de Debord oferece uma análise sofisticada dos processos de reificação e alienação na sociedade contemporânea. Ao contrário das teorias marxistas tradicionais, que enfocavam a reificação no âmbito da produção, Debord destaca como a reificação atinge todas as esferas da vida social através do espetáculo. Na sociedade espetacular, como argumenta o autor, as relações sociais são transformadas em relações entre imagens, e os indivíduos se relacionam não diretamente, mas através de representações mediadas. Esse processo produz uma forma específica de alienação: o consumo. Dessa maneira, análise debordiana complementa a de Bauman ao mostrar como a alienação na sociedade contemporânea não se limita à esfera do trabalho, mas permeia todas as dimensões da vida social através da mediação espetacular.

4. Reciprocidade e dádiva: a contribuição de marcel mauss

Em contraste com as análises críticas de Bauman e Debord, a obra de Marcel Mauss, particularmente seu *Ensaio sobre a dádiva* (1924), oferece uma perspectiva alternativa sobre as relações sociais. Mauss examina os sistemas de troca em sociedades arcaicas, identificando a tríplice obrigação de dar, receber e retribuir como fundamento das relações sociais.

Para Mauss, como explica Martins (2005, p. 53), “todas as sociedades possuem um sistema de reciprocidade de caráter interpessoal que se expande ou se retrai a partir de uma tríplice obrigação coletiva de doação, de recebimento e devolução de bens simbólicos e materiais”. Esse sistema, que ele denomina dom ou dádiva, envolve uma troca simbólica que gera obrigações recíprocas e fortalece os laços sociais. A análise maussiana é particularmente relevante para nosso estudo porque oferece um

contraponto às lógicas do consumo e do espetáculo analisadas por Bauman e Debord. Enquanto estes enfatizam a fragmentação e alienação das relações sociais, Mauss destaca a importância das trocas simbólicas na construção e manutenção do tecido social. A teoria da dádiva de Mauss apresenta um desafio fundamental às lógicas mercantis que dominam a sociedade contemporânea. Como observa Martins (2005, p. 54), “na perspectiva da dádiva, sociedade e indivíduo são modos de manifestação do fato total, são possibilidades fenomenais que se engendram incessantemente por meio de um continuum de interrelações motivadas pela circulação do espírito da coisa dada”.

Essa perspectiva contrasta radicalmente com a lógica do mercado, onde, como mostram Bauman e Debord, as relações sociais são mediadas pelo cálculo econômico e pela troca equivalente. Enquanto a troca mercantil tende a ser pontual e impessoal, a dádiva cria vínculos duradouros entre os participantes. Conforme observa Mauss (2003), nesse tipo de troca o que realmente importa não é a quantidade, mas a qualidade do gesto, e a restituição se baseia em relações de assimetria, não de equivalência. Desse modo, ofertas como presentes ou hospitalidade jamais são retribuídas com o mesmo valor monetário nem, necessariamente, no exato momento em que são feitas.

A análise de Mauss sugere que a reciprocidade pode servir como princípio organizador alternativo às lógicas dominantes do consumo e do espetáculo. Como argumenta Martins (2005, p. 56), “aquilo que circula influi decisivamente sobre como se formam os atores e como se definem seus lugares em sociedade”. Essa perspectiva é particularmente relevante para repensar as relações sociais na sociedade contemporânea. Enquanto Bauman e Debord destacam os processos de alienação e reificação, Mauss oferece um modelo de relações sociais baseado na reciprocidade e no reconhecimento mútuo.

A dádiva, nessa perspectiva, não se limita à troca de objetos materiais, mas inclui “sorrisos, gentilezas, palavras, hospitalidades, presentes, serviços gratuitos, dentre muitos outros” (Martins, 2005, p. 56). Essa ampliação do conceito de troca permite vislumbrar formas de interação social que escapam à lógica mercantil analisada por Bauman e Debord.

5. “Fluidez”, “espetáculo” e “dom” nas novas formas de sociabilidade contemporâneas

Apesar de suas diferenças teóricas e metodológicas, Bauman, Debord e Mauss compartilham elementos para a construção de uma crítica profunda às dinâmicas do capitalismo contemporâneo. Enquanto Bauman enfoca a liquidez e a mercantilização das relações, Debord destaca a mediação espetacular e Mauss oferece um contraponto através da reciprocidade.

Essas críticas convergem em vários pontos, como por exemplo:

Mercantilização da vida social: todos os três autores destacam como as relações humanas são transformadas em transações; *Fragilização dos vínculos sociais:* Bauman fala da liquidez, Debord da mediação espetacular, Mauss da perda da reciprocidade; *Alienação:* cada autor analisa formas específicas de alienação decorrentes desses processos.

As diferenças entre os três também são igualmente reveladoras. Enquanto Bauman e Debord oferecem análises predominantemente críticas, Mauss apresenta uma alternativa positiva baseada na reciprocidade. Essa complementaridade permite uma compreensão mais completa dos desafios contemporâneos. Outra diferença importante reside em seus objetos de estudo. Bauman analisa a sociedade contemporânea em sua globalidade; Debord foca na mediação espetacular; Mauss examina sistemas de troca em sociedades não capitalistas. Essa diversidade de enfoques enriquece o diálogo teórico.

A articulação entre essas três perspectivas oferece ferramentas poderosas para analisar a sociedade contemporânea. A combinação da crítica baumaniana à modernidade líquida, da análise debordiana do espetáculo e da perspectiva maussiana sobre a reciprocidade permite compreender os processos de alienação em sua complexidade, identificar alternativas às lógicas dominantes e desenvolver estratégias de resistência e transformação social.

Quando Marcel Mauss analisou, em 1924, as obrigações de dar, receber e retribuir, não poderia imaginar o alcance de sua intuição em um mundo conectado por fibras ópticas e redes sem fio. Entretanto, as práticas que hoje chamamos economia da dádiva continuam a desafiar a supremacia da mercadoria, atuando como contrafluxos simbólicos em uma sociedade que Zygmunt Bauman descreveu como “líquida” e Guy Debord denunciou como “espetáculo”. Se para Bauman as relações dissolvem-se com a mesma rapidez com que são firmadas, e para Debord a experiência social torna-se imagem circulante, o dom aparece como insistência material de um vínculo que deseja durar e como interrupção do olhar mercantil que tudo converte em cifra.

Desse modo, tais autores, articulados, podem ser utilizados para uma leitura de alguns fenômenos contemporâneos, como, por exemplo, o *crowdfunding*⁴, *software* livre, moedas sociais, bancos de tempo, cooperativas de plataforma, dados como bem comum, criptomoedas comunitárias, licenças *creative commons*⁵, mutirões urbanos, agroecologia, finanças solidárias, redes de cuidado etc. Nesta seção, examinaremos como se entrelaçam e que tipo de horizonte político anunciam.

Na esfera digital, o dom manifesta-se em projetos de código aberto, repositórios colaborativos e campanhas de financiamento coletivo. Benkler (2006) descreve essa paisagem como “produção *peer-to-peer*”⁶, sustentada por reputação e cooperação distribuída. Ao transferir o foco do lucro imediato para a reputação partilhada, esses arranjos introduzem um tempo mais lento, incompatível com a urgência da modernidade líquida. A reputação, tal qual um crédito moral, adquire valor cumulativo; ela não se dissipa em cliques instantâneos, mas requer presença continuada e reconhecimento mútuo. Se a liquidez baumaniana prega mobilidade sem raiz, a contribuição persistente a um projeto de *software* livre exige permanência. Em termos debordianos, o código aberto produz “situações” em que usuários não apenas consomem imagens, mas coproduzem utilidade comum, subvertendo a passividade que alimenta o espetáculo.

4 Financiamento coletivo.

5 O maior exemplo desse modelo é a *Wikipédia*.

6 Designa processos colaborativos em larga escala, viabilizados por plataformas digitais, que dispensam tanto a lógica puramente mercantil quanto a hierarquia corporativa, gerando ativos que pertencem a todos os participantes e, potencialmente, à sociedade como um todo. Por exemplo, o *Sistema Linux* e a *Wikipédia*.

O *crowdfunding* amplia esse jogo. Campanhas bem-sucedidas raramente dependem só do capital levantado. Elas dependem da narrativa, da confiança e do senso de pertencimento que catalisam. Quem doa não compra um produto acabado, mas investe em uma possibilidade compartilhada. O retorno, quando ocorre, vem na forma de pertencimento simbólico ou de benefícios futuros, nem sempre equivalentes ao montante doado. Desloca-se, assim, o eixo da equivalência estrita para um regime de reconhecimento difuso, reativando a lógica da dádiva primitiva em plena era do *PayPal*.

No Brasil, bancos comunitários como o Banco Palmas, em Fortaleza, emitem moedas locais lastreadas na confiança mútua. Elas circulam dentro do bairro, fortalecendo microempreendedores e retendo riqueza no território. Ao deslocar a mediação financeira dos grandes bancos para redes de vizinhança, essas experiências desmercadorizam o crédito, resgatando uma dimensão relacional próxima à dádiva. Bauman veria aí uma tentativa de reenraizar a economia, de condensar a fluidez em solidariedade territorial. Debord, por sua vez, notaria o potencial dessas moedas para interromper a espetacularização monetária, pois seu valor depende menos da cotação abstrata e mais da interação face a face.

Bancos de tempo trocam horas, não dinheiro. Cuidar de uma idosa ou dar aula de reforço rende créditos que podem ser trocados por reparos domésticos ou consultas médicas comunitárias. Esse mercado invertido, onde o preço é sempre uma hora, corrói o fetiche do valor quantitativo. Torna visível o trabalho reprodutivo, historicamente invisibilizado, e revela que o bem-estar coletivo repousa sobre uma vasta rede de dádivas quotidianas. Ao classificar todas as tarefas numa métrica igualitária, bancos de tempo minam hierarquias funcionalistas e performam o ideal baumaniano de comunidade moral em meio ao turbilhão líquido. Muito provavelmente Debord diria que o tempo capturado pela produção industrial retorna como presente comum.

Se o capitalismo de plataforma converte dados em lucro privado, cooperativas digitais tentam reconduzir esses mesmos algoritmos ao interesse coletivo. Motoristas que se unem para gerir seu próprio aplicativo ou entregadores que repartem receita demonstram que a infraestrutura técnica pode ser redesenhada segundo a lógica da reciprocidade. Aqui, a dádiva aparece como autogestão da externalidade: cada associado oferta parte de seu trabalho e, em troca, participa das decisões e da distribuição do excedente. A instabilidade laboral, sintoma da liquidez, é enfrentada por um pacto de confiança estatutária, enquanto o espetáculo da marca corporativa cede lugar à visibilidade dos próprios trabalhadores.

Da agroecologia às feiras de trocas, cadeias curtas de abastecimento encurtam a distância entre produtor e consumidor. O alimento chega carregado de história, rosto e sazonalidade, atributos que o supermercado neutraliza em embalagens plásticas. Cada cesta orgânica entregue por uma cooperativa solidária é, portanto, uma contraimagem ao tomate estandardizado do hipermercado. A relação custo-benefício dá lugar ao significado; a qualidade reocupa o espaço da quantidade. O consumidor torna-se cocuidador do solo e, nesse gesto, abraça o *ethos* debordiano de reconstruir a experiência contra as mercadorias-fantasma.

Durante a pandemia de Covid-19, coletivos de bairro costuraram máscaras, montaram cozinhas solidárias e organizaram vaquinhas para famílias em isolamento. A urgência sanitária afetou o mercado formal de suprimentos; emergiu, no vazio, uma economia de dádivas suturando feridas sociais. Bauman observaria a reemergência do “nós” comunitário quando as instituições líquidas fraquejam. Debord enxergaria a rachadura do espetáculo, momentaneamente subjugado pelo valor do encontro, mesmo que mediado por janelas ou aplicativos de mensagem.

Outro exemplo é o compartilhamento viral de memes que opera sob regime de alegria contagiosa, onde cada postagem é um presente que adiciona camada interpretativa. A autoria fragmenta-se, gerando uma rede de dívidas criativas que nenhuma legislação de copyright consegue mapear. O riso, aqui, é política. O riso desmonta a seriedade do capital-imagem, expondo sua arbitrariedade. O meme subverte o espetáculo ao rir-se dele, e contraria a fluidez sem lastro ao ancorar sentido em comunidades afetivas.

Por sua vez, as *big techs* aprenderam a extrair lucro do gesto cooperativo, onde curtidas viram dados, dados viram mercadorias. Assim, o presente se transmuta em novo espetáculo e contribui para a liquidez hegemônica. A dialética da dádiva inclui, portanto, o risco de captura. Se o código aberto é incorporado a produtos proprietários sem devolução, ocorre aquilo que Debord chamaria de “détournement inverso”: o sistema absorve o antídoto e o revende.

Mas o que une *crowdfunding*, *software* livre, bancos comunitários e agroecologia? Muito possivelmente, o entrelaçamento comunitário em detrimento do isolamento competitivo. Todavia, sempre bom lembrar, tais redes não residem fora do capitalismo, elas convivem com ele em tensão contínua. Bauman alertaria contra o risco de que a liquidez dissolva até mesmo essas iniciativas, transformando dom em “amostra grátis” para fidelizar consumidores. Debord lembraria que qualquer prática pode ser espetacularizada, reduzida a um *hashtag* ou *case* de marketing. Já perspectiva maussiana, alertaria para a articulação de instituições capazes de conter essa liquidez e o fascínio do espetáculo.

Se a modernidade líquida ameaça a consistência dos laços e a sociedade do espetáculo encena a vida como mercadoria, o dom oferece gramática alternativa, dando foco à circularidade, à mutualidade e à temporalidade expandida. Ele não é panaceia, mas revela que outras economias são possíveis e já estão em curso. Ao reconhecer o valor dos presentes que trocamos, seja tempo, cuidado, conhecimento, alimento etc., fortalecemos o tecido social e a existência de uma política do comum. Nesse gesto, Mauss encontra Bauman na busca por densidade afetiva, e Debord na recusa ao fascínio mercantil. A revitalização da dádiva, portanto, não é regresso nostálgico, mas projeto de futuro, um convite a praticar outras lógicas de sociabilidade.

6. Os princípios da dádiva maussiana e as implicações para políticas públicas

A incorporação dos princípios da dádiva nos desenhos de políticas públicas requer reconhecer que o valor gerado pelas comunidades excede os limites impostos

pela acumulação e o lucro. Propostas recentes do campo da economia do bem-estar defendem métricas que incluam capital social e vínculos de confiança. Quando gestores municipais adotam instrumentos como orçamento participativo digital, inevitavelmente criam-se espaços de reciprocidade institucionalizada, estimulando a corresponsabilidade entre Estado e sociedade civil.

Experiências em Porto Alegre, Recife e Barcelona⁷ ilustram que alocar recursos a partir de deliberação coletiva aumenta a eficiência distributiva e legítima as decisões, reafirmando o argumento de Mauss sobre a obrigação de dar, receber e retribuir em escala ampliada. Sob essa ótica, tecnologias de código aberto oferecem arquitetura colaborativa que reduzem custos de transação e ampliam a transparência, alinhados à ética da dádiva.

Para consolidar políticas ancoradas na reciprocidade, é essencial construir sistemas participativos de monitoramento que privilegiem indicadores qualitativos de confiança e coesão social. Ferramentas de ciência cidadã podem coletar dados em tempo real, permitindo ajustes iterativos que honram o princípio maussiano da retribuição contínua. Ao estabelecer ciclos de *feedback* entre beneficiários e gestores, o Estado assume o papel de facilitador, reforçando pactos de solidariedade em vez de impor soluções de cima para baixo.

Experiências de renda básica universal testadas em países como Finlândia e programas-piloto no Brasil evidenciam que a transferência incondicional de recursos financeiros pode ser entendida como modalidade de dádiva institucional, que gera contrapartidas intangíveis na forma de maior autonomia e engajamento cívico. Estudos de Raventós (2022) indicam que beneficiários tendem a retribuir à coletividade por meio de participação ampliada em iniciativas comunitárias, corroborando a noção de que a generosidade estruturada no nível estatal não rompe com a obrigação de devolver, mas redefine o espaço da reciprocidade.

Finalmente, iniciativas de compras públicas com cláusulas de impacto social demonstram que o poder de aquisição do Estado pode fortalecer cadeias produtivas baseadas na lógica da cooperação, ampliando os círculos virtuosos da dádiva e reforçando a sustentabilidade econômica de projetos solidários.

Essas evidências sugerem que políticas públicas inspiradas na dádiva não devem ser vistas como gasto, mas como investimento em capital social e em resiliência comunitária, capaz de reduzir custos futuros associados a crises econômicas, sanitárias e climáticas. Ao reconhecer o valor econômico da cooperação, gestores fortalecem cadeias de valor territorializadas, promovendo empregos locais, reduzindo pegadas de carbono e, sobretudo, cultivando o senso de pertença que funda qualquer comunidade democrática duradoura.

7 Em Porto Alegre foi a experiência do “Orçamento Participativo”. Iniciado em 1989, reúne assembleias de bairro e fóruns temáticos que definem anualmente cerca de 15% do orçamento municipal. As prioridades votadas são incorporadas ao Plano Plurianual e acompanhadas em audiências públicas, tornando-se referência mundial de democracia deliberativa. No Recife, o programa “Participa Recife” combina plenárias presenciais com a plataforma digital homônima, criada em 2014, para que cidadãos proponham, discutam e votem projetos que, se aprovados, entram na Lei Orçamentária Anual; e, em Barcelona (Espanha), desde 2016, a cidade emprega o ecossistema “Decidim” (código aberto) em consultas públicas e, entre 2020-2024, destinou 75 milhões de euros a projetos escolhidos via “Pressupostos Participatius”, uma ferramenta que permite que qualquer morador apresente propostas, delibere e acompanhe cada etapa de implementação, consolidando-se como modelo exportável de governança colaborativa.

7. Considerações finais

Este artigo buscou demonstrar que as críticas de Bauman e Debord à mercantilização e à mediação espetacular podem ser robustecidas pela filosofia da dádiva de Mauss. Ao agregar exemplos contemporâneos que se baseiam em reputação e cooperação mútua, fica evidente que relações de reciprocidade permanecem centrais na tessitura social, mesmo em ambientes marcados pelo individualismo e pela lógica de mercado. A alienação não é destino irreversível, ela pode ser enfrentada por práticas que recolocam o reconhecimento mútuo e a dádiva no centro das interações.

Do ponto de vista filosófico, o diálogo entre ontologia social, se assim podemos denominar, e crítica política mostrou que reciprocidade não é mera nostalgia comunitarista. Ela corresponde a uma gramática moral dotada de eficácia pragmática, capaz de orientar inovações institucionais em políticas públicas de economia solidária, cultura digital e direitos sociais. Uma abordagem das instituições contemporâneas que articule as teorias do dom pode apontar caminhos concretos para uma gestão coletiva de recursos tangíveis e intangíveis, reforçando a potencialidade emancipatória das trocas não mercantis.

Em síntese, buscou-se reforçar que a sociedade contemporânea comporta múltiplas racionalidades. A lógica do consumo e do espetáculo contrapõe-se à lógica da dádiva, que, ao invés de suprimir o mercado, oferece-lhe limites éticos e possibilidades de reencantamento. Pesquisas futuras podem investigar métricas de impacto dessas práticas de reciprocidade em larga escala, bem como explorar metodologias participativas que deem voz a coletivos historicamente silenciados. Avançar nessa agenda contribuirá para uma sociologia crítica comprometida com a transformação social.

Referências

- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BAUMAN, Z. *Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BAUMAN, Z.; JACOBSEN, M. H.; TESTER, K. *Para que serve a sociologia?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2015.
- BENKLER, Y. *The wealth of networks: How social production transforms markets and freedom*. New Haven: Yale University Press, 2006.
- CASTELLS, M. *The rise of the network society*. Oxford: Blackwell, 1996.
- COLEMAN, G. *Coding freedom: The ethics and aesthetics of hacking*. Princeton: Princeton University Press, 2013.

COSTA, M. et al. “Dádiva e solidariedade em tempos de pandemia: um estudo sobre redes de apoio no Recife”. *Revista Brasileira de Sociologia*, 2023.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 2003.

GODBOUT, J. T.; CAILLE, A. *O mundo da dádiva*. Montreal & Kingston: McGill-Queen's University Press, 1998.

GRAEBER, D. *Debt: The first 5,000 years*. New York: Melville House, 2011.

HARVEY, D. *The condition of postmodernity*. Oxford: Blackwell, 1990.

MARTINS, P. H. “A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 73, p. 45-66, 2005.

MARTINI, S. R.; BEURON, B. M. C. “Reconfiguração das relações humanas e sociais a partir da tecnologia: perspectivas sobre a exposição midiática segundo Bauman e Debord e os efeitos jurídicos aos direitos fundamentais”. *Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno*, v. 2, n. 8, p. 64-78, 2023.

MAUSS, M. “Ensaio sobre a dádiva”. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 1924/2003.

OSTROM, E. *Governing the commons: The evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RIFKIN, J. *A era do acesso*. São Paulo: Makron Books, 2001.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

STALLMAN, R. *Free software, free society: Selected essays*. Boston: GNU Press, 2002.

O mito do *Self-Made Man* no Neoliberalismo: Ideologia, Precarização e Subjetividade

The myth of the Self-Made Man in Neoliberalism: Ideology, Precarization, and Subjectivity

El mito del Self-Made Man en el Neoliberalismo: Ideología, Precarización y Subjetividad

Fabiana Rodrigues Dias¹

Resumo

Dias, F. R. O mito do *Self-Made Man* no Neoliberalismo: Ideologia, Precarização e Subjetividade. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 57-72, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2448

O artigo analisou criticamente o mito do *self-made man* e sua ressignificação no contexto neoliberal, onde ele é transformado na figura do 'empreendedor de si mesmo'. Essa narrativa, enraizada na ética protestante e consolidada como símbolo de mérito individual, é utilizada como ferramenta ideológica para mascarar desigualdades estruturais e legitimar a precarização do trabalho. Por meio de revisão bibliográfica, destaca-se como o neoliberalismo desloca a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso para o indivíduo, ocultando as condições materiais que limitam a mobilidade social. Discursos de autossuperação, amplificados por influenciadores digitais e *coaches* motivacionais, contribuem para a internalização da lógica de mercado, gerando ansiedade, culpa e alienação. O estudo conclui que o *self-made man* não apenas despolitiza as relações laborais, mas também enfraquece resistências coletivas, ao fragmentar os trabalhadores e promover soluções individualistas para problemas estruturais. Propõe-se, assim, a desconstrução desse mito como passo essencial para desafiar a hegemonia neoliberal e fomentar alternativas coletivas que combatam a precarização e promovam justiça social.

Palavras-chave: *Self-made man*; Neoliberalismo; Precarização do trabalho; Subjetividade neoliberal; Meritocracia.

Abstract

Dias, F. R. The myth of the Self-Made Man in Neoliberalism: Ideology, Precarization, and Subjectivity. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 57-72, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2448

This article critically analyzes the myth of the self-made man and its reinterpretation within the neoliberal context, where it is transformed into the figure of the 'self-entrepreneur.' Rooted in Protestant ethics and established as a symbol of individual merit, this narrative serves as an ideological tool to mask structural inequalities

¹ Mestre em Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: frdias@alumni.usp.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-0747-5694>

and legitimize precarious labor conditions. Through a bibliographic review, the study highlights how neoliberalism shifts the responsibility for success or failure onto individuals, concealing the material constraints that limit social mobility. Narratives of self-improvement, amplified by digital influencers and motivational coaches, reinforce the internalization of market logic, fostering anxiety, guilt, and alienation. The study concludes that the self-made man not only depoliticizes labor relations but also weakens collective resistance by fragmenting workers and promoting individualistic solutions to systemic problems. The deconstruction of this myth is proposed as a crucial step to challenge neoliberal hegemony and foster collective alternatives to combat labor precarization and promote social justice.

Keywords: *Self-made man*; Neoliberalism; Labor precarization; Neoliberal subjectivity; Meritocracy.

Resumen

Dias, F. R. El mito del Self-Made Man en el Neoliberalismo: Ideología, Precarización y Subjetividad. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 57-72, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2448

El artículo analiza críticamente el mito del *self-made man* y su resignificación en el contexto neoliberal, donde se transforma en la figura del “emprendedor de sí mismo”. Esta narrativa, arraigada en la ética protestante y consolidada como símbolo del mérito individual, se utiliza como herramienta ideológica para enmascarar desigualdades estructurales y legitimar la precarización laboral. A través de una revisión bibliográfica, se destaca cómo el neoliberalismo desplaza la responsabilidad del éxito o del fracaso al individuo, ocultando las condiciones materiales que limitan la movilidad social. Los discursos de autosuperación, amplificados por *influencers* digitales y *coaches* motivacionales, contribuyen a la internalización de la lógica de mercado, generando ansiedad, culpa y alienación. El estudio concluye que el *self-made man* no solo despolitiza las relaciones laborales, sino que también debilita las resistencias colectivas al fragmentar a los trabajadores y promover soluciones individualistas para problemas estructurales. Por ello, se propone la desconstrucción de este mito como un paso esencial para desafiar la hegemonía neoliberal y fomentar alternativas colectivas que enfrenten la precarización y promuevan la justicia social.

Palabras clave: *Self-made man*; Neoliberalismo; Precarización laboral; Subjetividad neoliberal; Meritocracia.

Data de submissão: 21/02/2025

Data de aceite: 23/03/2025

1. Introdução

A figura do *self-made man* ocupa um lugar central no imaginário ocidental, consolidando-se como o arquétipo do sucesso individual. Construído a partir da ideia

de que o esforço, a determinação e o mérito pessoal são os principais fatores para a ascensão social, esse mito encontra suas raízes na ética protestante descrita por Max Weber, onde o trabalho árduo e a autodisciplina eram valorizados como virtudes religiosas. No entanto, ao longo do tempo, essa crença foi secularizada e incorporada à lógica capitalista como um ideal que exalta a autonomia e minimiza o papel das condições estruturais. Em um contexto neoliberal, o *self-made man* é ressignificado como o “empreendedor de si mesmo”, uma figura que não apenas reforça o individualismo extremo, mas também reproduz narrativas que obscurecem desigualdades e legitimam precarizações nas relações de trabalho.

O neoliberalismo, e sua ideologia dominante, conforme Adams *et al.* (2022), não se limita a uma doutrina econômica, mas configura um conjunto de padrões culturais e visões de mundo que se assemelham ao liberalismo clássico. No entanto, há um desvio fundamental na centralidade conferida à liberdade, especialmente no que se refere às restrições ao crescimento e à autoexpressão, em detrimento de valores como igualdade e obrigação cívica. Como afirmam os autores:

Essas manifestações econômicas e políticas de padrões culturais neoliberais têm vínculos com um conjunto de filosofias sociais e visões de mundo que guardam forte semelhança com o liberalismo clássico. No entanto, o neoliberalismo se desvia do liberalismo clássico em sua ênfase na liberdade – especialmente nas restrições ao crescimento e à autoexpressão (Deleuze & Guattari, 1980/2004) – acima de outros valores liberais (por exemplo, igualdade e obrigação cívica). As expressões socioculturais do neoliberalismo estendem a lógica do capitalismo liberal baseado no mercado a todos os aspectos da vida, incluindo amor, família e obrigação cívica (por exemplo, Harvey, 2005; Klein, 2017a; Teo, 2018). A ênfase na liberdade e na autodeterminação é atraente, especialmente para pessoas em ascensão, ansiosas por transcender as restrições na busca de suas aspirações (Adams *et al.*, 2022, p. 191).

Esse deslocamento permite que o neoliberalismo seja incorporado à vida de maneira sedutora, promovendo a ideia de que o sucesso individual depende apenas da superação de barreiras pessoais, e não de transformações estruturais. Dessa forma, valores como solidariedade e justiça social são progressivamente esvaziados, sendo substituídos pela lógica do desempenho e da maximização do potencial individual: O *self-made man* (Carmo *et al.* 2021).

No presente artigo, propõe-se uma análise crítica desse mito, que permanece influente na subjetividade contemporânea e na forma como as pessoas compreendem suas condições de vida e trabalho. A partir de uma revisão teórica e de autores que discutem o impacto do neoliberalismo na subjetividade e nas relações laborais, busca-se compreender como a narrativa do *self-made man* é instrumentalizada para despolitizar problemas estruturais e deslocar responsabilidades para o indivíduo. A discussão se orienta a refletir sobre os efeitos desse mito no enfraquecimento da solidariedade

coletiva e no aumento de pressões individuais, destacando a urgência de desconstruir essas narrativas para fomentar alternativas mais justas e coletivas.

2. Revisão da Literatura

A figura do *self-made man* tem raízes profundas na cultura ocidental, consolidando-se no século XVIII com o trabalho de pensadores como Benjamin Franklin, que, em sua *Autobiografia* (2006), exaltava a autodisciplina, a frugalidade e o trabalho árduo como virtudes essenciais para o progresso pessoal. Franklin apresentava a ideia de que o sucesso individual era alcançado por meio do esforço e da perseverança, ajudando a moldar o *ethos* do capitalismo emergente. Posteriormente, no início do século XX, Max Weber, em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (2004), analisou como essa valorização do trabalho encontrou terreno fértil na ética protestante, especialmente no calvinismo, que atribuía ao sucesso econômico uma dimensão espiritual. Weber demonstrou que a ascese intramundana, ao valorizar o trabalho como um dever moral, contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo moderno e para a legitimação das desigualdades sociais como resultado da vontade divina (Rosha, 2010).

Com o avanço do capitalismo, no entanto, o *self-made man* foi secularizado, tornando-se uma ideologia que desvincula o sucesso das condições materiais e o associa exclusivamente ao mérito individual. Essa narrativa, porém, ganha contornos específicos no Brasil contemporâneo, onde o neopentecostalismo resgata elementos dessa ética protestante ao promover a prosperidade econômica como um sinal de bênção divina. Como analisa Mariano (2012) em seus estudos sobre a Igreja Universal do Reino de Deus, essa instituição religiosa popularizou a chamada “Teologia da Prosperidade”, que associa o sucesso financeiro à fé e ao esforço espiritual.

Com o avanço do neoliberalismo no final do século XX, o *self-made man* foi amplamente ressignificado e adaptado para o modelo do “empreendedor de si mesmo”, conceito central discutido por Dardot e Laval em *A nova razão do mundo* (2016). Segundo os autores, o neoliberalismo não se limita a ser um sistema econômico, mas constitui uma racionalidade que molda todas as esferas da vida, inclusive as subjetividades individuais. Nesse contexto, os indivíduos passam a ser encorajados a se comportarem como empresas: autogeridos, competitivos e responsáveis por sua própria realização e fracasso. De acordo com Filho *et al.* (2020), essa lógica despolitiza as condições estruturais que perpetuam a desigualdade, pois desloca a responsabilidade de transformações coletivas para uma performance individual idealizada. Além disso, a cultura do empreendedorismo reforça o mito do *self-made man* ao apresentar histórias de sucesso isoladas como normativas, ignorando os fatores sociais e econômicos que limitam a mobilidade social para a maioria.

A partir da perspectiva foucaultiana em relação à subjetivação nesse momento histórico, o discurso não é apenas um meio de comunicação, mas um instrumento fundamental na constituição do poder e na produção de subjetividades. Em *Segurança, território, população*, Foucault (2008) demonstra como as práticas governamentais sempre buscaram regular não apenas os corpos, mas também as almas, operando através de dispositivos discursivos que modelam comportamentos e modos de existência.

Nesse sentido, o poder não se impõe de forma direta ou coercitiva, mas atua por meio da produção de verdades que se tornam internalizadas pelos sujeitos. Como Foucault (2014) argumenta, os discursos estabelecem o que pode ser dito e pensado dentro de determinado regime de verdade, tornando-se uma ferramenta de controle que molda as condutas e as percepções da realidade.

No caso do neopentecostalismo, a Teologia da Prosperidade se apresenta como um discurso que naturaliza a desigualdade ao sugerir que o sucesso é fruto exclusivo da fé e do esforço individual, ao passo que a pobreza é interpretada como uma consequência da falta de dedicação espiritual ou de um “pensamento limitante”. Dardot e Laval (2016) complementam essa visão ao argumentar que a internalização da lógica empresarial não apenas molda as práticas laborais, mas também se infiltra na espiritualidade, fazendo com que a fé se torne mais um ativo a ser gerenciado. Assim, o crente é convidado a adotar uma postura empreendedora diante da própria vida, vendo-se como um “capital humano” que precisa investir continuamente em sua relação com Deus para garantir retornos espirituais e materiais.

A ressignificação do *self-made man* no neoliberalismo está profundamente atrelada ao fenômeno da precarização do trabalho. Guy Standing, em *O precariado*: (2011), introduz o conceito de *precariat* para descrever a classe de trabalhadores submetida a condições laborais instáveis, marcadas pela insegurança, ausência de direitos e baixa remuneração. O neoliberalismo, ao flexibilizar o mercado de trabalho, promove uma lógica em que a estabilidade é vista como privilégio e não como um direito. Nesse cenário, a narrativa do *self-made man* atua como um mecanismo ideológico que justifica essa precarização, ao sugerir que o sucesso ainda é acessível àqueles que se dedicam e possuem o “espírito empreendedor”. Standing argumenta que essa classe precarizada é incentivada a se perceber como um conjunto de indivíduos concorrendo entre si, o que enfraquece a solidariedade e dificulta a organização coletiva para reivindicar direitos. Assim, a figura do *self-made man* contribui não apenas para mascarar as desigualdades estruturais, mas também para fragmentar possíveis resistências coletivas às condições impostas pelo neoliberalismo.

Além de seu impacto nas condições materiais, o mito do *self-made man* no neoliberalismo exerce uma influência significativa na dimensão psíquica dos indivíduos. Dunker, Safatle e Silva Júnior, em *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (2017), argumentam que a internalização da lógica de mercado transforma o sujeito em um “gestor de si mesmo”, constantemente preocupado em avaliar e maximizar sua performance em todas as esferas da vida. Essa subjetividade neoliberal cria um ciclo de ansiedade e sofrimento, no qual o fracasso não é entendido como consequência de fatores estruturais, mas como resultado de escolhas inadequadas ou insuficiência pessoal. Nesse contexto, a figura do *self-made man* intensifica a pressão por autossuperação, ao mesmo tempo em que naturaliza a precarização das condições de vida e trabalho. O sofrimento é silenciado por meio de discursos de resiliência e *mindset*, frequentemente propagados por *coaches* e influenciadores digitais, que reforçam a ideia de que o sucesso depende apenas de “pensar positivo” e adotar a postura correta. Essa dinâmica não apenas agrava a alienação individual, mas também dificulta a construção de narrativas que questionem a ordem neoliberal.

Slavoj Žižek (2008) aborda a questão da precarização do trabalho sendo falsamente apresentada como liberdade em diversas de suas obras. Ele argumenta que, no contexto neoliberal, a flexibilização e a insegurança no emprego são frequentemente vendidas como oportunidades para que os indivíduos se tornem “empreendedores de si mesmos”. Essa retórica sugere que, ao não estarem presos a empregos fixos, as pessoas têm a liberdade de gerir suas próprias carreiras e destinos. No entanto, Žižek critica essa visão, apontando que essa suposta liberdade mascara uma forma de servidão moderna, onde os indivíduos são compelidos a constantemente se vender no mercado de trabalho, enfrentando insegurança e falta de proteção social. Essa dinâmica não apenas aumenta a pressão sobre os trabalhadores, mas também desvia a atenção das estruturas que perpetuam a desigualdade e a exploração.

A narrativa do *self-made man* também encontra ressonância na internet: *Instagram*, *Youtube*, *TikTok*, *Facebook* entre outros. Pode ser reconhecida no discurso de outros numerosos influenciadores digitais e *coaches* motivacionais, que desempenham um papel central na perpetuação da ideologia neoliberal. Nessas plataformas, certas figuras promovem constantemente a ideia de que o sucesso depende exclusivamente de esforço, disciplina e “pensar positivo”. Ao construir narrativas baseadas em histórias de superação pessoal, eles reforçam a crença de que o fracasso é uma falha moral ou uma incapacidade de adotar o comportamento correto. Esse fenômeno é especialmente preocupante porque transforma a precarização do trabalho em uma “oportunidade” de reinvenção individual, sugerindo que os trabalhadores precarizados podem triunfar se souberem se adaptar às condições adversas. Essa visão ignora completamente os fatores estruturais que limitam a mobilidade social e a igualdade de oportunidades, deslocando a culpa do sistema para o indivíduo (Santisteban, Jones, 2024).

E, por fim, é essencial mencionar a Psicologia como ciência moderna, que surgiu em meio à crescente industrialização e à expansão do capitalismo, com destaque para o desenvolvimento da Psicologia nos Estados Unidos. Como apontam Adams et al. (2022), as primeiras formulações da psicologia científica já estavam fortemente alinhadas às necessidades do mercado e da produtividade. Desde os primórdios, a psicologia estadunidense se desenvolveu não apenas como uma disciplina voltada para a compreensão da mente humana, mas também como uma ferramenta instrumental para aprimorar o desempenho dos trabalhadores, maximizar a eficiência e ajustar comportamentos às exigências econômicas. Essa relação entre psicologia e capitalismo se intensificou com a ascensão do neoliberalismo, que reformulou a disciplina para enfatizar a autorregulação, a resiliência e a performance individual.

Dessa forma, o *self-made man* não é apenas uma narrativa individualista, mas um dispositivo ideológico que serve para sustentar as desigualdades inerentes ao neoliberalismo. Ao longo dos séculos, sua ressignificação passou de um ideal religioso de virtude, descrito por Max Weber (2004), para uma ferramenta secular que promove a ilusão de liberdade e autonomia em um mercado de trabalho cada vez mais precarizado. Essa narrativa é reforçada por discursos midiáticos, culturais e religiosos, como demonstrado no caso do neopentecostalismo no Brasil, que associa prosperidade material à fé e ao esforço espiritual (Mariano, 2012). Assim, o mito do *self-made man* funciona como um mecanismo que não apenas sustenta a lógica neoliberal, mas

também perpetua a alienação e fragmentação dos trabalhadores, dificultando resistências coletivas e a construção de alternativas sistêmicas.

3. Análise crítica

3.1. O self-made man e a precarização do trabalho

Como descrito por Carmo *et al* (2021), Žižek (2008) e Standing (2011), o ideal do *self-made man*, no contexto neoliberal, transforma a precarização do trabalho em uma narrativa de oportunidade de reinvenção. A insegurança laboral, anteriormente vista como uma condição adversa, é reinterpretada como uma chance para que os indivíduos promovam sua capacidade de se adaptar e prosperar. Essa ressignificação é particularmente evidente em profissões que simbolizam o “empreendedorismo moderno”, como motoristas de aplicativos e trabalhadores autônomos e *freelancers*. Vendidos como exemplos de liberdade e flexibilidade, esses modelos de trabalho, na prática, oferecem condições altamente precárias: ausência de benefícios sociais, jornadas imprevisíveis e remuneração instável. A promessa de autonomia se transforma em exploração, pois esses trabalhadores são compelidos a gerenciar sua própria produtividade, assumir os riscos de sua atividade e competir constantemente no mercado. Nesse cenário, o *self-made man* funciona como um dispositivo ideológico que valida essas condições, ao apresentar o fracasso como uma consequência de escolhas individuais inadequadas, e não como o resultado de desigualdades estruturais (Hervieux; Voltan; Vallas; Prener, 2012).

Além disso, o discurso do *self-made man* perpetua a ideia de que a estabilidade no trabalho é obsoleta e que o sucesso depende da capacidade de inovar e se reinventar continuamente. Essa lógica encontra ressonância em setores como o marketing digital, onde trabalhadores autônomos são incentivados a investir em si mesmos, vendendo sua imagem e habilidades como produtos. (Estay *et al.*, 2013). Entretanto, essa exigência de constante reinvenção aprofunda a precarização, pois transfere para o indivíduo não apenas a responsabilidade por seu sucesso, mas também os custos associados ao seu trabalho, como equipamentos, formação contínua e saúde mental. Essa dinâmica reforça a alienação, pois o trabalhador se torna tanto o produto quanto o consumidor de sua própria atividade, enquanto as estruturas que possibilitam sua exploração permanecem invisíveis. Dessa forma, o *self-made man* não apenas naturaliza a precarização, mas também contribui para a manutenção de um sistema que prioriza a competitividade individual em detrimento da justiça social (Standing, 2013).

3.2. O self-made man no discurso neopentecostal

A ideologia do sujeito como responsável por seu sucesso ou fracasso, que se reflete na Teologia da Prosperidade, converte a fé em um recurso estratégico, reforçando a ideia de que as bênçãos divinas – e, por consequência, o sucesso financeiro – são acessíveis àqueles que demonstram disciplina, resiliência e uma mentalidade positiva. Como resultado, a estrutura social é ocultada por uma narrativa meritocrática que

não apenas despolitiza as desigualdades, mas também dificulta a organização coletiva, ao incentivar uma busca individualizada por soluções e ascensão pessoal dentro dos limites impostos pelo próprio sistema (Antonio, Lahuerta, 2014).

Nesse contexto, a fé se torna um elemento estratégico na construção da marca pessoal. A exposição de testemunhos de transformação financeira e espiritual nas igrejas, redes sociais e plataformas digitais não apenas reforça o discurso meritocrático, mas também estabelece um modelo de sucesso a ser seguido. Convertidos bem-sucedidos muitas vezes se tornam influenciadores religiosos, vendendo cursos e mentorias baseados na aplicação da fé como ferramenta para ascensão econômica (Mariano, 2012).

Assim como as corporações exigem constante capacitação de seus funcionários, as igrejas neopentecostais promovem a busca contínua por aperfeiçoamento espiritual, condicionando a prosperidade à participação ativa em campanhas de fé, doações e treinamentos internos. Esse modelo se assemelha ao funcionamento de empresas, nas quais o crescimento individual depende de metas alcançadas e da fidelidade à cultura organizacional. As igrejas são empresas e os fiéis são os empresários de si mesmos, os quais, através de esforço e oração, alcançarão o sucesso de suas “empresas de si mesmos” (Antonio, Lahuerta, 2014).

Um exemplo atual dessa interseção entre religião e empreendedorismo é Pablo Marçal, empresário e influenciador digital brasileiro. Marçal, que possui uma trajetória ligada à Igreja Videira em Goiânia, utiliza referências cristãs em seus discursos motivacionais, promovendo a ideia de que o sucesso material é alcançado por meio da autossuperação e da fé. Embora afirme que o cristianismo para ele é um “estilo de vida” e não se prenda a uma denominação específica, suas práticas combinam elementos de *coaching* e pregação neopentecostal, enfatizando a autorresponsabilidade e a busca individual por prosperidade. Essa abordagem exemplifica como discursos religiosos podem ser utilizados para reforçar ideais neoliberais, incentivando os indivíduos a interpretar suas trajetórias como resultado direto de seu esforço pessoal e espiritual, enquanto desconsideram as influências estruturais e sociais nas oportunidades de ascensão econômica (Antonio, Lahuerta, 2014).

Outro aspecto relevante é a crescente mercantilização da fé, que transforma líderes religiosos em figuras empreendedoras e igrejas em verdadeiros negócios voltados para a maximização de lucro e influência. Os pastores, muitas vezes, se apresentam como modelos de sucesso financeiro, vendendo cursos, livros e mentorias que prometem ensinar os fiéis a alcançar a prosperidade. Essa dinâmica cria um mercado religioso no qual a fé se torna um produto, e a espiritualidade, um campo de investimentos estratégicos. Assim, a ascensão social passa a ser vista não como um direito ou fruto de políticas públicas, mas como uma conquista pessoal, acessível apenas para aqueles que souberem “empreender” sua crença e administrar sua vida de forma eficiente. (Mariano, 2012).

Além disso, o mito do *self-made man* no neoliberalismo não apenas molda a subjetividade dos indivíduos, mas também redefine a própria noção de comunidade e solidariedade. Como aponta Mariano (2012), ideologia da prosperidade fragmenta os laços coletivos ao enfatizar a competição e a busca individual por ascensão. Nesse

modelo, a ajuda mútua e as reivindicações por justiça social perdem espaço, pois qualquer dificuldade enfrentada pelo outro é interpretada como falta de mérito pessoal. Esse processo não apenas fortalece o isolamento dos sujeitos, mas também inibe a construção de formas coletivas de resistência contra as desigualdades estruturais. Dessa forma, a solução para a pobreza não seria um problema estrutural a ser resolvido coletivamente, mas uma questão de “esforço e fé”. A ideologia da prosperidade, ao promover essa visão, acaba por despolitizar questões sociais, legitimando cortes em programas sociais sob o argumento de que qualquer um pode “dar a volta por cima”.

3.3. Subjetividade e culpa no neoliberalismo

Como aponta Curtin (2020), a narrativa do *self-made man* no neoliberalismo não se limita a moldar as condições materiais de trabalho; ela também impacta profundamente a subjetividade dos indivíduos. A lógica neoliberal transforma o trabalhador em um gestor de si mesmo, constantemente obrigado a avaliar sua performance e buscar autossuperação. Essa internalização da lógica de mercado cria um ciclo de culpa e ansiedade, onde o fracasso é percebido como uma falha moral ou como insuficiência pessoal. Slavoj Žižek, em *Em defesa das causas perdidas* (2008), observa que o neoliberalismo transforma a liberdade em um fardo, pois o indivíduo, embora teoricamente livre para escolher seu caminho, é continuamente pressionado a performar em um ambiente de incertezas estruturais. Essa pressão constante para “ser o melhor” alimenta um estado de insegurança psíquica, no qual os indivíduos vivem na expectativa de alcançar um ideal que, para a maioria, é inalcançável.

Além disso, a cultura do *mindset*, amplamente propagada por influenciadores digitais e *coaches* motivacionais, reforça essa dinâmica ao promover soluções individualistas e superficialmente otimistas. Mensagens como “basta querer para conseguir” ou “você é o único responsável pelo seu sucesso” desconsideram as barreiras estruturais que limitam as possibilidades de ascensão social. Como argumentam Dunker, Safatle e Silva Júnior em *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (2017), esse tipo de discurso intensifica o sofrimento ao silenciar as queixas legítimas sobre condições laborais adversas, promovendo uma resignação produtiva em vez de uma crítica sistêmica. Essa subjetividade neoliberal, ao focar na autossuficiência, fragmenta as solidariedades e impede que o trabalhador se enxergue como parte de uma coletividade que enfrenta problemas estruturais comuns. Assim, o mito do *self-made man* não apenas desvia o foco das desigualdades sistêmicas, mas também converte a precarização do trabalho em uma questão de atitude individual, dificultando a construção de narrativas críticas e coletivas.

3.4. Fragmentação e alienação dos trabalhadores

O mito do *self-made man* também desempenha um papel central na fragmentação e alienação dos trabalhadores, enfraquecendo a solidariedade coletiva. A narrativa meritocrática neoliberal promove a ideia de que o indivíduo é exclusivamente responsável por sua trajetória, desestimulando a percepção de que as condições

estruturais são compartilhadas entre os trabalhadores. Como argumenta Standing (2011), o neoliberalismo substitui os vínculos laborais tradicionais por relações de trabalho altamente individualizadas, nas quais cada trabalhador é incentivado a se enxergar como um concorrente de seus pares. Essa competitividade, mascarada como liberdade, fragmenta os laços de solidariedade e dificulta a organização coletiva para enfrentar a precarização. Sob essa lógica, as demandas coletivas por direitos, como estabilidade no emprego ou melhores condições de trabalho, são deslegitimadas como “coisas do passado”, enquanto o foco recai em estratégias individuais de ascensão.

Além disso, essa fragmentação intensifica o isolamento psíquico dos trabalhadores, que passam a carregar sozinhos o peso das expectativas impostas pela narrativa do *self-made man*. Slavoj Žižek sugere que essa alienação não é apenas funcional ao sistema neoliberal, mas fundamental para sua manutenção. Ao individualizar a experiência da precarização, o neoliberalismo desvia o foco das desigualdades estruturais e enfraquece as possibilidades de resistência organizada. Essa lógica é reforçada por discursos culturais e midiáticos que glorificam o sucesso individual e culpabilizam o fracasso, reforçando a ideia de que a coletividade é desnecessária ou mesmo contraproducente. Como resultado, os trabalhadores não apenas enfrentam condições de trabalho cada vez mais precarizadas, mas também são desprovidos das ferramentas necessárias para construir alternativas coletivas e desafiar a hegemonia neoliberal (Žižek, 2008).

Ademais, o enfraquecimento dos sindicatos na era neoliberal resultou em sérias consequências para os direitos trabalhistas, fragmentando a solidariedade entre os trabalhadores. Com a diminuição da densidade sindical e a perda de poder de negociação coletiva, os trabalhadores passaram a ser mais vulneráveis às políticas neoliberais, que priorizam a flexibilização das relações de trabalho e a redução das garantias históricas conquistadas pelos sindicatos. A financeirização das economias e a crescente mobilidade do capital contribuíram para um cenário de desemprego estrutural, com muitas empresas optando por transferir suas operações para locais onde a mão de obra é mais barata, enfraquecendo ainda mais as possibilidades de resistência organizada. Assim, a figura do *self-made man* surge como uma ideologia que mascara a realidade material de sua época. Essa dinâmica, associada à competição globalizada, gerou uma desunião entre os trabalhadores, que, antes amparados por suas organizações sindicais, agora se veem forçados a se comportar como empresários de si mesmos, em uma lógica individualista. Esse novo modelo, em que a autossuficiência e a gestão de risco se tornaram as principais formas de sobrevivência, impede a formação de alianças coletivas, tornando os trabalhadores mais expostos à exploração e dificultando a luta por melhores condições de trabalho e direitos (Vachon *et al.*, 2006).

3.5. Contradições do *self-made man*

Embora o mito do *self-made man* seja promovido como um modelo de liberdade e autonomia, ele é, na prática, marcado por grandes contradições que sustentam e perpetuam a lógica neoliberal. A promessa de que qualquer indivíduo, independentemente de sua origem, pode alcançar o sucesso por meio de esforço pessoal esconde as

barreiras estruturais que limitam a mobilidade social para a maioria. Como discutido por Dardot e Laval (2016), essa narrativa opera como uma ideologia que naturaliza a desigualdade, apresentando as condições de exploração e precarização como oportunidades de crescimento. Essa contradição é especialmente evidente em setores onde trabalhadores como motoristas de aplicativos são exaltados como empreendedores livres, mas enfrentam jornadas extenuantes, ausência de direitos e renda instável. A promessa de autonomia se revela, na realidade, uma forma de servidão moderna, onde os riscos e custos do trabalho são transferidos para o indivíduo, enquanto os lucros permanecem concentrados nas mãos das grandes corporações (Freni-Sterrantino; Salerno, 2021).

Outra contradição significativa é a perpetuação do sofrimento psíquico mascarado como autossuperação. Slavoj Žižek (2008) observa que o neoliberalismo transforma as pressões do mercado em um “desafio pessoal”, no qual a ansiedade e a insegurança são normalizadas como partes inerentes da busca pelo sucesso. O *self-made man*, nesse contexto, não é apenas uma figura aspiracional, mas também um mecanismo que gera conformidade com as exigências do sistema. Ao promover a ilusão de que o sucesso depende exclusivamente de mérito e esforço, o mito desvia o foco da exploração sistêmica e impede a construção de resistências coletivas. Assim, o *self-made man* simboliza tanto a promessa quanto o fracasso da lógica neoliberal, uma narrativa que enaltece a liberdade individual ao mesmo tempo em que aprisiona os indivíduos em um ciclo de exploração, alienação e culpa.

De acordo com Hornung e Höge (2019), as contradições do neoliberalismo em relação à promessa de flexibilização do trabalho são evidentes na forma como as práticas de flexibilidade, supostamente voltadas para o benefício dos trabalhadores, na realidade acabam fortalecendo os interesses dos empregadores. Embora a flexibilização seja apresentada como uma solução que proporciona mais autonomia e individualidade ao trabalhador, na prática ela resulta em uma maior insegurança no emprego e intensificação do trabalho, com os trabalhadores sendo cada vez mais pressionados a se adaptar a condições de trabalho instáveis. Além disso, a promessa de maior liberdade por meio da flexibilização frequentemente leva à autoexploração, pois os trabalhadores acabam se gerindo como empresários de si mesmos, sem a proteção das redes coletivas de solidariedade proporcionadas pelos sindicatos. A flexibilização, em vez de ser um instrumento de empoderamento, acaba funcionando como uma estratégia de racionalização econômica, favorecendo a redução de custos para os empregadores à custa da diminuição dos direitos trabalhistas. Dessa forma, o neoliberalismo, ao promover um modelo de trabalho individualista, acaba aprofundando as desigualdades sociais, o que contraria a promessa de uma flexibilização que fosse verdadeiramente benéfica para os empregados.

Por fim, as contradições do conceito de *self-made man* no contexto brasileiro se tornam ainda mais evidentes quando o trabalhador, em um cenário de precarização do trabalho, se vê forçado a criar seu próprio CNPJ ou MEI para garantir sua sobrevivência no mercado. O neoliberalismo, ao prometer liberdade e autonomia, leva o trabalhador a uma falsa ideia de independência. No entanto, ao adotar essa forma de trabalho, ele abdica dos direitos fundamentais que caracterizam uma relação de

emprego formal, como férias, 13º salário e FGTS, e assume todos os riscos e responsabilidades econômicas, sem o respaldo das redes de apoio e proteção social. Esse processo, longe de promover a emancipação, resulta em isolamento social e econômico, em que o trabalhador perde a segurança e a estabilidade oferecidas pelas relações trabalhistas tradicionais. Assim, o *self-made man* no Brasil, ao se submeter à exigência de “pejotização”, acaba sendo condenado a viver em uma constante vulnerabilidade, refletindo a falta de garantias sociais e a desproteção dos trabalhadores no modelo neoliberal (Barbosa, Ordem, 2015).

3.6. A psicologia neoliberal e sua influência na narrativa do *self-made man*

No início do século XX, figuras como John B. Watson e B.F. Skinner consolidaram o behaviorismo como uma abordagem dominante nos Estados Unidos. Watson, ao afirmar que o comportamento humano podia ser moldado e controlado por meio de estímulos externos, forneceu bases teóricas para o desenvolvimento de técnicas de condicionamento utilizadas tanto na publicidade quanto no gerenciamento de recursos humanos. Skinner, por sua vez, expandiu essas ideias com sua teoria do condicionamento operante, que propunha que os comportamentos poderiam ser reforçados ou eliminados com base em recompensas e punições. Essas abordagens foram amplamente aplicadas em ambientes corporativos, na educação e até mesmo em campanhas de persuasão política, reforçando a noção de que o sujeito pode (e deve) ser programado para responder às exigências do mercado (Adams *et al.*, 2022).

Ao longo do século XX, a psicologia estadunidense passou a incorporar e aperfeiçoar técnicas voltadas para a maximização da produtividade e para o ajuste individual às demandas sociais. Com o advento da Psicologia Positiva, na década de 1990, essa lógica se aprofundou ainda mais. Para Adams *et al.*:

“O neoliberalismo não apenas reconfigurou instituições econômicas e políticas, mas também penetrou nas ciências humanas, especialmente na psicologia, redefinindo o que significa ser um indivíduo bem-sucedido, resiliente e autônomo” (p. 124).

Essa transformação levou à ampliação de abordagens psicológicas que enfatizam o poder da mentalidade e da autorresponsabilidade, alinhando-se à ideologia meritocrática neoliberal.

A partir dessa lógica, o sofrimento psíquico passou a ser tratado como um problema de gestão pessoal, em vez de um sintoma das condições estruturais de desigualdade. A ascensão do *coaching* como fenômeno cultural ilustra essa tendência: figuras como Tony Robbins e, no Brasil, Pablo Marçal, adaptaram conceitos da psicologia para construir discursos motivacionais que enfatizam o sucesso individual como um resultado direto da atitude correta. Como observa Adams *et al.*, (2022):

“O neoliberalismo transforma a psicologia em um dispositivo de engenharia social que promove a aceitação da precariedade como uma condição natural da existência humana, ao invés de um problema social a ser combatido” (p. 126).

Assim, a psicologia, que inicialmente buscava compreender e explicar o comportamento humano, tornou-se um instrumento poderoso na manutenção da ideologia neoliberal. A psicologia neoliberal desempenha um papel fundamental na consolidação da narrativa do *self-made man*, ao transformar o indivíduo em um sujeito integralmente responsável pelo seu destino econômico e social. A partir das décadas finais do século XX, observa-se uma crescente instrumentalização da psicologia em prol da lógica de mercado, promovendo abordagens que enfatizam a autogestão emocional, a resiliência e o sucesso como fruto exclusivo do esforço individual. Essa internalização da lógica capitalista na subjetividade dos indivíduos não apenas reforça a responsabilização pessoal pelo fracasso, mas também enfraquece resistências coletivas, uma vez que transforma problemas estruturais em desafios meramente individuais (Adams *et al.*, 2022).

Adams *et al.* (2022) argumentam que a ascensão da Psicologia Positiva, por exemplo, consolidou uma visão voltada para a valorização da felicidade e do pensamento positivo como instrumentos de superação. Essa abordagem desconsidera os determinantes sociais e estruturais das dificuldades econômicas e emocionais, perpetuando a ideia de que qualquer indivíduo pode prosperar caso adote a “mentalidade correta”. Tal discurso encontra ampla aceitação entre influenciadores digitais, *coaches* motivacionais e empresários de sucesso, que propagam a crença de que a ascensão econômica é acessível a todos, independentemente de suas condições materiais de partida.

Thrift (2021) afirma que essa influência da psicologia neoliberal na narrativa do *self-made man* também se manifesta na popularização de conceitos como “inteligência emocional”, “*grit*” (garra) e “resiliência”, frequentemente utilizados para justificar o sucesso daqueles que se adaptam às exigências do mercado. Como resultado, cria-se um ciclo de autoexploração, no qual os indivíduos são levados a enxergar sua própria precarização como um desafio pessoal a ser superado, e não como um sintoma das dinâmicas estruturais do neoliberalismo.

A psicanálise e a psicologia social crítica têm se posicionado contra essa tendência, destacando os impactos desse modelo na saúde mental e na construção de subjetividades fragilizadas pela pressão constante por performance e sucesso. Como argumentam autores como Dunker, Safatle e Silva Júnior (2017), o neoliberalismo reconfigura o sofrimento psíquico, transformando-o em um problema individual, ao mesmo tempo em que impõe um modelo de subjetividade pautado pela eficiência e pela constante necessidade de autoaperfeiçoamento.

Dessa forma, a psicologia neoliberal não apenas reforça a narrativa do *self-made man*, mas também se torna um de seus principais sustentáculos ideológicos. Ao ignorar os condicionantes estruturais da desigualdade econômica e social, essa abordagem contribui para a perpetuação da lógica neoliberal, mantendo os indivíduos aprisionados em um ciclo de autoexploração e culpa, enquanto os mecanismos que produzem a precarização seguem inquestionados (Adams *et al.*, 2022).

4. Conclusão

O mito do *self-made man* continua a exercer uma influência poderosa no imaginário contemporâneo, especialmente no contexto neoliberal, onde foi ressignificado como o “empreendedor de si mesmo”. Essa figura, outrora vinculada à ética protestante e à virtude moral, tornou-se um dispositivo ideológico que legitima a precarização do trabalho e despolitiza as condições estruturais que perpetuam desigualdades.

A narrativa de que o sucesso é acessível a todos que se esforçam reforça a culpabilização individual pelo fracasso, mascarando as barreiras sistêmicas que limitam as oportunidades para a maioria. Sob essa lógica, os trabalhadores são compelidos a se reinventar continuamente, enfrentando jornadas extenuantes e insegurança econômica, enquanto são incentivados a enxergar a precarização como liberdade e autonomia. Além disso, o impacto psíquico dessa ideologia é profundo, gerando ansiedade, culpa e alienação, conforme argumentado por Žižek (2008) e Dunker *et al.* (2017). Essas dinâmicas não apenas dificultam a organização coletiva, mas também perpetuam a fragmentação e o isolamento dos trabalhadores, enfraquecendo as resistências contra o modelo neoliberal.

Diante disso, desconstruir o mito do *self-made man* é essencial para questionar a lógica meritocrática e promover a solidariedade como uma ferramenta de transformação. Somente ao resgatar a coletividade e enfrentar as contradições do neoliberalismo será possível construir alternativas que desafiem a precarização e ofereçam condições mais justas e dignas para todos.

Referências

ADAMS, Glen; ESTRADA-VILLALTA, Sara; SULLIVAN, Daniel; MARKUS, Hazel Rose. *A psicologia do neoliberalismo e o neoliberalismo da psicologia*. Trabalho Vivo, 2022. Disponível em: <http://trabalhovivo.net/wp-content/uploads/2022/06/Texto-4-A-Psicologia-do-Neoliberalismo-e-o-Neoliberalismo-da-Psicologia.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2025.

ANTONIO, Gabriel Henrique; LAHUERTA, Milton Burnatelli de. “O neopentecostalismo e os dilemas da modernidade periférica sob o signo do novo desenvolvimentismo brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 14, p. 13-48, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/RS8WDsN4tkYGcFKbnqsnWZd/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BARBOSA, Attila Magno Silva; ORBEM, Juliani Veronezi. “Pejotização’: precarização das relações de trabalho, das relações sociais e das relações humanas”. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, v. 10, n. 2, p. 839-859, 2015. DOI: 10.5902/1981369420184. Disponível em: <https://www.ufsm.br/revistadireito>. Acesso em: 1º mar. 2025.

CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. *Happycracia: Cómo la ciencia y la industria de la felicidad controlan nuestras vidas*. Madrid: Paidós, 2019.

CARMO, Luana Jéssica Oliveira. ASSIS, Lilian Bambirra de. GOMES JÚNIOR, Admardo Bonifácio. TEIXEIRA, Marcella Barbosa Miranda. “O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal”. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 31-44, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/HY7NpJpmW6vh6sKX3YdCrSd/>. Acesso em: 2 mar. 2025.

CURTIN, Emily. Resenha de: MAKOVICKY, Nicolette (Ed.). *Neoliberalism, personhood, and postsocialism: Enterprising selves in changing economies*. Surrey, UK: Ashgate, 2014. xi + 209 p. Enterprise & Society, Cambridge University Press, v. 21, n. 2, p. 547-549, jun. 2020. DOI: 10.1017/eso.2020.27.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUNKER, Christian Ingo Lenz; SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da. *Neoliberalismo como gestão do sofrimentopsíquico*. São Paulo: Autêntica, 2017.

ESTAY, Christophe; DURRIEU, François; AKHTER, Manzoom. “Entrepreneurship: From motivation to start-up”. *Journal of International Entrepreneurship*, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 243-267, jul. 2013. DOI: 10.1007/s10843-013-0109-x.

FELDMAN, Gregory; TEUBNER, Marc. *A psicologia do neoliberalismo e o neoliberalismo da psicologia*. Trabalho Vivo, 2022. Disponível em: <http://trabalhovivo.net/wp-content/uploads/2022/06/Texto-4-A-Psicologia-do-Neoliberalismo-e-o-Neoliberalismo-da-Psicologia.pdf>. Acesso em: 25 fev.2025.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANKLIN, Benjamin. *Autobiografia*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

FRENI-STERRANTINO, Anna; SALERNO, Vincenzo. “A plea for the need to investigate the health effects of gig-economy”. *Frontiers in Public Health*, [S.l.], v. 9, p. 638767, 2021. DOI: 10.3389/fpubh.2021.638767. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpubh.2021.638767/full>. Acesso em: 10 mar. 2025.

HERVIEUX, Chantal; VOLTAN, Annika. "Framing social problems in social entrepreneurship". *Journal of Business Ethics*, [S.l.], v. 151, n. 2, p. 279-293, ago. 2018. DOI: 10.1007/s10551-016-3252-1.

HORNUNG, Severin; HÖGE, Thomas. "Humanization, rationalization or subjectification of work? Employee-oriented flexibility between i-deals and ideology in the neoliberal era". *Business & Management Studies: An International Journal*, v. 7, n. 5, p. 3090-3119, 2019.

ILLOUZ, Eva. *Why love hurts: A sociological explanation*. Cambridge: Polity Press, 2015.

MAFRA, C.; SWATOWISKI, C.; SAMPAIO, C. "O projeto pastoral de Edir Macedo: uma igreja benevolente para indivíduos ambiciosos?" *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 78, p. 81-96, fev. 2012.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2012.

ROSHA, Rekha. "Accounting capital, race and Benjamin Franklin's 'pecuniary habits' of mind in The Autobiography". In: BALFOUR, Robert J. (Ed.). *Culture, capital and representation*. London: Palgrave Macmillan, 2010. p. 35-48. DOI: 10.1057/9780230291195_3.

SANTISTEBAN, Sebastián C.; JONES, Campbell. "Ordinary entrepreneurial psychosis. Organization", [S.l.], v. 31, n. 1, p. 66-86, 2024. DOI: 10.1177/13505084221079007.

STANDING, Guy. *The precariat: The new dangerous class*. London: Bloomsbury Academic, 2011.

THRIFT, Erin. "The role of education in neoliberal selfhood". *Theory & Psychology*, [S.l.], v. 32, n. 2, p. 347-349, 2021. DOI: 10.1177/09593543211064260.

VALLAS, Steven P.; PRENER, Christopher. "Dualism, job polarization, and the social construction of precarious work". *Work and Occupations*, [S.l.], v. 39, n. 4, p. 331-353, 2012. DOI: 10.1177/0730888412453166.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ŽIŽEK, Slavoj. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo, 2008.

Vozes no silêncio: como promover o letramento literário a partir da prosa poética do escritor angolano Ondjaki

Voices in the silence: how to promote literary literacy through the poetic prose of Angolan writer Ondjaki

Voces en el silencio: cómo promover la alfabetización literaria através de la prosa poética del escritor angolano Ondjaki

Evandro José dos Santos Neto¹

Cátia de Jesus Lima²

Resumo

Neto, E. J. S. Lima, C. J. Vozes no silêncio: como promover o letramento literário a partir da prosa poética do escritor angolano Ondjaki. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 73-88, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2360

Este artigo apresentou uma proposta de letramento literário a partir do conto *Uma escuridão bonita*, do escritor angolano Ondjaki, tendo como fundamentação teórica as abordagens metodológicas organizadas por Rildo Cosson no livro *Letramento literário: teoria e prática*, de 2014. A sugestão de trabalho apresentada aqui visa tirar o discente da condição de leitor passivo, aquele que apenas recebe informações por meio da leitura, para alçá-lo à posição de explorador, cuja função é investigar as potencialidades apresentadas pelo texto literário para, dessa forma, compreender as possibilidades de sentido que tem a narrativa para si, para os seus pares e para a sociedade na qual está inserido. Seguindo as etapas do modelo sugerido por Cosson, e efetuando as adequações necessárias, a proposta apresentada aqui está dividida em cinco partes sequenciais: motivação, introdução, leitura, interpretação e expansão.

Palavras-chave: Letramento literário; Sequência didática; Literatura africana; Literatura infanto-juvenil; Ondjaki.

Abstract

Neto, E. J. S. Lima, C. J. Voices in the silence: how to promote literary literacy through the poetic prose of Angolan writer Ondjaki. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 73-88, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2360

This paper presents a proposal for literary literacy based on the short story A beautiful darkness by the Angolan writer Ondjaki, with a theoretical foundation

- 1 Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (USP) e professor adjunto de Teoria da Literatura e Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade Estadual do Paraná (Unespar). E-mail: evandro.netto@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0246-9526>
- 2 Mestranda em Estudos de Literatura pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e professora de História e Língua Portuguesa na educação básica. E-mail: catialima@estudante.ufscar.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0494-7915>

drawn from the methodological approaches outlined by Rildo Cosson in the book Letramento literário: teoria e prática, published in 2014. The proposed approach aims to move students from the role of passive readers, who simply receive information through reading, to active explorers, whose task is to investigate the potentialities presented by the literary text. The goal is for students to understand the meanings the narrative holds for themselves, their peers, and the society they are part of. Following the steps of the model suggested by Cosson, with the necessary adaptations, the proposal presented here is divided into five sequential parts: motivation, introduction, reading, interpretation, and expansion.

Keywords: Literary literacy; Didactic sequence; African literature; Children's and young adult literature; Ondjaki.

Resumen

Neto, E. J. S. Lima, C. J. Voces en el silencio: cómo promover la alfabetización literaria através de la prosa poética del escritor angoleño Ondjaki. *Rev. Cê&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 73-88, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2360

Este artículo presenta una propuesta de alfabetización literaria basada en el cuento *Una hermosa oscuridad* del escritor angoleño Ondjaki, con fundamento teórico en los enfoques metodológicos organizados por Rildo Cosson en el libro *Letramento literário: teoria y práctica*, publicado en 2014. La propuesta que aquí se presenta tiene como objetivo sacar al estudiante de la condición de lector pasivo, aquel que solo recibe información a través de la lectura, para elevarlo a la posición de explorador, cuya función es investigar las potencialidades que presenta el texto literario y, en este sentido, comprender las posibilidades de significado que la narrativa tiene para sí mismo, para sus pares y para la sociedad en la que está insertado. Siguiendo los pasos del modelo sugerido por Cosson y haciendo los ajustes necesarios, la propuesta que aquí se presenta se divide en cinco partes secuenciales: motivación, introducción, lectura, interpretación y ampliación.

Palabras clave: Alfabetización literaria; Secuencia didáctica; Literatura africana; Literatura infantil y juvenil; Ondjaki.

Data de submissão: 24/09/2024

Data de aceite: 16/03/2025

1. Introdução

Este artigo apresenta uma proposta de letramento literário a partir do conto *Uma escuridão bonita* do escritor angolano Ondjaki, tendo como fundamentação teórica as abordagens metodológicas organizadas por Rildo Cosson no livro *Letramento literário: teoria e prática*, de 2014. O modelo proposto Cosson se dissocia da leitura

literária comumente realizada nas escolas, na medida em que foge do padrão de leitura simples, na qual o aluno lê um texto de modo superficial, com o intuito de preencher fichas meramente classificatórias. Para o teórico, a análise literária é uma atividade que, “se bem realizada, permite que o leitor compreenda melhor essa magia das obras e a penetre com mais intensidade” (COSSON, 2014, p.29). De forma semelhante, a sugestão apresentada aqui visa tirar o aluno da condição de leitor passivo, aquele que apenas recebe informações por meio da leitura, para alçá-lo à posição de explorador, cuja função é investigar as potencialidades apresentadas pelo texto literário, para, dessa forma, compreender as possibilidades de sentido que tem a narrativa para si, para os seus pares e para a sociedade na qual está inserido.

O letramento literário sugerido por Cosson está dividido em cinco partes sequenciais: motivação, introdução, leitura, interpretação e expansão. A proposta de que trata este texto também utilizará essa sequência, modificando, no entanto, o método relacionado ao processo de leitura. No modelo tomado como base, a leitura é realizada em intervalos, em momentos diferentes, uma vez que o texto utilizado é extenso e precisa ser lido em um horário anterior à aula. Esta proposta, por outro lado, não seguirá integralmente essa etapa do letramento, visto que o texto utilizado, *Uma escuridão bonita*, é curto e poderá, efetivamente, ser lido durante a aula.

A *motivação* é a parte do letramento em que o docente prepara a turma para entrar no universo apresentado pelo texto; por essa razão, é necessário que o momento que antecede a leitura seja bem estruturado, pois “o sucesso inicial do leitor com a obra depende de boa motivação” (Cosson 2014, p. 54). Realizada a motivação, o docente dá início à parte denominada *introdução*, momento no qual o discente é inserido na vida do autor da obra, considerando alguns cuidados, tais como:

Um primeiro é que a apresentação do autor não se transforme em longa e expositiva sobre a vida do escritor, com detalhes biográficos que interessem a pesquisadores, mas não são importantes para quem vai ler um de seus textos. Aliás, não custa lembrar que a leitura não pretende reconstituir a intenção do autor ao escrever aquela obra, mas aquilo que está dito para o leitor. A biografia do autor é um entre outros contextos que acompanham o texto. No momento da introdução é suficiente que se forneça informações básicas sobre o autor e, se possível, ligadas àquele texto (Cosson, 2014, p. 60).

A terceira parte dessa sequência é a *leitura* do texto, que será feita pelo docente e seguirá a ideia, sugerida por Daniel Pennac no livro *Como um romance* (1993), de “dar a ler” aos discentes, os quais estarão posicionados para receber as possibilidades imagéticas e imaginativas da narrativa, isentos da preocupação da leitura individual em voz alta que, em alguns casos, pode gerar constrangimento. A leitura, portanto, será oferecida a eles gratuitamente, e o professor, assumindo o papel de agente de mediação, atuará como um revelador fotográfico, “economizando o esforço da decifração, desenhando claramente as situações, delineando o cenário,

encarnando os personagens, sublinhando os temas, acentuando as tonalidades” (Pennac, 1993, p. 115).

A *interpretação* é a quarta parte desse modelo e consiste na associação dos enunciados, ou seja, o entrelaçamento do texto a partir das inferências que construirão o seu sentido. Cosson apresenta dois tipos de interpretação: a interior e a exterior. A interpretação interior é o encontro entre o leitor e a obra, que ocorre por meio da composição do texto que se inicia na decifração das palavras, das páginas, dos capítulos e, por fim, da obra como um todo. Para o autor, nenhum mecanismo pedagógico deve substituir essa experiência, porque “esse é o momento em que o texto literário mostra sua força, levando o leitor a se encontrar (ou se perder) em seu labirinto de palavras” (Cosson, 2014, p. 65). A interpretação exterior serve para a concretização dos sentidos do texto utilizando atividades que objetivam externalizar a leitura por meio de um registro que precisa variar de acordo com o tipo do texto, a idade do aluno e a série escolar. A externalização da obra é uma forma de mostrar para o outro as suas reflexões e impressões a respeito do texto lido, em um processo de troca de experiências através das narrativas literárias.

A última etapa é denominada *expansão* da obra, que, como o próprio nome já diz, pode ser compreendida como o momento no qual o docente propõe uma ampliação das interpretações realizadas, para além dos limites existentes dentro da narrativa, proporcionando à turma possibilidades outras de diálogo e interdisciplinaridade. É por isso que, para Cosson, a *expansão* pode ser compreendida como “um movimento de ultrapassagem do limite de um texto para outros textos, quer visto como extrapolação dentro do processo de leitura, quer visto como intertextualidade no campo literário” (Cosson, 2014, p. 94). Dessa forma, para realizar essa parte, o docente poderá propor um diálogo entre a obra trabalhada e outras narrativas, sejam elas verbais ou não verbais, contrastando-as e confrontando-as a partir de pontos de ligação.

2. Vozes no silêncio: uma leitura de *Uma escuridão bonita*

O conto *Uma escuridão bonita*³, escrito pelo angolano Ndalu de Almeida, conhecido pelo pseudônimo Ondjaki, utiliza as experiências individuais e sociais das personagens para tratar de questões relacionadas às vivências de todo ser humano. A proposta didática ancorada na atividade de leitura e interpretação do conto parte, inicialmente, da análise das vozes das personagens principais da narrativa: dois adolescentes – não nomeados – que experimentam uma situação cotidiana ocasionada pela ausência de luz elétrica. No contexto da escuridão que interdita o sentido da visão, a voz do narrador em primeira pessoa conjura um espaço ideal para a manifestação dos outros sentidos humanos, o qual instaura, por sua vez, uma atmosfera propícia não só para o compartilhamento de sentimentos vinculados à intimidade, mas também para a investigação de alguns aspectos da existência humana, proporcionada por descobertas que surgem mediante a apuração do tato, da audição, do olfato e do paladar:

3 Neste artigo, nos fragmentos do conto utilizados para análise e interpretação, foi mantida a estrutura gramatical do português angolano que, em alguns casos, pode diferir das normas gramaticais adotadas pelo português brasileiro.

A luz faltou de repente. Nessa escuridão de melodia doce ou silêncio quente, entre zumbidos de mosquitos e o cheiro dos fósforos a acender a primeira vela dentro de casa, ganhei coragem na voz e falei:

– Tu não achas que as pessoas são uma coisa tão bonita?

Ela não disse nada, nada mesmo, mas também eu não estava certo de uma resposta possível. Nessa ausência de luz, ela olhava para mim, numa travessia de escuridão e cheiros. Tinha uns olhos bonitíssimos e continuava em silêncio (Ondjaki, 2024, p. 11-16).

As diversas associações simbólicas e sinestésicas que podem ser localizadas em “melodia doce”, “silêncio quente” e “coragem na voz”, relacionadas às possibilidades semânticas que residem na dicotomia luz/escuridão, apontam para uma subversão de significados que, contrariando o senso comum, confere positividade à escuridão, retirando dela o material necessário para a problematização de outros pares antagônicos que estruturam o texto, quais sejam: civilização/barbárie, individual/coletivo, oralidade/escrita, voz/silêncio. Por essa razão, a relação entre escuridão e silêncio surge como recurso metafórico que dá lastro ao ponto de vista do narrador:

Ela fez-me uma festinha rápida na mão. Gesto ou ternura de amansamento. Afinal uma pessoa também pode dizer coisas sem ser com voz de falar. Foi a primeira descoberta assim estranha que eu fiz nessa noite duma bendita, bonita, falta de luz. O silêncio é uma esteira onde nos podemos deitar. Esteira de poeira cósmica, se eu olhar de novo o céu escuro (Ondjaki, 2024, p. 16).

Nessa passagem, a proposição de uma sequência de ações que valoriza formas outras de comunicação, para além das frequentemente utilizadas, recorre à linguagem metafórica para exemplificar o silêncio como meio para encontrar a serenidade de que a alma necessita. O toque das mãos, em uma situação em que estão ausentes os meios de comunicação visual e oral, estabelece uma relação afetiva baseada na calma, no descanso e na tranquilidade, o que justifica as palavras do narrador: “O silêncio é uma esteira onde nos podemos deitar” (Ondjaki, 2024, p. 16). Dessa forma, é utilizado o vocábulo *esteira* com o sentido original atribuído às suas funcionalidades: instrumento utilizado para o descanso, para dormir um sono tranquilo.

A relação estabelecida entre escuridão e silêncio não só cria um vínculo afetivo entre as personagens, mas também estabelece um ambiente em que é possível tratar livremente sobre desejos, perdas de entes queridos e questões próprias da natureza humana. Nesse conjunto de relações, as experiências das personagens são alinhadas às vivências do leitor por um processo comunicativo amparado pelo aspecto humanizador que reside na construção literária, em uma relação na qual a literatura, de acordo com Tzvetan Todorov, “longe de ser um simples entretenimento, uma distração reservada às pessoas educadas, permite que cada um responda melhor à sua vocação de ser humano” (Todorov, 2009, p. 24).

Nesse sentido, mediado pela experiência de leitura do conto, o leitor adentra a antes desconhecida mundivivência da juventude luandense, podendo se identificar com a sua realidade. Assim, uma vez que um dos papéis da literatura é promover aproximações por meio da palavra, quando um leitor é alcançado por determinado texto literário, o desconhecido se torna conhecido, pois as situações que as personagens vivenciam passam a fazer parte de sua experiência literária, isso porque a leitura, segundo Antoine Compagnon, “oferece um meio – alguns dirão até mesmo único – de preservar e transmitir experiência dos outros, aqueles que estão distantes de nós no espaço e no tempo, ou que diferem de nós por suas condições de vida” (Compagnon, 2009, p. 47). O leitor pode, então, acompanhar o modo como diferentes personagens pensam, vivem, amam e organizam as nuances mais significativas da essência humana.

Tecido em prosa poética⁴, o texto de Ondjaki propõe uma tentativa de investigar as camadas que dão complexidade às características pessoais das personagens, o que confere à literatura, no dizer de Antonio Candido, o papel de atuar como “fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanização, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente” (Candido, 1995, p. 175). De uma perspectiva didática, pensando em uma aproximação entre a temática tratada no conto e as experiências de um estudante da educação básica, *Uma escuridão bonita* pode provocar no leitor uma inquietação motivada pela recordação de alguma situação provocada pela falta repentina de luz elétrica. Ainda que a sentença afirmativa que dá início ao conto, “A luz faltou de repente” (Ondjaki, 2024, p. 11), desperte a imaginação para uma gama de elementos fantásticos condizentes com histórias contadas em ocasiões semelhantes àquelas tratadas no conto, a narração proposta pelo protagonista está voltada para a construção de um cenário baseado em questionamentos existenciais sem que isso implique a perda do aspecto pueril e inocente que reveste os processos de descoberta infanto-juvenil. Dessa forma, entre os artifícios criados para roubar o primeiro beijo da garota amada e as perguntas de natureza humanística, o narrador elabora um painel crítico que, sem deixar de lado a reflexão a respeito da individualidade, problematiza a condição humana em face dos desafios socioeconômicos que marcam a sociedade angolana do pós-guerra.

Nesse sentido, a pergunta que dá início ao diálogo “– Tu não achas que as pessoas são uma coisa tão bonita?” (Ondjaki, 2024, p.15), pode, por exemplo, induzir o leitor a um processo de reflexão que o leva a questionar quais são os principais atributos que fazem com que uma pessoa possa ser considerada bela. De forma geral, a beleza é atribuída àqueles que se encaixam em padrões estéticos preestabelecidos ou que realizam feitos dignos de notoriedade. O que dizer, contudo, daqueles que se afastam desses padrões ou que são responsáveis por atos de atrocidade? O que pensar de uma civilização ilustrada, intelectualmente desenvolvida, especializada culturalmente na escrita e nas artes, desenvolvida tecnologicamente, mas que, em contrapartida,

4 De acordo com o crítico Massaud Moisés, na prosa poética “a tônica incide sobre o vocábulo “prosa”, ou seja, põe ênfase no fato de se tratar de uma obra em prosa (conto, novela, romance, crônica) que, no todo ou em parte (trechos, capítulos), se deixa permear por soluções poéticas, ou seja, a invasão do “eu” como ator e espetáculo numa atmosfera em que prevalece o não-eu: cenário, personagens, enredo, tudo quanto obedece a uma visão poética, de forma a dar a impressão, nos casos extremos, de que “o mundo é reduzido a um ponto de vista lírico” (Moisés, 1985, p. 420).

fundamenta progresso cultural e avanço tecnológico no cerne do projeto colonizador que tem na escravização de seres humanos o mais eloquente indicativo da barbárie? Essas indagações surgem no corpo do texto da forma seguinte:

- Achas que pode caber o quê, no coração das pessoas?
 - Muitas coisas. Um poema, uma recordação, um cheiro de infância, um «desejo de estrelas»...
 - Como é um «desejo de estrelas»?
 - É olhar para uma estrela e desejar uma coisa.
 - Ainda deseja lá uma coisa pra eu ouvir.
 - Desejo que meu pai não tivesse morrido na guerra.
 - E eu desejo que os homens nunca inventem guerras novas.
 - Como se o saco das guerras estivesse vazio?
 - Como se tivessem perdido o saco das guerras.
- (Ondjaki, 2024, p. 22).

A análise do trecho destacado possibilita duas considerações relevantes: primeiramente, tem-se a ação de recordar algo significativo, de trazer à tona situações ou sentimentos guardados dentro de cada indivíduo. Nesse aspecto, a literariedade presente no conto cumpre uma das funções atribuídas à literatura, que é “ensinar a melhor sentir, e como nossos sentidos não têm limites, ela jamais conclui [...]” (Compagnon, 2009, p. 51). Assim, é possível afirmar que são múltiplos os sentimentos que podem surgir a partir da pergunta: “– Achas que pode caber o quê, no coração das pessoas?” (Ondjaki 2024, p.22). A outra consideração se refere à representação do contexto histórico que preenche o *corpus* social da narrativa. Não se trata aqui da descrição detalhada dos crimes cometidos e dos horrores da guerra pela descolonização de Angola; trata-se, entretanto, do desejo de que esses crimes não tivessem sido cometidos e que pessoas queridas não tivessem sido vítimas dos conflitos bélicos: “E eu desejo que os homens nunca inventem guerras novas” (Ondjaki 2024, p.22).

Ondjaki utiliza um acontecimento histórico ocorrido em Angola para materializar a dor de um indivíduo comum, pertencente àquela sociedade, que perdeu o pai. Daí, pode-se indagar o motivo que levou o autor a não nomear suas personagens: elas podem ser qualquer criança, adolescente ou jovem que perdeu o pai na guerra civil que aconteceu em Angola ou em qualquer outro país africano que passou por situação semelhante. Isso pode ser evidenciado no fragmento seguinte: “– Uma ponte? – Para o outro mundo. E vice-versa. Para chamarmos quem tivesse partido ainda em hora de cá estar. Assim o teu pai podia voltar. Também as crianças de todas as guerras” (Ondjaki, 2024, p.42).

O narrador não situa historicamente, com datas e locais, os eventos tratados, mas é possível inferir que se trata das guerras pela descolonização que aconteceram em países africanos, não apenas pelas pistas encontradas na narrativa, mas também pela biografia de Ondjaki⁵. O fato de as personagens não receberem um nome que as

5 Com efeito, a literatura produzida por Ondjaki se inscreve no projeto literário angolano que vê nas questões nacionais fonte inesgotável de inspiração e motivação. A esse respeito, diz Rita Chaves: “Fundando efetivamente no século XIX, o projeto literário em Angola tem no compromisso com a vida nacional um de seus eixos. Em seu conjunto, as obras vão deslindando a existência de fortes elos de ligação com a situação

individualiza, dessa forma, permite inferir que o impacto causado por essas guerras tem consequências coletivas, na medida que a barbárie perpetrada está diretamente associada ao atraso socioeconômico que as nações africanas receberam como herança do colonizador. No entanto, mesmo que a guerra tenha afetado a sociedade como um todo, a experiência desse acontecimento não é unicamente coletiva, pois cada indivíduo sentiu de forma subjetiva e única os horrores provenientes dela. A perda paterna, como foi relatada pelo personagem, ou em outras situações, famílias inteiras massacradas, ou crianças que ficaram órfãs, evidencia que apesar de as guerras serem eventos que atingem toda a coletividade, as experiências são, de igual modo, individuais.

3. Sequência básica – por que não viver como estrelas?

A sequência básica apresentada a seguir tem como principal objetivo despertar nos discentes reflexões relacionadas ao despertar de diferentes sensações e sentimentos, inclusive formas de como um indivíduo pode se comportar diante da dor e do sofrimento alheios. Por meio da leitura do conto *Uma escuridão bonita*, eles irão se deparar com análises e interpretações que poderão instigá-los a refletir sobre questões que dizem respeito a si e ao outro, em situações de adversidade, além de se pensar em formas para a busca da tranquilidade em dias difíceis. Essa proposta poderá ser aplicada com alunos do Ensino Fundamental II, porém, é necessário que o docente leve em consideração a maturidade de cada turma e a sua familiaridade com a escrita de Ondjaki, com os elementos que constituem a prosa poética e com os sentidos da linguagem conotativa. A duração dos trabalhos está prevista para ocorrer em duas aulas, com exceção da atividade *expansão*, que pode ser feita em um horário posterior à aula.

Para que cada aluno tenha um encontro frutivo com o texto literário, o espaço para ministração da aula é algo que precisa ser considerado. Assim, a orientação é que a escolha seja feita por um espaço organizado e montado especialmente para esse fim. A sugestão para o preparo do ambiente no qual será ministrada a aula pode conter uma sala com pouca luz, ornamentação inspirada no formato de um livro (parede forrada com alguma cortina ou outro tecido na cor preta, com uma lua colocado sobre ela, isto é, cenário propício para representar uma noite sem luz elétrica), uma vela no centro da sala, com a finalidade de estabelecer uma atmosfera que simule uma situação de contação de histórias em volta da fogueira. Essas propostas remetem de imediato à oração que abre a narrativa: “A luz faltou de repente”.

contextual da qual são testemunhos. O inventário dessa produção, sobretudo a partir de 1930, coloca-nos diante de dois fatos importantes no entendimento de sua história: o lugar ocupado pelas questões em torno do problema colonial e a certeza de que a literatura, através dos tempos, jamais se demitiu da tarefa de corporificar um espaço de resistência à chamada missão civilizadora levada à África pelos europeus” (Chaves, Rita. *A formação do romance angolano*. São Paulo: Coleção Via Atlântica, 1999).

3.1. Motivação

O professor irá acompanhar os alunos para essa sala e pedirá que todos se acomodem. Espera-se que a ornamentação gere estranhamento e curiosidade. Depois do momento de organização e acomodação, o docente iniciará a aula a partir de duas motivações que servirão para a preparação da leitura da obra.

a) Primeira motivação: “A luz faltou de repente”

Para dar início ao trabalho, o educador pode fazer a seguinte pergunta: “o que vocês costumam fazer em casa quando falta luz elétrica à noite?” Caso a primeira resposta seja “fico no celular”, o educador deve insistir na abordagem: “o que vocês costumam fazer em casa quando falta luz elétrica à noite e o celular descarrega?”. Provavelmente, seguirão respostas como: “vou dormir”; “brinco com meu irmão”; “fico sem fazer nada até a luz chegar”; “converso com meus pais” etc. O professor pode dar seguimento à aula propondo as seguintes provocações: “existem várias maneiras de superar a ausência de luz, basta que estejamos abertos para criá-las e imaginá-las. Por exemplo, contar e ouvir uma boa história, são excelentes atividades para se fazer nessa situação. A história que será narrada, não é nem de suspense e nem de terror, mas nos mostra como duas crianças aproveitaram uma noite sem luz para entrelaçar sentimentos e histórias”.

b) Segunda motivação: “Uma escuridão bonita”

Antes de dar início à leitura do texto, o docente pode propor uma reflexão sobre o título, a partir de uma questão dissipadora. A atividade sugerida para esse momento consiste em distribuir pedaços de folhas sulfite e uma caneta para que os alunos possam elaborar uma resposta para o seguinte enunciado: “para você, o que seria uma escuridão bonita?”. Os papéis com as respostas serão recolhidos e, ao término da leitura, será feita uma discussão a fim de levantar especulações sobre a relação existente entre o título e a história tratada pelo conto.

3.2. Introdução

Na etapa *Introdução*, será feita a apresentação do autor e do texto trabalhado, contendo dados biográficos, contexto histórico e informações a respeito do enredo do conto e do estilo literário empregado por Ondjaki em suas obras.

3.3. Leitura

No processo de *Leitura da obra*, os alunos, sentados no chão da sala, em um grande círculo ou acomodados de forma espontânea, serão convidados a ouvir a narração. A leitura, então, será realizada sem intervalos.

3.4. Interpretação

Finalizada a leitura, dá-se início à *Interpretação*, momento no qual, orientados pelo docente, os alunos serão estimulados a expor suas impressões sobre o texto. Essa

etapa evidencia a concretização da leitura, pois parte “do entretecimento dos enunciados, que constituem as inferências, para chegar à construção do sentido do texto” (Cosson, 2014, p. 64). O entrelaçamento do texto pode, naturalmente, ocorrer de diversas maneiras, quer entre autor e leitor ou entre ambos e a comunidade. Para realizar a interpretação de *Uma escuridão bonita*, pensou-se em dividir a análise do conto em cinco momentos, os quais partirão de *mensagens-chave* do texto, com auxílio ou não de outros textos escritos ou visuais para a compreensão de seu sentido.

a) *Primeira interpretação* – “O silêncio é uma esteira onde nos podemos deitar”

O docente pode localizar no texto a parte de onde foi retirado o fragmento citado, propondo aos alunos uma reflexão sobre a relação semântica existente entre a palavra *esteira* e a palavra *silêncio*. Partindo do pressuposto de que a *esteira* também pode sugerir um lugar adequado para o descanso, compreende-se que a prática do silêncio pode ser considerada um exercício de calma e paz para a alma. Considerando essa interpretação, é possível estabelecer que as inferências do excerto partirão das seguintes questões disparadoras:

- 1) Por que o silêncio é comparado a uma esteira?
- 2) O que a metáfora presente nesse fragmento quer nos mostrar?
- 3) Que outro elemento você substituiria pela palavra *esteira* para comparar com a palavra *tranquilidade*?
- 4) Qual outro lugar poderia ser considerado sinônimo de *tranquilidade*?

Postas essas questões, apresenta-se a seguinte proposta de atividade: Refaça a frase original substituindo a palavra *esteira* por um lugar de descanso e de tranquilidade escolhido por você.

b) *Segunda interpretação* – “Do meu coração transborda...”

O docente retomará a leitura, a fim de ampliar a familiaridade da turma com o texto. A intervenção docente contextualizará o seguinte momento da narrativa: “– Achas que pode caber o quê, no coração das pessoas?” (Ondjaki, 2024, p. 22). Os estudantes serão instigados à análise desse fragmento, propondo uma reflexão. Individualmente, escreverão na lousa a resposta, que pode ter relações com sentimentos variados, tais como: amor, raiva, ódio, tristeza, remorso, carinho etc. É possível que sejam selecionados mais sentimentos ruins do que bons. A partir daí, o professor irá ao texto para buscar a resposta para aquela pergunta: “– Muitas coisas. Um poema, uma recordação, um cheiro de infância, um «desejo de estrelas»...”, explicitando que dentro do coração das pessoas podem caber coisas boas e ruins, o que permanecerá dentro dependerá apenas da vontade de cada uma. Como forma de interlocução com outras áreas do conhecimento, o educador poderá acrescentar às reflexões um poema para exemplificar o trecho da narrativa ou, ainda, utilizar uma música que possua mesma temática. Para esse momento, é sugerida a seguinte atividade: Responda com um desenho, uma frase, um poema, um conto curto ou uma descrição.

c) *Terceira interpretação* – “Desejos de estrelas”

Nesse momento, a *mensagem-chave* da narrativa está relacionada ao diálogo abaixo:

- Como é um desejo de estrelas?
- É olhar para uma estrela e desejar uma coisa.

- Ainda deseja lá uma coisa para eu ouvir.
 - Desejo que o meu pai não tivesse morrido na guerra.
 - E eu desejo que os homens nunca mais inventem guerras novas.
 - Como se o saco de guerras estivesse vazio?
 - Como se tivessem perdido o saco de guerras.
- (Ondjaki, 2024, p.22).

A partir dos desejos das personagens, materializados pelo discurso e transmutados na possibilidade metafórica da expressão *desejo de estrelas*, em que a imagem da estrela pode ser compreendida como o surgimento de algo bom que desperta em meio às vicissitudes, o docente pode dar continuidade à aula, propondo um diálogo que envolva sonhos, aspirações e perspectivas para o futuro, sem perder de vista as implicações negativas relacionadas às consequências das guerras e à violência que marcou o processo de descolonização nos países africanos, chamando a atenção para o caso de Angola, tendo em vista a nacionalidade e as experiências do autor do conto. Considerando os *desejos de estrelas* das personagens, a narrativa expõe, no mesmo plano, as vivências de crianças e adolescentes de África, lançadas à tragédia irreversível da orfandade, e a ingenuidade infantil que almeja um mundo no qual as guerras tenham sido extirpadas. Como atividade sugerida, propõe-se: o professor entregará para cada aluno um cartão em formato de estrela, previamente confeccionado, para que ele escreva dentro os seus *desejos de estrelas* (sonhos, propósitos, objetivos).

d) *Quarta interpretação* – “Por que não viver como estrelas?”

Será proposta uma roda de conversa na qual professor e alunos farão análise, interpretação e reflexão do seguinte trecho do conto: “- Quando somos crianças, o mundo fica bonito de repente. E simples. Parece um céu aberto com estrelas possíveis de serem apanhadas e guardadas numa gaiola sem paredes de fechar ninguém.” (Ondjaki, 2024, p. 93). A roda de conversa pode ter início com o docente provocando a turma, para que ela apresente um possível significado para o fragmento lido. É esperado que surjam respostas relacionadas à ideia de liberdade, presente na frase “gaiolas sem paredes”. Depois que todos os alunos e todas as alunas tiverem apresentando sua contribuição, o docente pode apresentar a sua compreensão do excerto, de forma abrangente, relacionando o recorte lido com todo o conto, para que fique evidente a inocência que reveste a visão que as crianças têm do mundo. Apesar de todas as dificuldades, o mundo, sob a perspectiva infantil, ainda é um lugar repleto de possibilidades, beleza, simplicidade e, principalmente, liberdade. Além disso, é importante ressaltar o significado da frase que encerra o fragmento, “sem paredes de fechar ninguém”. Nesse ponto, se não tiver surgido nenhuma fala que trate da questão do respeito à diversidade, é importante que o docente explicita a necessidade da tolerância e do respeito às diferenças, como questões étnicas, religiosas, de orientação sexual etc. Após a conversa aberta na roda, será proposta a seguinte atividade: os alunos terão que transformar o enunciado em uma ilustração. A ideia é transformar o fragmento inteiro em uma linguagem visual para ser exposta em um painel no corredor da escola ou na sala de aula. Assim, os apreciadores das ilustrações terão que entender a mensagem visual sem recorrer a nada escrito, valendo-se apenas da imagem.

e) *Fechamento*

Para o fechamento, o docente pode trabalhar a questão da criação de fábulas e contação de estórias, o mundo da invenção, da imaginação. Como ponto de partida para esse momento, deverá ser lida a última parte da narrativa e, de forma mais específica, o seguinte fragmento:

- Porquê que inventas estórias? - ela perguntou.
- Para a nossa escuridão ficar mais bonita.
(Ondjaki, 2024, p. 104-105).

De acordo com a narrativa, as estórias às quais a personagem se refere são aquelas que o narrador cria para justificar a alcunha “Avódezanovê”, dada à sua avó. Caso seja necessário, o docente poderá voltar ao texto para localizar essas histórias e possibilitar aos discentes conversarem sobre as duas versões que o protagonista conta sobre a origem e significado do apelido. Nesse momento, o docente pode propor uma discussão envolvendo a natureza ficcional que reveste a criação de histórias e suas relações com a necessidade de se criar justificativas e significados para toda e qualquer situação. Além disso, é possível chamar a atenção para o aspecto lúdico e idealizador que reside na criação literária, dado que a palavra possui o poder de conjurar alternativas para suavizar a realidade.

Desse modo, para dar continuidade à discussão, o docente pode dedicar o momento final da aula para a análise do fragmento “- Para a nossa escuridão ficar mais bonita” (Ondjaki, 2024, p.105). Naturalmente, a escuridão no trecho destacado sugere significados vários, podendo representar, considerando o contexto social angolano, o sofrimento daqueles que perderam familiares na guerra, as pessoas que foram presas por seus ideais etc. Além disso, a escuridão abordada na frase pode também se referir ao estado de espírito do leitor no momento que terminou a leitura da obra. O narrador, ao exercer o ofício do contador de histórias, evidencia que inventa *estórias* para transformar a escuridão em algo que deve ser apreciado, sinalizando que as histórias contadas ou lidas não só possuem a capacidade de amenizar a tristeza, a preocupação e a angústia, mas também servem para, de forma conotativa, curar os ferimentos da alma e transformar escuridão em luz.

3.5. *Expansão*

Finalizada a parte relativa à *Interpretação*, o docente dará início à *Expansão* da sequência didática, com uma atividade que, considerando os sentimentos e as sensações despertadas pela ausência de luz elétrica, deve extrapolar as experiências propriamente literárias e estimular os sentidos dos discentes, de modo que os aproxime das vivências experimentadas pelas personagens do conto. Essa atividade está dividida em quatro etapas:

1ª etapa – sonoridade: exibição do filme *Música*, de 2024, que tem como protagonista um artista de rua que interpreta os sons do seu cotidiano com ritmos variados e complexos. Por se tratar de uma obra que desperta a sinestesia – fenômeno

neurológico que provoca a percepção de vários sentidos ao mesmo tempo –, cada som e cada movimento estão ligados a uma existência e ambos estão conectados ao universo. Após apreciarem a película, os discentes, em uma roda de conversa, deverão compartilhar suas impressões, pontuando, sempre que possível, a importância da sensibilidade na forma como o indivíduo percebe a coletividade. Depois da roda de conversa, os discentes serão conduzidos a um ambiente movimentado – o pátio da escola, a cantina, a sala da coordenação, por exemplo – e, em um exercício de concentração e percepção, registrar por escrito como eles identificam os sons e movimentos captados.

2ª etapa – tato: Essa atividade também será externa, desenvolvida com outros estudantes da escola e utilizará elementos de natureza lúdica. A turma será dividida em duplas que escolherá aleatoriamente um voluntário para participar da experiência. O estudante escolhido terá os olhos vendados e será exposto a uma *caixa sensorial* que contém objetos de diferentes texturas, tais como: lixa, algodão, papel celofane, objetos de madeira etc. Um dos componentes da dupla entregará ao voluntário os objetos da caixa – um por vez – e pedirá que ele descreva as sensações experimentadas ao tocar cada objeto. Enquanto o participante descreve as sensações e percepções, o outro integrante da dupla fará anotações.

3ª etapa – paladar: os discentes deverão experimentar três alimentos diferentes e, como um exercício de atenção e concentração, deverão registrar em uma gravação de áudio, via *smartphone*, a composição do alimento escolhido (cores, textura, paladar) e as sensações despertadas durante o processo de degustação. Há alguma memória afetiva envolvida?

4ª etapa – conclusão: aqui será trabalhada a escrita sensorial. Para desenvolver essa atividade, os discentes, em dupla, terão que escrever uma narrativa em um gênero textual de sua escolha (conto, crônica, poema, relato pessoal, notícia etc.), acrescentando à composição as sensações/percepções coletadas durante as etapas anteriores: sensações observadas por meio do tato; observações dos sons e dos movimentos; o sabor dos alimentos. A escrita do texto literário necessita do olhar sensível do escritor, além de suas percepções sobre tudo que ocorre à sua volta. Por isso, a importância dos exercícios de percepções e seus registros para o processo de escrita criativa. Depois da escrita dos textos e da revisão realizada pelo docente, será imprescindível a apresentação oral de cada produção na aula, como também, a sua exposição na sala ou em um mural na escola.

4. Considerações finais

A inquietação despertada no leitor, ao se deparar com o conto *Uma escuridão bonita*, já é anunciada na leitura do título, uma vez que o autor subverte a negatividade com que o senso comum avalia o significado da palavra escuridão, estendendo as possibilidades interpretativas e analíticas que encontram relação entre o vocábulo e sentidos outros de beleza. Assim, a narrativa informa ao leitor atento que, conquanto adversidades comumente possam estar relacionadas à obscuridade, é possível encontrar beleza, durante os momentos de vicissitudes, na solidariedade, na companhia de pessoas queridas e na simplicidade. Em se tratando de adolescentes do Ensino

Fundamental II, uma das lições importantes que pode ser apreendida com a leitura do conto diz respeito ao entendimento de que experiências traumáticas e negativas podem ser ressignificadas, desde que estejamos disponíveis para o exercício da empatia e da valorização do outro. Isso nos ajuda a refletir sobre a importância de construir e manter laços duradouros e significativos. Em se tratando do processo de composição do conto, coube a Ondjaki o papel de contador de histórias para narrar as vivências únicas de sujeitos marginalizados historicamente que carregam dentro de si experiências que devem ser compartilhadas a fim de contribuir para o desenvolvimento da consciência coletiva de um povo.

A sequência didática apresentada ao longo deste trabalho é uma sugestão de como o texto literário pode ser trabalhado para incentivar no jovem leitor, aquele que vive imerso no universo virtual instaurado pelo avanço tecnológico, o desejo de explorar todas as possibilidades imagéticas e sensoriais que uma leitura ativa e dinâmica pode oferecer. Quando as vivências registradas no conto são transformadas em matéria literária e narradas a partir da perspectiva de uma criança, estabelece-se uma identificação com o público leitor em questão e o padrão se desestabiliza: não se trata de um adulto conduzindo o fio narrativo, mas de alguém a quem, culturalmente, é negado o direito à palavra, já que há sempre a figura de um “responsável” para realizar o trabalho de mediação. A opção por uma criança para exercer o papel de condutor da história que está sendo contada faz com que o leitor seja introduzido em um universo lúdico e imaginativo, reforçando, dessa forma, as possibilidades metafóricas de interpretação que atravessam o texto:

Isso significa que os olhos das crianças conseguem enxergar beleza naquilo que é mais corriqueiro, desimportante, banal, como uma simples conversa sob a luz da lua em um dia de escuridão.

Referências

- ALVES, Rubem. *O amor que acende a lua*. Campinas: Papirus, 1999.
- CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- CHAVES, Rita. *A formação do romance angolano*. São Paulo: Coleção Via Atlântica, 1999
- COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Tradução de Laura Taddie Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionários de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1985.
- ONDJAKI. *Uma escuridão bonita*. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

ONDJAKI. *Avódezanove e o segredo do soviético*. São Paulo: Companhia da Letras, 2008.

PENNAC, Daniel. *Como um romance*. Tradução de Leny Werneck. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

China além do “made in china”: o papel do Estado, contradições e desafios na era pós-reformas

China beyond “made in china”: the role of the State, contradictions and challenges in the post-reform era

China más allá de “made in china”: el papel del Estado, contradicciones y desafíos en la era posterior a las reformas

Thiago Magalhães Borges¹

Resumo

Junior, H. M. China além do “made in china”: o papel do Estado, contradições e desafios na era pós-reformas. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 89-106, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2356

O artigo discute as transformações econômicas e sociais na China pós-reformas, com foco no papel do Estado. Partindo da provocação de que há uma visão distorcida do país, desafiada pelos avanços produtivos recentes, as mudanças institucionais promovidas pós-1978 são confrontadas com seus impactos sociais, possibilitando uma discussão sobre a habilidade estatal de articulação para confrontar as contradições internas geradas pelas reformas. Conclui-se que o Estado chinês manteve capacidade decisória após a abertura às forças de mercado. Nesse processo, expectativas e desequilíbrios se manifestam, ao passo que a capacidade de resposta estatal permite a continuidade do investimento e a manutenção de baixas taxas de desemprego.

Palavras-chave: China; Economia chinesa; Ciclo econômico; Planejamento econômico.

Abstract

Junior, H. M. China beyond “made in china”: the role of the State, contradictions and challenges in the post-reform era. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 89-106, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2356

The article discusses the economic and social transformations in post-reform China, focusing on the role of the State. Starting from the premise that there is a distorted view of the country, challenged by recent productive advances, the institutional changes promoted after 1978 are analyzed in light of their social impacts, enabling a discussion on the State's ability to articulate responses to confront the internal contradictions generated by the reforms. The study concludes that the Chinese State retained its decision-making capacity even after opening to market forces. In this

¹ Mestre em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná (4P/ UFPR). Bolsista no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). E-mail: tmlborges@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7495-2874>

process, expectations and imbalances arise, while the State's ability to respond allows for continued investment and maintenance of low unemployment rates.

Keywords: China; Chinese economy; Economic cycle; Economic planning.

Resumen

Junior, H. M. China más allá de “made in china”: el papel del Estado, contradicciones y desafíos en la era posterior a las reformas. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 89-106, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2356

El artículo discute las transformaciones económicas y sociales en la China posterior a las reformas, centrándose en el papel del Estado. Partiendo de la premisa de que existe una visión distorsionada del país, desafiada por los recientes avances productivos, los cambios institucionales promovidos después de 1978 se confrontan con sus impactos sociales, lo que permite una discusión sobre la habilidad del Estado para articular respuestas frente a las contradicciones internas generadas por las reformas. Se concluye que el Estado chino mantuvo su capacidad de decisión incluso después de la apertura a las fuerzas de mercado. En este proceso, surgen expectativas y desequilibrios, mientras que la capacidad de respuesta estatal permite la continuidad de la inversión y el mantenimiento de bajas tasas de desempleo.

Palabras clave: China; Economía china; Ciclo económico; Planificación económica.

Data de submissão: 16/09/2024

Data de aceite: 05/06/2025

1. Introdução

Boa parte dos que vivem no Ocidente e em áreas adjacentes provavelmente tem, como principal forma de contato com a China, o consumo. Desde os anos 1980, produtos timbrados com os dizeres “Made in China”, ou ainda “Made in PRC”, passaram a ocupar espaço nas prateleiras das lojas e nos lares de todo o mundo. À medida que o país asiático aumentou a complexidade de sua indústria, passou a disputar clientes com grandes marcas ocidentais já consolidadas, confrontando a percepção inicial de que seus produtos seriam de baixa qualidade.

Em 2024, é relativamente comum possuir um *smartphone* da Xiaomi, Huawei ou Oppo, ou até mesmo dirigir um veículo produzido pela Build Your Dreams (BYD) ou pela Great Wall Motors (GWM)². Ainda mais impressionante é agregar a essa percepção que parte dos concorrentes estrangeiros desses produtos chineses também é produzida no país, por meio de *joint ventures* entre empresas chinesas e estrangeiras.

2 No último trimestre de 2023, a montadora BYD superou a Tesla no volume global de vendas, consolidando-se como líder no segmento de veículos elétricos (Cingari, 2024).

Embora, desde a abertura das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs)³, sob o contexto das reformas econômicas, a produção conjunta e sua terceirização tenham contribuído para a entrada de capitais na China, o país não se resume a uma plataforma de exportações, como o contato por meio do consumo pode fazer parecer.

É evidente que as exportações fazem parte da complexa e constante transformação da estrutura produtiva, mas de forma alguma o país se resume a isso. A República Popular da China (RPC) é um país de mais de 9 milhões de quilômetros quadrados, com uma população que supera 1,4 bilhão de habitantes, que se transformou rapidamente desde o final da década de 1970. Fundada em 1949, após um longo período de espoliação colonial e uma guerra civil que se estendeu por décadas, a República Popular da China, neste primeiro quarto do século XXI, é um país coberto por linhas férreas de alta velocidade (Lawrance; Bullock; Liu, 2019). O país já tem, inclusive, capacidade técnica para pousar na superfície lunar⁴.

Os grandes avanços tecnológicos, que possibilitam a fabricação dos produtos ofertados aos consumidores chineses e estrangeiros, têm o potencial de mudar a visão de que o país seria baseado na exportação de produtos de baixo valor agregado. Ainda assim, a compreensão do que ocorre internamente na China segue relativamente turva aos olhos dos que a veem de fora, incitando pesquisadores a engajarem-se na complexa tarefa de compreender as transformações vivenciadas no período pós-1978.

Diante de tal situação, este texto busca promover um debate sobre a sociedade chinesa, colocando em foco o papel do Estado diante das reformas de mercado. Considerando a grandeza das transformações econômicas e sociais pelas quais o país passou nas últimas quatro décadas, busca-se afrontar a visão de “fora para dentro”, que enxerga os resultados, mas não discute as causas. Assim, é construído um elo entre as reformas econômicas e as transformações sociais pelas quais a China passa desde 1978, colocando-se em perspectiva a postura do Estado diante das contradições que emergem dessa dinâmica. Para tanto, é realizada uma revisão bibliográfica na qual é discutida a transição da estrutura produtiva diante das forças de mercado e seus desdobramentos sociais. Em seguida, recorre-se à teoria econômica, baseando-se no pensamento de Kalecki (1947), questionando o papel do Estado diante dos desequilíbrios característicos do ambiente de mercado. Por fim, conclui-se que o Estado chinês foi capaz de manter sua capacidade decisória mesmo diante de um ambiente de mercado.

2. Reformas econômicas

Compreender o que ocorre na China não é uma tarefa simples e requer a construção de relações e conexões entre eventos históricos acontecidos muito antes da fundação da RPC. Weber (2021, 2023) propõe uma viagem aos períodos das Primaveras

3 As ZEEs começaram a ser instaladas entre 1979 e 1980. Seus objetivos eram acelerar exportações, por meio de *joint ventures*, e atrair IDE (Investimento Direto Estrangeiro). Foram inicialmente, de forma estratégica, instaladas na região costeira do sul da China, pela proximidade com Hong Kong, Macau e Taiwan (Carvalho, 2013).

4 No início de junho de 2024, a sonda chinesa *Chang'e-6* pousou no lado oculto da Lua para coletar amostras da superfície lunar (McCarthy, 2024).

e Outonos (772-467 a.C.) e dos Reinos Combatentes (475-221 a.C.). Ao discutir o processo de formação de preços no país, a autora expõe a existência de um poder central que atua ativamente sobre as relações de mercado que lá se manifestam há milênios. Já Santos (2016) discute como a compreensão da China moderna requer que se considerem as tentativas de dominação lançadas pelo Ocidente e pelo Japão. Diante dessa longa e agitada história, o final dos anos 1970, quando se iniciam as reformas econômicas na China, representa possivelmente o “corte de cena” para o capítulo mais recente da história do país, mas não apenas dele.

A década de 1970 é um momento de reajuste em termos globais. Choques no preço do petróleo, reorganização da divisão internacional do trabalho e início do declínio da economia soviética consolidam uma nova conjuntura (Wallerstein, 2000). Na China, as reformas significaram a gradual introdução de negócios privados em uma economia até então baseada na experiência soviética de planificação, fazendo surgir um ambiente no qual instituições do período anterior interagem com as forças de mercado. Jabbour e Dantas (2020) o descrevem como a coexistência de modos de produção, na qual “pedaços do capitalismo privado” participariam, mesmo que a formação dominante fosse o socialismo.

Submisso ou não, o capitalismo mostra sua face na China. O retorno das decisões de mercado, da luta de classes e do ecoar de crises externas na economia doméstica chinesa demonstram a manifestação das expectativas e incertezas na economia do país. O Estado, umbilicalmente conectado ao Partido Comunista da China (PCCh) pela revolução de 1949, viu-se diante da necessidade de mudar o processo pelo qual seus objetivos são estipulados. Os Planos Quinquenais, documentos responsáveis por agrupar os objetivos econômicos e sociais, sofreram mudanças em sua elaboração. Com a nova realidade de mercado, as metas imperativas restringiram-se aos grandes projetos nacionais de investimento. Assim, as metas dos planejadores passaram a figurar em termos de indicativos prognósticos mais amplos, deixando de lado os números rígidos. Foi possibilitado um maior grau de planificação, trabalhando em uma realidade de mercado na qual as instituições criadas sob a economia planificada dividem espaço com uma política fiscal e monetária (Heilmann; Melton, 2013).

A dinâmica de mercado, iniciada pelo estabelecimento dos primeiros contratos de responsabilidade⁵, evidenciou-se conforme a China se conectou ao mundo. Os primeiros sintomas das oscilações comuns a este ambiente ocorreram ainda na década de 1980, com aceleração inflacionária (Gerwartz, 2018). Já a crise asiática do final dos anos 1990 provavelmente é o primeiro exemplo explícito da existência de um mercado chinês globalmente conectado, vulnerável à instabilidade do capital, às oscilações e às incertezas.

Sob o contexto da vultuosa fuga de capitais que afligiu a região entre 1997 e 1998 (Canuto, 2000) e à revelia da cartilha de boas práticas redigida em Washington, a China teria demonstrado resiliência em função de sua solidez econômica, oriunda de um estrito controle de capitais (Sharma, 2022). É verdade que o modelo das

5 Os contratos de responsabilidade de produção agrícola (Household Rural Responsibility System) permitiam o comércio de grãos pelos agricultores. Esse tipo de acordo começou a ser firmado com as autoridades dos municípios e vilas em 1983 (Masiero, 2006).

ZEEs, frequentemente atribuído à busca por Investimento Direto Estrangeiro (IDE), passa a ser expandido para as regiões Central e Leste, sob a bandeira das Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDETs), com funcionamento similar às ZEEs (Carvalho, 2013). Em contraste, esse movimento acompanha grandes pacotes de investimentos públicos. Entre 1998 e 2005, seriam em torno de US\$ 800 bilhões empregados para alavancar o mercado interno, dirigidos a investimentos em infraestrutura (Jabbour, 2006) voltados sobretudo à integração regional do país, permitindo a execução do Programa de Desenvolvimento do Grande Oeste e do Programa de Levante das Regiões Centrais, respectivamente em 2000 e 2004 (Ang, 2017).

Cerca de dez anos após a crise econômica asiática, outro abalo atinge a economia mundial. A crise imobiliária estadunidense ganhou proporções internacionais após a quebra do bando de investimentos Lehman Brothers. Nesse contexto, as exportações chinesas foram significativamente impactadas, não apenas em função da retração de demanda mundial, mas também pelo fato de os Estados Unidos terem se tornando os principais compradores de suas exportações desde que o país asiático ingressou na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001 (Gua *et al.*, 2021). Novamente, o Estado demonstrou-se engajado, anunciando um pacote de investimentos equivalente a 12% do PIB chinês à época (Jabbour; Gabrielle, 2021). Adicionalmente, em 2009, é lançada a política de Indústrias Estratégicas Emergentes (IES), buscando evoluir as áreas costeiras para polos de pesquisa e desenvolvimento de alto padrão. A IES foi lançada sob o contexto de políticas industriais iniciadas em 2006, que não se limitam a respostas em momentos críticos, mas trabalham com vistas a transformar a China em uma potência tecnológica até 2049, aniversário de 100 anos de criação do atual regime (Naughton, 2021).

Os grandes investimentos públicos na China são um fenômeno que se inicia nos anos 1990 (Jabbour; Paula, 2018). Não à toa, Naughton (2021) propõe que a experiência de desenvolvimento do país seria liderada por exportações e investimentos. Enquanto as exportações teriam sido mais relevantes nas primeiras décadas das reformas, os investimentos começam a ganhar espaço subsequentemente. Inicialmente, como medidas anticíclicas que se estabelecem ao longo dos anos 2000, resultando na continuidade do processo de desenvolvimento. O avanço das capacidades produtivas nacionais refletiu-se na complexidade da pauta de exportações, com o crescimento do volume de mercadorias mais sofisticadas (Jabbour; Paula, 2018).

Desde o final dos anos 1970, as mudanças na estrutura produtiva levaram a profundas mudanças sociais. Em paralelo ao recuo do Estado na produção, a abertura aos negócios privados também ocorreu nos serviços, mercantilizando necessidades básicas, como saúde e educação. A transição entre a alocação planejada de trabalhadores para um mercado de trabalho significou enormes mudanças na dinâmica social do país.

3. Impactos sociais

Entre a fundação da RPC até o início dos anos 2000, a grande maioria da população vivia no campo e dedicava-se às atividades econômicas do setor primário.

Entre os anos 1950 e 1970, a China buscou desenvolver a indústria nacional, em um processo descrito por Pomar (2023) como desequilibrado, ao passo que se manteve na instalação da indústria pesada nas cidades, negligenciando a indústria leve e o campo. Com as reformas, coexistem tipos de unidades produtivas, ou formas de propriedades (Jabbour; Gabrielle, 2021), e instituições diretamente ligadas à planificação, como o *hukou*⁶.

Estado e sociedade gradualmente se adaptaram às mudanças. A abertura das ZEEs e ZDETs, nas capitais de províncias, levou à necessidade de flexibilização do *hukou*, que, sob o contexto de reformas, já poderia ter sua efetividade questionada, dado o subfinanciamento das políticas de seguridade. No campo, os negócios privados também se desenvolveram. Assim como a produção agrícola sob os contratos de responsabilidade, as chamadas Township and Village Enterprises (TVEs) – ou Empresas de Municípios e Vilas – e as cooperativas de crédito rural criaram um ambiente fértil de negócios (Masiero, 2006).

A transformação social que começou a moldar a China que vemos hoje iniciou-se na década de 1990 quando a migração sazonal passou a dar lugar à permanente, com o estabelecimento nas cidades dos trabalhadores vindos do campo (Majid, 2015). Esse processo, contemporâneo à destruição do sistema de proteção social urbano⁷ (Nogueira, 2018), acompanhou a transformação chinesa sob a nova organização econômica do país. Segundo os dados do National Bureau of Statistics of China (2024c), em 2011 a população passa a ser predominantemente urbana. De maneira geral, a renda das famílias aumentou, bem como seus gastos. O consumo, que antes era baseado em itens essenciais, como vestuário e bicicleta, expande-se e passa a abranger eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos (Medeiros, 2013/ National Bureau of Statistics of China, 2024b). O padrão epidemiológico também mudou. Com a urbanização e o aumento do sedentarismo, doenças infecciosas dão lugar às cardiovasculares, pulmonares e a problemas como hipertensão e diabetes (Silva, 2018).

O ambiente de mercado trouxe novas oportunidades de emprego, bem como a existência de desemprego e informalidade. Nos anos 1990, em um momento tratado por Moraes (2011) como o *big bang* das reformas, ocorre a substituição do Estado pelos negócios privados em muitos setores da economia chinesa, sobretudo a partir do largo processo de privatizações e fusões das empresas estatais (SOE) e recuo da participação do Estado na oferta de serviços essenciais, como a saúde. Fato que começa a ser revertido nos anos 2000, sob o contexto da pandemia de Sars.

A instituição do Seguro Médico Básico, na primeira década dos anos 2000, estabeleceu a reconstrução de uma estrutura de seguridade social na China após seu estrangulamento, com o governo gradualmente aumentando sua participação no financiamento desse sistema e reprimindo os gastos dos usuários⁸ (Yip *et al.*, 2012/ He, 2021). Mesmo caminho seguido pela previdência, que passa a abranger os trabalhadores urbanos, em 1997, e trabalhadores urbanos informais e trabalhadores rurais, em 2014 (Wong, 2020).

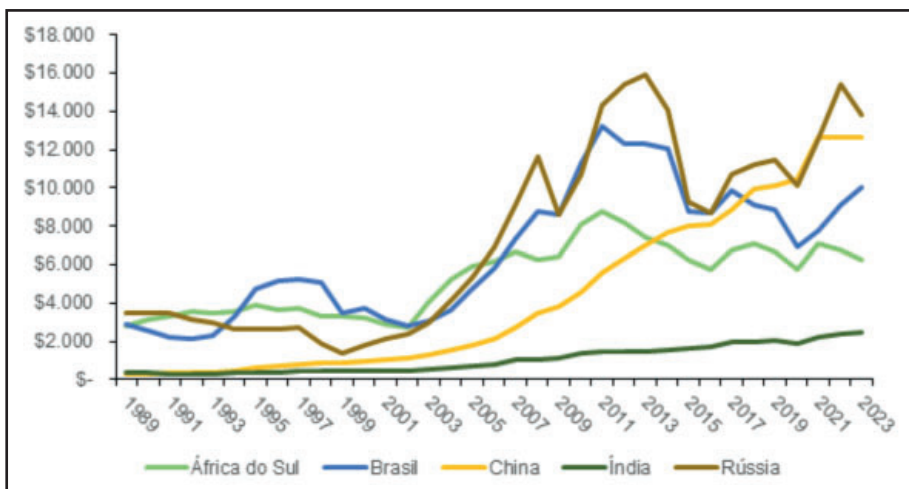
6 O sistema *hukou* vincula serviços básicos, como saúde e educação, ao local de moradia em que cada cidadão está registrado (Carvalho, 2013).

7 Conhecido em chinês como *tie fan wan*.

8 *Out-of-pocket*.

Desde o final dos anos 1970, mais de 800 milhões de pessoas superaram a linha internacional da pobreza na China, segundo o Banco Mundial (2022). Em 2021, o país superou os US\$ 12 mil de renda per capita, patamar no qual se estabilizou (Gráfico 1). Embora a desaceleração chinesa seja discutida como o “novo normal”, é a sustentação do processo de aumento de renda chinês que salta aos olhos, com a construção de um vigoroso mercado interno que segue aumentando seu protagonismo (Medeiros; Gouveia, 2024). Por outro lado, mesmo com o estabelecimento de um ambiente de mercado mais maduro, seja sob do ponto de vista do desenvolvimento de empresas transnacionais ou de uma notável população economicamente ativa, a China se vê diante de novos desafios.

Gráfico 1 – Renda per capita dos países fundadores dos Brics (1989 – 2023)



Fonte: elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial (2024b).

4. Práticas, contradições e provocações

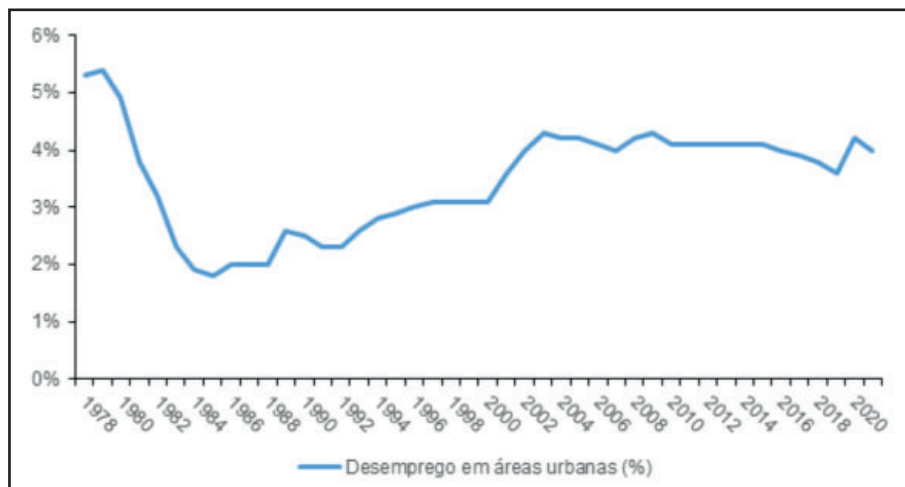
Mais de quatro décadas após o início das reformas, é clara a manifestação das forças de mercado na economia chinesa. Se, por um lado, as crises financeiras cíclicas que atingem a economia do país revelam a manifestação da instabilidade dos mercados no país, por outro, é clara a atuação estatal para mitigar incertezas e rupturas no investimento e no emprego, voltando-se para o desenvolvimento do mercado interno. Tal processo, de busca pela efetivação da demanda (Jabbour *et al.*, 2020), é resguardado pela capacidade estatal de estímulo à demanda por meio de grandes obras e políticas públicas e macroeconômicas.

Em primeiro lugar, segundo Jabbour e Gabriele (2021), o sistema financeiro chinês seria parte do “núcleo duro” daquela experiência. Embora tenha sofrido muitas transformações desde o final dos anos 1970, quando foi estabelecido (Mendonça,

2015), continua sendo predominantemente estatal⁹. Mais importante ainda, é observar a continuidade de sua atuação para além do ciclo econômico.

Desde as primeiras reformas no campo, o setor privado chinês contou com uma robusta e capilarizada rede de cooperativas de crédito rural, bem como bancos com áreas de atuação definidas, voltados para a agricultura, indústria e comércio internacional (Mendonça, 2015). Apesar desse aparato, há de se considerar as limitações políticas da manutenção da demanda efetiva, como argumenta Kalecki (1943). Os negócios privados e o consequente ambiente de mercado que se estabeleceu poderiam, portanto, interferir no ritmo do investimento, mesmo que estímulos por parte do Estado sejam realizados. Na realidade, observa-se a proeminência das decisões estatais sobre a iniciativa privada no país, indicando que o investimento privado é induzido para além das medidas anticíclicas, o que garante a sustentabilidade de baixas taxas de desemprego urbano (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Desemprego urbano na China (1978 – 2021)



Fonte: elaborado pelo autor com dados do NBS (2024a).

Em termos de poder de mercado, o Estado atua a partir do que Jabbour e Gabriele (2021) chamam de grandes conglomerados empresariais estatais, originados do processo de fusões das empresas estatais (State-owned Enterprises, ou SOEs) remanescentes nos anos 1990. Sob este contexto, a Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais (Sasac) é criada para administrá-las, no início dos anos 2000 (Jabbour; Dantas, 2017). Carvalho (2013) aponta que o Estado se manteve nos setores estratégicos da economia, nos quais um alto grau de monopólio é muitas vezes inevitável, como a indústria bélica, energética, metalúrgica e de telecomunicações.

⁹ Conforme a Pesquisa Bancária da China Continental, publicada pela consultoria privada KPMG (2023), no ano de 2022, 52% dos ativos em bancos comerciais estavam concentrados nos quatro maiores bancos estatais da China.

Além do centralizado poder de investimentos nestas empresas, resguardado pela Sasac, elas também têm o potencial de estímulo ao setor privado da economia por meio de encadeamentos.

Ainda assim, desequilíbrios ocorrem recorrentemente na economia chinesa, seja do ponto de vista do investimento ou do emprego. O estabelecimento de negócios privados e, por consequência, o recuo do estágio em que se encontrava a luta de classes no país, trouxe de volta a batalha pelo excedente, com a constituição de um mercado de trabalho. Sob o ponto de vista institucional, e baseado nos apontamentos de Kalecki (1943) sobre os desafios à manutenção do pleno emprego, pode-se afirmar que a soberania construída pelo Partido Comunista Chinês (PCCh), que se mantém internamente a partir de uma profunda penetração social, seria fator crucial para fazer valer os interesses coletivos que levaram à fundação da RPC, agora diante da nova realidade de mercado.

Durante os grandes desafios impostos pela pandemia de Covid-19, Alex Jingwei He (2021, p. 14-15) aponta que o sistema de saúde, inaugurado no início dos anos 2000, demonstrou-se robusto diante da necessidade de contenção do grande surto infeccioso, registrado entre janeiro e fevereiro de 2020. No entanto, entre os fatores determinantes para o desempenho da China diante da pandemia estaria a capilaridade do partido. A desaceleração do contágio, possibilitada pelo rigoroso isolamento social, contou com a participação ativa dos comitês ao nível local, que realizariam a ponte entre partido e sociedade. Nas circunstâncias em questão, estas organizações foram responsáveis por coordenar desde a distribuição de equipamentos de proteção pessoal e alimentos até a circulação dentro dos bairros e vilas (Ren, 2020).

Para além do contexto pandêmico, a influência do PCCh sobre a sociedade pode ser observada também nas complexas relações criadas pelas decisões de mercado diante dos interesses nacionais e populares. Além das concessões aos negócios privados e das contradições criadas em uma sociedade na qual classes com grupos de interesses antagônicos que agora disputam ativamente o excedente, a busca pela continuidade do investimento e do emprego esbarraria no aspecto político do ciclo econômico. Tal dualidade é questionada na China desde que se iniciou o processo de reformas e ocupa espaço central nos debates que buscam situar a economia chinesa em termos de capitalismo ou socialismo. É evidente que o processo de abertura, que trouxe a China ao posto que ocupa ao final do primeiro quarto do século XXI, é repleto de contradições.

Diante desses eventos, o objetivo final do Estado parece ser a garantia do investimento e da busca pelo pleno emprego. As novas possibilidades produtivas no campo, aliadas à destruição do sistema de proteção social urbano, poderiam ser consideradas como uma forma de “democratização” do ônus da industrialização, que por décadas privilegiou as cidades e, por consequência, os trabalhadores urbanos.

Em outras palavras, realidade que se desenvolveu durante os anos 1980 e 1990 nivelava por baixo a harmonia daquela sociedade. Trabalhadores em ambiente rural e urbano ficaram à mercê dos serviços privados de saúde, mesmo que residissem em suas localidades de registro. Tal medida em si é contraditória diante da teoria da demanda efetiva, visto que a procura por serviços de saúde, que antes eram precários,

pode induzir investimentos, ao passo que o poder de determinação de preços desses serviços essenciais afeta potencialmente o consumo de outras pautas. Este mesmo exercício teórico sintetiza a complexa relação criada pela introdução das decisões de mercado à economia chinesa, criando um ambiente no qual o Estado depende de decisões de negócios privados. Em contraste, o poder de intervenção sobre o setor privado na China demonstra resiliência, mesmo diante da formação de um quadro de centenas de bilionários no país (Martin, 2024).

Diante das questões políticas do ciclo econômico, as decisões políticas na China podem nos esclarecer as capacidades de intervenção política do Estado sobre o setor privado por ele cultivado desde o final dos anos 1970. A reconstrução do estado de bem-estar social e a busca por uma sociedade mais harmônica colocam em conflito interesses privados e coletivos e demonstram que o setor privado é utilizado como instrumento para o desenvolvimento nacional, contando com capacidade limitada diante da soberania decisória do Estado chinês.

Conforme grandes conglomerados privados foram se formando no país, alguns episódios emblemáticos recentes ilustram esse conflito, como o da quebra do grupo imobiliário Evergrande (Davidson, 2024), o da proibição de abertura do IPO do Ant Group, pertencente ao conglomerado empresarial Alibaba (Daga, 2020), e o do derretimento dos ativos dos grupos de educação privados (Li, 2021). Todos esses com desfechos nos termos decididos pelas autoridades chinesas.

Para além de casos pontuais, não é só com base em conflitos que essas relações se desenvolvem. De maneira geral, a divisão entre privado e estatal na China é relativamente complexa e envolve questões mais profundas, dada a proeminência social do Estado e do PCCh. Empresas privadas de capital aberto frequentemente têm empresas estatais (SOEs), autoridades locais, fundos e agências governamentais como sócios minoritários, além de dependerem profundamente da relação com representantes do governo e do partido (Chavance, 2017). Essa realidade complexa cria desafios que vão se colocando ao longo do tempo e do espaço, trazendo ao Estado a necessidade de implementar soluções diante das contradições da busca pela efetivação da demanda.

Tal “força decisória estatal” para implementar políticas pode ser uma das características fundamentais do Estado chinês. Com base em Gramsci (2017) é possível utilizar o conceito de hegemonia para analisar o Estado como organismo próprio de um grupo diante do conjunto de “energias nacionais”. Nessa combinação, prevaleceriam os interesses dominantes, em um “equilíbrio instável” influenciado pelos interesses dos grupos subordinados. Para uma transformação revolucionária, portanto, seria necessária a construção de uma contra-hegemonia, que desafie a ideologia dominante. Para o caso chinês, Alvez e Passos (2021) defendem o uso da expressão contra-hegemonia considerando o panorama global. À medida que a abertura econômica não apontou para subordinação à agenda ocidental, o país manteve uma economia parcialmente planejada em uma experiência na qual a financeirização não predominou.

Em termos gerais, a qualidade de vida na China melhorou nas últimas décadas. Alguns indicadores que sustentam tal afirmação são o aumento da renda per capita, da qualidade do consumo e da expectativa de vida ao nascer, que foi de 79 anos em

2024 (World Bank, 2024a). Dada a importância do mercado interno formado por uma população superior a 1,4 bilhão de pessoas, a melhora nas condições sociais, aliada ao aumento do custo de vida, tem levado as famílias chinesas a terem menos filhos. Entre 2019 e 2020, o país registrou encolhimento da população economicamente ativa (National Bureau of Statistics of China, 2024d). Além disso, o aumento na expectativa de vida pode colaborar para desequilibrar a relação entre trabalhadores ativos e aposentados, onerando a previdência.

Diante dessas situações, o Estado tem atuado com o intuito de estimular a natalidade e retardar a aposentadoria dos trabalhadores ativos. A Lei do Filho Único, estabelecida em 1980, foi revogada em 2016. A nível provincial, estímulos financeiros têm sido concedidos a casais para que optem por ter mais filhos¹⁰. Também em termos de obstáculos econômicos à taxa de natalidade, o fenômeno dos grupos privados de educação suplementar vem sendo enfrentado, culminando na proibição da operação desse tipo de negócio com fins lucrativos (Li, 2021). Por fim, as idades mínimas para aposentadoria na China, que eram de 60 anos para homens e variavam entre 50 e 55 para mulheres (Wong, 2020), serão aumentadas pela primeira vez desde a fundação do país¹¹.

Em contraste com as medidas que buscam a permanência no mercado de trabalho, o desemprego entre os jovens é outra questão que desafia as capacidades chinesas de sustentação da demanda agregada. Embora o desemprego urbano permaneça baixo, 5,2% em julho de 2024, entre os jovens ele estava substancialmente elevado. Naquele mesmo mês, excluindo estudantes, 17,1% dos chineses entre 16 e 24 que viviam em ambiente urbano estavam desempregados. Para os grupos entre 25 e 29 anos e 30 e 59, os números de desemprego era de 6,5% e 3,9%, respectivamente (National Bureau of Statistics of China, 2024d).

Como reflexo, após a reconstrução do estado de bem-estar social apontar para a superação do *big bang* das reformas, a precarização do trabalho volta a ser uma questão. Esse novo momento para a informalidade é marcado pelo crescimento do emprego nas plataformas digitais de transporte de passageiros, de mercadorias e nas plataformas voltadas à prestação de serviços diversos, que cresceram no país a partir de fomento governamental. O incentivo à criação de conglomerados de tecnologia nos últimos anos, sob a bandeira do Internet+ e dos chamados *startups de base* (Xu, 2022), visava proporcionar inovações e criar oportunidades de emprego (Chen, 2021), fato que ocorreu, mas elevou a informalidade. Diante do aprofundamento dessas contradições, em 2021, medidas começaram a ser tomadas, com a publicação do primeiro marco voltado à regulamentação do trabalho nas plataformas¹².

10 Desde 2021, governos locais têm promovido benefícios fiscais e estendido os períodos de licença à maternidade visando estimular a natalidade (Reuters, 2023).

11 De acordo com votação realizada na 11ª sessão da Comissão Permanente da 14ª Assembleia Popular Nacional, a idade para a aposentadoria dos homens será gradualmente elevada de 60 para 63 anos, em um processo que levará 15 anos, a começar em 2025. Para mulheres, o aumento será de 55 para 58 anos e 50 para 55 no caso das trabalhadoras de “colarinho azul” (China, 2024).

12 Segundo o *Boletim Trabalhista da China* (2021), em julho de 2021 foi publicado o documento “Pareceres Orientadores do Ministério dos Recursos Humanos e Segurança Social, da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, do Ministério dos Transportes e de outros ministérios e comissões sobre a proteção dos direitos e interesses laborais dos trabalhadores empregados em novas formas”.

5. Conclusão

As reformas econômicas e institucionais, iniciadas na China no final dos anos 1970, transformaram profundamente o país sob os aspectos produtivo e social. À medida que aconteceu a transição de uma economia baseada na produção de mercadorias de baixo valor agregado para uma com capacidades tecnológicas, que desafiam a supremacia dos países centrais, passou a ser questionada a percepção de que o país se basearia em uma plataforma de exportações suportada por baixos salários e produtos com pouca tecnologia. Ao passo que um enorme mercado consumidor foi estruturado, a combinação entre robustos investimentos e a busca do pleno emprego expõe as práticas e contradições de um recém-formado e inovador ambiente de mercado. A cada contradição que se apresenta, o poder de decisão do Estado se vê desafiado a encontrar um caminho que garanta a continuidade do investimento e de baixas taxas de desemprego.

Apesar das limitações teóricas para a compreensão do Estado por trás desse processo, é importante que não nos deixemos levar de forma acrítica diante dos resultados impressionantes auferidos nas últimas décadas. O aumento do desemprego entre os jovens, a desaceleração demográfica e as instabilidades geopolíticas representam hoje os maiores desafios internos para a sustentação de seu processo de desenvolvimento. O país, que se encontrava entre os mais pobres do planeta antes da revolução de 1949, iniciou o processo de reformas na busca por seguir superando restrições materiais. Pouco mais de quatro décadas depois, novas contradições e desafios emergem. No panorama doméstico, a manutenção de baixos níveis de desemprego e a estabilidade do investimento evidenciam a luta de classes, compelindo o processo contínuo de manutenção do poder de decisão por parte do Estado. Já o turbulento cenário externo, sintomático de um mundo em acelerada transformação, impõe novas condicionantes a este processo. O olhar atento aos futuros desdobramentos pode nos auxiliar a seguir desmistificando a realidade e construindo discussões sobre o fenômeno que se desenvolve diante de nossos olhos.

Referências

ALVES, Rafael Queiroz; PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. “A incipiente contra-hegemonia chinesa durante o governo de Xi Jinping (2013-): uma perspectiva da economia política internacional”. *Rev. Práxis e Heg Popular*, vol. 6, no. 9, p. 191–209, dez. 2021. <https://doi.org/10.36311/2526-1843.2021.v6n9.p.191-209>.

ANG, Yuen Yuen. “Industrial transfer and the remaking of the People’s Republic of China’s competitive advantage”. *Asian Development Bank Institute - Working Paper Series*, vol. 762, no. jul. 2017, 2017.

CANUTO, Otaviano. “A crise asiática e seus desdobramentos”. *Econômica*, vol. 2, no. 4, p. 25–60, dez. 2000.

CARVALHO, Miguel. “A economia política do sistema financeiro chinês (1978-2008)”. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

CHAVANCE, Bernard. “Ownership transformation and system change in China”. *Revue de la régulation*, 1 jun. 2017. <https://doi.org/10.4000/regulation.12298>.

CHEN, Yiu Por (Vincent). “Online digital labour platforms in China: Working conditions, policy issues and prospects”. *ILO Working Paper* 24 (Geneva, ILO), 2021.

CHINA LABOUR BULLETIN. “The Platform Economy”. 21 abr. 2023. *China Labour Bulletin*. Disponível em: <https://clb.org.hk/en/content/platform-economy>. Acesso em: 06/09/2024.

CHINA DAILY. “Life expectancy of Chinese increases by 42 years in nearly 70 years”. 2019. *China Daily*. Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/a/201905/23/WS5ce65408a3104842260bd68e.html>. Acesso em: 06/09/2024.

CINGARI, Piero. “Why are European carmakers struggling in the electric vehicle market?”. *Euronews*. 11 set. 2024. Disponível em: <https://www.euronews.com/business/2024/09/11/why-are-european-automakers-struggling-in-the-electric-vehicle-market>. Acesso em: 06/09/2024.

DAGA, Anshuman. Timeline: “Key events behind suspension of Ant Group's \$37 billion IPO”. *Reuters*. 5 set. 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/world/uk/timeline-key-events-behind-suspension-of-ant-groups-37-billion-ipo-idUSKBN27K1A0/>. Acesso em: 06/09/2024.

DAVIDSON, Helen. “Evergrande collapse: Hong Kong court orders liquidation of China property giant”. *The Guardian*, sec. Business, 29 jan. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2024/jan/29/evergrande-collapse-liquidation-china-debt-developer-property-giant>. Acesso em: 06/09/2024.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: Maquiavel, notas sobre o estado e a política (Vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GUO, Liang; WANG, Sizhu; XU, Nicole Z. “US economic and trade sanctions against China: a loss-loss confrontation”. *Economic and Political Studies*, vol. 11, no. 1, p. 1–28, 2 jun. 2021. <https://doi.org/10.1080/20954816.2021.1920195>.

HE, Alex Jingwei. “Health care reform in the aftermath of the Covid-19 pandemic in China: trajectory and prospect”. Working paper prepared for the Korea Institute for Health and Social Affairs, 2021.

HEILMANN, Sebastian; MELTON, Oliver. “The reinvention of development planning in China, 1993–2012”. *Modern China*, vol. 39, no. 6, p. 580–628, 24 ago. 2013. <https://doi.org/10.1177/0097700413497551>.

INTERNATIONAL DATA CORPORATION. “Worldwide smartphone market grew 6.5% in the second quarter of 2024 as momentum continues to build, according to IDC tracker”. *International Data Corporation*, 15 jul. 2024. Disponível em: <https://www.idc.com/getdoc.jsp?containerId=prUS52436724>. Acesso em: 06/09/2024.

JABBOUR, Elias. “China: as infraestruturas como essência do fenômeno”. *Revista de Informações e Debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, no. 26, 1 set. 2006.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. “The political economy of reforms and the present Chinese transition”. *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 37, no. 4, p. 789–807, dez. 2017. <https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n04a08>.

JABBOUR, E. M. K.; DANTAS, A. T.; ESPÍNDOLA, C. J.; VELLOZO, J. “A (nova) ‘Economia do Projeto’: o conceito e suas novas determinações na China de hoje”. *Geosul*, vol. 35, no. 77, p. 17–48, 7 dez. 2020. <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p17>.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. *China*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando de. “A China e a ‘socialização do investimento’: uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman”. *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 22, no. 1, 11 jun. 2018. <https://doi.org/10.1590/198055272217>.

KALECKI, M. “Political aspects of full employment”. *The Political Quarterly*, vol. 14, no. 4, p. 322–330, out. 1943. DOI <https://doi.org/10.1111/j.1467-923x.1943.tb01016.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-923X.1943.tb01016.x>. Acesso em: 06/09/2024.

KPMG. “Innovating in pursuit of New Heights Chinese Mainland Banking Survey 2023 Summary”. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/cn/pdf/en/2023/05/china-banking-industry-survey-report-2023.pdf>. Acesso em: 06/09/2024.

LAWRENCE, Martha; BULLOCK, Richard; LIU, Ziming. *China’s high-speed rail development*. Washington: World Bank Group, 2019.

LI, Jane. “China is extending its regulatory storm from tech to education”. *Quartz*, 26 jul. 2021. Disponível em: <https://qz.com/2037818/china-is-extending-its-regulatory-storm-from-tech-to-education>. Acesso em: 06/09/2024.

MAJID, Nomaan. *The great employment transformation in China*. Geneva: International Labour Office, Employment Policy Department, Employment and Labour Market Policies Branch, 2015.

MARTIN, Devin Sean. “The countries with the most billionaires 2024”. 3 abr. 2024. *Forbes*. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/devinseanmartin/2024/04/02/the-countries-with-the-most-billionaires-2024/>. Acesso em: 06/09/2024.

MASIERO, Gilmar. “Origens e desenvolvimento das Township and Village Enterprises (TVEs) chinesas”. *Revista de Economia Política*, vol. 26, no. 3, p. 425–444, set. 2006. <https://doi.org/10.1590/s0101-31572006000300006>. Acesso em: 06/09/2024.

MCCARTHY, Simone. “China’s Change-6 probe successfully lands on far side of the moon”. *CNN*, 2 jun. 2024. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2024/06/01/china/china-change6-moon-landing-intl-hnk-scn/index.html>. Acesso em: 06/09/2024.

MEDEIROS, Carlos. “Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa”. In: *Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia - Volume 2*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. p. 435–490.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de; GOUVEIA, Esther Majerowicz. “The ‘new normal’ of the Chinese economy”. *Economia e Sociedade*, vol. 33, no. 3, 2024. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2024v33n3.282794>. Acesso em: 06/09/2024.

MENDONÇA, Ana Rosa Ribeiro de. “Sistema financeiro chinês: conformação, transformações e controle”. In: CINTRA, Marcos Antonio Macedo; FILHO, Edison Benedito da Silva; PINTO, Eduardo Costa (eds.). *China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

MORAIS, Isabela. “Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e pobreza na China contemporânea”. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. “National data – Annual – Employment and wages – registered unemployed persons in urban area”. 2024a. *National Bureau of Statistics of China*. Disponível em: <https://data.stats.gov.cn/english/easyquery.htm?cn=C01>. Acesso em: 06/09/2024.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. “National data – Annual – People’s living conditions – Main durable goods owned per 100 households”. 2024b. *National Bureau of Statistics of China*. Disponível em: <https://data.stats.gov.cn/english/easyquery.htm?cn=A01>. Acesso em: 06/09/2024.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. “National Data - Annual - Population - Total Population”. 2024c. *National Bureau of Statistics of China*. Disponível em: <https://data.stats.gov.cn/english/easyquery.htm?cn=A01>. Acesso em: 06/09/2024.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. “National data - Employment and wages - Economically active population. 2024d. *National Bureau of Statistics of China*. Disponível em: <https://data.stats.gov.cn/english/easyquery.htm?cn=C01>. Acesso em: 06/09/2024.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. “National data - Monthly - The Urban Surveyed Unemployment Rate”. 2024e. *National Bureau of Statistics of China*. Disponível em: <https://data.stats.gov.cn/english/easyquery.htm?cn=A01>. Acesso em: 06/09/2024.

NAUGHTON, Barry. *Rise Of China's industrial policy, 1978 - 2020*. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 2021.

NOGUEIRA, Isabela. “Estado e capital em uma China com classes”. *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 22, no. 1, 11 jun. 2018. DOI <https://doi.org/10.1590/198055272211>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/Yw5R7FYckMDNF9Nq8pGYZbT/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06/09/2024.

POMAR, Wladimir. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

REN, Xuefei. “Pandemic and lockdown: a territorial approach to Covid-19 in China, Italy and the United States”. *Eurasian Geography and Economics*, vol. 61, no. 4-5, p. 1–12, 8 mai. 2020. <https://doi.org/10.1080/15387216.2020.1762103>.

SANTOS, Theotônio dos. *Desenvolvimento e civilização: homenagem a Celso Furtado*. Rio de Janeiro: EdUERj, 2016.

SHARMA, Shalendra D. “Why China survived the Asian financial crisis? *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 22, no. 2, p. 225–252, 1 jun. 2002. DOI <https://doi.org/10.1590/0101-31572002-1235>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572002000200225.

SILVA, Adriana Ilha da. “Perspectivas históricas e econômicas sobre a saúde na China no século XXI”. *História, Ciências, Saúde*, vol. 27, no. 2, p. 375–389, jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/s0104-59702020000200004>. Accessed on: 21 Mar. 2022.

WALLERSTEIN, Immanuel. “Globalization or the age of transition?: A longterm view of the trajectory of the world-system. *Asian Perspective*, vol. 24, no. 2, p. 5–26, 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42704258>.

WEBER, Isabella. *Como a China escapou da terapia de choque*. [S. l.]: Boitempo Editorial, 2023.

WONG, Christine. “Managing across levels of government: The challenge of pension reform in China”. In: KIM, Junghum; DOUGHERTY, Sean (eds.). *OECD Fiscal Federalism Studies*. Paris: OECD Publishing, 2020. p. 79–102. <https://doi.org/10.1787/2bbfbd8-en>.

WORLD BANK. “Life expectancy at birth, total (years)” | Data. 2024a. *Worldbank.org*. *World Bank*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.IN>. Acesso em: 06/09/2024.

WORLD BANK. “Life expectancy at birth, total (years)” | Data. 2024b. *World Bank*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.IN?locations=CN>. Acesso em: 06/09/2024.

WORLD BANK. “Lifting 800 million people out of poverty – New report looks at lessons from China’s experience”. 1 abr. 2022. *World Bank*. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/04/01/lifting-800-million-people-out-of-poverty-new-report-looks-at-lessons-from-china-s-experience>. Acesso em: 06/09/2024.

WORLD BANK. “World Development Indicators | DataBank | GDP per capita (current US\$)”. 2024c. *World Bank*. Disponível em: https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=NY.GDP.PCAP.CD&country=&_gl=1. Acesso em: 06/09/2024.

XINHUA. “China Focus: China to gradually raise retirement age”. 2024. *Xinhua*. Disponível em: <https://english.news.cn/20240913/aea912de6355431fb2f5db000584cd09/c.html>. Acesso em: 06/09/2024. Acesso em: 16 set. 2024.

XU, Zhun. *The gig economy in China. The Routledge handbook of the gig economy*. Londres: Routledge, 2022. p. 392–400.

YIP, Winnie Chi-Man; HSIAO, William C; CHEN, Wen; HU, Shanlian; MA, Jin; MAYNARD, Alan. “Early appraisal of China’s huge and complex health-care reforms”. *The Lancet*, vol. 379, no. 9818, p. 833–842, mar. 2012. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(11\)61880-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(11)61880-1).

An empirical analysis of barriers to the educational sector and their impact on economic growth of Afghanistan (2001-2021)

Uma análise empírica das barreiras ao setor educacional e seu impacto no crescimento econômico do Afeganistão (2001-2021)

Un análisis empírico de las barreras al sector educativo y su impacto en el crecimiento económico de Afganistán (2001-2021)

Shaukatullah Abid¹

Abstract

Abid, S. An empirical analysis of barriers to the educational sector and their impact on economic growth of Afghanistan (2001-2021). *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 107-122, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2351

In the past two decades, many steps have been taken to improve the education sector of Afghanistan. International NGOs, sponsors, donors, and partners along with the government of Afghanistan have invested heavily in the education system to improve literacy across the country, but Afghans still face many challenges in this sector. Access to education is the right of every child and youth, and the government is responsible for creating opportunities for quality education for its people by spending money and using resources. It is a fact that the government of Afghanistan has implemented many policies and achieved quantitative and qualitative goals, but the outcome is still insufficient. It should also be mentioned that the status of the educational system in the 1980s is not comparable with 2021 at all. It is also a fact that the education system faced serious and crippling challenges in the last twenty years (2001-2021), which have had a direct impact on the economic growth and development process in the medium and long term. This article will highlight the main challenges in education system of Afghanistan in the last 20 years and its impact on economic growth will be determined. It will also explain the impact of these challenges on quality of education in the different sectors by descriptive research and empirical analysis to evaluate the available evidence.

Keywords: Barriers; Education; Economics; Growth; Afghanistan.

Resumo

Abid, S. Uma análise empírica das barreiras ao setor educacional e seu impacto no crescimento econômico do Afeganistão (2001-2021). *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 107-122, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2351

¹ Assistant professor at the Economic Institute of Afghanistan Sciences Academy. Master's degree in commerce (finance and banking) from Bangalore University, in India. E-mail: shaukatullahabid@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-3126-6787>

Nas últimas duas décadas, muitas medidas foram tomadas para melhorar o setor educacional no Afeganistão. ONGs internacionais, patrocinadores, doadores e parceiros, juntamente com o governo do Afeganistão, investiram pesadamente no sistema educacional para melhorar a alfabetização em todo o país, mas o país ainda enfrenta muitos desafios nesse setor. O acesso à educação é um direito de todas as crianças e jovens e o governo é responsável por criar oportunidades de educação de qualidade para seu povo, gastando dinheiro e usando recursos. É fato que o governo do Afeganistão implementou muitas políticas e alcançou metas quantitativas e qualitativas, mas os resultados são muito insuficientes. Também deve ser mencionado que a situação do sistema educacional na década de 1980 não é comparável à de 2021. Também é fato que o sistema educacional enfrentou desafios sérios e incapacitantes nos últimos vinte anos, de 2001 a 2021, que tiveram um impacto direto no crescimento econômico e no processo de desenvolvimento em médio e longo prazos. Este artigo destacará os principais desafios do sistema educacional do Afeganistão nos últimos 20 anos e determinará seu impacto sobre o crescimento econômico. Também explicará o impacto desses desafios na qualidade da educação nos diferentes setores por meio de pesquisa descritiva e análise empírica para avaliar as evidências disponíveis.

Palavras-chave: Barreiras; Educação; Economia; Crescimento; Afeganistão.

Resumen

Abid, S. Un análisis empírico de las barreras al sector educativo y su impacto en el crecimiento económico de Afganistán (2001-2021). *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 107-122, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2351

En las últimas dos décadas, se han tomado diversas medidas para mejorar el sector educativo de Afganistán. ONGs internacionales, patrocinadores, donantes y socios, junto con el gobierno de Afganistán, han invertido significativamente en el sistema educativo para mejorar la alfabetización en todo el país, pero el país aún enfrenta muchos desafíos en este sector. El acceso a la educación es un derecho de todos los niños y jóvenes y el gobierno es responsable de crear oportunidades de educación de calidad para su pueblo, invirtiendo dinero y utilizando recursos. Es un hecho que el gobierno de Afganistán implementó muchas políticas y alcanzó metas cuantitativas y cualitativas, pero los resultados son muy insuficientes. También debe mencionarse que la situación del sistema educativo en la década de 1980 no es comparable a la de 2021. Asimismo, es un hecho que el sistema educativo enfrentó desafíos serios e incapacitantes en los últimos veinte años, de 2001 a 2021, que tuvieron un impacto directo en el crecimiento económico y en el proceso de desarrollo a mediano y largo plazo. Este artículo destacará los principales desafíos del sistema educativo de Afganistán en los últimos

20 años y determinará su impacto en el crecimiento económico. También explicará el impacto de estos desafíos en la calidad de la educación en los diferentes sectores a través de una investigación descriptiva y un análisis empírico para evaluar las evidencias disponibles.

Palabras clave: Barreras; Educación; Economía; Crecimiento; Afganistán.

Data de submissão: 08/09/2024

Data de aceite: 02/10/2024

1. Introduction

Social, technological, environmental, demographic, economic, and political factors cumulatively impact on the structure and system of education in every country. In order to achieve the full potential of an education system, its structure and content needs to be defined at school and university levels. The goals should arise from the needs of society and the contemporary environment in which the society is expected to operate.

Therefore, it is necessary to evaluate the past and present challenges to provide recommendations according to the needs of society, which relate in certain ways to the economic growth and the development of the country.

The education sector has been weakened in the last four decades of conflict (Ribetti) in Afghanistan in terms of lack of human capital and other effective factors. The conflict has created many challenges and obstacles for the development process in the country.

The educational system of the Afghan school can be defined in three levels:

(1) General education, from 1st to 12th grade which consists of elementary, primary, secondary, and high school. Most schools provide such general education in Afghanistan.

(2) Vocational Education, offered in high schools, are of two main types: agricultural and technical schools.

(3) In addition to these public and professional schools, there are schools for religious education that provide Islamic education in mosques and Islamic education centers.

The Ministry of Education (MoE) has been established as a central administrative body to manage the entire educational system. At the same time, it manages basic, general, and Islamic education throughout the country (Moe.gov, 2024). The Vocational Education Department manages the entire technical and vocational education system. These two organizations are the driving forces behind the expansion and development of the educational field. They provide the legal framework, laws, policies, strategies, different types of programs, and resources to achieve the goals and objectives of the strategy.

The education system in Afghanistan has a long history. The greatest progress was made during King Amanullah Khan's government, after 1919. There were 762 schools in 1956 with 121.000 students. Out of these, 27 were primary schools, of which 23 were boys' schools and four were girls' schools (Irshad, 2016). At the end of 1977, the management and supervision of educational institutions was divided into different authorities, namely the Ministry of Education and the Ministry of Higher Education (Sherzad, 2017).

In the last two decades (2001-2021), the education system has attracted more attention in society. Reports about the steady progress and reconstituting the education sector of Afghanistan, informed that approximately 800,000 students in 2001 were enrolled in schools. The number has increased to 8.5 million in 2014, of which 39% were girls (Aps, 2016). Other reports state that the number of students increased from 1 million in 2001 to approximately 9.7 million in early 2020. In addition, the number of schools went up to 16.625 by 2019 (*Deutsche Welle*, 2011).

Along with primary and secondary education, higher education is also the basic pillar of this system, which has a vital impact on society. It is said that investment in human resources helps to create a skilled labor force and leads the creative and innovative resources of society in the path of economic growth. It has a direct relationship with the higher, technical, and professional education of society.

The history of universities and higher education began with the establishment of the Kabul medical faculty, in 1932. After that, some other departments were created and joined with this medical faculty in the Kabul University. A limited number of students used to get education in these faculties and departments under the influence of foreign lecturers (MoE, 2022).

At the beginning of 2021, there were more than 387,946 students in public and private universities and institutions in the country, which showed a decrease of 8.6 percent compared to 2020. Thereafter, the total number of higher education institutions was 167, of which 128 were private and 39 were public universities and higher education institutions active in the whole country. The total number of private and public lecturers in these university and institutions is 18,998 of which 2,617 were female and 16,381 were male lecturers (NSIA, *Annual statistics*, 2021).

Along with higher education, technical and vocational education also have had a long history and progress in Afghanistan. In fact, this part of the education system is divided in three areas:

- (1) formal technical and vocational education.
- (2) non-formal technical and vocational institutions.
- (3) in-formal technical and vocational education.

These three parts are organized by the Technical and Vocational Education Organization. There were about 172 public institutes and about 16 were private institutions in different provinces of Afghanistan (NSIA, 2019), so that many pupils get education in these centers and they have made good achievement in the last few years, despite many problems faced by teachers and students. Therefore, these challenges affect socio-economic sectors. Surveys show that there is a strong relationship between education and economic development of most countries, and that

education is a fundamental factor in the economic development of any economy (Sagar, 2022).

The relationship between literacy ratio and Human Development Index (HDI) shows that the 100% literacy ratio indicates 0.93 HDI in Luxembourg, while in Pakistan, for example, the value that corresponds to a literacy rate of 56.44% is an HDI of 0.554 points (Sagar, 2022). The data shows that the highest literacy rate indicates the highest HDI. The same data also showed that there is a positive relationship between literacy rate, GDP *per capita* and life expectancy. Therefore, Gebre (2020) argues that access to education is likely to help to improve the socio-economic status of individuals and society as a whole, indicating that empowering individuals makes a positive impact on economic development.

Investing in education means investing in human resources, such as creating a skilled labor force that, in turn, affects the creation of innovations and increase productivity, which is expected to have a positive impact on economic growth (Besime Fekri et al, 2022). Therefore, considering the important role of education and its impact is an importation issue. For this purpose, it is necessary to highlight the main obstacles that affect the entire system and economic growth of the country.

2. Literature review

Education and its role in society is an important subject to research and it has the potential to bring significant benefits to every individual, society, and nation in order to increase their standard of living and to find different ways to gain income, enhance their skills, and so on. Hence, many organizations and individuals have worked on this subject. The following eight studies have, directly and indirectly, relations to this article. Thus, some of the literature and its findings have been collected as follows:

1. Jerome Bredt and Carlyesycz (2007) showed in a survey, published by OCED, that, in 1995, about 29 countries had 5.42% of GDP average expenditure on educational institutions or in all levels of education. In addition, these countries increased these expenditures up to 5.9% average of GDP in 2003. The researchers have analyzed the relationship between effective expenditure on education and economic growth and stated that they agreed with Leuvan et. al. (2004), who found that “human capital has ‘dynamic complementarities’, so earlier learning makes subsequent learning easier”.
2. Unicef in Afghanistan (2017) published an article which highlighted obstacles faced by education in the country. The findings are mostly the result of their field studies carried out by their staff and are explained via a descriptive method. They found there is a shortage of schools, insufficient transportation, and 48% of the teachers have minimum academic qualification, which results in lower quality of education.
3. Irshad Aurangzeb (2016) has written about the general historical situation of education in Afghanistan. For him, most of the development took place in Amanullah Khan's period (after 1919). There were 762 schools in 1956 with

121,000 students. 27 of these schools were primary high school, out of which 23 schools were for boys and four of them for girls. This study described the past data and situation. In the past two decades (2001-2021), the school education system attracted much more interest from society. In early 2020, the number of students, schools, and higher education institutions was increasing, according to their research.

4. Gebre (2020) has said that “access to the education is likely to contribute improvements in the socio-economic status of individuals and community at large, which indicated empowering individuals has a positive impact on economic development” (Gebre, 2020).

5. Anna Valero (2021) found, in research published by Center for Economic Performance, that “there is strong evidence supporting the links between education and the determinants of growth in terms of investment in technology, and in generating innovation itself - the driver of growth in the long-run. Highly skilled individuals are key for the invention of new technologies, and for establishing and managing high performing businesses. This research finally found that “universities, as producers of both human capital and innovation, tend to generate positive economic impacts on their surrounding economies, understanding better the precise mechanisms through which these effects occur”.

6. Besime et al. (2022) have said that investing in education means investing in human resources, that is, creating a skilled labor force that will influence the creation of innovations, increase productivity and others, which is expected to have a positive impact on economic growth.

7. Sarparaj Ramanand Sagar (2022), in the article “Role of education in the economic development of India”, has develop two hypotheses, called H1 and H0 hypothesis. In the end, he supported the H1 option arguing that “there is a causal relationship between literacy ratio and crude death in India, population growth, life expectancy and HDI” in the country. He found coefficients of correlation (r) = 0.795 which show significant positive causal relationship between literacy ratio and the *per capita* GDP of India.

8. For Unesco (2023), a huge progress has been made in enrollment in all education levels in Afghanistan, from around one million in 2021 to ten million in 2018, which include 2.5 million girls. In addition, they said, forty years of war, recurrent natural disasters, chronic poverty, drought, and Covid-19 pandemic, have already taken a huge toll on the Afghan people. They also added that, since August 2021, 1.1 million girls have been prevented from attending secondary school until further notice by the highest authority of the country (Unesco, 2023). August 2021 marked the restoration of the Islamic Emirate (and the return of the Taliban group to power)

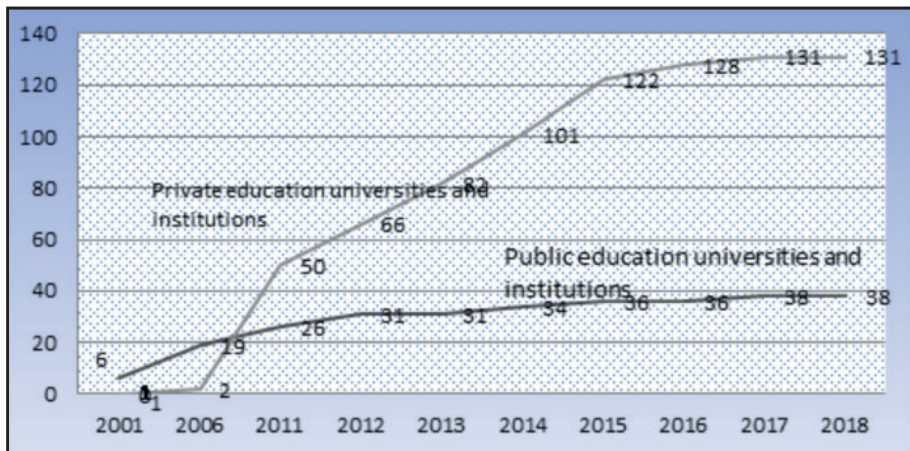
Most of these studies and research describe the generic situation of the education in Afghanistan, without focusing directly on education obstacles and its impact. The research work of Sarparaj Ramanand has focused on the topic from a different perspective and hypothesis. He defines his research scope only from India and the data and analysis he used are related to the mentioned country. Hence, it is necessary

to introduce the research gap for this paper and highlight the main education obstacles and its impact on the eco-growth of Afghanistan.

2.1. Brief image of post 2002 status of the education sector

It is important to show the gradual progress of higher education institutions in private and public sectors during the past 20 years. The impact on economic growth and the main barriers faced by the education sector will be described as well. The chart below shows the comparison of both governmental and private higher education institutions. The comparison indicates that the private higher institutions experienced substantive progress, and the number of these institutions increased from zero to 131 in 18 years.

Figure 1 – Comparison of private and public higher education institutions from 2001-2018



Sources: Strategic plan of Ministry of Higher Education (2015-2019).

Before 2002, less than one million boys were receiving education in 3,400 public schools staffed by 20,700 teachers and there was not a single standard curriculum or standard textbooks (CSRS, 2020). Thereafter, the education sector widely received support from international donors and supporters, besides many other social and economic sectors.

After a long mission, Afghanistan successfully approached and got to some of the developmental goals at related field and the huge increment happened in the numbers of school students due to these efforts. The number reached 9.7 million in 2020. Still, a huge percentage of boys and girls were deprived of education in Afghanistan. According to Unesco statistics, before 2021, only 67% of the school age boys and 48% of school age girls were going to schools (*Deutsche Welle*, 2021).

2.2. Major barriers to education in afghanistan

There have been many obstacles and challenges in almost all social and economic sectors of Afghanistan in the past four decades due to conflict and political instability. Political events led to the Soviet invasion in 1979, civil war during the 1980's and 1990's, the Islamic Emirate of Afghanistan in 1996 (Taliban regime), the fall the Islamic Emirate in 2001, the USA intervention and the Islamic Republic for almost two decades, and the rise of Islamic Emirate of Afghanistan once again, after 20 years, in August of 2021.

In 2021, new obstacles and new opportunities arose in the country as well. What will the opportunities be and how will the current government overcome the challenges? These questions will be answered in time, but main obstacles in the education sector could be described as follows: Shortage of infrastructure, lack of professional teachers, lack of female teachers, the presence of traditional beliefs, geographical barriers, weak leadership and administration from the government.

For instance, 9.7 million students were going to schools in early 2020, out of which 38% of them were girls (Ministry of Education, 2021) At the same time, 46% of schools do not have adequate infrastructure and buildings (CSRS, 2020). Students sit under the sky and carry on their studies. In the rainy, windy, and cloudy weather, teachers tell students that they have to leave school. Huge number of students face this problem, especially in rural areas and areas dominated by the Pashtun ethnic group. Mismanagement by the education ministry's authorities, corruption in the education sector and insufficient budget allotment from the government and donors cause these challenges.

There is a lack of teachers, especially a shortage of professional teachers at schools in the rural areas of Afghanistan. During decades of internal war and violence, most human resources and human capital migrated to neighboring Pakistan, Iran, and other countries, causing serious deficits in the human capital building process in the country. And the level of proficiency in the specified field of education became low. Natural sciences subjects do not have teachers or, if there were, they only possessed 14th class of *Daru'llmalimeen* (Teachers Training Centers). At the beginning of the republic state of Afghanistan there were a very low percentage of teachers with bachelor's degrees. Even though this percentage has increased, the obstacles mentioned have not been overcome in the past two decades.

The Ministry of Education has employed contractors and visiting teachers in schools to deal with this challenge. If we give a specific example of this obstacle in a specific geographical location, the eastern Kunar province, the education directorate had 4,045 teachers in 2019, which consisted of 3,803 male and 242 female teachers. Among these teachers, 22 had a master's degree, 411 were bachelor's degree holders, 2,578 were 14th class graduated, 1,002 were 12th class graduated, and 32 teachers were not even graduated from 12th class (Ministry of Economy, 2019). It means that, among those 4,045 teachers, more than 3,000 teachers are less qualified to teach professionally. Unicef has noted that children receive a lower quality of education because only 48 per cent of their teachers have the minimum academic qualifications in Afghanistan

(Unicef, 2017). Having such types of challenges brings consequences. This article will answer this question in the discussion part below.

The lack of female teachers is other huge and sensitive challenge due to traditional culture of the population and other social practices of mostly rural people. The environmental factors directly affect this issue, which has arisen from the lack infrastructure, weak education system and corruption, lack of resources and funding channels, and so on. In early 2019, there were almost 51 female students per female teacher, but here the only concern taken in the account were quantity, and, in such analysis, the proficiency and subjects' profession were not taken in consideration. This means that, according to the national statistics and information from the authorities, there were only 72,480 female teachers for 3,685,665 female students in 2019 (NSIA, 2019).

With relation to local beliefs, tradition is a very important factor in the Afghan society, especially for women. It is necessary to follow these traditional rules and beliefs. Many girls are not allowed to be admitted in schools. For many years now some of them are not allowed to continue their secondary education in most rural areas. This might be a cause of the low level of education in society as a whole.

As war and political strife affected the nation for the past five decades, many families are not well prepared to allow their daughters to get modern education, specifically in the medical sectors, where, right now, there might be some districts and places where there is not a single women doctor to provide medical services to the residential females. This challenge has been going on for a long time and now, since 2021, secondary girl's schools are totally closed due to the general policy of the current government in Afghanistan.

Another challenge is the geographical barriers. Afghanistan is a country of mountains. Most of the area is covered by mountains and different valleys and there is not a standard transportation system. Going to schools in the mountain areas and taking long walk across the valleys to reach the schools is difficult for the children, disable students, and for girls living in these areas. Nuristan, Kunar, Badakhshan and many other provinces especially face this kind of difficulty. In the meantime, schools with weak infrastructures and no buildings are other obstacles for students in these locations. Therefore, on cloudy and rainy days, these schools are closed or at least some of the classes are off.

Finally, weak leadership of government is another challenge. There are problems with the services provided at all levels of the educational system. For instance, one may have problems getting admission, changing schools, making extra payments in private institutions, as well as facing inadequate curricula in private schools and the use of different uniforms. All of these practices have a direct impact on the education system in the country.

In addition, many schools' books were printed and published outside of the country in the past. They do not reach schools in time for distribution. Transportation and political challenges with the neighboring country and many other challenges have existed as well. To provide a clear example here, in 2012, more than four million school's books were stopped in Karachi port (Pakistan) for almost 10 months (Eman, 2012). It means that a significant number of students have spent their time in school without books, for almost ten months.

2.3. Impact of educational obstacles on the education system and on economic growth

The relationship between the existing challenges, quality education and quantity of the students in Afghanistan is considerable. The relationship between the rate of professional teachers and quality education is also clear, especially in rural areas. If there are insufficient teachers in the natural sciences' subjects, there will be consequences in those subjects as well.

Researches show that most teachers have graduated from the 12th class. Some of them studied at Teacher Training Centers (TTC). Hence, they face problems teaching natural sciences subjects like Mathematics, Geometry, Physics, and Chemistry. Studies shows that, in the period of 2004-2006, there were not Mathematics, Geometry and some natural sciences' courses for teachers in many eastern and southern provinces schools and in most schools in Pashtun dominated areas. There, the outcome was against the expectations and most of the 12th class graduated students were not able to understand the basic knowledge of these subjects (Rahim, 2021).

In addition, the relationship between the weak infrastructures and quantity of students enrolled in the system for education is also considerable and it will have huge impact on both quantity and quality of the system. Proper buildings, classrooms, libraries, clean water, good washrooms, sports grounds, laboratories, innovations support centers and other factors have a direct impact on the productivity of the system as a whole.

The political and security challenges faced by Afghanistan have also had a broad impact on the total numbers of students. In 2018, Unicef has reported that half of the Afghan children were excluded from the education (Unicef, 2018). At the same time, it has been declared that 3.7 million children are deprived of school education, which is considered a basic right. The main cause of this exclusion was the insecure situation and political instability in the past couple of years.

Human Resource Watch (2017) published a report saying that two third of the girls do not go to schools at Afghanistan. The main cause could be the insecure situation. It also said that 41% of the schools do not have infrastructure and proper buildings all over the country. As an example of a specific province, there were 453 schools in Kunar province, out of which 268 schools do not have proper buildings (Ministry of Economy, 2019). It means that more than half of the schools do not have adequate facilities.

Almost four decades of conflict have had a decisive effect on Afghanistan's education system. High/Secondary school-aged girls have been especially affected (Borgen, 2014), although it is said that these schools will re-open once a decree is issue by the IEA highest authority.

The findings from past surveys and published data show that, for more than four decades, this system has faced serious challenges and obstacles, which need permanent and strategic solutions. The solutions must be discussed by the related authorities of the Education Ministry and other parties involved. If this fact is not taken into account, it will cause a reduction in both quality and quantity of the productivity of the education sector. These obstacles also have an impact on the displacement and immigration levels in and out of the country and the psychological stress level of the youth. Self-confidence of young people might already be reducing. It will diminish the

trust of the population in the government as well and the country will depend on other countries' human capital and human resources in both the short and the long run.

Azam said that education and knowledge are parts of the infrastructure of an economy of a country (Azam, 2023). He argues that a country remains less developed when its economy is not productive and not developed. At the same time, the economy is not developed while its education is not developed.

If the Ministry of Education is not willing to take serious strategic action to solve all these challenges, the quality of the 12th class's graduate student will be very low and it will clearly affect badly the education sector. We recommend authorities design a policy to attract, hire, and keep professional teachers, according to their professions, who have higher education diplomas, and who work for the good solution of all these challenges. This will support the future economic development of the country from different perspectives.

Conversely, if these challenges continue, they will motivate the youth to immigrate. This will raise other challenges in the county, like the permanence of traditional beliefs, political issues, and environmental differences, which could affect the economic development process of the society (Azam, 2023). Therefore, it is necessary to overcome these obstacles.

Table 1 – Government expenditure on education (total % of GDP)
and annual economic growth rate (%).

No	Year	Govt. expenditure on education (%of GDP)	Annual eco-growth rate (%)
1	2006	4.7	5.4
2	2007	4.2	13.8
3	2008	4.4	3.9
4	2009	4.8	21.4
e	2010	3.5	14.4
6	2011	3.5	0.4
7	2012	2.6	12.8
8	2013	3.5	5.6
9	2014	3.7	2.7
10	2015	3.3	1.5
11	2016	4.5	2.3
12	2017	4.3	2.6

Sources: <https://www.statistica.lead.com>

The above table shows that the government of Afghanistan has spent different percentages of the total government expenditure to decrease illiteracy and promote the quality education in the country. The analysis of these data shows that there is a positive relationship between economic growth and education expenditure. This will allow accepting the hypothesis mentioned before.

Education is the infrastructure of development of a country. If the education system of the country is at a high level, up-to-date, and functions according to the needs and requirements of the market, its impact will be greater on economic growth. When the efficiency of education is at the highest level, it represents a quality human force.

The argument here is that skilled labor force and qualified human-power lead to the effective performance of related responsibilities. As the data mentioned above shows, Afghanistan has had little progress overall, but it is also argued that there is a qualitative increase in the relevant sector (MoE, 2021). Participation of the skilled labor resources in basic and huge projects (as well as the performance in government organizations and in ministries) have shown that human resources, trained and graduated in the Afghanistan universities, especially from the polytechnic, played a main role in the infrastructure projects. As examples of such projects we mention the Qosh Tepa Canal, the Kabul-Qandahar highway re-construction, water management and other projects over the past years (Ministry of Public Works, 2024).

These projects were designed and accomplished by the Afghan skilled labor force, a group of workers trained and educated at Afghan universities and higher education institutions, during the past 20 years. Despite all difficulties, hundreds of innovations and creation of modern instruments have been invented by the Afghan youth. Other sectors, like the medical sector, also have had qualitative improvement proven in the past years.

Considering all these factors, it is possible to state that all these obstacles faced by the education sector, in the past and in the present time, have a wide impact, which finally have effects on eco-growth of the country. There is a positive relationship between annual GDP growth and expenditure on education sector of the country (although it is also necessary to say that exact data for the trained teachers in lower secondary - male and female -, preprimary education, secondary, high schools, and other institutions was not available in national and international platforms to be analyzed and discussed).

3. Conclusion

Afghanistan has faced serious obstacles in the education sectors, due to the certain reasons like a four-decade war, internal and external displacement, immigration, shortage of professional teachers, shortage of female teachers in schools, weak infrastructure, ineffective curricula, discrimination, corruption and traditional beliefs.

Most of these challenges have a direct effect on economic growth and the development processes of the country. Some experts believe that these challenges affect the education system, the amount and quality of education, trust of population, and so on. As a result, the low quality of education will affect academic society and all other sectors in the future, reducing the productivity and efficiency of these sectors.

It is necessary to establish high quality standards for the performance of core subjects at schools, targeting resources to ensure equality in the access to these basic rights of every child and youth. Currently, it is important for the government to take special and strategic initiatives for adopting policies to facilitate improvement of the

system and work for the productivity of the education sector. Based on this research, we recommend some strategies to face the challenges. For instance:

- Capacity building and teaching trainings for strengthening and productivity of Afghanistan education system, by hiring new teachers who could be trained before entering to the education system.
- The Ministry of Education and Higher Education must focus on the attraction of international and regional donors to overcome their existing needs of infrastructure and building of schools and higher education institutions.
- The government of Afghanistan should increase the salaries of the school's teachers.
- The Higher Education Ministry of Afghanistan should focus on operating universities curricula and educational professions according to the needs of society.

References

AMANULLAH, Eman. *Education Ministry*. Kabul, 2012. Retrieved from: <https://www.avapress.com/fa/news.50367>

AURANGZEB, Irshad. *Introduction to Afghanistan*. 2016. Kabul: Danesh Publishing House, p. 189.

AZAM, Farooq. "Advisor the water and energy ministry of Afghanistan. Impact of educational obstacles on economic development". Interviewed by Shaukatullah Abid. Interview date: 12/12/2023. Kabul.

CHÊNE, Marie. "Corruption in education services". 2017. Access: <https://knowledgehub.transparency.org/guide/topic-guide-on-corruption-in-education/>

CSRS, C. f. "Afghan education: external challenges and solutions - part 2". 2020. Retrieved from: <https://csrkabul.com/en/?p=4420>.

DEUTSCHE WELLE. "Statistic of Afghanistan education sector". 2011. Retrieved from: www.dw.com

GEBRE, Getinet Gezahegn. "Role of female education on economic development: Cross sectional data. The developing economics". Ethiopia, 2023. Published by: <https://researchgate.net/publication/371701760>.

HALLAK, J. "Educational challenges of the 21st Century: the vision of quality". 1995. *5th Seameo-Innotech International Conference*. p. 8. Manila, Philippines: Retrieved from: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000102833/PDF/102833eng.pdf.multi>.

HUMAN RIGHTS WATCH. "Girl access to education. 2017". Retrieved from: <https://www.hrw.org/report/2017/10/17/i-wont-be-doctor-and-one-day-youll-be-sick/girls-access-education-afghanistan>

MACROTRENDS. "Afghanistan literacy rate". 2021. Retrieved from: macro-trends.net/countries/AFG/Afghanistan/literacy-rate.

MACROTRENDS. "China gross domestic products". 2022. Retrieved from: macro-trends.net/countries/CHN/china/gdp-gross-domestic-product. Access:15/1/2024.

MACROTRENDS. "China literacy rate". 2022. Retrieved from: macro-trends.net/countries/CHN/china/literacy-rate. Access:15/1/2024.

MAGAZINEBORG. "The critical situation of education in Afghanistan". 2014. Retrieved from: <https://www.borgenmagazine.com/critical-situation-education-afghanistan/>

MINISTRY OF ECONOMY. "Kunar Provincial Profile". 2019. Kabul: Usaid, p. 28

MINISTRY OF EDUCATION. 2024. "Structure of MoE". <https://moe.gov.af/dr>

MINISTRY OF PUBLIC WORKS. "Projects and programs". 2024. Access: <https://www.mopw.gov.af/dr/>

NATIONAL STATISTICS AND INFORMATION AUTHORITY. *Number of university students. Annual Statistics no: 42*. mar. 2021. Kabul, p.88.

NATIONAL STATISTICS AND INFORMATION AUTHORITY. *Number of schools and students. Annual Statistics*, 59. Kabul, p.145, 2019.

POURAS CONSULT APS, "Education sector analysis - Afghanistan". 2016. Published: <https://www.globalpartnership.org/sites/default/files/education-sector-analysis-afghanistan.pdf>. P.53.

RAHIM, R. "Kunar province education status". Interviewed by Shaukatullah Abid: December/2021.

RIBETTI, Matilde. "Educational challenges in Afghanistan". Access: <https://broken-chalk.org/educational-challenges-in-afghanistan/>

SAGAR, Sarparaj Ramanand. "Role of education in the economic development of India". 2022. Retrieved from: <https://www.researchgate.net/>

SHERZAD, Abdurrahman. "Education in Afghanistan: challenges and suggestions for improvement". 2017. Berlin. Germany. Research gate/ access: www.researchgate.net/publication/315810717.

TOTAKHIL, Rashid. *Practical ways to fight against corruption in Afghanistan*. 2015. Kabul, p.14.

UNESCO. "Protecting education in Afghanistan". Published by: Unesco.org, 16/10/2023.

UNICEF. "Education - Providing quality education for all". Kabul. Teachers qualification. 2017. Retrieved from: <https://www.unicef.org/afghanistan/education>

UNICEF. "Exclusion of the children from education". 2018. Kabul, pdf, p-Retrieved from: <https://www.unicef.org/>

UNIVERSITY OF KABUL. "About Kabul University". 2021. Retrieved from: ku.edu.af/

WORLD BANK. "Half of schools don't have buildings". *Deutsche Welle*. 2021. Retrieved from: <https://www.dw.com>

ZIBERI, Fekri Besime; REXHA, Donat; XHEMAZIE, Ibraimi and AVDIJA, Besnik. "Empirical analysis of the impact of education on economic growth". *MDPI Economic* 10: 89. 2022. Retrieved from: <https://doi.org/10.3390/economies10040089>

O dendê de Valença da Bahia: características e implicações para a indicação geográfica

Valença palm oil from Bahia: characteristics and implications for geographical indication

Aceite de palma de Valença: características y implicaciones para la indicación geográfica

Matheus Gonzaga Teles¹

Ana Paula Trovatti Uetanabaro²

Lúcia Regina Rangel³

Thiago Cavalcante de Souza⁴

Resumo

Teles, M. G. Uetanabaro, A. P. T., Rangel, L. R., Souza, T. C. O Dendê de Valença da Bahia: características e implicações para a indicação geográfica. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 123-150, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2398

Este trabalho objetiva realizar um levantamento acerca dos dados históricos, biológicos, culturais, sociais, políticos e econômicos, de forma a identificar elementos que justifiquem uma eventual Indicação Geográfica para o dendê de Valença. O trabalho abordou as influências culturais, sociais, políticas e econômicas ocorridas no entorno geográfico do Município de Valença, Bahia, Brasil, região diretamente associada ao fruto do dendê e seu azeite, produto de reputação reconhecida no cenário nacional e internacional. A pesquisa foi dedutiva e descritiva em que se buscou analisar o conteúdo obtido, tendo em vista o recorte geográfico supracitado. As dimensões abordadas permitiram levantar os problemas e possíveis alternativas de melhoramento na produtividade do dendê, assim como do uso mercadológico da planta associado ao conceito de Indicação Geográfica (IG). Os resultados obtidos mostraram que a produção do dendê continua a configurar como um item importante na pauta produtiva local, assim como inúmeros indicadores favoráveis à divulgação e expansão desse cultivo. Este estudo evidenciou que o suporte à expansão das áreas produtoras de dendê é crucial para que a região possa manter e expandir índices produtivos a fim de favorecer a criação da IG e contribuir ainda mais com o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Agronegócio; Azeite de dendê; *Elaeis guineensis*; Desenvolvimento local.

- 1 Doutorando em Propriedade Industrial - Academia do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Acad/Inpi) E-mail: gonzagadiplomata@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5613-5949>
- 2 Doutora em Ciência de Alimentos pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) E-mail: aptuetanabaro@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3992-8474>
- 3 Doutora em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) E-mail: luciareggfer@gmail.com
- 4 Doutor em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) E-mail: thiagocavalcante2@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3992-8474>

Abstract

Teles, M. G. Uetanabaro, A. P. T., Rangel, L. R., Souza, T. C. Valença palm oil from Bahia: characteristics and implications for geographical indication. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 123-150, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2398

This study surveys the historical, biological, cultural, social, political, and economic framework of Valença palm oil to identify elements to support its possible Geographical Indication. It addresses the cultural, social, political, and economic influences that occur in Valença, in the state of Bahia, Brazil, and the area surrounding this municipality, a region that is directly associated with the oil palm fruit and its oil, a product with a well-established national and international reputation. The research was deductive and descriptive, and aimed to analyze the content obtained from the aforementioned geographical outline. The dimensions addressed enabled the identification of the problems and possible alternatives for improving palm oil productivity, as well as the market use of the plant associated with the concept of Geographical Indication (GI). The results showed that oil palm production continues to be an important item on the local production agenda, in addition to highlighting several indicators favorable to the promotion and expansion of this crop. This study demonstrated that support for the expansion of oil palm production areas is crucial to enabling the region to maintain and expand production rates to support the establishment of a GI and further contribute to local development.

Keywords: Agribusiness; Palm oil; *Elaeis guineensis*; Local development.

Resumen

Teles, M. G. Uetanabaro, A. P. T., Rangel, L. R., Souza, T. C. Aceite de palma de Valença: características y implicaciones para la indicación geográfica. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 123-150, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2398

Este estudio recorre el marco histórico, biológico, cultural, social, político y económico de la palma de aceite de Valença, para identificar elementos que fundamenten su posible Indicación Geográfica. Aborda las influencias culturales, sociales, políticas y económicas que ocurren en Valença, en el estado de Bahía, Brasil, y los alrededores de este municipio, región que está directamente asociada con el fruto de la palma aceitera y su aceite, producto con reconocida reputación nacional e internacional. La investigación fue deductiva y descriptiva, y tuvo como objetivo analizar el contenido obtenido del mencionado trazado geográfico. Las dimensiones abordadas permitieron identificar los problemas y posibles alternativas para mejorar la productividad del aceite de palma, así como el uso comercial de la planta asociado al concepto de Indicación Geográfica (IG). Los resultados mostraron que la producción de palma aceitera continúa siendo un rubro importante en la agenda productiva local, además de resaltar varios indicadores favorables a la promoción y expansión de este cultivo. Este estudio demostró que el apoyo a la expansión de las áreas de producción de palma aceitera es crucial para permitir

que la región mantenga y amplíe las tasas de producción con el fin de favorecer la creación de una IG y contribuir aún más al desarrollo local.

Palabras clave: Agronegocios; Aceite de palma; *Elaeis guineensis*; Desarrollo local.

Data de submissão: 14/11/2024

Data de aceite: 28/04/2025

1. Introdução

O dendê é fruto do dendezeiro (*Elaeis guineensis* Jacq.), uma palmácea originária da costa oriental africana (Golfo da Guiné), comumente encontrada nos territórios do Senegal e Angola (Souza, 2000). Nesse mesmo continente, o óleo de palma, como também é chamado o azeite de dendê, tem sido ao longo dos séculos, a maior fonte natural de gorduras na alimentação das comunidades tribais a oeste do continente. Nessas regiões dendezeiras, os habitantes costumam consumir o fruto *in natura*, de modo que suas propriedades físico-químicas e organolépticas se mantêm intactas (Oliveira, 2019).

A introdução do dendê no Brasil aconteceu em meados do século XVII, no Estado da Bahia na época da escravidão, como resultado da diáspora africana. Em virtude disso, não se desenvolveu como outras plantações ao longo da costa, nem no interior do Nordeste (Watkins, 2018). Como a Bahia abrigava, à época, as maiores concentrações de escravos, a cultura do dendê cresceu e se desenvolveu como uma variedade subespontânea sempre atrelada aos trechos litorâneos ou muito próximos, sendo explorada de maneira extrativista (Müller; Alves, 1997; Müller, 2001).

Do fruto do dendezeiro são extraídos dois tipos de óleo: o óleo de palma ou azeite de dendê, extraído da polpa ou mesocarpo do fruto, e o óleo de palmiste, obtido da amêndoa do fruto, semelhante ao óleo de coco e de babaçu (Leiras, 2006). Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa/2005), a designação de azeite de dendê somente pode ser utilizada para o óleo bruto da palmeira (*Elaeis guineensis* Jacq.).

As principais regiões produtoras do Brasil estão nos estados do Pará, Bahia, Rondônia e Acre. No país, em 2014, cerca de 127 mil hectares foram destinados à dendeicultura, o que resultou em uma produção de 1.393.873 toneladas de cachos de frutos frescos e produtividade média de 11,01 t/ha (Bentes & Homma, 2016).

De acordo com Yokoyama (2016), o Brasil XE “Brasil” passou a ter 236.252 hectares de áreas plantadas e, destes, 11% estão na Bahia XE “Bahia”, parte destinada à agroindústria, a agricultores familiares e pequenos e médios proprietários. A maioria dessas áreas da Bahia é formada por dendezaís subespontâneos com baixa produtividade, mas com alta capacidade adaptativa às condições ambientais do Baixo Sul.

A produção do óleo de palma em 2016, no Brasil XE “Brasil”, foi de 346 mil toneladas; a previsão para 2018 foi de aproximadamente meio milhão de toneladas (Mendoza, 2020).

No ano de 2020, o Brasil XE “Brasil” alcançou a marca de 580 mil toneladas, segunda posição na América Latina, atrás somente da Colômbia (Alves, 2021).

O Pará, maior produtor, detém a segunda maior capacidade média produtiva com de cachos de frutos frescos, 57,19% da área, 87,82%, superior à nacional (11,01 t/ha) (Bentes & Homma, 2016). A Bahia já foi o maior produtor, porém nos últimos 20 anos está na segunda colocação. O estado tem apresentado dificuldades na sustentação desse cultivo, o que pode ser evidenciado por sua capacidade produtiva média, situada em 3,79 t/ha. A maior capacidade produtiva média pertence ao Acre com 18 t/ha de cachos de frutos frescos (Bentes & Homma, 2016). Entretanto, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017), a maior região produtora do azeite de dendê na Bahia é a região de Valença, denominada Baixo Sul. No que se refere ao dendê, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) afirma que ele “ocupa maior espaço e importância em termos de produção e está presente em todo o litoral do Território de Identidade – TI” (SDE, 2017, p. 6). A região possui uma área destinada à produção de 8.150 hectares com uma quantidade total produzida de 34.042 toneladas. A Bahia liderou a produção de dendê através do Arranjo Produtivo Local (APL) valenciano até o período de 1990, quando foi ultrapassada pelo Pará que já respondia por 61% da produção nacional (Müller, 2006).

Devido à importância do dendê de Valença para a história, cultura e economia baiana, esse trabalho objetiva levantar e analisar dados biológicos, culturais, sociais, políticos e econômicos que possam contribuir para a Indicação Geográfica (IG) do dendê de Valença. Os resultados foram obtidos através da metodologia de análise qualitativa com foco descritivo segundo a literatura encontrada e as bases de dados disponíveis. Em alguns aspectos analisados – sobretudo o econômico e o biológico – podem ser identificadas soluções para problemas encontrados e possíveis alternativas de melhoramento em produtividade, assim como para o uso mercadológico da planta associado ao conceito de IG.

2. Revisão de literatura

2.1. A Indicação Geográfica como uma ferramenta de valorização do dendê de Valença

A IG contribui para a melhoria das condições de vida da região que a obtém, não se restringe a ganhos econômicos, mas também sociais, culturais e ambientais, pois valorizam o *modus operandi* das técnicas tradicionais de produção, ao permitir que a população-alvo se fixe ao campo para produzir dentro dos limites territoriais da área delimitada e ao limitar tanto a mecanização quanto a monocultura. Além disso, pelo fato de contribuir com a presença das pessoas no campo, a IG, à medida que valoriza a atividade no interior, tanto por reconhecimento como por aumento de renda e qualidade de vida, também pode contribuir para evitar um êxodo rural desordenado que ocorreu nas últimas décadas no Brasil (Strasburg, 2013; Anjos, 2016).

A IG ocorre a partir da designação geográfica que inclui fatores humanos e naturais existentes, os quais caracterizam ou tornam o produto conhecido (Trentini, 2006). Ao mesmo tempo, esses fatores supracitados da IG contribuem para a criação de seus dois subtipos: a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO).

Segundo a Instrução Normativa – IN 95/2018, IP é o nome geográfico que alcançou reputação através de diferentes fontes ou meios, seja como centro de extração, produção ou fabricação do produto ou de prestação do serviço correspondente (Instituto Nacional da Propriedade Industrial [Inpi], 2018). Segundo o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) (2018), a DO possui quatro atributos principais:

Fatores naturais: Elementos do meio geográfico relacionados ao meio ambiente. Exemplo: solo, relevo, clima – influenciadores das qualidades ou características do produto ou serviço;

Fatores humanos: Elementos próprios à comunidade produtora ou prestadora do serviço. Exemplo: saber-fazer local inclui o desenvolvimento, adaptação ou aperfeiçoamento de técnicas próprias;

Qualidades: Atributos passíveis de comprovação e mensuração do produto ou serviço, ou de sua cadeia de produção ou de prestação de serviços;

Características: Traços ou propriedades inerentes ao produto ou serviço, ou de sua cadeia de produção ou de prestação de serviços.

Para ambas, IP e DO, poderá vir acompanhado de nome do produto ou do serviço, o nome usado comumente para se referir a um lugar em particular, a uma feição ou a uma área com identidade reconhecida na superfície terrestre (Inpi, 2018).

Em face às suas peculiaridades – tais como a influência de fatores humanos, ambientais e edáficos na introdução do cultivo, além de ser o único local que disseminou a cultura do dendê no litoral brasileiro, fatores únicos e exclusivos dessa localidade – Valença poderia solicitar o registro de uma DO Inpi (2018) (Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional [CAR], 2019).

Assim, de forma a esclarecer as disposições da IN 95, Inpi (2018, p. 2) destaca-se no art. 3º que elas:

estendem-se, ainda, à representação gráfica ou figurativa da Indicação Geográfica, bem como à representação geográfica de país, cidade, região ou localidade de seu território cujo nome seja Indicação Geográfica. Parágrafo único. O elemento nominativo da representação gráfica deverá ser idêntico à Indicação Geográfica.

Do ponto da legislação do Inpi sobre DO, a requisição do pedido se baseia em uma conjunção entre fatores naturais e humanos que somente ocorreriam em determinada região (Inpi, 2018). Como pode ser observado, a conjunção desses fatores atende às normas do Inpi e eles podem servir de subsídio para a formação de um pedido do registro dessa IG (Caldas, Almeida & Matias, 2019; Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional [CAR], 2019).

À guisa de exemplo, para melhor compreensão, segundo Reis, Silva e Cunha (2018), o foco incide na existência de um mercado consumidor com demandas de produtos específicos; características próprias de produção e de solo, matéria-prima, técnicas de manejo e beneficiamento que favoreçam, do ponto de vista local, a qualidade do produto; organização local existente hábil para organizar e mobilizar os produtores

locais para a pesquisa, busca de apoio e acesso a mercado, além de assegurar o cumprimento de padrões de produção; a ocorrência de suporte estatal ou privado à produção e a iniciativas de certificação.

Contudo, de acordo com Caldas, Almeida e Matias (2019), a busca é pelo registro da IG. Não há ainda um consenso exato acerca do tipo específico e, em virtude disso, o foco recai sobre a importância da compreensão do processo do registro como um todo, as articulações que devem ser realizadas entre todos os diversos elos da cadeia do dendê, as mobilizações públicas e privadas da categoria com o intuito de dinamizar e consolidar o registro do produto e por isso, a confecção da cartilha com o título *Indicação Geográfica para o azeite de dendê*. Como evidência disso, podem ser vistos os esforços empreendidos em reuniões realizadas. Até o momento, o Brasil ainda não dispõe de nenhum óleo com IG registrada no Inpi (Universidade Federal do Recôncavo Baiano [UFRB], 2019); (CAR; 2019). Além dessas mobilizações recentes, o Município de Valença já realizava, de maneira estratégica, articulações entre diversos entes da sociedade civil, produtores e as organizações do estado, o que de certa forma, pode ter contribuído para esse processo (Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA], 2010).

Um ponto crítico apontado por Venturieri, Fernandes, Boari e Vasconcelos (2009) e Pinto, Lopes, Cunha, Filho e Moura (2019), é quanto à capacidade produtiva da espécie *Elaeis guineensis*, conhecida pela população como o dendê, ao solo baiano, pois seu índice de produtividade média não excede a 5 toneladas/ha, fator que não foi previsto, testado e trabalhado para o emprego da espécie no solo baiano da região do Baixo Sul. Por outro lado, isso aconteceu de maneira exaustiva no Pará (Alcântara, Veasey, 2009). Os estudos durante essa pesquisa evidenciaram que a variedade Dura de dendê é referencial na Bahia no que se reporta à capacidade adaptativa e se configura como um tipo de fácil adaptabilidade, sobretudo por sua ocorrência natural no litoral baiano (Alcântara, Veasey, 2009; Venturieri, Fernandes, Boari, & Vasconcelos, 2009; Watkins, 2018). Na região sul do estado da Bahia, no município de Una, a inserção do Manicoré BRS (também conhecido como Unaué) reforça a necessidade regional de uma variedade com capacidade produtiva mais intensa para atender à demanda econômica e dissipar os problemas crônicos existentes como a baixa produtividade dos dendezais e a compra externa de matéria-prima advinda do Pará (Pinto, Lopes, Cunha, Filho, Moura, 2019).

De forma a aprofundar a pesquisa, a próxima seção tratará dos aspectos biológicos, econômicos, culturais, sociais e políticos.

2.2. Modelo de cultivo, variedades de plantas, utilizações e propriedades funcionais do dendê

O modelo agroecológico introduzido pelos afrodescendentes na região de Valença tem sustentado a cultura, os saberes tradicionais e os remanescentes da Mata Atlântica na região do Baixo Sul (Müller, 2001; Furlan Júnior, 2001; Watkins, 2018). A importância da aplicação de sistemas agroecológicos foi evidenciada pela literatura da Embrapa conforme cita Müller (2006), pois permite o manejo de consórcios e cultivos

intercalares. Rocha (2014) evidencia que o dendê pode ser consorciado com o plantio de outros alimentos e melhora a qualidade do solo. Atesta também que, nos três primeiros anos em que o dendezeiro não produz, ele garante renda e alimentação para o produtor através dos outros plantios. Após esse período, o dendê passa a produzir diversas safras ao longo do ano – cerca de três a quatro, o que implica atestar que é uma planta perene não sujeita à sazonalidade (Pinto et al., 2019).

O dendê é uma monocotiledônea da família *Arecaceae* (Valois, 1997; Leitman, 2013) e, de acordo com Surre e Ziller (1969), o gênero *Elaeis* comporta, dentre outras, duas espécies de interesse comercial, a *Elaeis guineensis* (a palma de óleo ou dendê africano) e a *Elaeis oleifera* (caiaué).

O dendê africano (*E. guineenses*) é endêmico na África tropical, todavia, também pode ser encontrado na África Central e Ocidental. Foi o primeiro espécime a chegar no Brasil trazido pelos escravos, em especial, na região de Valença. Do fruto do dendezeiro podem ser extraídos dois tipos de óleo, o primeiro feito com a polpa (mesocarpo), o segundo retirado da amêndoa (óleo de palmiste). O azeite de dendê que é usado na culinária é retirado da polpa do fruto (Souza, 2000; Andreotti, 1995). A espécie *E. guineensis* é composta de quatro variedades: Dura (D), Pisífera (P), Macrocária (M) e o Híbrido Tenera (T) - resultado do cruzamento entre D x P. A variedade M não apresenta interesse econômico. Essas variedades se diferenciam com relação à espessura do endocarpo, que tem controle monogênico. (Oliveira, 2019; Centre of Agriculture and Biosciences International [Cabi], 2019).

O dendê Manicoré é um híbrido interespecífico entre *Elaeis oleifera* e *Elaeis guineensis*, cultivar registrado no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa) pela Embrapa desde novembro de 2011 (Rios, Cunha, Lopes, Barcelos, 2012). Na região de Una (no sul da Bahia), seu nome comercial é Unauê. Tem como atributos baixa acidez e é descrito como “mais saboroso”, pelo Mapa (2014a) e pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac, 2014, Figura 1). Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2018), o Manicoré surgiu pela necessidade de uma maior produção de óleos, busca por uma variedade que proporcionasse maior produtividade (óleo/ha); menor porte das plantas e maior resistência a doenças. Sua produtividade média é estimada em 25 a 30 t/ha/ano (Cunha et al., 2005).

Figura 1 – Variedade Manicoré em estágio reprodutivo da Estação Experimental Lemos Maia da Ceplac de Una, Bahia



Fonte: o autor.

Dentre elas, a variedade mais abundante na região de Valença é a Dura, cujo cultivo é orgânico, de baixo impacto de carbono e de latossolos ricos, presente também em todo o litoral baiano (Oliveira, 2019; Lins, Maranduba, Rodrigues e Almeida, 2016). Em seguida, está a Tenera presente nas plantações comerciais de Valença; por último, pode ser encontrada a Manicoré, na região de Una (Oliveira, 2019; Pinto *et al.*, 2019).

Essas plantas representam os tipos específicos já implementados em solo baiano com exceção do Caiaué. Embora a variedade D seja a variedade mais adaptativa, é a menos produtiva da área de Valença.

2.3. O dendê e o aspecto político

No que tange ao aspecto político, podem ser observados alguns direcionamentos como os do “Protocolo do Dendê”, um documento piloto desenvolvido pelo governo do estado da Bahia e o Banco do Nordeste. Incorporado ao Programa de Desenvolvimento da Dendeicultura Baiana, o documento foi criado com o propósito de integrar produtores, indústria, agentes financeiros e governo estadual, de maneira a desenvolver a atividade no estado e contribuir para a geração de melhores patamares de desenvolvimento, segundo a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (Seagri, 2002a; Seagri, 2002b). A análise política abordada nesse trabalho evidencia que esse programa estadual atuou por um breve período e isso é refletido pelos dados econômicos abordados, os quais ressaltam os fracassos.

Os principais desdobramentos da cultura do dendê e suas implicações tanto ao nível nacional quanto regional na esfera política podem ser observados no Quadro 1.

Quadro 1 – Aspecto político do Dendê

Ação/Programa	Objetivo	Metas	Impactos	Consequências/Implantações	Recursos
Fórum Baiano de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas (Vigência – 2012)	Integrar as informações e instituições que trabalham nesse tema na Bahia.	Promover e organizar debates com todos os atores envolvidos com o tema.	Organização e otimização de recursos e ações em IG e Marcas Coletivas (MCs)	Alinhamento de setores como Mapa, ICTs, Sebrae, Fiebg, Fapesb, Embrapa e BNB em assuntos tocantes à IG e MC no estado da Bahia.	Provém de todos os atores envolvidos na coluna anterior.
Protocolo Nacional do Dendê (Vigência: 2002-2004)	Desenvolver e disseminar boas práticas de cultivo e propagação dessa cultura agrícola.	Implantar 12 mil ha de dendê híbrido Tenera com potencial produtivo superior a 20 toneladas de cacho/ha; Produzir 48 mil toneladas de óleo de palma; Gerar 4 mil empregos diretos.	Modernizar a lavoura; Estratégias público-privadas; Elevar a capacidade instalada e industrial; Fornecer crédito rural e garantir preço atrelado às cotações do mercado mundial.	Os dados evidenciaram que esse programa não foi adiante, o que gerou repercussões no progresso e desenvolvimento da lavoura a curto, médio e longo prazo. Muitos donos de roldões desistiram dessa atividade agrícola.	Advindos do governo da Bahia, Secretaria de Agricultura Estadual da Bahia (Seagri), Ceplac, Banco do Nordeste, empresas do setor como a Oldesa (Óleo de Dendê), Opalma (Óleo de Palma).
Programa Nacional de Pesquisas do Dendê (PNP Dendê) (Vigência: 1980 – 1985)	Desenvolver tecnologia para dendê; Evitar evasão de divisas; formar e capacitar equipe técnica para conduzir um programa de pesquisas em níveis comparáveis aos principais centros de pesquisa da cultura no exterior.	Ser o maior banco de germoplasma do Brasil; Aumento da variabilidade genética do dendê; Plantio de linhagens Dura e Tenera para produção de sementes comerciais.	Ao gerar e aperfeiçoar híbridos de dendê, parcerias com o Cirad – aperfeiçoou as pesquisas nos três centros; gerou pesquisas fitogenéticas, produção de sementes comerciais na Ceplac.	Aumento de variedades resistentes às doenças; criação de experimentos com o Calauê. Estudos sobre a epidemiologia e controle do Anel Vermelho no Vale do Iguaçu, Bahia; Estudos sobre insetos polinizadores em plantios de todo o país.	Advindos do: Centro Nacional de Recursos Genéticos (Cenagen), Ceplac, Universidade Federal de Viçosa (UFV), Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Ceped), de Salvador (BA); Embrapa; apoio financeiro do Programa de Mobilização Energética (PME); Coordenadoria de Agroenergia (Caerg) do Mapa e parceria com o Institute de Recherche pour le Huiles et Oleagineux (IRHO).
Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo (PSOP) - Projeto de Lei 7326/10 do Executivo Federal. (Vigência: 2010-2018)	Ofertar condições para que os investidores incorporassem agricultores como parceiros, sobretudo familiares.	Aumento da renda dos trabalhadores. Zoneamento agroecológico; Aprimorar o crédito e assistência técnica; Repasse de 60 milhões para melhoramento genético de mudas e sementes de palma; Atendimento a agricultura familiar.	Modelo de implantação de política pública (PP), um viés que ocorre de fora para dentro, top-down, ao estilo da verticalização da PP	Cinco eixos: Oferta de crédito rural para os agricultores familiares; investimentos em PDI com repasse de verbas, qualificação da assistência sobre a cultura de óleo de palma e desenvolvimento rural sustentável na região Amazônica; zoneamento agroecológico - autoriza o cultivo de óleo de palma na área apta total (3,7%) do território brasileiro; e criação da Câmara Setorial de Óleo de Palma.	Envolvidos: iniciativa federal e privada (empresas de biodiesel: Vale, Petrobrás e Agropalma) e agricultores.

Fonte: elaboração própria baseado em Seagri (2002b), Watkins (2018), UFRB (2019), CAR (2019), MDA (2010), Câmara dos Deputados (2010) e Drouvot, H e Drouvot, C. (2012).

Veiga *et al.* (2005) afirmam que, devido à desistência federal em desenvolver um programa, na década de 2000, conforme pesquisas de campo agropecuárias da Embrapa realizadas com os principais produtores de óleo de palma, foi gerada desconfiança e desânimo em relação a novas iniciativas do governo. Esses produtores afirmavam que, embora existissem incentivos e benefícios fiscais a projetos de plantio do dendezeiro faltavam-lhes ação governamental capaz de oferecer condições básicas favoráveis, tais como infraestrutura (energia, estradas), serviços sociais (educação, saúde) e outros, a fim de que a sociedade pudesse obter desenvolvimento social e econômico de modo natural (Veiga *et al.*, 2005).

Por último, ao nível federal, surgiu em 2010, o Programa de Produção Sustentável (Psop) da Câmara Setorial de Óleo de Palma composta por representantes do governo federal (Mapa, Embrapa, MDA, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio) e representantes dos produtores de óleo de palma, trabalhadores e consumidores. A câmara é a responsável por regular e fiscalizar a cadeia produtiva de óleo de palma. Embora citasse a pretensão de incluir a região Nordeste, a evidência do planejamento estratégico político, financeiro e econômico das ações do programa recaiu somente sobre a região Norte, em especial, a região de Tomé-Açu e adjacências e em nenhum momento, foi observada ou notada alguma ação que provocasse impactos ou gerasse mudanças na economia da região valenciana (Drouvot; Drouvot, 2012).

Todos esses programas supracitados tiveram o objetivo de desenvolver e ampliar as áreas de cultivo do dendê, tanto na região de Valença, como sobretudo, nas regiões amazônicas produtoras do dendê. Além de financiamento público federal e estadual, existiram algumas pesquisas sobre esse cultivo, embora pontuais, que visavam a atender alguns editais, a exemplo dos de biodiesel. Infelizmente, devido ao desconhecimento de boa parte dos produtores e concorrência de outros cultivos mais rentáveis, o Brasil, assim como a região de Valença, ainda não explora a totalidade de sua capacidade produtiva para o dendê. Ademais, uma boa parte desses programas não contempla a totalidade dos custos da infraestrutura para processamento, investimento e viabilidade econômica (Veiga *et al.*, 2005).

A base de dados do IBGE (2006, 2017) evidenciou que as iniciativas do Protocolo do Dendê não foram eficientes nem eficazes para aumentar a produtividade esperada, pois do período analisado, entre 2006 e 2017, os dados apontam para, respectivamente, 9.990 ha e 1.800 ha cultivados. A meta do protocolo era de implementar 12.000 ha da variedade Tenera (Seagri, 2002b). Então, pode ser visto que ela não foi alcançada nem após os anos iniciais do projeto que é de 2002 e muito menos *a posteriori*, com a drástica redução dos plantios.

2.4. Aspecto sociocultural do dendê

Inúmeros registros indicam que tanto as tradições como as manifestações culturais baianas, assim como as valencianas, são notórias a presença e a influência do dendê. Ele é a base das receitas baianas e também uma das principais marcas identitárias do cardápio afrobrasileiro (Lody, 1998).

No tocante às influências socioculturais do dendê há sete tipos:

- 1) Relações gastronômicas: Inovação culinária baiana e brasileira junto a outros ingredientes (feijões, quiabo, mandioca, tomates e pimentas). Resultado: moquecas, vatapás, acarajés. Ingrediente fundamental e indispensável para esses pratos supracitados (Watkins, 2011; Borges, 2016);
- 2) Religião: Rituais de consagração e de oferenda na cultura afrobrasileira. O acarajé é distinguido como bolas de fogo destinado às divindades (Lody, 1998);
- 3) Patrimônio cultural: Reconhecido e já registrado como patrimônio cultural brasileiro pelo Iphan, no *Livro dos Saberes*. Registro solicitado pela Associação de Baianas de Acarajé e Mingau do Estado da Bahia junto com o Centro de Estudos AfroOrientais da Universidade Federal da Bahia e o Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan, 2004).
- 4) Manifestação da cultura material: A gastronomia do dendê da região do Baixo Sul está ligada à manifestação da cultura material própria das mais diversas comunidades quilombolas que fabricam seus próprios utensílios, um tipo de artesanato específico, a cerâmica de Maragogipinho (Marques, Brito & Andrade, 2017; Secretaria de Desenvolvimento Econômico [SDE], 2017).
- 5) Diversos espaços: Casas, feiras, mercados e festividades específicas. (Lody, 1998);
- 6) Empoderamento: Emancipações políticas, sociais e econômicas no território baiano através da promoção de redes de negócios (Watkins, 2011; Borges, 2016);
- 7) Consumo: A Bahia e a África – únicos lugares onde o azeite de dendê é consumido *in natura*. Nas outras regiões: forte rejeição à sua inclusão nos hábitos alimentares (Oliveira, 2019).

O registro do acarajé junto ao Iphan e as demais informações históricas e socioculturais como as supracitadas certamente contribuirão com informações relevantes para subsidiar o dossiê de registro da Indicação Geográfica para o dendê de Valença.

2.5. Aspectos econômicos do dendê

Do ponto de vista da economia, o dendê gerou o montante estimado em R\$ 161.313.000 em receitas no ano de 2017 para Valença; de PIB per capita gerou o valor corrente de R\$ 14.534,73 (IBGE, 2018) (Tabela 1).

Tabela 1 – Informações econômicas da dendeicultura em Valença, 2006 e 2017 (continua)

Descrição	2006					2017				
	Valença XE "Valença"	Bahia XE "Bahia"	%	Brasil XE "Brasil"	%	Valença XE "Valença"	Bahia XE "Bahia"	%	Brasil XE "Brasil"	%
Número de estabelecimentos agropecuários com dendê	2043	2652	77	3.120	65	406	1578	26	2549	16
Produção de dendê XE "dendê" (toneladas)	34.965	176.089	20	1.207.276	3	11.606	36.915	31,5	1.676.421	0,007
Área de produção (hectares)	9.990	44.941	22	96.792	10	1.800	8.733	20	111.418	0,003
Área colhida (hectares)	36.258	44.783	81	96.509	37	7.820	8.733	89	111.233	7
Valor da venda total de agroprodutos da agroindústria rural (mil reais)	36.421	696	52	75.616	48	2.820	1.245.171	0,002	10.830.806	11

Tabela 2 – Informações econômicas da dendeicultura em Valença, 2006 e 2017 (conclusão)

Descrição	2006					2017				
	Valença XE "Valença"	Bahia XE "Bahia"	%	Brasil XE "Brasil"	%	Valença XE "Valença"	Bahia XE "Bahia"	%	Brasil XE "Brasil"	%
Rendimento da produção (Kg/ hectare)	3.676	3.932	93	12.509	29	4.259	4.227	100	15.071	28
Valor da produção	5.594	27.135	20	116.710	4,8	3.482	11.621	30	407.913	0,008
Produtos de dendê XE "dendê" exportados em kg	50.000	-	-	-	-	261.300	-	-	-	-
Valor dos produtos exportados (US\$)	6.000	-	-	-	-	120.563				

Fonte: IBGE (2006, 2017, 2017 a-c, 2019); Ministério do Desenvolvimento XE "Desenvolvimento" Indústria e Comércio (Brasil, 2006, 2017).

Os dados da Tabela 1 mostram que, no que se refere ao número de estabelecimentos agropecuários produtores de dendê, no ano de 2006 Valença detinha 77% da produção do estado da Bahia e 65% da produção brasileira. Já no ano de 2017 apresentou uma queda acentuada, tanto ao nível estadual quanto a quanto nacional, o que se deve em parte à disposição agrícola para o beneficiamento de outras culturas tanto na Bahia como no Brasil. No que se refere à área colhida, a cidade de Valença representava 81% dessa área em hectares a nível de Bahia e chegou a 2017 com 89%. Entretanto houve um declínio nacional, visto que em 2006 a área colhida representava 37%, chegando a 7% em 2017.

Quando analisado, o valor da venda total de agroprodutos da indústria rural, em 2006 o valor do dendê em Valença equivalia a 52% do valor pago pela Bahia e 48% no Brasil. Já em 2017, passa a representar números abaixo de 0 dentro do estado e 11% no Brasil, o que é preocupante para esse segmento agrícola.

O valor da produção da agroindústria rural incluindo óleos vegetais, apresentou significativa importância para Valença em 2006, pois constituía 52% dessa produção na Bahia e 48% no Brasil. Em 2017 esse valor caiu para 39% e 4,5% respectivamente.

Os dados referentes ao valor da produção demonstram que a cidade de Valença simbolizava 20% no estado em 2006 e 30% em 2017, mas para o Brasil houve uma representatividade menor, de 4,8% em 2006 e chegando a um percentual menor que zero em 2017.

Se analisados esses últimos três fatores aqui explícitos – valor da venda total de agroprodutos da indústria rural, valor da produção da agroindústria rural com a inclusão dos óleos vegetais e o valor da produção – há uma grande expectativa que a IG possa compensar esses valores, caso ela consiga ampliar a oferta de produção nas áreas disponíveis. Uma possibilidade seria o plantio da Manicoré em Valença, tanto para dinamizar a produção, assim como renová-la. Uma parte desses dendezais já não é produtiva devido às pragas do coqueiro e a dificuldade de manejo (Moura, Santos, Bittencourt e Krug, 2013; Pinto et al. 2019). Outro fator que explica a diminuição da oferta de áreas plantadas para dendê é o fato da região de Valença apresentar outras culturas com ascensão, sobretudo na pauta de exportação, a exemplo do cravo (MDIC 2006; 2017).

A análise dos dados de exportação nos permite inserir que o percentual de quilogramas exportados do período 2006 a 2017 para óleos e cocos de dendê foi de 522%. Quantos aos valores em dólares, no mesmo período, o aumento foi 20 vezes superior, o que demonstra possibilidades de a região valenciana atender a uma possível aumento da demanda para exportar seus produtos de IG. Porém, essa exportação deve acontecer sem desconsiderar uma expansão para a área de colheita e outros fatores produtivos, tal como supracitado.

Produtos e coprodutos do dendê ressaltam a variedade de opções que podem ser trabalhados com a planta. Embora exista essa diversidade de opções, Valença só trabalha com três tipos: azeite de dendê, óleo e torta de palmiste (Rodrigues, Pires, Gomes, São, 2009); Seagri (2017); Biomercado (2019) (Tabela 2).

Tabela 2 – Produtos e coprodutos do dendê

Produtos Aplicações		Coprodutos	Aplicações	Sobras
Azeite de dendê	Indústria alimentícia e vendas ao varejo e atacado	Cachos vazios do dendê, casquilhas da noz, torta de palmiste - principal coproduto da cadeia produtiva do dendê	Industrial – para produção de biomateriais de alta densidade, bio-óleo; substituição ao cimento; como ração animal	Provenientes das cascas do coquilha, são usadas para produzir carvão ativado ou gerar energia em caldeiras.
Óleo de palmiste	Indústria química.	a) Fibra da prensagem do mesocarpo do dendê. b) Pome – palm oil effluent – efluente gerado por uma usina de dendê, borra sólida e glicerina – resíduo obtido a partir dos extratos de biodiesel de palma de óleo.	a) Indústria -bioprodução voltada à aplicação de produtos na engenharia civil e no setor automobilístico. b) Uso tradicional: fertilizante junto às plantações de dendê ou no mar como ração. Uso mais recente: geração de energia por meio de hidrogênio, metano e até como biodiesel. Borra Sólida – fertilizante, biogás, nanomateriais de aplicação médica ou para área têxtil. Glicerina – para produzir cosméticos, fármacos, biogás, obtenção de resinas e alimentar animais.	

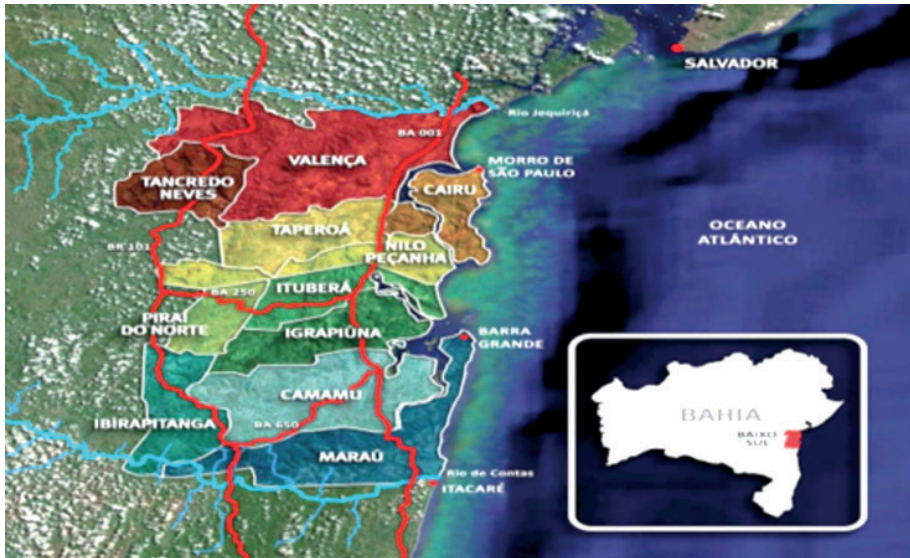
Fonte: Morais *et al.*, 2013; Chies, 2016

3. Material e métodos

3.1. Área de estudo

A área de estudo, Município de Valença, está situada próxima ao Recôncavo Baiano (região da área de Salvador) e é conhecida como região Baixo Sul (IBGE, 2017 d); Secretaria de Planejamento [Seplan], 2018) (Figura 2). Devido à região de Valença gozar de destaque na produção de dendê, o que se deve a fatores históricos e culturais da região e por apresentar diversificação da oferta de seus serviços em vários segmentos, inclusive industrial, em comparação com os outros municípios da região e sua influência regional e econômica, o Município de Valença possui duas associações de produtores de dendê do Baixo Sul: a Cooperativa de Fomento Agrícola Valença Ltda (Coofava) e a Cooperativa de Crédito Rural Costa do Dendê (Ascoob Costa do Dendê, 2019); BNDES, 2014; MDA, 2010; SDE, 2017.

Figura 2 – Municípios que compõem o território de identidade do Baixo Sul da Bahia.



Fonte: Seplan (2018).

3.2. Método de abordagem: descritivo

O método de abordagem empregado é o descritivo. O estudo descritivo teve por meta apresentar um relato detalhado de forma a envolver sua configuração, estrutura, atividades, transformações e relacionamento com outros fenômenos (Gil, 2013). Além disso, para o levantamento dos dados, foi empregada a análise de documentos e de material bibliográfico sobre o projeto da IG do dendê e a realidade socioeconômica valenciana baseado em Reis *et al.* (2018); Caldas *et al.* (2019).

O estudo foi realizado no primeiro e segundo semestres de 2019, período em que os dados foram coletados e analisados. Durante esse período também foram realizados contatos e entrevistas iniciais como forma de sondagem à pesquisa junto à Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e a Ascoob. O tratamento, análise e interpretação das evidências foram realizados por meio da técnica de análise de conteúdo. De acordo com Flick (2009), a análise de conteúdo é uma técnica clássica para analisar o material textual, sem se importar com a origem desse material. Uma de suas características básicas é a utilização de categorias de análise obtidas de modelos teóricos.

Como estratégia teórico-empírica foram definidas as seguintes dimensões de análise: econômica, social, cultural e biológica. Para caracterizar a dimensão cultural e histórica foi empregada a base teórica da análise de conteúdo e a partir disso, foram levantados dados que subsidiaram as análises extraídos dos seguintes órgãos: Iphan, SEI, Seplan, os quais evidenciam as manifestações socioculturais do dendê com o povo valenciano.

Para a dimensão econômica, foi empregada a base teórica da análise de conteúdo, a partir da qual foram levantados dados que subsidiaram as análises extraídos dos seguintes órgãos: IBGE, MDIC, SDE, Seplan, Seagri e colaboradores empresariais como a Biomercado. Sem a recorrência a essas bases de dados, não seria possível estabelecer parâmetros de análise aprofundados e precisos quanto à evolução da cultura do dendê no país e em Valença, assim como entender a volatilidade dessa *commodity* ao longo do período analisado entre 2006 e 2017.

Para a dimensão política, foi empregada a mesma base teórica supracitada. Quanto às informações que serviram de subsídio às análises, foram extraídas de órgãos vinculados à agricultura como a Ceplac, Embrapa, o Mapa e artigos de congressos. Tais informações foram cruciais para captar o nível de comprometimento governamental e empresarial com o cultivo do dendê ao longo dos mais diversos anos, sobretudo para Valença, assim como perceber o avanço do país com o nível e qualidade de suas pesquisas.

Para a dimensão biológica foi empregada a mesma base teórica de todas as outras análises. Quanto às informações que subsidiaram essas análises, elas foram extraídas de relatórios, boletins, livros e artigos da Anvisa, Embrapa, Ceplac, Mapa e de organizações internacionais da área agrícola. Como citado, a dimensão política teve um peso crucial no desenvolvimento das pesquisas desenvolvidas no Brasil, a ponto de o país desenvolver seus próprios híbridos, resistentes às diversas pragas que ameaçavam dizimar as lavouras e ainda conseguir alcançar produtividade.

4. Resultados e discussões

4.1. Caracterização do tema: síntese histórica

A história do Baixo Sul do Estado da Bahia está diretamente relacionada à Região Sul da Bahia. Em seus primórdios, o Baixo Sul caracterizou-se como uma área pioneira no processo de ocupação, pois nela encontravam-se as principais vias de acesso ao interior em cujo ponto de origem estão os municípios de Cairu e Valença. Com o encerramento dos ciclos extrativistas do pau-brasil e da cana-de-açúcar, Valença tornou-se um núcleo de desenvolvimento regional, o qual se fortaleceu a partir da segunda metade do século XIX (Fischer *et al.*, 2007).

Embora essas culturas tenham dominado as áreas de plantações, o dendê também compunha esse cenário, em alguns momentos competia com muitas dessas plantações. Entretanto, devido ao poderio e à influência político-econômica das elites, o dendê somente passou a ter importância no século XX (Watkins, 2018).

4.2. Estudos sobre o dendê e sobre a região de Valença

O azeite de dendê de Valença alcança notoriedade regional e possui qualidade reconhecida tanto dentro como fora da sua localidade de origem. Isso implica dizer que existe um mercado de consumo já estabelecido para esse produto. Além disso, constatou-se que existem características próprias de produção, uma organização local

que possa servir de articulação entre os produtores e apoio dos setores governamental e privado (Reis, Silva e Cunha, 2018).

Apesar dessa notoriedade, a Bahia não consegue suprir a demanda do mercado nacional, pois representa somente 12,18% do mercado enquanto o Pará abarca 87,82% (SDE, 2017). Entretanto, esse problema não é recente. Dados econômicos sobre o dendê apontam que os problemas de produtividade já vinham sendo registrados há tempos. Até o ano de 1966, as principais plantações de dendê do Estado da Bahia, em torno de 500 a 1000 ha economicamente ativos, estavam situadas na região de Belmonte a Ilhéus (região Sul da Bahia). Uma parte desse plantio era da Indústria Matarazzo (IRFM) e outra da CSN. Uma grande parte dessas plantações baianas estava em parcial estado de abandono. Todas essas plantações, além de não serem efetivamente planejadas, pertenciam à variedade genética Dura, de menor produtividade (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, 1966).

A variedade Tenera foi introduzida na Bahia somente no início da década de 1980, período em que a pioneira Opalma passou a desenvolver seus experimentos com esse híbrido e o utilizou para formar novas áreas. O projeto foi tão sucedido que a empresa chegou até a vendê-lo para algumas empresas do Estado do Pará (Alencar, 1982).

Apesar de todos esses esforços, a participação expressiva dos dendezaís subspontâneos na produção não conseguiu consolidar a produção de óleo de palma na Bahia. Tal fracasso se deveu ao seu baixo rendimento para produzir óleo, cerca de 10 a 13% de rendimento de óleo no mesocarpo seco em relação ao peso do cacho, ao passo que o rendimento da Tenera era do nível de 22 a 25% (Embrapa, 1979; Empresa Amazonense de Dendê [Emade], 1984).

Segundo a Embrapa (1979), após diagnóstico realizado sobre a dendeicultura na Bahia, foi verificado que embora na ocasião o estado ainda fosse o principal produtor nacional, a situação não era satisfatória. Os índices demonstraram que a dendeicultura baiana não oferecia “condições de sobrevivência” e era necessário um plano arrojado de assistência técnica e creditícia para que se assegurasse seu desenvolvimento.

Os dados socioeconômicos e políticos encontrados para a região nos permitem inferir que apesar dos desdobramentos, esforços e iniciativas de fomento à plantação que alavanquem o setor como o Protocolo do Dendê, há a necessidade de se criar mecanismos de condições básicas favoráveis e estruturas que contemplem os trabalhadores rurais da categoria de modo a ofertar-lhes desenvolvimento social e econômico. Por outro lado, do ponto de vista econômico, conforme descrito na Tabela 2, há ainda a possibilidade de se explorar uma ampla gama de produtos e coprodutos do dendê como o pome, a glicerina, o RDB e o biogás que não são produzidos pela comunidade e que podem atender a outras atividades econômicas, a exemplo da bioeconomia.

Assim, considerando-se o aspecto *econômico*, a IG do dendê poderá trazer novas perspectivas, pois o estabelecimento desse produto como um tipo de propriedade industrial pode trazer mais visibilidade nacional e internacional, evitar a descontinuidade da atividade dendezeira, assim como permitir a fixação das populações, dos vínculos e dos diversos estabelecimentos agropecuários ali já gerados e que podem até ser ampliados.

Quanto ao diagnóstico dessa atividade econômica, foi constatado que a Ceplac é a única que ofertou transferência de tecnologia (TT) ao instalar usinas padrões para

melhor extração do óleo e ainda dinamizar áreas de plantio ao oferecer sementes de híbridos para compor o banco de germoplasma. Isso implica dizer que a Ceplac já possui a variedade de planta resistente, assim como as técnicas e os estudos necessários para implantação e melhoramento de novos dendezais no Baixo Sul da Bahia. As usinas padrões para extração de óleo e o banco de germoplasma visam a atender tanto a região Sul como a do Baixo Sul baiano e esse projeto tem por meta melhorar os índices de produtividade e desempenho econômico dessa atividade (Mapa, 2014a).

As articulações políticas alcançadas pelo entorno de Valença serão essenciais para dinamizar o *trade* do dendê, sobretudo no processo de unificar, agregar e eliminar disparidades que possam servir de entrave para o bem coletivo maior, o qual neste momento tem sido o processo de sensibilização dos produtores para a importância da articulação e cooperação, a fim de que essas associações de produtores locais de dendê possam gerar o processo de IG, assim como se beneficiarem das benesses desse processo. Ademais, isso poderá proporcionar ao *cluster* dendezeiro um maior impulso econômico, assim como uma grande expansão da oferta de terras agrícolas tanto na sua região como em outras regiões da Bahia. Esse estímulo econômico poderia reverter a diminuição de 3,7% das áreas destinadas às lavouras permanentes, que tem ocorrido na Bahia desde o ano de 2006.

Do ponto de vista *cultural*, a reputação histórica e comercial dessa região como produtora de dendê, o sabor acentuado e marcante desse azeite como um traço distintivo de baianidade, o legado centenário africano que impera nessa região para o modo específico de colheita e de produção artesanal, assim como o *terroir* próprio e o seu *savoir-faire* beneficiam esse produto como elementos marcantes e distintivos de uma IG, inclusive perante a terceiros produtos que queiram eventualmente gozar ou se aproveitar dessa reputação. Todos esses elementos são únicos e específicos dessa região e podem ser usados como instrumentos de prova originária e de repressão às falsas marcas de produtos de azeite de dendê.

No que se reporta ao aspecto *biológico*, ele é útil para que se compreenda a diversidade de variedades de dendezeiro. As variedades descritas aqui nesse trabalho se referem, sobretudo, às variedades da espécie *E. guineensis* e são as mais utilizadas pelos produtores de dendê no Brasil. Por outro lado, as variedades comerciais desenvolvidas por centros de pesquisas são muitas (Rios *et al.*, 2012). Compreender um pouco delas é de fundamental importância até para diferenciar as quais são mais rentáveis e produtivas para os produtores da cadeia do dendê. É constatado, por exemplo, que as variedades mais simples como a Dura são encontradas em inúmeras regiões agroecológicas, com variabilidade nos estágios reprodutivos, idades e espaçamentos, além dos mínimos traços culturais. Isso difere do que ocorre com a Tenera que necessita mais insumos, porém reproduz cerca de 30 t/ha, cinco vezes mais que a primeira. Porém, são inviáveis para agricultores familiares, a maioria dessa região. Dessa forma, a variedade Tenera acaba por ser usada por produtores de maior condição financeira: aqueles de médias ou grandes propriedades rurais, muitas vezes industriais como a Opalma (Santos, 2010; Alencar, 1982). Ademais, embora com alto índice de produtividade, a Tenera ainda perde para a Manicoré BRS por três fatores: é menos resistente às pragas do coqueiro, mais difícil de manejar por causa de seu porte alto e um pouco menos produtiva.

O levantamento de todas essas informações obtidas tem por objetivo fornecer elementos que sirvam de fomento ao dossiê do registro da IG. As ações específicas da IG ajudam a criar um selo territorial que promove a identificação e a distinção valorativa de produtos agropecuários junto aos seus respectivos clientes. Esse mesmo tipo de proposta é o que se pretende entregar à área do Baixo Sul e aos demais municípios produtores do dendê.

Ademais, são apontadas aqui informações sobre outras formas de cultivo como a variedade Manicoré que é mais fácil de ser manejada, mais produtiva e apresenta uma maior resistência a doenças e pragas comuns oriundas de espécies do dendezeiro (Lody, 1998; Embrapa, 2018).

Diante do que já foi exposto, convém ressaltar que as reflexões estratégicas trazidas neste trabalho contribuem de maneira direta para o registro da IG, pois todo o conjunto delas (histórico, econômico, sociocultural, político e biológico) corroboram o pedido de registro da IG. Quanto aos elementos históricos, por exemplo, o Mapa (2014c) os cita e afirma que eles são vitais para a contribuição dos elementos na elaboração do dossiê de IG, pois permitem a realização do levantamento histórico da região e das comunidades locais e comprovam a reputação antiga e a atual. Ademais, comprovam a origem, apoiam a delimitação geográfica da área e a definição das regras de produção, o que impacta na qualidade do produto e por fim, contribuem com o projeto coletivo de fortalecimento da comunidade alvo.

Não se pode ignorar que a IG é um produto da propriedade industrial e que esse registro também impacta o entorno por tornar o lugar mais notório e diferenciado junto ao seu público com um status de qualidade ímpar (Mapa, 2014b). Por outro lado, não se pode descuidar dos fatores produtivos e econômicos quando ocorre o recebimento de uma maior demanda econômica, como a que pode ser estimulada pela IG.

O arranjo produtivo local (APL) propicia a requisição de uma IG, sobretudo pela ocorrência de cooperativas agrícolas já voltadas à exploração do cultivar dendê. Como exemplo, pode ser citada a Ascoob Costa do Dendê. Isso sem desconsiderar as articulações políticas da região que são estratégicas junto a entes da sociedade civil, produtores e as organizações do estado e que também podem contribuir de maneira significativa para o registro dessa IG.

5. Conclusão

Compreende-se que o Território de Identidade do Baixo Sul detém um produto singular e de destaque no âmbito nacional e internacional, fruto de uma história consagrada de sua colonização e ancestralidade africana ímpar. Um azeite rico em nutrientes e ecologicamente sustentável que empresta ao Baixo Sul sua beleza e imponência tropical, assim como expressa e evidencia a cultura por meio da culinária baiana e da religiosidade afro-brasileira.

Embora ainda não tenha apresentado ou registrado nenhum pedido de IG, Valença detém atributos essenciais e estratégicos que a permitirão desenvolver o próprio processo de IG e fomentar a cooperação e o diálogo necessários, tanto na Bahia quanto em nível nacional, no que tange à governança das Indicações Geográficas no

Brasil e ao empoderamento gerado pelo dendê, o qual não foi construído por um processo relâmpago, mas sim pelos intercâmbios, rupturas e engendramentos sociais construídos no território baiano ao longo do *continuum* de 500 anos.

Em face de sua singularidade, o azeite de dendê de Valença traz consigo grande potencial para pleitear o registro da DO. Nesse potencial está a riqueza de seus latossolos que empresta um sabor peculiar ao azeite. Deve-se enfatizar que as associações existentes em cooperação com as universidades e os institutos de pesquisa, assim como a rede de articulação gerada pelas esferas supracitadas, terão um papel crucial na requisição, finalização desse registro e continuação do apoio aos produtores na forma de utilização dessa propriedade industrial. Embora as atividades de mobilização e discussão acerca do registro já tenham começado no território do Baixo Sul, ele se estenderá a outros territórios do Estado da Bahia, a saber, o Recôncavo e o Sul do Estado. Isso traz consigo a necessidade de discussões nesses outros territórios.

Outra sugestão de estudos futuros seria compreender quais as novas políticas adotadas pelo setor para permitir que a Bahia volte a ter índices de produtividade mais elevados. A Bahia deveria voltar ao circuito de alta produção tal como era no passado, pois existem muitas áreas que podem ser plantadas e que mitigariam os impactos ambientais no estado.

Ademais, estudos futuros também poderiam ser conduzidos para a verificação da existência de articulações do setor estadual frente à Câmara Setorial de Óleo de Palma ou ao Programa Federal de Produção Sustentável de Óleo de Palma. Outrossim, esses estudos podem ser úteis para estimar os impactos à expansão e ao beneficiamento dessa atividade produtiva na Bahia.

A literatura do tema dendê sobre o Baixo Sul é rica em relatos sobre as variedades Dura e Tenera, porém até a presente pesquisa, não há informações ou estatísticas acerca do cultivo da Manicoré BRS, as quais são fundamentais para atender às lacunas de produtividade do Baixo Sul. Neste sentido, já foram citadas suas potencialidades, inclusive para permitir que a atividade continue com ciclos mais duradouros e com maior potencial de produtividade, melhor manejo e competitividade. As outras variedades, apesar da resistência, sobretudo a variedade Dura, depois de um tempo tornam-se inviáveis de manejar devido à altura excessiva e impactam em custos de produtividade. Ademais, são bem suscetíveis a pragas assim como a Tenera.

Essa dificuldade de manejo tem sido um dos entraves que tem desestimulado a captação de mais trabalhadores na lavoura dendezeira.

Por fim, deve ser salientado que ao longo desse trabalho foi vista e discutida a importância ancestral que o azeite de dendê traz para a história, a cultura e a sociedade baiana, com suas influências e qualidades. Ademais, o levantamento e a análise dos dados biológicos, políticos e econômicos refletem dados precisos sobre as práticas e os avanços da cultura de dendê que podem beneficiar e repercutir na economia regional e na valorização desse dendê do Baixo Sul como um ativo de propriedade industrial, além de trazer mais visibilidade nacional e internacional.

Referências

ALCÂNTARA, B. K. de; VEASEY, D. E. A. “Melhoramento genético do dendê XE “dendê” : potenciais e conquistas”. 2009. Disponível em: <http://www.esalq.usp.br/departamentos/lgn/pub/seminar/BKAlcantara-200901-Seminario.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

ALENCAR, M. H. *Análise organizacional da Opalma – Óleo de Palma S.A.* Brasília: Comissão Executiva do Plano Lavoura Cacaueira, 1982. 104 p.

ALVES, B. “Latin America: palm oil industrial consumption 2020, by country”. Apr. 6, 2021. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1004478/latin-america-palm-oil-industrialconsumption-country/#statisticContainer>. Acesso em: 15 abr. 2021.

ANDREOTTI, C. M. (ed.). *A cultura do dendê XE “dendê”*. 32. ed. Brasília: Serviço de Produção de Informação - Spi, 1995. 67 p. (ISBN 85-85).

ANJOS, F. S. dos (org.). “Abordagem territorial e desenvolvimento: tópicos sobre a natureza de um debate inacabado”. In: BADALOTTI, Rosana Maria *et al.* (org.). *Território, territorialidades e estratégias de desenvolvimento regional*. Passo Fundo: Imed, 2016. p. 1427.

ANVISA. “Resolução RDC nº 270, de 22 de setembro de 2005. Aprova o regulamento técnico para óleos vegetais, gorduras vegetais e creme vegetal”. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2005/rdc0270_22_09_2005.html. Acesso em: 2 abr. 2020.

ASCOOB COSTA DO DENDÊ. “Cooperativa de Crédito Costa do Dendê”. 2019. Disponível em: <http://ascoobcostadodende.blogspot.com/>. Acesso em: 22 abr. 2019.

BAHIA. Ministério do Desenvolvimento XE “Desenvolvimento” Agrário (org.). *Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território: Baixo Sul da Bahia XE “Bahia”*. Salvador: Governo Federal, 2010. 136 p.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura. *Dendê: Programa de Desenvolvimento XE “Desenvolvimento” da Dendeicultura Baiana – Protocolo do Dendê*. Salvador: Seagri, 2002.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento XE “Desenvolvimento” Econômico. *Desenvolvimento territorial: potencialidades econômicas, território de identidade Baixo Sul*. Salvador: Governo do Estado, 2017a.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura. *Cotação agrícola: Dendê*. Salvador: Seagri, 2017b.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. *Plano territorial de desenvolvimento sustentável e solidário do território Baixo Sul da Bahia XE “Bahia” – PTDSS*. Salvador: Governo do Estado, 2018.

BENTES, E. dos S.; HOMMA, A. K. O. *Importação e exportação de óleo e palmiste de dendezeiro XE “dendezeiro” no Brasil XE “Brasil” (2010–2015)*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2016. 36 p. ISSN 1676-5264. Disponível em: <https://www.embrapa.br/amazonia-oriental/publicacoes>. Acesso em: 31 mar. 2020.

BIOMERCADO. “Centro de referência da cadeia produção de biocombustíveis para a agricultura familiar”. 2019. Disponível em: <http://biomercado.com.br/cotacoes.php>. Acesso em: 5 jan. 2020.

BORGES, A. de J. *et al.* “A cultura da palma de óleo (*Elaeis guineensis* Jacq.) no Brasil XE “Brasil” e no mundo”. *Revista Liberato: aspectos agronômicos e tecnológicos - uma revisão*, Novo Hamburgo, v. 27, n. 17, p. 65-77, 01 mar. 2016. Semestral.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. “Certidão de 21 de dezembro de 2004”. Brasília, 20 nov. 2019. p. 1.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento XE “Desenvolvimento”, Indústria e Comércio Exterior. “Balança comercial brasileira por município: janeiro / abril – 2016”. Brasília, DF: MDIC, 2017. Disponível em: <http://www.comexresponde.gov.br/portal-mdic/sitio/sistema/balanca/?item=2016-04>. Acesso em: 30 jul.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento XE “Desenvolvimento”, Indústria e Comércio Exterior. “Balança comercial brasileira por município: janeiro / dezembro – 2006”. Brasília: MDIC, 2006. Disponível em: <http://www.comexresponde.gov.br/portalm-dic/sitio/sistema/balanca/?item=2006-12>. Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. *Programa: 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização*. Brasília: Mapa, 2014a.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (org.). *Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio: Módulo II, indicação geográfica*. 4. ed. Florianópolis: Funjab, 2014b. 415 p. ISBN: 978-85-7426-136-2.

CALDAS, A. dos S, *et al.* *Indicação geográfica para o azeite de dendê XE “dendê”: proteger, valorizar o produto, os produtores e produtoras de azeite de dendê da região do Baixo Sul da Bahia XE “Bahia” e municípios adjacentes*. Salvador: Revelia Produções, 2019. 12 p. Cartilha do dendê.

CENTRE OF AGRICULTURE AND BIOSCIENCES INTERNATIONAL. “*Elaeis guineensis* (African oil palm)”. 22 nov. 2019. Disponível em: <https://www.cabi.org/isc/datasheet/20295#tosummaryOfInvasiveness>. Acesso em: 31 mar. 2020.

CHIES, V. “Resíduo do dendê XE “dendê” pode gerar biogás”, Embrapa, Brasília, 16 mar. 2016. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/10768217/residuo-dodende-pode-gerar-biogas>. Acesso em: 12 set. 2019.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (Bahia XE “Bahia”). “Encontro discute indicação de procedência para azeite de dendê XE “dendê” no Recôncavo”, Salvador, 18 set. 2019. Disponível em: <http://www.car.ba.gov.br/noticias/encontro-discute-indicacao-de-procedenciapara-azeite-de-dende-no-reconcavo>. Acesso em: 30 set. 2019.

CUNHA, R. N. V. da; LOPES, R.; BARCELOS, E.; RODRIGUES, M. R. L.; TEIXEIRA, P. C.; ROCHA, R. N. C. “Produção de híbridos interespecíficos dendê XE “dendê” (*Elaeis guineensis*) x caiaué (*Elaeis oleifera*)”. In: *Congresso Brasileiro de Melhoramento de Plantas*, 3., 2005, Gramado, RS. *Anais digitais [...]*. Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2005. 1 CD-ROM.

DROUVOT, H.; DROUVOT, C. O “Programa Federal de Produção Sustentável de Óleo de Palma: a questão da participação dos atores locais em favor do desenvolvimento territorial”. *Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, Resende, v. 1, n. 1, p. 1-17, 8 set. 2012. Anual. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/fotos2012.php>. Acesso em: 4 abr. 2020.

EMADE. *Relatório de viagem ao segmento dendê XE “dendê” do Programa de Desenvolvimento XE “Desenvolvimento” Rural Integrado*. Manaus: Empresa Amazonense de Dendê, 1984. 33 p.

EMBRAPA. “Produção Agrícola Municipal (PAM) – IBGE”. Brasília: Embrapa, 1979. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agropensa/producao-agricola-municipal>. Acesso em: 27 fev. 2020.

EMBRAPA. “Recursos genéticos de palma de óleo e caiaué: novas estratégias de conservação, avanço no conhecimento e uso sustentável da diversidade genética”. Brasília: Embrapa, 2018. Líder do projeto: Raimundo Nonato Vieira da Cunha. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-projetos/-/projeto/207069/recursos-geneticos-de-palma-deoleo-e-caiaue-novas-estrategias-de-conservacao-avanco-no-conhecimento-e-uso-sustentavel-da-diversidade-genetica>. Acesso em: 1 maio 2019.

FISCHER, F. et al (Org.). (2007). *Baixo Sul da Bahia: uma proposta de desenvolvimento territorial*. Salvador: Ciags/UFBA.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2009.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

IBGE. *Produção agrícola – Lavoura permanente do dendê*. Rio de Janeiro, 2019.

IBGE. *Censo agropecuário 2006/2017*. [S.l.], 2017.

IBGE. “Produção Agrícola Municipal – PAM: Tabelas – 2017. 6.5. Bahia XE “Bahia” – Dendê por região”. Brasília: IBGE, 2017a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-epecuaria/9117-producaoagricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?edicao=22566&t=resultados>. Acesso em 30 mar. 2019.

IBGE. “Censo Agro 2017: Dendê Coco – Bahia” XE “Bahia”. Brasília: IBGE, 2017b. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosa-agro/agricultura.html?localidade=29&tema=76287. Acesso em: 20 jan. 2020.

IBGE. “Censo Agropecuário - Tabela 6955”. 2017c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6955>. Acesso em: 25 jul. 2020.

IBGE. *Divisão regional do Brasil XE “Brasil” em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias*: 2017/IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017d. 82p. ISBN 978-85-240-4418-2.

IBGE. “Censo Agropecuário: Tabela 1613. 3 - Área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras permanente”. 2006/2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/geratabela?format=xlsx&name=tabela6955.xlsx&terr=N&rank=&query=t/6955/n3/29/n6/in%20n3%2029/v/9504,10081/p/all/c829/46302/c227/all/c218/46502/c12517/113601/l/p%2B-c829%2Bc218%2Bc12517,v%2Bc227,t>. Acesso em: 30 set. 2019.

IBGE. “Valença” XE “Valença”. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-eestados/ba/valenca.html>. Acesso em: 5 maio 2019.

INPI. “Legislação – Indicação geográfica. Instrução Normativa PR nº 095/2018”. 2018. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/legislacao-indicacao-geografica-1>. Acesso em: 1 maio 2019.

LEIRAS, A. *A cadeia produtiva de biodiesel: uma avaliação econômica para o caso da Bahia XE “Bahia”*. 156 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Departamento de Engenharia Industrial, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_RIO1_536f351d167f116f417b6bd065629f67. Acesso em 05 maio 2019.

LEITMAN, P.; SOARES, K.; HENDERSON, A.; NOBLICK, L.; MARTINS, R.C. “Arecaceae”. In: *Lista de Espécies da Flora do Brasil* XE “Brasil”. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/jabot/floradobrasil/FB34035>. Acesso em: 5 abr. 2020.

LINS, I.; M., H.; RODRIGUES, L.; A. N., J. “Desempenho ambiental dos cachos de frutos de dendê XE “dendê” de produções convencional e orgânica na região do Baixo Sul da Bahia” XE “Bahia”. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, n. 39, p. 59-69, 31 mar. 2016. Disponível em: http://rbciamb.com.br/index.php/Publicacoes_RBCIAMB/article/view/159. Acesso em: 20 jun. 2020.

LODY, R. *Santo também come*. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1998. 199 p.

MACHADO, R. *Projeto cria programa de produção sustentável de azeite de dendê* XE “dendê”. Brasília: Câmara dos Deputados. 9 ago. 2010. Agropecuária.

MARQUES, J.F.A; BRITO, D. S.; ANDRADE, G.T. *Sabores Quilombolas do Baixo Sul*. IF Baiano, campus Valença XE “Valença”. 2017. 27p. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/valenca/files/2017/06/Sabores-quilombolas-do-BaixoSul-FINAL.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MENDOZA, J. *Brazil: palm oil production volume 2016-2018*. 2020. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/876428/palm-oil-production-volume-brazil/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MORAIS, J. P.; MEDEIROS, E. P.; SILVA, J. A. da; ROSA, M. de F.; SOUZA FILHO, M. S. M. de; ALEXANDRE, L. C.; CASSALES, A. R.; SANTOS, M. A. *Valorização de coprodutos da cadeia do dendê*. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2013. 37 p. Documentos 163.

MOURA, J. L., SANTOS, L. P. dos, BITTENCOURT, M. A. L.; KRUG, C. (2013). “Preferência do bicudo-das-palmeiras por dendezeiro XE “dendezeiro”, caiaué e por seu híbrido interespecífico”. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, Brasília, v. 48, n. 4, p. 454–456, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-204X201300040001>. Acesso em: 20 nov. 2019.

MÜLLER, A.A.; ALVES, R.M. *A dendeicultura na Amazônia brasileira*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1997. 44p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 911.

MÜLLER, A. A.; FURLAN JÚNIOR, J. *Agronegócio XE “Agronegócio” do dendê* XE “dendê”: uma alternativa social, econômica e ambiental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2001. 288 p.

MÜLLER, A. A.; JUNIOR, J. F.; FILHO, P. C. *A Embrapa Amazônia Oriental e o agro-negócio do dendê XE “dendê” no Pará*. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2006.

OLIVEIRA, H. P. “Dendê: aspectos botânicos, agrônômicos, ecológicos e econômicos”. In: LODY, Raul (org.). *Dendê: símbolo e sabor da Bahia XE “Bahia”*. São Paulo: Editora Senac, 2019.

PINTO, S. *et al.* “Produção e composição de cachos e incidência do anel vermelho em híbridos interespecíficos de caiaué com dendezeiro XE “dendezeiro” no sul da Bahia” XE “Bahia”. *Agrotropica (Itabuna)*, [s.l.], v. 31, n. 1, p. 5-16, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/ptbr/assuntos/ceplac/publicacoes/revista-agro-tropica/agrotropica-2019v31n1.pdf/view>. Acesso em: 30 mar. 2019.

REIS, L. L. de M. *et al.* “Dendê de Valença XE “Valença” – Bahia XE “Bahia” : indicação de procedência”. *Revista Macambira*, Serrinha, v. 2, n. 2, p. 1-22, 20 dez. 2018. Semestral. Disponível em: <http://revista.lapprudes.net/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

RIOS, S. de A. *et al.* *Recursos genéticos de palma de óleo (Elaeis guineensis XE “Elaeis guineensis” Jacquin) e caiaué (Elaeis oleifera (H.B.K.) Cortés)*. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2012. 44 p.

ROCHA, C. “Dendê e alimentos plantados lado a lado”. *Embrapa*, Brasília, 29 ago. 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2006516/dende-e-alimentos-plantados-lado-a-lado>. Acesso em: 29 ago. 2014.

SANTOS, E. A. *Caracterização de dendezeiros subespontâneos com base na produção de frutos e cachos*. 2010. 61 f. Dissertação (Mestrado em Produção Vegetal) – Programa de Pósgraduação em Produção Vegetal, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2010. Disponível em: <http://nbcgib.uesc.br/ppgpv/painel/paginas/uploads/9c4675b-7d245efa7b0c9cc31812e967d.pdf> Acesso em: 19 nov. 2019.

STRASBURG, C. E. J. *Da importância das indicações geográficas XE “indicações geográficas” no atual contexto da empresa agrária*. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-09112015-115413/publico/DissertacaoMestrado_Integral_Carlos_Edson_Strasburg_Junior.pdf. Acesso em: 19 maio 2019.

SOUZA, J. “Dendê”. 2000. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/dende.htm>. Acesso em: 19 mar. 2019.

SUDENE; GIPM. *Dendê: produção, procura e preço*. Recife: Sudene/GIPM, 1966. 28 p.

SURRE, C.; ZILLER, R. *La palmera de aceite*. Barcelona: Colección Agricultura Tropical, 1969. 231 p.

TRENTINI, F. *Denominação de origem: elemento fundamental às atuais empresas rurais*. 2006. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001649824>. Acesso em: 5 maio 2019.

“UNAUÊ: Um dendê XE “dendê” com baixa acidez e muito mais sabor”. *Jornal do Cacau*: Informativo do Mapa/Ceplac para as regiões produtoras de cacau da Bahia XE “Bahia”, [S.l.], n. 10, p. 8, jan./jun. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. “Indicação geográfica para o azeite de dendê XE “dendê” da Bahia” XE “Bahia”. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/profnitufbr/eventos/22-indicacao-geografica-para-o-azeite-de-dende-da-bahia>. Acesso em: 22 out. 2019.

VALOIS, C. C. A. *Possibilidades da cultura do dendê XE “dendê” na Amazônia*. Brasília: Cenargen, 1997. 7 p. (Comunicado Técnico, 19).

VEIGA, A. S.; FURLAN JÚNIOR, J.; KALTNER, F.J. *Políticas públicas na agroindústria do dendê XE “dendê” na visão do produtor*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2005. 33 p. (Documentos 222).

VENTURIERI, A. *et al.* “Relação entre ocorrência do amarelecimento fatal do dendezeiro XE “dendzeiro” (*Elaeis guineensis* Jacq.) e variáveis ambientais no Estado do Pará”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROMETEOROLOGIA, 16., 2009, Belo Horizonte. *Anais...* Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Agrometeorologia, 2009. p. 523- 530.

WATKINS, C. “Dendzeiro: African oil palm agroecologies in Bahia XE “Bahia”, Brazil, and implications for development”. *Journal of Latin American Geography*. Dallas, p. 1-26. 31 mar. 2011. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/issue/22614>. Acesso em: 22 mar. 2019.

WATKINS, C. “Landscapes and resistance in the African diaspora: Five centuries of palm oil on Bahia’s Dendê Coast”. *Journal of Rural Studies*, [S.l.], v. 61, p.137-154, jul. 2018. Elsevier BV. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jrurstud.2018.04.009>. Acesso em: 05 maio 2019.

YOKOYAMA, R. “Palma de óleo nos próximos 10 anos”. 2016. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriaisematicas/documentos/camaras-setoriais/palma-de-oleo/2017/24a-ro/app_mercado_palma_24ro_oleo.pdf. Acesso em: 15 maio 2019.

Segurança Pública: uma análise arqueogenealógica do anúncio de concurso publicado no *Jornal Opção Tocantins*

Public security: an archeogenealogical analysis of the competition notice published in the Jornal Opção Tocantins

Seguridad pública: un análisis arqueogenealógico de la convocatoria de concurso publicada en el Jornal Opção Tocantins

Thiago Barbosa Soares¹

Resumo

Soares, T. B. Segurança Pública: uma análise arqueogenealógica do anúncio de concurso publicado no Jornal Opção Tocantins. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 151-164, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2388

Este artigo possui o objetivo de investigar as relações de poder constituintes do discurso sobre a segurança pública presente na notícia “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública”, veiculada no portal virtual *Jornal Opção Tocantins*, em 18 de outubro de 2024. Para tanto, faz-se uso do método qualitativo-interpretativo da Análise do Discurso, segundo orientação arqueogenealógica, voltado para a descrição heurística dos sentidos presentes na matéria em foco. Desse modo, são mobilizadas as noções operacionais de enunciado, formação discursiva e episteme, a partir das quais se verticaliza a leitura do texto delineado para tal. Como resultado, verificou-se também, para além do alcance da propositura traçada para esta investigação, os constituintes internos do enunciado da reportagem em questão, o alinhamento do dispositivo e a ancoragem das relações de saber-poder dispostas no objeto em uma formação discursiva progressista, engendrada por uma episteme estatizante.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Discurso do Norte; Segurança pública; Relações de poder; Tocantins.

Abstract

Soares, T. B. Public security: an archeogenealogical analysis of the competition notice published in the Jornal Opção Tocantins. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 151-164, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2388

This article aims to investigate the power relations that constitute the discourse on public security present in the news “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública”, published on the virtual portal

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor adjunto no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisador bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: thiago.soares@mail.uft.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2887-1302>

Jornal Opção Tocantins, on October 18, 2024. To this end, the renowned qualitative-interpretive method of Discourse Analysis is used, according to archeogenealogical guidance, focused on the heuristic description of the meanings present in the matter in focus. In this way, the operational notions of utterance, discursive formation and episteme are mobilized, from which the reading of the text designed for this purpose is verticalized. As a result, it was also verified, beyond the scope of the proposition outlined for this investigation, the internal constituents of the statement of the report in question, the alignment of the device, and the anchoring of the knowledge-power relations arranged in the object in a formation progressive discursive approach and a statist episteme.

Keywords: Discourse Analysis; Northern discourse; Public security; Power relations; Tocantins.

Resumen

Soares, T. B. Seguridad pública: un análisis arqueogenealógico de la convocatoria de concurso publicada en el *Jornal Opção Tocantins*. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 151-164, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2388

Este artículo tiene como objetivo investigar las relaciones de poder que constituyen el discurso sobre seguridad pública presente en la noticia “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública”, publicada en el portal virtual *Jornal Opção Tocantins*, en 18 de octubre de 2024. Para ello, se utiliza el reconocido método cualitativo-interpretativo del Análisis del Discurso, según orientaciones arqueogenealógicas, centrado en la descripción heurística de los significados presentes en el asunto en estudio. De esta manera, se utilizan las nociones operativas de enunciado, formación discursiva y episteme, a partir de las cuales se verticaliza la lectura del texto diseñado al efecto. Como resultado, se verificó también, más allá del alcance de la propuesta planteada para esta investigación, los constituyentes internos del enunciado del informe en cuestión, la alineación del dispositivo y el anclaje de las relaciones de conocimiento-poder dispuestas en el objeto en una formación con un enfoque discursivo progresista y una episteme estatista.

Palabras clave: Análisis del Discurso; Discurso del Norte; Seguridad pública; Relaciones de poder; Tocantins.

Data de submissão: 06/11/2024

Data de aceite: 28/04/2025

1. Considerações iniciais

O discurso político circula livremente por praticamente todos os gêneros textuais os quais, por serem materializações concretas do eco dos discursos, são palcos nos quais se dão as mais diversas encenações. A sociedade e seus diversos meandros, ao

virtualizarem-se nos sentidos produzidos no interior do circuito coletivo, amalgamam os mais diversos processos de gerência de suas estruturas funcionais para, com isso, manter suas forças de constituição. Ora, é com base nessa perspectiva que Foucault afirma: “A política é a guerra continuada por outros meios” (Foucault, 1999, p. 22). Precisamente nesse direcionamento, conforme explica Soares, “*el discurso político es, entonces, la virtualización de la lucha en la que chocan diferentes cosmovisiones sobre cómo legitimar un proyecto de poder incrustado en el tejido de la sociedad*” (Soares, 2024, p. 219).

O discurso político, com toda a sua complexidade, insere-se ou está inserido, ora de um modo, ora de outro, em projetos de sentidos cuja continuidade atravessa o tecido social para constituir-se em áreas administrativas, ou seja, os segmentos segundo os quais o aparato político de gestão dos recursos financeiros, entre outros tantos, e de suas respectivas implementações à população, dão-se por uma organização normativa profundamente performativa. Um desses ambientes de arregimentação de sentidos, advindos do discurso político, é a segurança pública e sua extensão no circuito coletivo. A esse respeito e vinculado à crítica discriminativa da governamentalidade², Foucault afiança: “O conjunto das medidas legislativas, dos decretos, dos regulamentos, das circulares que permitem implantar os mecanismos de segurança, esse conjunto é cada vez mais gigantesco” (Foucault, 2008a, p. 11).

No horizonte delineado pela atividade do discurso político na sua associação com a pretensa defesa da sociedade por parte daqueles que gerem o aparato estatal, Foucault, acerca da profundidade do patrulhamento empreendido em nome da segurança pública, assevera: “Afim de contas, para de fato garantir essa segurança é preciso apelar, por exemplo, e é apenas um exemplo, para toda uma série de técnicas de vigilância, de vigilância dos indivíduos, de diagnóstico do que eles são, de classificação da sua estrutura mental” (Foucault, 2008a, p. 11). Com efeito, em um sistema coletivo marcado pelas assimetrias e desigualdades, a promessa de segurança, ainda que um tanto quanto vazia se não alocada em uma produção discursiva eivada de sentidos coerentemente direcionados, é um dos expedientes mais comuns em campanhas políticas, estabelecida nas eleições dos integrantes dos poderes executivo e legislativo.

Uma vez que a segurança pública vigora como prioridade, ou pelo menos recebe esse verniz praticamente em todos os ambientes nos quais circula, o que se diz a esse respeito, sobretudo no campo político, constitui material significativo para sua compreensão e tanto em abstrato, em domínio mais teórico, quanto em concreto, na esfera prática. Assim, investido da discriminação concreta e analítica, este artigo objetiva investigar as relações de poder constituintes do discurso sobre a segurança pública presente na notícia “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública” (Feitosa, 2024), publicada no portal virtual *Jornal Opção Tocantins*, em 18 de outubro de 2024. Para concretização dessa propositura, utiliza-se o método da Análise do Discurso, por meio de alguns de seus conceitos operacionais.

2 De acordo com Amos (2010), “o termo governamentalidade é o elo perdido entre os dois principais projetos de Foucault após *Vigiar e punir*: o primeiro é a genealogia do Estado moderno, e o segundo envolve questões éticas, uma genealogia do sujeito. Com esse projeto, ele alcança o cerne da relação entre pedagogia e política” (Amos, 2010, p. 26).

Para melhor disposição do plano argumentativo-textual a ser desenvolvido, este artigo é segmentado por seções designadas adiante com os títulos: “Considerações teórico-metodológicas”, nas quais são explicitadas as noções de formação discursiva, enunciado, dispositivo e episteme; Em seguida, o item “Discurso sobre a segurança pública no Tocantins”, destaca os operadores mencionados que são postos em marcha no processo de descrição e interpretação das relações de poder no texto sob exame. Por fim, nas “Considerações finais”, verificam-se as possíveis contribuições acerca do trajeto ora percorrido.

2. Considerações teórico-metodológicas

Para cumprir com a propositura desenhada para este texto, nesta seção, são recenseados os conceitos de formação discursiva, enunciado, dispositivo e episteme, que posteriormente serão empregados metodologicamente no processo descritivo-interpretativo das relações de poder integrantes do discurso sobre a segurança pública materializado na reportagem intitulada “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública” (Feitosa, 2024). Perante essas considerações preliminares, envereda-se aqui por uma teoria do discurso construída segundo o desenvolvimento de noções operacionais por parte de Michel Foucault. Assim, o primeiro deslocamento necessário e imprescindível é justamente voltado para o entendimento do discurso como objeto de investigação. O discurso, como gerador constritivo dos sentidos (Foucault, 2009), não se reduz à matéria fônica ou à matéria escrita presente nos textos em suas mais variadas modalidades de produção. Antes, conforme preconiza o pensamento arqueogenealógico, é uma teia de relações de sentidos.

No mesmo mirante, Veyne, ao elucidar a visão foucaultiana sobre discurso, assevera: “Os discursos são as lentes através das quais, a cada época, os homens perceberam todas as coisas, pensaram e agiram; elas se impõem tanto aos dominantes quanto aos dominados, não são mentiras inventadas pelos primeiros para dominar os últimos” (Veyne, 2011, p. 50-51). Diante da amplitude nocional de discurso, sob essa visada arqueogenealógica, Soares pontua: “O discurso não é uma série de falsas percepções do que se pode chamar de realidade, mas, grosso modo, das interpretações segundo as quais se podem ver os fatos, a realidade, as coisas” (Soares, 2022, p. 211). Assim, como exposto, o discurso possui tanto negatividades quanto positividade qualificando-o, mas carece de uma forma por meio da qual se pode observá-lo. Ao voltar-se para a metodologia de apreensão do discurso, Foucault diz: “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados. Na medida em que se apoiem na formação discursiva, ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (...)” (Foucault, 2012, p. 143).

Do discurso, a partir de seus traços mais amplos e genéricos, chega-se ao meio pelo qual se acessa seus elementos constituintes. A formação discursiva é um dos pilares segundo os quais se sustenta o discurso que, por sua vez, materializa-se em enunciados circulantes socialmente. Em outros termos, um pouco mais gerais, o discurso manifesta-se em enunciados que, como explicita Soares, “não se restringem unicamente às unidades linguísticas” (Soares, 2022, p. 212). Ancorados por formações

discursivas, isto é, didaticamente, as formações discursivas funcionam como “guarda-chuva” de enunciados, Foucault afirma sobre a associação entre a formação discursiva e o enunciado: “Estamos agora diante de uma figura complexa. Ela pode e deve ser analisada simultaneamente como uma formação de enunciados (Foucault, 2008b, p. 110). Ora, assim, um conjunto de enunciados possibilita o surgimento de uma formação discursiva, já que aqueles fundamentam a concretização da própria formação discursiva como uma orientação de sentidos.

Como enunciado é o integrante da formação discursiva, Foucault explica: “Uma formação discursiva será individualizada se se puder definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenrolam” (Foucault, 2012, p. 86-87). De acordo com essa concepção, a formação discursiva deixa ver o conjunto de mecanismos que norteiam os sentidos presentes nos enunciados segundo a própria perspectiva a qual se vincula, isto é, a formação discursiva possui, entre outras características que incidem na organização do enunciado, a conformação às relações de poder envolvidas na produção dos sentidos nela entrecruzadas. Assim, como se pode perceber, não se pode investigar uma formação discursiva sem estudar sua necessária composição de enunciados e, ao mesmo tempo, em que se examina um, depreendem-se as possíveis relações de poder, mediante a verificação das relações de sentido que fundamentam a outra.

Segundo o norte delineado acima, enunciado, que se integra a uma determinada formação discursiva, possui uma configuração discursiva, isto é, para Kremer-Marietti, embasada no método arqueogenealógico, “a função do enunciado – já que ele é essencialmente função – não é fazer aparecer um referente nem um sentido”. (Kremer-Marietti, 1977, p. 121). Ela continua: “o enunciado é mais que um conjunto de signos reunido há um suporte material; eles supõem definições, regras, convenções de escrita” (Kremer-Marietti, 1977, p. 122). Deleuze, por sua vez, refere-se ao enunciado assim: “este tem um objeto discursivo que não consiste, de modo algum, num estado de coisas visado, antes deriva, pelo contrário, do próprio enunciado”. (Deleuze, 2017, p. 19-20). Nesse direcionamento elucidativo, Deleuze afiança: “O enunciado é em si mesmo repetição, embora aquilo que repita seja outra coisa, que, porém, lhe pode ser estranhamente semelhante, quase idêntica” (Deleuze, 2017, p. 25).

A partir da mobilização da formação discursiva, em suas diversas facetas, como no enunciado, instaura-se sua prática por meio do dispositivo. Esse, como um meio estruturante de organização sociocultural das formações discursivas, expressa, entre outras coisas, o estado de constrição dos sentidos e, por sua vez, das relações de poder segundo as quais o circuito coletivo funciona. Contudo, por mais que aqui essa noção ganhe um recorte, sua composição teórica é bastante ampla e abrangente e volta-se, como afirma Agambem, a “um conjunto heterogêneo que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc.” (Agambem, 2005, p. 9). Em outros termos, o dispositivo, conforme seu domínio de atuação, coloca em marcha uma ou mais formações discursivas, a depender das relações de poder segundo as quais sua performance dá-se no circuito social. É justamente nesse direcionamento que Agambem assevera: “O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta

e se inscreve em uma relação de poder. É algo geral (um *resseau*, uma “rede”) porque inclui em si a episteme” (Agambem, 2005, p. 10).

Como visto, o dispositivo, no qual se encontra parte da episteme de um dado tempo, configura-se como um disseminador de discursos no tecido social, com regras de composição implícitas e explícitas de divulgação de seus materiais. Agambem, acerca de um dispositivo específico, o qual o objeto de investigação deste artigo toca, destaca: “Aqueles que têm discursos similares são, de resto, a seu tempo, o resultado do dispositivo midiático no qual estão capturados” (Agambem, 2005, p. 15). Em outros termos, todo o complexo de elementos integrantes da mídia, jornais, sites, programas televisivos, entre outros, integram o dispositivo midiático por meio do qual se dispersam discursos que lhe são provenientes. Em congruência com essa perspectiva, pode-se afirmar que existe um conjunto de dispositivos no circuito coletivo cujo papel é tanto disseminar sentidos quanto os estabilizar, como aventa, *mutatis mutandis*, Agambem (2005) acerca do dispositivo midiático. Portanto, um representante de tal agrupamento discursivo, como o *Jornal Opção Tocantins*, pode ser considerado, por via metonímica, um dispositivo e, por conseguinte, o que se diz analiticamente a seu respeito estende-se, em alguma medida, ao seu determinado conjunto.

Visto que o dispositivo, como um aparato regulador institucional, constitui todas as práticas de relações de poder vigentes no corpo social, compreende-se um amplo espectro de ancoragem do enunciado para com a formação discursiva, cuja amplificação e modelagem dão-se por dispositivos. Esses são estruturados segundo os fundamentos da episteme que rege a conjuntura na qual vigoram. Nesse caso, no qual a episteme produz seus efeitos em determinado momento histórico, Foucault afirma que “(...) a episteme do mundo ocidental isola para nós o começo de certa maneira moderna de conhecer as empiricidades” (Foucault, 2007, p. 343). Assim, a episteme, conforme a densidade da explicação anterior, é a representatividade do conhecimento humano segundo, principalmente, o conjunto de elementos a partir dos quais se manifesta. Aqui, para evitar algum tipo de mal-entendido, esclarece-se que episteme não é saber, porquanto este difere daquela não apenas em sentido qualitativo, mas também em direcionalidade e permeabilidade, que somente a primeira possui.

Como uma diferenciação entre saber e episteme, usa-se a seguinte asserção de Foucault para delimitar com maior propriedade o primeiro elemento da relação: “Saber consiste, pois, em referir a linguagem à linguagem. Em restituir a grande planície uniforme das palavras e das coisas. Em fazer tudo falar” (Foucault, 2007, p. 55). Com essa definição de saber, pode-se alegar, sem o receio do equívoco, que esse liga-se à representação das coisas por palavras e, por uma extensão verticalizada, a episteme, por sua vez, refere-se à conjuntura na qual essas produzem poder operacionalizado no interior do circuito coletivo. A esse respeito e com maior precisão, Foucault declara: “Numa cultura e num dado momento, nunca há mais que uma episteme que define as condições de possibilidade de todo saber” (Foucault, 2007, p. 230). Portanto, a episteme é a responsável pelo agenciamento do saber, de tal forma que a expressão desse está configurada em seus aparelhos de disseminação, como os enunciados, as formações discursivas e os dispositivos.

No horizonte tracejado, a episteme, ao ser analisada em suas manifestações, é capaz de fornecer parte significativa do *modus operandi* das relações de poder-saber³ existentes na sociedade. É por essa razão, aliada à propositura de examinar as relações de poder constituintes do discurso sobre a segurança pública na notícia “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública” (Feitosa, 2024), publicada no portal *Jornal Opção Tocantins*, em 18 de outubro de 2024, que este recenseamento conceitual importa a aplicação da metodologia da Análise do Discurso, segundo a qual se faz uma descrição tanto da materialidade do fenômeno de linguagem eleito para tal finalidade quanto das virtualidades sociais nele implicadas, de modo que essas são amplificadas sob as lentes das noções ora apresentadas. Feitas essas explicações, passamos à efetiva investigação da matéria.

3. Discurso sobre a segurança pública no Tocantins

Com o objetivo de examinar as relações de poder constituintes do discurso sobre a segurança pública materializado na notícia “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública” (Feitosa, 2024), publicada no portal *Jornal Opção Tocantins*, em 18 de outubro de 2024, envereda-se, nesta seção, pela aplicação dos princípios arqueogenealógicos, norteadores deste artigo. Com este traçado delineado no horizonte, cabe a caracterização do dispositivo no qual o enunciado sob investigação encontra-se difundido. Assim, para iniciar propriamente o processo analítico, faz-se imprescindível a descrição crítica do dispositivo no qual a referida informação ganhou circulação, isto é, o *Jornal Opção Tocantins* cuja organização estrutura-se predominantemente virtual nos dias de hoje, porém, quando de sua fundação, em meados de 1975 (à época chamava-se apenas *Jornal Opção*), possuía uma disseminação física, como todos os materiais de natureza informativa daquele tempo.

Há que salientar o fato de que o dispositivo comunicativo em questão antecede a própria criação do Tocantins e, segundo Gouveia (2015), possui certa relevância para esse. Desse modo, o *Jornal Opção Tocantins* insere-se na constituição informativa do próprio Estado, validando sua malha de relações de poder de instituição formal, uma vez que os dizeres implícitos e explícitos sobre o Estado do Tocantins remetem ao “discurso fundador do Estado, cujo principal efeito de sentido é a importância do tamanho da obra em detrimento ou de suas explicações oficiais, ou da proporcionalidade entre obras e suas sinalizações” (Soares; Boucher, 2023, p. 66-67). Em outros termos, o *Jornal Opção* possuir projeção em um Estado no qual as redes de sentidos políticos são predominantemente estáveis desde seu surgimento é um indício de que, em seu circuito de atuação, há o cumprimento de uma demanda, seja essa um posicionamento político distinto de outros dispositivos informativos, seja essa o próprio preenchimento de um eventual hiato aberto pela falta de um jornal crítico (ou minimamente crítico).

3 De acordo com Foucault (2014, p. 31), “[...] poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. Assim, o emprego da composição nomenclacional poder-saber, bem como saber-poder, refere-se justamente a tal implicação direta entre um e outro.

Quanto à orientação do periódico, em relação às próprias formações discursivas disseminadas em seus produtos informativos, pode-se afirmar que seu cerne é progressista. Seus integrantes, antigos e atuais, em sua maioria, são intelectuais e críticos brasileiros alinhados ao espectro político de esquerda, cujos efeitos podem ser sentidos na profusão de novos jornalistas e seus textos; de um dispositivo de relevância para circulação de notícias, tornam-se também guias na arquitetura da discursividade ali produzida. Como o dispositivo possui em seu nascedouro uma propensão ideológico-política determinada, não é de se estranhar a ideia de que as formações discursivas, no interior das quais os enunciados são fabricados pelo periódico, sejam guiadas pelo mesmo conjunto de preceitos que lhe moldam a direcionalidade dos enunciados, de modo que uma possível repercussão de tal delineamento seja precisamente a configuração progressista de textos veiculados pelo jornal. Um dos possíveis indícios da circunscrição do enunciado, disposto mais adiante, ao campo progressista, é precisamente sua arquitetura de formulação, como é possível conferir abaixo:

Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública

Na manhã desta sexta-feira, 18, o governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) anunciou a realização de um concurso para segurança pública, que contará com mais de 320 vagas. As provas estão previstas para serem aplicadas até março de 2025.

“Hoje aqui nós anunciamos mais de 320 vagas para segurança pública, mas claro estaremos fazendo estudos para anunciarmos outros setores do governo. A previsão é que nós faremos o concurso até março. Nós vamos fazer o edital, construir toda essa parte jurídica para, até março, fazermos as provas. Depois só é os cursos de formação, para colocar todo esse contingente nas ruas”, disse o governador.

Ainda não foram divulgadas informações sobre a banca organizadora do concurso. O anúncio ocorreu durante uma cerimônia na sede da Secretaria de Segurança Pública do Tocantins (SSP-TO). No ato, também foram entregues 210 novas viaturas (Feitosa, 2024).

Em vista do caráter argumentativo sob o qual se erige o enunciado acima, tem-se uma informação apresentada em tom eufórico, isto é, a propositura segundo a qual 320 vagas para segurança pública é anunciada, fundamenta-se em uma orientação de leitura do próprio funcionamento do circuito coletivo para o qual a notícia é uma espécie de premiação, assemelhando-se mesmo a um presente à população que, em tese, será beneficiada por tal investimento do Estado. Essa virtualização eufórica do enunciado em questão beneficia-se prioritariamente da formação discursiva, na qual o eixo de formulação da estrutura de sentidos é integrado pelo eixo de constituição das possibilidades de enunciar segundo dadas relações de poder-saber. Em outros termos, e com maior afunilamento, a construção do enunciado “Governo do Tocantins

anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública” (Feitosa, 2024), em sua disposição textual-argumentativa, deixa ver, entre outros elementos, a formação discursiva progressista⁴ implicada em seu interior, mediante o procedimento de anúncio de recurso que visa suprir uma demanda social, a segurança pública.

Importa destacar a inserção do próprio enunciado no circuito no qual recebe relevo, porquanto é aí que seu funcionamento adquire visibilidade e, consequentemente, possui suas relações de poder-saber instituídas segundo a perspectiva da própria formação discursiva, no caso progressista. Assim, a notícia sob escrutínio reproduz, em sua constituição interna, parte do que se verifica na própria arquitetura da sociedade, isto é, pelas próprias experiências somadas às informações veiculadas pela mídia. Em suas diferentes frentes de reprodução, constata-se uma insegurança quase generalizada, já que, para além das profundas desigualdades existentes no país, a região Norte, da qual trata, por extensão, a matéria, é uma das mais pobres do Brasil. Nesse direcionamento, a explicação dada por Foucault acerca da contingencial representação do projeto de poder no interior do qual a segurança pública tanto se justifica quanto se espraia por determinadas regiões e momentos históricos, assenta-se na seguinte asserção: “O espaço próprio da segurança remete portanto a urna série de acontecimentos possíveis, remete ao temporal e ao aleatório, um temporal e um aleatório que vai ser necessário inscrever num espaço dado” (Foucault, 2008a, p. 27).

No horizonte delineado acima, compreende-se que a segurança pública, como um mecanismo disciplinar de normatização de comportamentos aceitos e não-aceitos no corpo social a partir de dispositivos de vigilância, de repressão e de punição, insere-se no circuito coletivo como um resultado das próprias demandas criadas por um sistema de injustiças sociais⁵.

A esse respeito, Foucault afiança: “A segurança tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde – anule, ou limite, ou freie, ou regule” (Foucault, 2008a, p. 61). Dessa maneira, a legitimidade do tom eufórico do enunciado “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública” (Feitosa, 2024), ampara-se tanto na concretude informativa disseminada pelos meios de comunicação em massa acerca da temática expressa por casos de furtos, assaltos, roubos, entre outras ocorrências associadas, quanto pela experiência partilhada por muitos cidadãos cujas intercorrências sobre segurança são coincidentes com aquelas propagadas pela mídia. Como é possível perceber a partir da ótica arqueogenealógica, o dispositivo midiático, como no caso do *Jornal Opção Tocantins*, favorece o dispositivo estatal de segurança pública mediante tanto a divulgação de enunciados segundo os quais as adversidades vividas pelos sujeitos carecem de maior empenho das forças de repressão do Estado quanto a disseminação de uma possível eficiência desse ente de governo. Com isso não

4 A formação discursiva em questão é considerada progressista por articular elementos que reforçam valores como investimento público, transparência e bem-estar social. Apesar de a segurança pública poder ser instrumentalizada de forma autoritária, o enunciado, em seu contexto imediato, reforça a ideia de Estado protetor e inclusivo, típico de discursos que valorizam políticas coletivas e acesso a direitos, como é descrito ao longo deste artigo.

5 Leia-se aqui os poderes descritos como dispositivos de regulação do corpo social que atuam direta e indiretamente nos sentidos de segurança pública.

se pretende significar que o meio de comunicação em questão é um braço da gestão administrativa do Tocantins, mas, antes, explicitar que o conjunto das relações de poder-saber, ao qual o veículo está subordinado direta e indiretamente, destina-se não apenas à própria manutenção, bem como à ostensiva representatividade do controle da população por meios diversos, que, em tese, poderiam ser entendidos como críticos e mesmo formas de cobrança dos poderes responsáveis pela segurança pública, o executivo, o legislativo e o judiciário.

Diante da exposição interpretativa do funcionamento do dispositivo midiático *Jornal Opção Tocantins*, por meio do enunciado “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública” (Feitosa, 2024), e sua relação discursiva com o dispositivo de segurança pública, empenha-se a discriminação verticalizada da formação progressista na qual se insere o direcionamento de sentidos veiculados no enunciado sob exame. Com essa propositura ventilada para verificação, traz-se a formação discursiva progressista, cujo viés aproxima-se de uma cosmovisão segundo a qual o Estado é responsável por diminuir as assimetrias encontradas no circuito coletivo, para o devido campo descritivo no qual seu delineamento no enunciado ultrapassa os limites linguísticos de produção argumentativa para, com esse expediente arqueogenealógico, compreender-se como a formação discursiva progressista constitui-se em um direcionamento não apenas de leitura do enunciado, mas, sobretudo, de leitura da sociedade.

Em vista da solidariedade entre a formação discursiva progressista constitutiva do enunciado e sua integração ao dispositivo midiático, encontra-se aí uma rede de relações de saber-poder que, impressas nos dizeres do representante máximo do poder executivo do Estado do Tocantins, possibilitam a manutenção da representação eufórica do aparelho de segurança pública, ilustrando, de maneira prática, o que Foucault assevera sobre o papel da gestão do circuito coletivo: “O Estado é o que deve estar no fim da operação de racionalização da arte de governar” (Foucault, 2008a, p. 385). Em outras palavras, com a fala transcrita na matéria, “Hoje aqui nós anunciamos mais de 320 vagas para segurança pública, mas claro estaremos fazendo estudos para anunciarem outros setores do governo”, tem-se o funcionamento do dispositivo de segurança pública, caracterizado pela temática orientativa do trecho dito pela figura do governador do Tocantins, o Estado como o detentor dos meios de continuidade da segurança pública por meio da ampliação de seu quadro de servidores selecionados para tal atribuição.

Eis que a condução da formação discursiva progressista, arquitetada no dispositivo midiático do *Jornal Opção Tocantins*, disseminada nos sentidos contidos no enunciado sob análise, carrega a episteme constitutiva do tempo histórico de sua irradiação, momento atual, cuja principal característica, como um saber-poder, é o envolvimento do Estado como modelador do circuito coletivo. As relações de poder e de saber, encontradas na notícia “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública” (Feitosa, 2024) endossam a existência de uma episteme de cunho estatizante⁶, cuja dominância do Estado em vários âmbitos sociais

6 A escolha desse qualificativo, como determinador de episteme, ratifica o compromisso com a relevância do sentido emergente de seu emprego social. Em outros termos, estatizante, tal qual seu uso dá-se neste

segue a segurança pública, o que, segundo Foucault (2007), define certas condições de saber acerca de um dado assunto, como a segurança pública. Nesse direcionamento, a episteme estatizante, que por seu caráter macro dinâmico é construída historicamente como um saber legitimamente verdadeiro, dissemina-se por meio das relações de poder ao constituir-se como autoevidente.

Após a leitura verticalizada do texto sob investigação, colige-se, *mutatis mutandis*, que é preciso um quantitativo maior de agentes de segurança presentes no espaço público e, conseqüentemente, encontra-se aí a residência do tom eufórico da notícia, para além dessa estar conformada pela formação discursiva progressista, veiculada por um dispositivo midiático. Desse modo, o que se diz sobre o anúncio de 320 vagas para concurso do Governo do Tocantins é lido sob o delineamento das relações de saber-poder, formatadas pela episteme estatizante. No interior dos sentidos presentes na matéria sob exame, encontra-se um núcleo norteador, que não se verifica em toda a sua extensão, por essa razão o empreendimento arqueogenealógico faz-se necessário. Portanto, a compreensão da episteme como epicentro do saber que se expande mediante a manutenção das próprias relações de poder, como no caso da episteme estatizante, orienta-se pela perspectiva segunda a qual o corpo social, em praticamente toda a sua história, foi “guiado” por práticas de cujos saberes eram validadas pela própria disseminação massiva desses, demonstrando, assim, o valor autoevidente de certos paradigmas⁷.

Diante da expressividade das relações de poder-saber implicadas à episteme estatizante detectada no objeto de estudo deste artigo, encontra-se, mesmo que de maneira um tanto quanto elementar, um princípio norteador de sentidos propagados acerca da segurança pública, mormente, no Tocantins, isto é, a ampliação das forças de segurança, e, por sua vez, do próprio Estado como uma das possíveis mediadoras. Como não cabe ao processo analítico aqui previsto, tanto pelo objetivo quanto pela extensão, o aprofundamento minucioso da episteme estatizante, como um saber-poder consolidado historicamente e espreado para a maioria dos dispositivos propagadores de informações, pode-se empregar os resultados aqui obtidos como parte da descrição interpretativa de um corpus no qual se tenha textos analisados sob a ótica arqueogenealógica.

4. Considerações finais

Com o objetivo de investigar as relações de poder constituintes do discurso sobre a segurança pública presente na notícia “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública” (Feitosa, 2024), publicada no portal *Jornal Opção Tocantins*, em 18 de outubro de 2024, este artigo empregou as noções de

artigo, remete-se à propriedade do Estado voltada para sua dinâmica própria de crescimento e gestão progressiva das demandas e dos recursos coletivos.

7 Aqui paradigmas devem ser apreendidos como um conjunto de saberes estabilizados em um determinado período histórico, como, por exemplo, o poder soberano, de fazer morrer o súdito, que vigorou aproximadamente até o século XVII, e o poder disciplinar que ganhou maiores proporções a partir de século XVII, com seus mecanismos e dispositivos disciplinares, entre eles o panóptico, nas prisões, com a finalidade de adestrar e docilizar os corpos (Foucault, 2014).

formação discursiva, enunciado, dispositivo e episteme, explicitadas no item 2 acima, intitulado “Considerações teórico-metodológicas”, no processo de descrição e de interpretação das relações de poder no enunciado eleito para exame, e desenvolvido no item 3, intitulado “Discurso sobre a segurança pública no Tocantins”. Realizada tal propositura, conforme seu próprio delineamento inicial, acredita-se que, mais do que a proporcionalidade compreensiva do método arqueogenalógico observada em sua aplicabilidade no decorrer deste estudo, algumas relações de poder-saber envolvidas na produção e circulação da matéria em questão foram depreendidas e, por extensão, parte de uma macroestrutura fabricante de sentidos disseminados no atual circuito coletivo.

Verificou-se, por meio do expediente investigativo, que a notícia propaga em seu interior um tom eufórico que, por sua vez, representa parcela da própria arquitetura do enunciado veiculado por uma formação discursiva progressista. Nesse horizonte traçado pela exposição discriminativa dos mecanismos constitutivos da matéria jornalística em foco, encontrou-se, no discurso do Norte (Soares; Boucher, 2023), relações de poder-saber que se configuram segundo as circunstâncias nas quais se pulverizam sentidos conectados ao Estado do Tocantins, em especial à segurança pública, porquanto essa, tal como materializada no texto examinado, reproduz, em microescala, o desempenho da administração pública, sobretudo, como solução de um problema social. A caracterização do anúncio de 320 vagas para a segurança pública como um alívio para a população tocaninense desenha os contornos do apagamento da própria necessidade de mais agentes de segurança.

Quanto à tipificação da episteme, destacaram-se as limitações inerentes ao projeto interpretativo de, por meio de um enunciado, encontrar um saber englobante de relações de poder capazes de promover uma espécie de verdade totalizante. Desse modo, rastreou-se a episteme estatizante como um saber-poder consolidado historicamente cuja performatividade valida-se de acordo com a perspectiva segundo a qual a segurança pública, para ser melhorada, precisa ser ampliada, ou seja, o poder do Estado do Tocantins, medido por seus diversos aparelhos de controle, para amenizar o sentimento de insegurança dos cidadãos, promove sua própria ampliação com a anuência de praticamente todos. Ressalta-se que o mais significativo da compreensão do funcionamento dessa episteme é precisamente não receber qualquer oposição, ou melhor, por ganhar profunda adesão daqueles que creem ser a solução da insegurança pública o aumento das forças de vigilância e repressão do Estado.

Referências

- AGAMBEM, G. “O que é um dispositivo?” *Outra Travessia*, n. 5, Santa Catarina, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>. Acesso em: 24 out. 2024.
- AMOS, K. “Governança e governamentalidade: relação e relevância de dois conceitos científico-sociais proeminentes na educação comparada”. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. especial, p. 023-038, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/tH6GmSLkMdnvDtWV6VDYdTm/?lang=pt>. Acesso em: 21 out. 2024.
- DELEUZE, G. *Foucault*. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2017.
- GOUVEIA, M.” O jornalismo crítico do *Jornal Opção* completa quarenta anos”. *Jornal Opção*. 2015. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/editorial/o-jornalismo-critico-do-jornal-opcao-completa-quarenta-anos-54798/#:~:text=Em%201975%2C%20jornalista%20consolidado%20%E2%80%94%20mais,Moraes%20decidiu%20criar%20um%20jornal>. Acesso em: 21 out. 2024.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermanti na Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Salma Tannus Muchail. 9 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território e população*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Org. Manoel Barros da Mota. Trad. Elisa Monteiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhete. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FEITOSA, R. “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública”. Disponível em: <https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/>

governo-do-tocantins-anuncia-concurso-com-mais-de-320-vagas-para-seguranca-publica-547640/. Acesso em: 21 out. 2024.

KREMER-MARIETTI, A. *Introdução ao pensamento de Michel Foucault*. Trad. César Augusto Chaves Fernandes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

SOARES, T. B. *Percurso discursivo: heterogeneidades epistemológicas aplicadas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

SOARES, T. B. “Un análisis de las imágenes del yo en la pronunciación presidencial de Jair Messias Bolsonaro: un (im)probable presidente de Brasil”. *Mídia e Cotidiano*, v. 18, n. 1, p. 218-235, 8 jan. 2024. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/57286>. Acesso em: 21 out. 2024.

SOARES, T. B.; BOUCHER, D. F. *Discursos do Norte: projeções identitárias, apagamentos e interpretações em redes de dizeres sobre o Tocantins*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.

VAYNE, P. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Trad. Marcelo Jacques Morais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Interacciones entre religiosidad y enseñanza en profesores de una escuela adventista

Interactions between religiosity and teaching in adventist school teachers

Interações entre religiosidade e ensino em professores de uma escola adventista

Henrique Ribeiro Tavares¹

Mitsuko Aparecida Makino Antunes²

Resumen

Tavares, H. R. Antunes, M. A. M. Interacciones entre religiosidad y enseñanza en profesores de una escuela adventista. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 165-182, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2327

Este estudio busca comprender la dialéctica, el movimiento, las contradicciones y la interacción entre la esfera religiosa y la esfera docente, a partir de las narrativas de profesores de enseñanza primaria de una escuela confesional adventista. La investigación cualitativa se realizó en una escuela adventista de la ciudad de São Paulo. Se utilizó la Entrevista Reflexiva con dos profesoras, un cuestionario sociodemográfico elaborado por los autores y la aplicación de la Escala de Religiosidad de la Universidad de Duke (DUREL). La investigación tuvo como referencia de campo a los autores de la pedagogía adventista y como referencias teóricas la teoría de la identidad humana de Ciampa y los conceptos de socialización de Berger y Luckmann. Los datos de las entrevistas fueron agrupados en tres ejes y luego discutidos: Eje 1: Infancia, familia y escolaridad; Eje 2: Religiosidad; Eje 3: Religiosidad y enseñanza. Fue posible observar coherencia entre las creencias fundamentales de la Iglesia Adventista del Séptimo Día y, en consecuencia, la pedagogía adventista y las declaraciones de los participantes. Los profesores profesan y practican la religiosidad cristiana adventista, adoptando su cosmovisión tanto en la vida, fuera de la enseñanza, como en la práctica pedagógica. Es necesario que se realicen más estudios que combinen religiosidad, enseñanza e identidad, utilizando otros métodos de estudio.

Palabras clave: identidad religiosa; identidad docente; educación confesional.

Abstract

Tavares, H. R. Antunes, M. A. M. Interactions between religiosity and teaching in adventist school teachers. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 165-182, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2327

- 1 Mestre em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). Psicólogo clínico, docente e supervisor universitário do Centro Universitário Adventista de São Paulo (Unasp). E-mail: psicorhenrique@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9326-0260>
- 2 Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). Professora titular do Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: Psicologia da Educação (PED-PUC-SP). E-mail: miantunes@pucsp.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2793-7410>

This study seeks to understand the dialectic, the movement, the contradictions and the interaction between the religious sphere and the teaching sphere, based on the narratives of elementary school teachers from a confessional Adventist school. The qualitative research was carried out in an Adventist school in the city of São Paulo. The Reflective Interview was used with two teachers, as well as a sociodemographic questionnaire prepared by the authors and the application of the Duke University Religiosity Scale (DUREL). The research had as its field reference the authors of Adventist pedagogy and as theoretical references Ciampa's theory of human identity and Berger and Luckmann's concepts of socialization. The interview data was grouped into three axes and then discussed: Axis 1: Childhood, family and schooling; Axis 2: Religiosity; Axis 3: Religiosity and teaching. It was possible to observe coherence between the fundamental beliefs of the Seventh-day Adventist Church and, consequently, Adventist pedagogy and the participants' statements. The teachers profess and practice Adventist Christian religiosity, adopting their worldview both in life, outside of teaching, and in pedagogical practice. It is necessary to carry out further studies combining religiosity, teaching and identity, using other study methods.

Keywords: religious identity; teacher identity; confessional education.

Resumo

Tavares, H. R. Antunes, M. A. M. Interações entre religiosidade e ensino em professores de uma escola adventista. *Rev. Ci & Trópico*, v. 49, n. 1, p. 165-182, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2327

Este estudo busca compreender a dialética, o movimento, as contradições e a interação entre a esfera religiosa e a esfera docente a partir das narrativas de professoras do ensino fundamental – anos iniciais, de uma escola adventista. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada em uma escola adventista na cidade de São Paulo. Foi utilizada a Entrevista Reflexiva, com duas professoras, bem como um questionário sociodemográfico, elaborado pelos autores, e a aplicação da Escala de Religiosidade da Universidade Duke (DUREL). A pesquisa teve como referencial de campo os autores da pedagogia adventista e como referenciais teóricos a teoria da identidade humana de Ciampa e os conceitos de socialização de Berger e Luckmann. Os dados compreendidos na entrevista foram agrupados em três eixos e, em seguida, discutidos: Eixo 1: Infância, família e escolarização; Eixo 2: A religiosidade; Eixo 3: Religiosidade e docência. Foi possível observar coerência entre as crenças fundamentais da Igreja Adventista do Sétimo Dia e, consequentemente, a pedagogia adventista e as falas das participantes. As professoras professam e praticam a religiosidade cristã adventista, adotando sua cosmovisão, tanto na vida, fora da prática do docente, quanto na prática pedagógica. Torna-se necessário que novos estudos sejam realizados unindo a religiosidade, a docência e a identidade, utilizando outros métodos de estudo.

Palavras-chave: identidade religiosa, identidade docente, educação confessional.

Data de submissão: 29/07/2024

Data de aceite: 14/02/2025

1. Introduction

El problema de esta investigación es el siguiente: Entendiendo la identidad como una totalidad que se expresa a través de varias dimensiones, orientada por movimientos, contradicciones y coherencias, ¿cómo interactúan las dimensiones de religiosidad y enseñanza en las narrativas de los profesores de la enseñanza primaria - primeros años de una escuela confesional adventista? Para ello, fue necesario introducir una conceptualización de la religiosidad y la espiritualidad, seguida de una breve revisión de la literatura, así como una presentación del campo y referencias teóricas.

Hanegraaff (2017, p. 239) interpreta la religiosidad como «(...) cualquier sistema simbólico que influye en las acciones humanas, proporcionando posibilidades para mantener ritualmente el contacto entre el mundo cotidiano y un marco metaempírico más general de significados». En otras palabras, la religión no sólo ofrece al individuo formas de concebir la realidad, como la creencia en algo superior, sino que también le presta un marco simbólico que le orienta en sus decisiones. En el campo observacional, Abbagnano (2007, pp. 997-1002) propone que la religión puede ser vista a partir de dos representaciones, siendo la primera la pública, a través de las técnicas empleadas por los fieles para garantizar o mantener su salvación, que incluye oraciones y servicios ritualistas. La segunda es la creencia en la garantía sobrenatural divina, que se muestra de forma individualizada y personal. Las prácticas religiosas, así como la creencia implicada, están directamente relacionadas con la esfera de la mística, que es «(...) cualquier doctrina que admita la comunicación directa entre el hombre y Dios» (Abbagnano, 2007, p. 783).

Haciendo una diferenciación, espiritualidad, para Hanegraaff (2017, p. 239), se refiere a «(...) cualquier práctica humana que mantiene contacto entre el mundo cotidiano y un marco metaempírico más general de significados a través de la manipulación individual de sistemas simbólicos». Para el autor, la espiritualidad es muy similar a la religiosidad, pero tiene una diferencia en la esfera de la mediación. Mientras que en el primer término el individuo se mantiene como mediador en su relación con lo sagrado, pudiendo incluso alterar los credos fundamentales de la religión que profesa, adaptándolos a su realidad y opinión, el segundo término expresa una relación mediada por una institución que presta símbolos al creyente y afecta indirectamente a la forma en que el individuo interactuará con lo sagrado. La religión, por ser un sistema simbólico, incluye lo místico en su proceso, proponiendo la comunicación entre lo terrenal y lo trascendente, y esto se relaciona con lo sagrado y lo divino, produciendo una espiritualidad institucionalizada, una religiosidad.

Con estos conceptos en mente, propusimos una breve revisión bibliográfica en la que buscamos trabajos que relacionaran los fenómenos de religiosidad y enseñanza. La búsqueda se realizó entre abril y octubre de 2022 en las siguientes bases de datos: Educ@, SciELO, BVSPSI, así como en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD) y en el Catálogo Capes de Tesis y Disertaciones, y el principal

criterio de inclusión fueron los estudios realizados en los últimos diez años. Utilizando las palabras clave docentes y religión; docentes y religiosidad; identidad docente y religiosidad; docentes y espiritualidad; identidad docente y espiritualidad, al final de la búsqueda se seleccionaron seis estudios (Vieira, 2009; Oliveira, 2012; Santos, 2013; Mak, 2014; Valente, 2015; y Salaroli, 2018).

La mayoría de ellos se centró en la práctica docente y la religiosidad, y entre sus consideraciones destacan las constataciones de que la escuela contribuye al desarrollo de la identidad del profesor, y que la espiritualidad del profesor contribuye a mantener el carácter confesional de la institución (Vieira, 2009), y que los profesores participantes también ven su formación religiosa como un conocimiento a compartir, a través de los valores y la ciudadanía, además de ver su trabajo pedagógico como una conexión con lo trascendente (Santos, 2013). Valente (2015) consideró que las creencias individuales, incluyendo la religiosidad, afectan el desempeño de los profesionales, así como la religiosidad está presente, de forma oculta, en la práctica y en el discurso de los profesores, influyendo, de alguna forma, en la socialización de sus alumnos.

La vertiente religiosa elegida para esta investigación fue la Iglesia Adventista del Séptimo Día (IASD), debido a su papel en el ámbito educativo. La red de Educación Adventista (EA), basada en la IASD, cuenta actualmente con instituciones de enseñanza primaria, secundaria y terciaria, en las que hay muchas escuelas, alumnos y profesores. En 2021, sólo en las escuelas primarias, había aproximadamente un millón trescientos mil matriculados en todo el mundo, así como seis mil setecientas escuelas y un cuerpo docente de casi cincuenta y siete mil profesores (IASD, 2022).

Debido a que proviene de un contexto religioso, la EE tiene objetivos tanto terrenales, para formar a los estudiantes para una vida profesional, como eternos, para centrarse en la redención de sus estudiantes. Estas premisas tendrán un impacto en cuestiones educativas como «(...) la naturaleza del alumno, el papel del profesor, el énfasis curricular, las metodologías de enseñanza y la función social de las instituciones educativas» (Knight, 2017, p. 31). La principal autora de los fundamentos educativos de la IASD fue su cofundadora, Ellen G. White, que definió a los profesores adventistas, participantes de esta obra, como colaboradores de Dios, con la misión especial de proporcionar al alumno el contacto con la redención divina.

Como profesor, forma parte de un contexto educativo que prescribe sus funciones. Además de la práctica educativa vinculada al currículo académico, se les exige que acepten la cultura institucional de la escuela. La escuela confesional adventista se fundamenta en valores cristianos, basados en una filosofía cristiana de la educación, que influye tanto en el proyecto pedagógico como en sus profesores, alumnos y padres. En su identidad, que es dinámica, puede haber relaciones entre su religiosidad y su práctica pedagógica, que también se caracteriza por el movimiento, la transformación y la contradicción en sus papeles y caracteres.

1.1. La identidad como metamorfosis

Cada concepto varía en función del marco teórico-metodológico que lo sustenta, es decir, porque se basa en diferentes teorías o diferentes métodos. Discutir

la identidad implica entender en qué se basan los diferentes autores y a qué áreas del conocimiento pertenecen, como la psicología, la sociología, la antropología, la literatura y otras.

Lima & Ciampa (2012) presentan el contexto histórico del surgimiento de una teoría de la identidad que surgió de la psicología social brasileña, especialmente en la Escuela de São Paulo, bajo el liderazgo de Silvia Tatiana Maurer Lane. En medio al gran número de conceptualizaciones de identidad provenientes del exterior, surgió la necesidad de desarrollar una definición que reflejase la realidad brasileña y sus problemas. Para ello, la Psicología Social buscó basarse en la concepción materialista histórico-dialéctica.

En este contexto surgieron la tesis de maestría (1977) y la tesis doctoral (1987) de Antônio da Costa Ciampa. Sus dos trabajos académicos abordaron la identidad como metamorfosis humana, utilizando el método de la «narrativa de la historia de vida». Este supuesto transformó las definiciones que entendían la identidad como algo estático y unió la «identidad personal» y la «identidad social», que anteriormente se habían presentado por separado. Lima & Ciampa (2012, p. 14) señalan que la «identidad personal» se refiere a «(...) las marcas distintivas del individuo, asociadas a su biografía» y la «identidad social» a «(...) las categorías sociales a las que pertenece el individuo o incluso sus roles sociales».

Lima & Ciampa (2012) admiten que la realidad subjetiva será configurada por las nociones de diferencia e igualdad, objetividad y subjetividad, y singularidad e individualidad, siendo «(...) la singularidad [el] fenómeno que nos diferencia como sujetos y al mismo tiempo iguala nuestras expectativas en relación a la sociedad; y la individualidad, como la negación de todas las determinaciones que nos da acceso a la subjetividad y posibilita la reconstrucción del Yo a partir de las diferencias» (p. 16). Las nociones presentadas anteriormente conllevan relaciones de afirmación y negación, que surgen en la relación del sujeto con el mundo, a través de la actividad que realiza. Así, el individuo «está determinado por lo que no es, por lo que él (y los demás) niega(n)» (Ciampa, 1990, p. 137).

Ciampa (1990) señala que «(...) cada individuo encarna relaciones sociales, configurando una identidad personal. Una historia de vida. Una vida-que-no-es-siempre-vivida, en la maraña de las relaciones sociales». (p. 127), explicando su visión dialéctica, que se basa en la concepción del ser humano como sujeto de interacciones entre los otros (el mundo) y el yo, este último influenciado por las ideologías y pensamientos imperantes.

Al existir una articulación entre los otros y el yo, el grupo de referencia prescribe al individuo una serie de roles, que son actividades previamente estandarizadas (Ciampa, 1990, p. 136), que provienen de sus contextos históricos y que le ayudarán con la noción de pertenencia. Al interiorizar los roles, el sujeto irá subjetivando cada vez más su realidad. Solidificará algunos aspectos propuestos por los grupos de referencia y descuidará otros, creando un «yo» que «(...) como persona pasa a ser igual a todos los demás y el yo individual diferente de todos los demás» (Baptista, 1992, p. 16).

Ciampa incorpora los conceptos de «socialización primaria» y «socialización secundaria», ideados por los sociólogos Peter Berger y Thomas Luckmann. Pensando

en un sujeto que interioriza la realidad, Berger y Luckmann (2012) parten del supuesto de que la sociedad es una realidad objetiva y subjetiva. El individuo pasará a formar parte de la sociedad a través de un proceso dialéctico de tres acontecimientos: externalización, objetivación e internalización. Para los autores, «(...) el individuo no nace miembro de la sociedad. Nace con una predisposición a la sociabilidad y se convierte en miembro de la sociedad, [el individuo] es inducido a participar en la dialéctica de la sociedad» (p. 167).

En el proceso de interiorización, este sujeto observará al otro expresando determinados comportamientos objetivos, que son subjetivamente significativos para este otro, y, en este movimiento, significará subjetivamente para sí mismo los comportamientos externos observados. En otras palabras, primero comprenderá la existencia del otro y luego dará significado a los comportamientos externos, asumirá «(...) el mundo en el que los demás ya viven, (...) este mundo se convierte en el mío [el suyo]» (Berger & Luckmann, 2012, p. 168); después de haber «asumido» será capaz de crear o recrear una realidad ya existente.

Dicho esto, la socialización primaria, basada principalmente en la familia, es la base de la socialización secundaria, ya que «(...) es la primera socialización que el individuo experimenta en la infancia, y en virtud de la cual se convierte en miembro de la sociedad» (Berger & Luckmann, 2012, p. 169). Es decir, una vez que el individuo ha interiorizado subjetivamente los contenidos objetivos de la realidad en la que ha nacido, pasa a interiorizar los grupos mediados por las instituciones. Uno de los grupos más importantes en este punto es el trabajo, porque es en este entorno donde el individuo aprenderá nuevos contenidos.

2. Procedimientos metodológicos

2.1. Participantes y procedimientos iniciales

Se entrevistó a dos profesores de enseñanza primaria de una escuela adventista de la región metropolitana de São Paulo. Los criterios de inclusión para la participación fueron que el profesor tuviera al menos cinco años de experiencia en enseñanza primaria en una escuela perteneciente a la Red de Educación Adventista y que participara activamente en las actividades propuestas por la IASD, además de aceptar sus creencias fundamentales. El investigador se puso en contacto con los profesores tras presentar las intenciones de la investigación a la administración de la IASD. Se recibieron referencias directas de los profesores que deseaban participar. Una vez hecha la selección, mediante breves preguntas al posible voluntario, se concertó la entrevista, en persona, en el domicilio de los participantes. Una segunda opción sería a través de Internet, utilizando Google Meets, Skype o Zoom.

2.2. Instrumentos

Se utilizaron tres instrumentos: un cuestionario sociodemográfico que contenía tanto preguntas sociodemográficas (edad, sexo, estado civil, nivel de estudios)

como preguntas sobre la enseñanza; la Escala de Religiosidad de la Universidad de Duke (DUREL); y una entrevista reflexiva.

Escala de Religiosidad de la Universidad de Duke (DUREL):

Para observar el fenómeno de la religiosidad en profesoras de forma más introductoria, se utilizó la versión portuguesa del Índice de Religiosidad de Duke (DUREL). Esta escala, desarrollada por Koenig et al. (1997) y adaptada por Moreira-Almeida et al. (2008), consta de cinco ítems, con escala Likert de cinco puntos, que abordan la religiosidad organizacional (OR) que, según Santos & Abdala (2014, p. 796), está vinculada a «(...) comportamientos religiosos que ocurren en el contexto de la institución religiosa (como la asistencia a actividades religiosas formales) y el desempeño de cargos o funciones religiosas»; la religiosidad no organizacional (NOR), que «(...) engloba los comportamientos religiosos privados o informales, es decir, los que se producen fuera del contexto de la institución religiosa, sin un lugar y un momento fijos y sin seguir formas litúrgicas preestablecidas, y pueden manifestarse individualmente o en pequeños grupos familiares e informales»; y la intrínseca (RI), que es una dimensión subjetiva, ya que «(...) evalúa en qué medida la religión puede motivar o influir en el comportamiento, las decisiones y, en general, en la vida del sujeto».

Entrevista reflexiva:

Este tipo de entrevista, desarrollada por Szymanski et al. (2018) y basada en un supuesto fenomenológico, «se ha utilizado en la investigación cualitativa como solución para estudiar significados subjetivos y temas demasiado complejos para ser investigados mediante instrumentos cerrados en un formato estandarizado» (Banister et al., 1994; apud Szymanski et al., 2018, p.10). Se trata de un proceso dialógico entre el entrevistador, que plantea una pregunta central y explora el contenido, y el entrevistado, que aporta voluntariamente sus experiencias. Elegimos este tipo de enfoque principalmente porque consideramos la entrevista como una interacción humana real, que tiene en cuenta los sentimientos implicados por ambas partes. Según los autores, se da una situación «(...) en la que están en juego las percepciones del otro y de uno mismo, expectativas, sentimientos, prejuicios e interpretaciones para los protagonistas: entrevistador y entrevistado» (Szymanski et al., 2018, p. 12). Este tipo de entrevista comienza con la Acogida y la Atención Ética, seguida de una Pregunta Desencadenante que servirá de punto de partida para la narración que se expresará. Durante la conversación, el entrevistador utiliza algunas herramientas comunicativas, como resúmenes, preguntas aclaratorias, de profundización y focalización, y expresiones de comprensión.

La pregunta disparadora propuesta en esta investigación fue la siguiente: *«Ahora, reflexionando sobre su historia, sobre sus experiencias como profesor y sobre la rutina de una escuela confesional, cuénteme un poco cómo ve la educación y la enseñanza, así como a todos los que forman parte de este proceso. Cuéntame también cómo esta forma de ver la educación y la enseñanza influye en tu práctica educativa».*

2.3. Procedimientos éticos

La recogida de información comenzó tras la aprobación del Comité de Ética de la Investigación y la aceptación de la institución donde se llevaría a cabo la

investigación, la IASD. Cada participante rellenó el Formulario de Consentimiento Informado (FCI), documento legal que autoriza a hacer público el contenido de las entrevistas a través de la redacción de este trabajo, y que incluye los objetivos de la investigación y las normas para preservar el anonimato.

2.4. Procedimientos de análisis de datos

El análisis de los datos constó de tres pasos: en el primer paso, se describieron las respuestas producidas en el cuestionario sociodemográfico y en la aplicación de la Escala de Religiosidad de Duke (DUREL); el segundo paso implicó el análisis de la Entrevista Reflexiva, según lo propuesto por los autores Szymanski et al. (2018), que se guían por la interpretación de los significados evocados en las declaraciones de los participantes; en el tercer y último paso, los contenidos traídos a colación en la entrevista, representados por los temas encontrados, se relacionaron con la teoría de la identidad humana propuesta por Ciampa (1990).

A partir del análisis de las entrevistas, fue posible formular los siguientes ejes/constelaciones: Eje 1: Infancia, familia y escolarización; Eje 2: Religiosidad; Eje 3: Religiosidad y enseñanza.

3. Resultados y debate

3.1. Perfil de las professoras

Carla Muniz, actualmente de 52 años, está casada y tiene dos hijas. Se licenció en pedagogía y magisterio hace 30 años, durante los cuales también ha sido profesora. Al principio de su trayectoria profesional, no sabía si dedicarse a la contabilidad, al secretariado o a la enseñanza, pero por consejo de su madre, acabó eligiendo la docencia. Venciendo su timidez inicial, trabajó durante 15 años en escuelas públicas, para luego pasar a la Educación Adventista, donde este año (2023) cumplirá 15 años de docencia; toda su experiencia ha sido en educación primaria - primeros años. Entiende la educación como un constante compartir de enseñanzas, basado en «la pedagogía del amor», práctica que guía su enseñanza. Es miembro de la Iglesia Adventista del Séptimo Día y participa activamente en muchas de sus actividades.

Filipa Souza, que ahora tiene 28 años, está casada y tiene una hija recién nacida. Se licenció en Pedagogía por el Centro Universitario Adventista de São Paulo (Unasp), lugar que marcó su trayectoria académica y profesional. Desde niña quiso ser profesora, ya que siempre basó su aprendizaje en la admiración por sus maestros. Empezó a trabajar a los 13 años en una guardería y se casó a los 18 años. Pertenecía a la línea teológica de la Iglesia Adventista de la Promesa, pero acabó asistiendo a la IASD tras unos años de matrimonio, influida por su marido, que era adventista del Séptimo Día desde la infancia. Su acercamiento a los profesores comenzó durante la universidad, ya que destacaba en todas las actividades que se ofrecían. En cuanto se licenció, la invitaron a dar clase en EA. Ha sido profesora durante 10 años, 6 de ellos en la Red de Educación Adventista, y toda su experiencia ha sido en Educación Primaria - primeros años.

3.2. Escala de religiosidad de la Universidad de Duke (DUREL)

En cuanto a los dos primeros ítems de la escala, que evalúan la religiosidad organizativa (OR) y la religiosidad no organizativa (NOR), Carla y Filipa afirmaron que asisten a una iglesia, templo u otra reunión religiosa más de una vez por semana y que dedican algún tiempo cada día a actividades religiosas individuales, como rezar, meditar, leer la Biblia u otros textos religiosos. En cuanto a los tres últimos ítems, que pretenden averiguar la religiosidad intrínseca (RI), Carla y Filipa seleccionaron la opción «totalmente cierto para mí» en las afirmaciones de que sienten la presencia de Dios en sus vidas, que sus creencias religiosas están detrás de todas sus formas de vida y que se esfuerzan mucho por vivir la religión en todos los aspectos de sus vidas.

3.3. Eje 1: Infancia, familia y escolarización

Un aspecto llamativo de la infancia de los profesores fue su religiosidad. Ambas utilizan un término importante dentro de esta realidad, «ser adventista desde la cuna» o «nacer en cuna cristiana». El significado expresado por estas palabras puede variar, pero su fundamento es que fueron introducidas en la fe cristiana desde una edad temprana y, en el caso de Carla, en la fe adventista. Filipa presenta algunas de las consecuencias prácticas de haber sido educada en esta línea, como no salir nunca de fiesta y no beber nunca. Lo que podemos ver en ambas es que su educación cristiana es familiar y proviene de los primeros años de su vida.

La enseñanza de la religiosidad, de las prácticas rutinarias vinculadas a la religión, está bien tratada en la pedagogía adventista, en la que defienden la necesidad de que todos nazcan en una cuna cristiana. En su libro «Fundamentos de la educación cristiana», White (2008a, p. 5) menciona que una educación ideal «incluye la práctica de la templanza, la piedad, la bondad fraternal y el amor a Dios y a los demás». Para alcanzar este objetivo, se debe prestar atención a la educación física, mental, moral y religiosa del niño». Carla, que vivió la educación basada en estos puntos, también quiere que la vivan sus hijas; Filipa, que también la vivió en su infancia y adolescencia, presenta su práctica basada en estos puntos a lo largo de sus discursos.

En cuanto al ámbito familiar, Carla habló poco, mencionando a sus hijas en momentos puntuales, como la importancia de que estudien en una escuela con los mismos valores que la iglesia a la que asisten. Filipa comentó mucho sobre su marido, diciendo que no sólo la influenciaba en cuestiones teológicas y en la universidad en la que iba a estudiar, sino que también era un compañero de vida y un apoyo en sus elecciones.

A partir de este eje, podemos ver que la religiosidad formó parte de la socialización primaria de Carla y Filipa, que tuvieron una educación cristiana en su familia de origen. Se puede decir que la base cristiana marcó el rumbo de sus vidas, tanto en sus estudios y en su elección de ser profesoras, como en la formación de sus familias y en los hábitos que cultivan. En otras palabras, se entiende que la religiosidad ha sentado las bases de los caminos que han recorrido en sus vidas.

3.4. Eje 2: Religiosidad

La religiosidad dejó profundas huellas en las experiencias vitales de los profesores entrevistados. Una similitud clave observada en ambas fue la expresión «nacida en cuna cristiana», que significa haber vivido una infancia marcada por la enseñanza de las creencias cristianas, y haber sido enseñada desde la cuna cómo debe creer y actuar un cristiano. Carla, además de haber nacido en un ambiente cristiano, fue introducida desde pequeña en las creencias de la línea adventista del Séptimo Día, mientras que Filipa no comenta ninguna línea específica, pero dice que en algún momento siguió el camino de la Iglesia Adventista de la Promesa.

Como se mencionó en la sección anterior, ambas hablan de la importancia de vivir valores, incluido el práctico de «no salir de fiesta ni beber», que Filipa menciona dos veces durante la entrevista. Carla ve el surgimiento de una propuesta de trabajo como una señal divina. La presencia de la religiosidad en los inicios de la vida de las profesoras es de gran interés, ya que ellas fueron alumnas que recibieron ciertas influencias teológicas, afectando su visión del mundo, que ahora transmiten a sus alumnos.

Parece haber un cambio en su forma de vivir la religiosidad. Al principio, la religiosidad de Filipa estaba más vinculada a creencias teológicas, muy basadas en la divergencia entre la iglesia a la que ella pertenecía, la Iglesia Adventista de la Promesa, y a la que asistía su marido, la IASD. Ambas denominaciones tienen creencias doctrinales diferentes, como el «don de lenguas».

En un segundo momento, en el mismo discurso, alinea el conflicto entre las esferas racional y emocional, y que ella decidió, basada en la razón, cómo guiaría su vida, con gran influencia de su marido. El tercer momento tuvo que ver con el interesante hecho del «rebautismo». Filipa se sentía incómoda por tener que bautizarse de nuevo, ya que nunca se había desviado de los preceptos cristianos.

La profesora termina ambos discursos con su aceptación y compromiso con una denominación específica, la Adventista del Séptimo Día. La expresión se convierte en «me hice (...) adventista del séptimo día». Pasamos entonces a un momento final, en el que Filipa cambia su forma de acercarse a la religión, de la esfera racional a la emocional, experimentando y compartiendo sus creencias cristianas y adventistas.

Dos similitudes percibidas en declaraciones posteriores de ambas profesoras conllevan la característica de una religiosidad intrínseca. Carla subraya que los profesores necesitan tener una relación con Dios para poder afrontar con éxito las dificultades cotidianas. Ella va a su clase e intercede por sus alumnos, busca fuerza en Dios, algo que también se observará en el discurso de Filipa, cuando dice que busca «fuerza en Dios, [en] la sabiduría que él da», seguido de un imperativo de ser como Jesús, de desempeñar un papel similar al de Jesús.

Carla: Es algo fuerte y si no tienes comunión diaria con Dios no lo soportas. Voy al aula, no me gusta llegar con poco tiempo, voy un poco antes, rezo, y a veces incluso me siento en mi pupitre y pienso: «Aquí es donde tiene que estar el Señor», porque es muy difícil.

Filipa: En primer lugar, la cuestión de que Dios sea el centro. Es cuando buscamos. Si ya estoy haciendo todo lo que tengo que hacer, y busco esto en Dios, busco la fuerza en Dios, la sabiduría que él da. (...) Entonces, creo que el papel de Jesús, que es lo que debemos hacer.

La pedagogía adventista propone responsabilidades al maestro. White (2008b, pp. 132-136) presenta algunas características que deben formar parte de la identidad del profesor adventista, a saber: la necesidad de tener una relación con Jesucristo, tener la presencia continua de la oración como forma de lidiar con las dificultades que surgen en la práctica educativa y la importancia de darse cuenta de que deben ser como Jesucristo, llevando la salvación a sus alumnos.

Cadwallader (2006, pp. 181-183) contribuye a este pensamiento mostrando que la pedagogía adventista requiere que sus profesores sean cristianos sinceros y fervientes y activamente religiosos, buscando salvar a sus alumnos instalando en ellos un carácter cristiano.

La segunda similitud es la creencia y la confianza que ambos depositan en la figura de Jesucristo. Él acaba siendo fuente de motivación y consuelo y fundamento para la práctica de la oración, como señala Carla. Filipa recuerda la actuación de Jesús, descrito en la Biblia, como alguien que hablaba con los demás a través de parábolas, característica que observa en sí misma, pues se puede ver en varios de sus discursos que su práctica está marcada por hablar con sus alumnos, llevándoles lecciones. Jesús es descrito como fuente de sabiduría y motivación y como modelo en el que los profesores buscan reflejarse.

En la pedagogía adventista, es muy importante que los profesores sigan los métodos de Jesucristo, y Carla y Filipa dan vida a esto. Las dos formas que se les ocurren son que Cristo debe ser presentado como el ser que redime el alma humana, especialmente la de los alumnos, trayendo esperanza y consuelo. La segunda forma sería el método de enseñanza, como el uso de ilustraciones y parábolas, así como el uso de preguntas que inciten a la reflexión (Knight, 2017, pp. 136-137).

Carla y Filipa expresaron la necesidad de una relación entre el profesor y Dios, a través de la oración, porque creen que es en Dios donde encuentran fuerza y sabiduría. Ambas tienen a Jesús como modelo y dijeron que siguen sus métodos, consejos y parábolas en su práctica. Vemos que la religiosidad impregna gran parte de sus actividades, por lo que esta interacción volverá a manifestarse en este análisis y debate.

3.5. Eje 3: Religiosidad y enseñanza

El primer punto a comentar es la importancia de un ambiente religioso cristiano para que los profesores pudieran compartir sus creencias. Entre los muchos argumentos que dieron, es posible ver que para Carla existía la necesidad de enseñar lo que ella entendía como verdadero y vivía en su rutina.

Del mismo modo, Filipa relata lo fácil que fue compartir su fe mientras estuvo en la Escuela Adventista. Menciona la hora de la capilla, el culto, las semanas de

oración, una estantería con Biblias y libros de texto sobre Jesús. En su opinión, todos estos recursos sirven para facilitar el proselitismo cristiano en ese contexto; la capilla presenta servicios para los alumnos, durante las semanas de oración aprenden a rezar por sus familias y tienen fácil acceso a las Biblias, lo que les refuerza. Comenta que en otras escuelas habría obstáculos y desafíos para cumplir esa tarea, que ella ve como algo personal y colectivo.

En sus hábitos de enseñanza, Filipa utiliza música, meditaciones y vídeos para llevar reflexiones a sus alumnos. Estas reflexiones están vinculadas a argumentos motivadores, que parecen estar relacionados con la religión. La profesora comenta repetidamente la importancia de la motivación en el acto de enseñar a sus alumnos.

Filipa: (...) tenemos el momento de la capilla, que es una oportunidad para que el alumno esté allí, conectando directamente con Dios. Está el momento de la entrada, que es el momento de la adoración. Están las semanas especiales de oración que organiza la escuela. En el contexto adventista es más fácil, porque está la Biblia. Tenemos una estantería con varias Biblias, y el acceso es rápido. También está el libro de texto, que nos permite aprender un poco más sobre Jesús, sobre cómo trataba y trataba a la gente. Y no cambia nada de nuestro día de hoy. Hago el servicio, pongo música. Hay meditación.

La práctica de la profesora consiste en poner a sus alumnos en contacto con lo trascendente a través de la oración, empezando por algo tangible como una esterilla, proporcionándoles un espacio específico para ello y un cuaderno en el que escriban sus peticiones de oración. Para ella, los valores cristianos que esta práctica puede aportar a sus alumnos son importantes.

La profesora comenta las diferencias entre una escuela adventista y una escuela pública. Se puede observar que, incluso en un entorno no adventista, Carla propuso métodos similares, como la celebración de servicios, meditaciones, versículos bíblicos, oraciones y enseñanza de valores. La profesora transfirió una religiosidad intrínseca, antes más institucionalizada, al aula de una escuela no confesional. Hay proselitismo, utilización de la educación como instrumento para propagar un mensaje religioso.

En un momento, Filipa concilia dos factores diferentes: la religión y la motivación. Al motivar a sus alumnos, presenta a Dios como un Ser ante el que deben responder de todos sus actos. Cuando utiliza frases como «Dios os hizo para ganar» o «Dios os hizo para valer 10», se convierte en un imperativo para que sus alumnos mejoren su comportamiento y sus notas. Esto puede verse cuando la profesora distingue entre sus alumnos más jóvenes y los mayores. Se da cuenta, basándose en su creencia, de que cuanto mayores son los alumnos, menos hacen peticiones y dan gracias por las oraciones, lo que refleja la disminución de la calidad de su relación con Dios. Filipa entiende que el profesor tiene la responsabilidad de hacer que la clase «avance o se estanque» trabajando, entre otros factores, el aspecto religioso.

Carla dijo que en la época de la pandemia (Covid-19) todos estos aspectos enumerados anteriormente se han hecho aún más visibles. Este acontecimiento hizo posible que los profesores «entraran» en las casas de sus alumnos, estableciendo también un contacto más firme con los padres. Aun así, la rutina siguió siendo la misma, con la lectura de la meditación y las oraciones. Carla considera que el intercambio de creencias alcanzó un nivel más importante cuando pudo «llevar a Jesús a esa casa» y que algunos padres «incluso esperaban a que yo hiciera la meditación antes de ir a trabajar».

Carla: (...) tienes un ambiente que facilita el aprendizaje, ahora vas a la casa de alguien y lo primero que hicimos fue leer la meditación y la oración, llevando a Jesús a esa casa. Había padres que nunca habían oído hablar de Jesús y otros incluso esperaban a que yo hiciera la meditación antes de ir a trabajar. (...) La responsabilidad era mucho mayor y se disfrutaba. Hablar de Jesús es algo que me motiva. Creo que todos allí fueron bendecidos, se beneficiaron de todo esto, no sólo ellos, yo también.

Aunque la responsabilidad era mayor, Carla dice que su motivación era hablar de Jesús y que esta podía ser una oportunidad para llevar «una palabra de consuelo y oración». Sus alumnos siguieron pidiendo oraciones por sus familias, ya que ellos mismos estaban sufriendo por la pérdida de sus parientes. Terminó su charla concluyendo que, al hablar de Dios, todos estaban siendo «bendecidos».

Para Filipa, el alumno es un mensajero de la palabra de Dios y para ello necesita tener fe, y esta fe puede ser trabajada por el profesor, que presentará el mensaje de la salvación de las almas a sus alumnos. El profesor también hace hincapié en que el alumno también debe compartir el mensaje recibido, expresado a través de la oración.

Filipa: Mira, el alumno es el mensajero. Es el mensajero de la palabra de Dios. Puede ser un proclamador. Porque si tiene un granito de fe (risas), puede mover montañas. Así que la forma en que afronta la situación, la forma en que motiva a otros estudiantes es algo maravilloso. Si el estudiante tiene un poco de fe, puede atraer multitudes. (...) Le digo: «Si tienes un conflicto familiar, reza por tu familia, muéstrales que todo tiene solución, que todo tiene un camino». Y consiguen convertir la tristeza en alegría automáticamente, de un día para otro.

La misión del profesor debe estar en consonancia con la del alumno, ambos pronunciarán la palabra de Dios, pero para Filipa el profesor presentará a Cristo y el camino de la salvación a su alumno. En su opinión, la religiosidad cristiana ofrece perspectiva y el establecimiento de una rutina, que organizará todas sus relaciones, ya sea en la escuela o en la familia. La profesora añade que su práctica está llena de predicación de la palabra de Dios, ya sea a sus colegas o a sus alumnos.

Filipa: La misión del maestro es salvar almas. Es su misión, bíblicamente. Está allí como discípulo. Lleva el mensaje de Cristo. Presenta a Cristo a los alumnos. Por eso hablo de Jesús todos los días. Predico todos los días. Predico a mi alumno. Predico a un

compañero de trabajo. Hablamos de Dios todo el tiempo, inconscientemente o no. Hablamos de Dios, aunque no utilicemos la palabra Dios. Así que no hay forma de desconectar la religión de la práctica en el aula. Creo que la enseñanza y la religión están vinculadas, aunque sea inconscientemente.

Ambas profesoras comparten la creencia de que necesitan mantener una comunión diaria con Dios, y que sus creencias religiosas deben acompañar su práctica en el aula. Carla afirma que «tenemos que vivir lo que Cristo nos enseñó», mientras que Filipa expresa que existe una relación importante entre religión y educación, diciendo que «o se juntan las dos cosas o no se vive».

3.6. *Identidad*

Al inicio de su análisis, Ciampa (1990) conceptualiza que «(...) cada individuo encarna relaciones sociales, configurando una identidad personal» (p. 127) y, como tal, atribuye la existencia de personajes, que serían la expresión empírica de la identidad. El personaje vive una historia personal, está siendo en un contexto histórico específico y lleva sus propios proyectos de vida. Con posibles cambios en las características, la identidad es una metamorfosis.

Todo empieza con el nombre. Carla y Filipa se nombran al principio de las entrevistas y, con ello, autentican su identidad, que es «el símbolo de nosotras mismas» (Ciampa, 1990, p. 131). Ciampa (1990) añade: «Un nombre nos identifica y nos identificamos con él. Por eso decimos «me llamo...». Así nos llamamos, pero sólo a partir de cierta edad, porque inicialmente sólo nos llamamos por un nombre que nos dieron» (p. 131).

El nombre es una de las diversas representaciones de la identidad, es un «rasgo estático que define el ser» (Ciampa, 1990, p. 135). En las entrevistas, nos damos cuenta de que los profesores primero se nombran a sí mismos y luego comienzan a narrar sus trayectorias profesionales, ya que el individuo es ahora «lo que hace» (p. 135). En este punto, los personajes hablan de lo que hacen, de sus papeles. El fenómeno de la socialización primaria y secundaria (Berger & Luckmann, 2012) puede observarse tanto en el ámbito analizado de los discursos anteriores como con la religiosidad. En la socialización primaria, el individuo se introduce en los contenidos de la realidad objetiva que le rodea, con su familia como mediadora. El individuo observará los acontecimientos externos y los interiorizará, pudiendo más tarde crear y recrear lo adquirido. Los profesores nacieron en «cuna cristiana» y aceptaron con entusiasmo seguir el camino ofrecido por sus cuidadores, porque interiorizaron los contenidos propuestos inicialmente en su infancia, y cuando llegaron a una edad más avanzada, el momento de la socialización secundaria, en el que se introdujeron en una relación más institucionalizada, como la Iglesia, siguieron asumiendo las funciones y el vocabulario específicos de su grupo de origen.

Carla dice que fue introducida en la religión adventista por su familia, que también influyó en su elección de profesión. Filipa, que también fue introducida en la religión

a una edad temprana, siguió el mismo camino, pero en un determinado momento, cuando conoció a su marido, optó por cambiar el grupo al que pertenecía y comenzó a expresarse utilizando el vocabulario y las creencias del «nuevo» grupo, la IASD. Ambos profesores, a través de su ámbito profesional, han interiorizado el contenido de la EE, que proviene de los presupuestos de la línea adventista. Por lo tanto, es posible observar una gran coherencia entre lo que la IASD propone desde su creación, especialmente en el campo de la educación, y el discurso y la práctica de los profesores. No sólo han absorbido las funciones y actitudes de los demás, sino que han asumido su mundo.

En esta historia, en la que el personaje va siendo, se producen metamorfosis. Las narrativas de Carla y Filipa muestran evidencias de cambios a lo largo de sus trayectorias, marcadas por alteraciones, o no, en sus roles. Por ejemplo, Carla era Carla-hija, porque no sabía exactamente cómo iba a llevar su vida y aceptaba las admoniciones de su madre. Tras decidir ser profesora y entrar en el campo profesional, se presenta como Carla-profesora, que soñaba con cambiar el mundo a través de su práctica. A lo largo de la narración, aparecen Carla-religiosa y Carla-madre. La metamorfosis se produce a lo largo del camino que se está experimentando. Uno de los ejemplos más llamativos se produce cuando Carla, profesora recién licenciada, toma conciencia de las diferencias entre la teoría y la práctica en la educación.

La última reflexión que se plantea aquí es la posible imbricación de las identidades religiosa y docente. Los relatos revelaron una íntima relación entre las concepciones religiosas de los participantes y su forma de entender y ejercer la docencia. Para ambos profesores, la enseñanza parece haber surgido después de su religiosidad. En otras palabras, ya formaban parte de un grupo religioso específico antes de definir sus trayectorias profesionales. Las influencias se observaron en gran medida, ya que comparten puntos de vista similares sobre la educación, la enseñanza, las visiones del alumno/profesor/dirección y la cosmovisión teológica adventista. Es posible afirmar que ambos han construido un personaje para sus roles profesionales: profesor cristiano-adventista. Este personaje entrelaza y articula las identidades docente y religiosa de un modo muy íntimo. Sin embargo, en muchos discursos, parece que la identidad religiosa «dirige» la práctica docente; en este caso, se podría hablar de los personajes profesor cristiano-adventista.

4. Consideraciones finales

A través de esta investigación, se observaron muchas similitudes entre los consejos y amonestaciones de la cofundadora de la Iglesia Adventista, Ellen White, sobre temas relacionados con la educación y los discursos de los participantes. Entre los temas se encuentran las nociones de lo que es la educación y la enseñanza, la visión del alumno/profesor/padres/dirección y los objetivos centrales de la educación, así como los objetivos y responsabilidades del profesor. Se observó que los profesores profesan y practican la religiosidad cristiana adventista, adoptando su cosmovisión tanto en el hogar y en la vida fuera de la enseñanza, como en la práctica pedagógica. Combinan constantemente los objetivos proselitistas de la religión con la educación, utilizando a menudo esta última como método de propagación.

Fue posible observar que los participantes presentan una narrativa marcada por interacciones, mediadas por el lenguaje, con otros individuos, mostrando así metamorfosis en diversos momentos, a partir de la atribución de roles que vivieron. Participando de un contexto social definido, el campo docente y religioso, los profesores presentaron opiniones semejantes sobre cómo la línea cristiana adventista entiende la educación, la enseñanza y la visión alumno/profesor/dirección. Sus experiencias en el aula están influenciadas por la aceptación de un referente religioso específico, en este caso el cristiano-adventista. Las narrativas ayudaron a descubrir posibles personajes y roles, ya que hubo una descripción personal de su historia personal, del contexto histórico y de sus proyectos de vida.

Se observó individualización y autonomía en los participantes; sin embargo, sería interesante investigar posibles temas de emancipación, dada la gran mediación que la religiosidad ha tenido con la enseñanza. En este caso, el sujeto puede experimentar el fenómeno de la mismidad, es decir, cuando los ritos sociales imponen una identidad fija, basada en la prescripción de papeles para el sujeto que, al permanecer en estos papeles, es incapaz de ser-para-sí.

Es necesario realizar más estudios sobre los tres temas principales: religiosidad, enseñanza e identidad. El método aquí utilizado podría generalizarse a una gran variedad de individuos, trabajando con otras líneas teológicas y diferentes cosmovisiones. No sólo la revisión bibliográfica, sino también los resultados, expresan que la religiosidad es una esfera que está presente y se manifiesta en algunos profesores; como tal, conlleva cierta relevancia como tema de investigación, a partir de la psicología de la educación y áreas afines, como la psicología social y la psicología escolar. También indica la posibilidad de utilizar otros métodos, como estudios longitudinales y/o cualitativo-cuantitativos.

Referencias

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BAPTISTA, M. T. D. D. S. A “Identidade do professor universitário”. 86 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.
- BERGER, P. L., & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 34. ed. Petropolis-RJ: Editora Vozes, 2012.
- CIAMPA, A. C. *A estória do Severino e a história da Severina: Um ensaio de psicologia social*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- CADWALLADER, E. M. *Filosofia básica da educação adventista*. 1. ed. Centro White Press, 2006. Disponível em: <https://encurtador.com.br/btJQR>

HANEGRAAFF, W. J. “Definindo religião, apesar da história”. *Religare*, Paraíba, v. 14, n. 1, p. 202-247, ago. 2017.

IASD. *Igreja Adventista do Sétimo Dia. Yearsbook 2021*: Office of archives and statistics General Conference of Seventh-day Adventist. Silver Spring (MD), EUA: Review and Herald, 2022.

KNIGHT, G. R. *Educando para a eternidade*: Uma filosofia adventista de educação. 1. ed. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2017.

KOENIG, H. G., MEADOR, K., PARKERSON, G. “Religion index for psychiatric research: A 5-item measure for use in health outcome studies”. *The American Journal of Psychiatry*, v. 154, n. 6, p. 885-886, jun. 1997.

LIMA, A. F., CIAMPA, A. C. “Metamorfose humana em busca de emancipação: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica”. In: LIMA, A. F. (Org.) *Psicologia Social Crítica*: Paradoxos do contemporâneo, 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 11-29.

MAK, D. “A presença da religião em ações docentes de uma escola pública de educação infantil”. 2014. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2014.

MOREIRA-ALMEIDA, A. PERES, M. F., ALOE, F., NETO, F. L., KOENIG, H. G. “Versão em português da Escala de Religiosidade da Duke – DUREL”. *Revista de Psiquiatria Clínica*, v. 35, n. 1, p. 31-32, nov. 2008.

OLIVEIRA, M. G. F. “Espiritualidade e currículo: a voz dos professores de uma escola confessional no Estado do Piauí”. 147 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2012.

SALAROLI, T. P. “Marcas da religiosidade: Práticas observadas em duas escolas de educação infantil da rede municipal de Maratáizes” 134 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência das Religiões) – Faculdade Unida de Vitória (ES), 2018.

SANTOS, N. C., ABDALA, G. A. “Religiosidade e qualidade de vida relacionada à saúde dos idosos em um município na Bahia, Brasil”. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 17, n. 4, p. 795-805, dez. 2014.

SANTOS, E. M. “Olhar fenomenológico sobre a expressividade religiosa cristã na prática pedagógica do ser professor”. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Federal da Paraíba, 2013.

SZYMANSKI, H, ALMEIDA, L. R., PRANDINI, R. C. A. R. *A entrevista na pesquisa em educação: A prática reflexiva*. 5. ed. São Paulo: Autores Associados, 2018.

VALENTE, G. A. A “presença oculta da religiosidade na prática docente”. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2015.

VIEIRA, M. M. S. “Tornar-se professor em uma escola confessional: um estudo sobre a constituição identitária na perspectiva da dimensão da espiritualidade”. 267 f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2009.

WHITE, E. G. *Fundamentos da educação cristã*. 1. ed. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2008a.

WHITE, E. G. *Conselhos aos pais, professores e estudantes*. 1. ed. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2008b.

Extensão universitária: contribuições da Universidade Federal Rural de Pernambuco

University extension: Contributions of the Federal Rural University of Pernambuco

Extensión universitaria: Contribuciones de la Universidad Federal Rural de Pernambuco

Andresa Lydia da Silva Firmino Lins¹

Luis Henrique Romani de Campos²

Maria Nainam Silvino Araújo dos Santos³

Resumo

Lins, A. L. S. F., Campos, L. H. R., Santos, M. N. S. A. Extensão universitária: Contribuições da Universidade Federal Rural de Pernambuco. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 183-200, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2497

Este estudo tem como objetivo identificar a natureza e as contribuições dos projetos de extensão da UFRPE-Sede e suas unidades acadêmicas para a sociedade, analisando sua abrangência e impacto. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de caráter descritivo e abordagem qualitativa, utilizando amostragem intencional e a estratégia metodológica de estudo de caso. Para atingir os objetivos, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com gestores, professores e coordenadores dos projetos, além de levantamento de dados e análise de fontes oficiais. Os resultados indicam que, apesar de desafios e limitações, os projetos de extensão da UFRPE desempenham um papel essencial como agentes de transformação social e acadêmica. No entanto, a articulação com atores sociais ainda é incipiente, especialmente no que se refere à interação com o setor produtivo local.

Palavras-chave: Educação superior; Sociedade; Universidade; Estudo de caso.

Abstract

Lins, A. L. S. F., Campos, L. H. R., Santos, M. N. S. A. University extension: Contributions of the Federal Rural University of Pernambuco. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 183-200, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2497

This study aims to identify the nature and contributions of UFRPE-Sede and its academic units' extension projects to society, analyzing their scope and impact. It is an

- 1 Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: andresalydia@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-7232-2023>
- 2 Doutor em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: luis.campos@fundaj.gov.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0801-7857>
- 3 Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: maria.silvino-tc@fundaj.gov.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0594-4524>

exploratory, descriptive study with a qualitative approach, using intentional sampling and the case study research strategy. To achieve the objectives, semi-structured interviews were conducted with managers, professors, and project coordinators, in addition to data collection and analysis of official sources. The results indicate that, despite challenges and limitations, UFRPE's extension projects play a crucial role as agents of social and academic transformation. However, collaboration with societal actors remains incipient, particularly regarding interaction with the local productive sector.

Keywords: Higher education; Society; University; Case study.

Resumen

Lins, A. L. S. F., Campos, L. H. R., Santos, M. N. S. A. Extensión universitaria: Contribuciones de la Universidad Federal Rural de Pernambuco. *Rev. Ci & Trópico*, v. 49, n. 1, p. 183-200, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2497

Este estudio tiene como objetivo identificar la naturaleza y las contribuciones de los proyectos de extensión de la UFRPE-Sede y sus unidades académicas a la sociedad, analizando su alcance e impacto. Se trata de un estudio exploratorio y descriptivo con un enfoque cualitativo, utilizando un muestreo intencional y la estrategia metodológica del estudio de caso. Para alcanzar los objetivos, se realizaron entrevistas semiestructuradas con gestores, profesores y coordinadores de proyectos, además de la recopilación de datos y el análisis de fuentes oficiales. Los resultados indican que, a pesar de los desafíos y limitaciones, los proyectos de extensión de la UFRPE desempeñan un papel crucial como agentes de transformación social y académica. Sin embargo, la colaboración con actores sociales sigue siendo incipiente, especialmente en lo que respecta a la interacción con el sector productivo local.

Palabras clave: Educación superior. Sociedad; Universidad; Estudio de caso.

Data de submissão: 17/03/2025

Data de aceite: 23/04/2025

1. Introdução

O governo federal, entre 2003 e 2014, adotou políticas públicas direcionadas à expansão do ensino superior federal. Nesse período, houve um aumento expressivo na quantidade de universidades e na criação de *campi* universitários de instituições já existentes, sobretudo no interior.

Entre os programas conduzidos para alavancar esse crescimento, estão os Programas de Expansão I e II (Brasil, 2012). O primeiro foi desenvolvido pelo governo federal no período de 2003-2007, por meio da política de interiorização do ensino superior público federal. A segunda fase de expansão (2008-2012), representada pela implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

(Reuni), anunciada em 2007, contribuiu para o aumento progressivo das instituições federais, com a abertura de novos *campi*, cursos e novas vagas, tendo em vista a ampliação do acesso à educação, o desenvolvimento do país e redução das assimetrias regionais (Firmino, 2014).

A atuação do Estado com vistas ao crescimento do ensino superior público e gratuito, via expansão das universidades para cidades médias e pequenas, revela sua compreensão quanto ao papel das universidades como agentes propulsores do desenvolvimento regional. Esse pensamento evidencia-se ao se avaliar os critérios das alocações das universidades federais, em que há um interesse de instalar as unidades em regiões com potencial produtivo, com condições gerais de desenvolvimento e cadeias produtivas estruturadas que apontam para a sua vocação econômica. A abertura de uma universidade gera mudanças imediatas e futuras no âmbito social, econômico, cultural e político do município que a recebe e em sua área de influência, tais como: taxa de escolarização, nível de instrução e qualificação da mão de obra.

As universidades brasileiras, em particular as de natureza pública, caracterizam-se quanto à organização das políticas institucionais pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988). Assim, sustentada nesse tripé, e a partir de uma efetiva inter-relação e vínculos com os segmentos da sociedade civil (o poder público, as autoridades, lideranças, as organizações empresariais e instituições locais), a universidade cumpre suas responsabilidades e influencia a dinâmica da região onde está localizada, bem como em toda a sua esfera de alcance. Diante das perspectivas expostas, a presente contribuição acadêmica enfatizou a importância das atividades de extensão universitária para concretização desse processo de transformação e desenvolvimento.

A ênfase dada à função básica da extensão explica-se em virtude dessa ação tornar mais efetiva a integração universidade-sociedade. A extensão universitária é uma via de mão dupla que permite a troca de saberes entre a comunidade acadêmica e a sociedade.

Tratar o significado e a importância da interação entre a universidade e a sociedade, e o papel da extensão universitária para esta conexão, é um assunto que requer maior discussão e aprofundamento. Este trabalho propõe contribuir com o debate, concentrando a atenção nas atividades de extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Dito isso, o objetivo deste artigo é identificar a natureza e possíveis contribuições dos projetos de extensão da UFRPE, por meio de suas unidades acadêmicas, na melhoria das condições de vida das comunidades locais, das empresas da região e na formação do corpo discente.

Adicionalmente, como objetivos específicos, estão: i. relatar a natureza e as ações desenvolvidas pelo projeto de extensão da UFRPE e suas unidades acadêmicas; ii. apontar redes de relacionamentos (vínculos) institucionais da universidade provenientes dos projetos de extensão e iii. apresentar os principais problemas apontados pelo corpo docente para realização dos projetos de extensão.

Pretende-se, a partir dessa abordagem, avaliar a integração dos projetos de extensão em seu espaço geográfico, observando a compatibilidade e o comprometimento

com as vocações, potencialidades e demandas nas localidades de suas atuações, e desenvolver as competências, desafios e limites encontrados na atuação da UFRPE, por meio de suas unidades acadêmicas, em seus projetos de extensão. Espera-se que os resultados alcançados possam subsidiar as discussões para a ampliação e melhoria das políticas e atividades de extensão universitárias. Entende-se ser necessária a reflexão sobre a relação da universidade e a sociedade para o desenvolvimento das regiões, em virtude do seu papel social de formação profissional, geração e aplicação de conhecimento.

2. Universidade e a extensão universitária

Ao longo de sua trajetória, as instituições de ensino superior foram compreendidas como formadoras de recursos humanos e geradoras de pesquisa para a promoção e o desenvolvimento do país (Cunha, 1980; Fávero, 2006).

Historicamente, registros sobre a missão e o processo de formação da universidade demonstram que, durante décadas, houve um tom enfático quanto ao papel da universidade associando-se o ensino à pesquisa⁴, evidenciando, assim, o modelo tradicional de instituições de ensino superior existentes no Brasil por longos anos. Desde o seu surgimento, a universidade constituiu um espaço privilegiado para a formação de profissionais de nível superior e para a produção do conhecimento. O ensino emergiu como a primeira missão da universidade e, posteriormente a pesquisa.

Com as mudanças de paradigmas econômicos, políticos e sociais, novos princípios foram estabelecidos e, com eles, novos padrões de regulação acadêmica e administrativa por parte das universidades. Novas reformas foram realizadas, destacando-se a reforma universitária de 1968 (Lei 5.540/68) que promoveu uma reorganização e funcionamento das universidades. Essa reforma trouxe grandes avanços como a instituição da extensão universitária como um dos pilares de sustentação da universidade.

A lei supracitada, estabeleceu as diretrizes da presença e integração da universidade diante da sociedade. O art. 20 da Lei 5.540/68 determina que as atividades de ensino e os resultados de suas pesquisas se estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais (Brasil, 1968). Em complemento, o seu art. 40, alínea “a”, revela o compromisso da universidade com a transformação da sociedade e determina que as instituições de ensino superior, através de suas atividades de extensão, “proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em *programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento*” (Brasil, 1968, grifo nosso).

Os dois artigos da Lei 5.540/68 fortalecem o compromisso social da universidade com a sociedade ao incluir a realização da atividade de extensão no bojo de suas funções. Legalmente, a partir de então, é requerida uma nova postura da universidade que incorpore um modelo de universidade superior ao tradicional.

Assim, seus interesses e preocupações, além de direcionados ao atendimento de suas próprias demandas, precisam assistir também às demandas da sociedade,

4 A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 4.024 de 1961) certifica a preocupação com o ensino em relação à pesquisa. No seu Art.66, constava que o ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário.

sendo essas últimas direcionadas preferencialmente às questões de interesse social, que provoquem melhorias das condições de vida da população. Como colocado por Mazzilli (1996, p. 64), “a universidade é patrimônio da sociedade como um todo e não apenas da parcela desta sociedade que a frequenta”.

A normalização da extensão em instrumentos legais; a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras⁵ (Forproex), no fim da década de 1980; a inclusão da indissociação entre ensino, pesquisa e extensão no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) e no Plano Nacional de Educação (2001, 2014)⁶; bem como a publicação do Plano Nacional de Extensão (1999, 2001) norteador para implantação da Política Nacional de Extensão (2012), entre outras ações e políticas institucionais, refletem um processo de discussão nacional coletivo, que reconhece e busca consolidar a extensão universitária como uma prática acadêmica indispensável.

O conceito de extensão universitária, ao longo da história das universidades brasileiras, passou por vários entendimentos avançando para uma perspectiva de função social da universidade. A ideia tradicional de extensão, que perdurou por anos, é a de que a extensão universitária consistia em levar o conhecimento produzido dentro dela à comunidade, ou seja, de ser um canal de transmissão de conhecimento. Apesar do foco da extensão estar na atuação com a comunidade externa, nesse período, ela apresentava-se desvinculada do ensino e da pesquisa. No entendimento atual, acredita-se na produção do conhecimento como frutos dos diálogos oriundos tanto da sociedade como da universidade, conferindo novos sentidos à extensão universitária.

Em concordância com a definição aprovada pelo Forproex em 1999, e atualizada mais recente, em 2012, na Política Nacional de Extensão Universitária, o conceito atual de extensão é definido como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que, sob o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (Forproex, 2012).

As diretrizes para extensão universitária são expressas em quatro eixos: *Impacto e transformação*, *Interação dialógica*, *Interdisciplinaridade* e a *Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão* (Forproex, 2007; 2012). Esses eixos introduzem uma nova concepção de universidade diante da sociedade em que se insere. A primeira diretriz, *Impacto e Transformação*, determina que as atividades de extensão devem estabelecer uma articulação entre a universidade e outros setores da sociedade, de forma que essa relação promova impacto na formação do estudante e impacto e transformação social.

A diretriz *Interação dialógica* determina que a extensão é uma forma de aproximar a universidade de sua comunidade e do estabelecimento de uma relação mútua. O desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais são marcadas pelo diálogo e por uma ação de mão dupla. A *Interdisciplinaridade* conduz a prática da extensão à interação intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais,

5 O Forproex, criado em 1987, é uma entidade direcionada à articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão (Renex, 2020), no contexto das políticas educacionais do ensino superior. Consiste em espaço de discussão e definição do papel da extensão na universidade.

6 Brasil, 2001.

possibilitando articulação com diversas áreas de conhecimento (Forproex, 2007). Por fim, a extensão universitária passou a ser compreendida como um processo que articula o ensino e a pesquisa de maneira indissociável como também o integra às demandas da sociedade onde está inserida.

3. Aspectos metodológicos

O artigo possui uma abordagem descritiva de caráter qualitativo, utilizando amostragem intencional. Segundo Churchill (1998, p. 301), a amostragem intencional seleciona deliberadamente os elementos da população, considerando que a amostra será capaz de fornecer as contribuições relevantes e de interesse para a pesquisa. Oliveira (2001, p. 9) afirma que, em pesquisas com amostragem intencional, geralmente são escolhidos os casos “típicos” da população para compor a amostra, o que inclui frequentemente a seleção de especialistas, que possuem conhecimento profundo sobre o tema em estudo. Nesse contexto, foi utilizado um levantamento de fontes primárias provenientes da pesquisa realizada pela Fundação Joaquim Nabuco. Essa pesquisa, intitulada “Efeitos das Políticas de Extensão das Universidades Públicas de Pernambuco”, envolveu entrevistas com professores atuantes na área de extensão, gestores e coordenadores.

Além disso, está ancorado metodologicamente na abordagem de estudo de caso. De acordo com Yin (2010, p.39): [...]o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes.

O caso pode ser uma instituição, uma escola, um currículo, em evento, um grupo, uma pessoa, entre outros. Caracteriza por sua especificidade, pluralidade das técnicas auxiliares e sua contemporaneidade (Costa *et. al*, 2013). Nesse contexto, justifica-se a escolha da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) como objeto de análise por sua atuação significativa no campo da extensão universitária e por sua inserção em diferentes contextos regionais de Pernambuco, o que oferece um cenário rico para compreensão das dinâmicas extensionistas.

As entrevistas semiestruturadas, com questões orientadoras, foram realizadas individualmente com representantes da UFRPE e gravadas com a autorização dos participantes, no mês de julho de 2019. Posteriormente, as gravações foram transcritas integralmente. A escolha por esse instrumento de pesquisa se justifica por permitir que os entrevistados expressem suas concepções sobre as questões formuladas, dentro do contexto da pesquisa, sem limitações das opções de respostas fechadas, que não possibilitariam uma expressão ampla de suas opiniões.

Com base no material coletado, seguiram-se as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados – inferência e interpretação (Bardin, 2011). Realizou-se uma leitura minuciosa do material coletado, seguida de organização e classificação para análise temática, de acordo com os objetivos da pesquisa e com base nos documentos oficiais da UFRPE e na Política Nacional de Extensão Universitária. Assim, as respostas dos entrevistados foram organizadas conforme os conteúdos pertinentes aos objetivos do estudo.

O estudo priorizou a análise dos resultados com base na interpretação dos relatos dos entrevistados (análise temática de conteúdo), comparando-os com documentos institucionais e identificando semelhanças nas falas dos sujeitos entrevistados. Para tanto, foram realizados recortes das transcrições, separando as falas e explicações de acordo com a vivência e o conhecimento dos entrevistados sobre o tema. A partir desses relatos individuais, procurou-se refletir a expressão do pensamento coletivo. Como destacam Gondim e Fischer (2009), o discurso individual revela não apenas a percepção pessoal do mundo, mas também uma percepção compartilhada, que resulta em um discurso coletivo.

Na fase de desenvolvimento da pesquisa, foi realizada a consulta a documentos e fontes oficiais relevantes ao estudo, incluindo as leis e decretos do governo federal, estatutos e regimentos, resoluções e o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRPE (UFRPE, 1985; UFRPE, 2021; UFRPE, 2018; UFRPE, 2004). Para relatar a natureza e as ações desenvolvidas pelos projetos de extensão da UFRPE, foram utilizados dados provenientes do banco de projetos de extensão do Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SigProj) para a coleta de dados da Uacsa. Para a UFRPE-Sede e demais unidades, foram usados os dados disponibilizados em documentos oficiais na plataforma eletrônica da UFRPE.

4. Breve contexto histórico da UFRPE e suas unidades acadêmicas

A Universidade Federal Rural de Pernambuco, inaugurada há 107 anos com os cursos de Medicina Veterinária e Agronomia, figura atualmente como um centro de tradição nas esferas do ensino, da pesquisa e da extensão no Estado e no Brasil.

A partir dos programas de pós-graduação e de parcerias com órgãos de fomento à produção científica, as pesquisas abrangem diversas áreas do conhecimento, tais quais as ciências da terra, educação, saúde e tecnologias. Por meio da extensão, dialoga com os diversos segmentos da sociedade.

Nos anos 2000, a UFRPE vivenciou, através dos planos de interiorização e reestruturação das Instituições Federais de Educação Superior (Ifes), um novo ciclo de expansão de suas atividades o que levou a ampliar sua área de atuação, a ponto de alcançar espaços em outras áreas do conhecimento, cumprindo dessa forma a necessidade de atualização e adequação às demandas contemporâneas da sociedade. Como parte das transformações da própria UFRPE, ao longo de sua história centenária, além da criação de novos cursos na sede (Dois Irmãos) ocorreu a abertura de unidades acadêmicas vinculadas.

A Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG/UFRPE) foi o primeiro *campus* do Programa de Expansão e Interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior do Governo Federal com as suas primeiras atividades acadêmicas iniciadas em 2005. A Unidade Acadêmica de Serra Talhada (Uast-UFRPE) foi inaugurada em 2006 e, em 2014, na terceira fase do programa, foi implementada a Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho (Uacsa).

A presença da UFRPE, por meio de seus *campi*, no estado de Pernambuco deu-se primordialmente em regiões desassistidas de instituições da rede federal de ensino

superior, e que apresentam base produtiva dinâmica e com potencial produtivo. Há de se convir que a própria escolha das instalações dos *campi* e os cursos ofertados revelam o interesse de promover o desenvolvimento das regiões, gerar incrementos nas atividades produtivas e melhorias nas condições de vida da população para desenvolver e fortalecer o território.

5. Resultados e discussões

A partir das informações levantadas na plataforma virtual da UFRPE, foram identificados um total de 1.210 (mil, duzentos e dez) projetos de extensão desenvolvidos entre os anos de 2010 a 2016⁷ na UFRPE - Sede, UAG e Uast⁸. Destes, 911 correspondem aos da Sede, 201 aos da UAG, e 98 aos da Uast. Com base no acervo de projetos de extensão disponível no Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SigProj), seja em situação de conclusão ou em fase de andamento, totalizaram 24 projetos de extensão durante os quatro primeiros anos de existência da Uacsa. Assim, o quantitativo final registrou um total de 1.234 (mil, duzentos e trinta e quatro) projetos de extensão, distribuídos da seguinte forma: 911 na UFRPE-sede, 201 na UAG, 98 na Uast e 24 na Uacsa. São apresentadas a seguir, de forma sucinta, a natureza dos projetos.

Quadro 1 - Natureza dos projetos UFRPE

Natureza dos projetos	SEDE	UAG	UAST	UACSA
Educação e Trabalho	Educação geral, ambiental e sanitária; integração escola e universidade; educação social para práticas de cidadania e relações de consumo e orçamento e qualidade de vida; capacitação e educação profissionalizante; inclusão digital.	Educação geral e ambiental; capacitação e treinamentos; inclusão digital; biblioteca virtual.	Educação ambiental, educação através de museu; integração escola e universidade; educação social para práticas de cidadania e relações de consumo e orçamento e qualidade de vida; capacitação e educação profissionalizante; inclusão digital.	Capacitação e qualificação de recursos humanos (formação técnica); alfabetização, leitura e escrita; formação de professores; metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem.

7 Não foram identificadas a fase de cada projeto (em andamento, concluído) e informações referentes ao ano de 2015 para as unidades e *campus*. Não foram localizadas informações referentes ao ano de 2014 para a Uast.

8 Não foram identificadas informações para a Uacsa. Sobre esta, os dados foram coletados no SigProj.

Direitos Humanos e Justiça	Direitos individuais e coletivos; inclusão social e responsabilidade social e ambiental; juventude; famílias; infância, educação; questões de gênero, de raça, de diversidade cultural e movimentos sociais; direito animal; segurança alimentar; comunidades carentes.	-	Direitos individuais e coletivos; violência de gênero (contra a mulher).	Direitos individuais e coletivos; inclusão social e responsabilidade social; questões de gênero, de raça, de diversidade cultural.
Meio Ambiente	Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; educação ambiental; gestão de resíduos sólidos/ reciclagem; gestão dos recursos naturais; saneamento.	Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; educação ambiental; gestão de resíduos sólidos; gestão dos recursos naturais; saneamento.	Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; educação ambiental; gestão de resíduos sólidos/ reciclagem.	Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; educação ambiental; gestão de resíduos sólidos; gestão dos recursos naturais; saneamento.
Saúde	Promoção à saúde e qualidade de vida; saúde pública; saúde da família; saúde animal; práticas esportivas.	Educação/ promoção à saúde e qualidade de vida; alimentação saudável; saúde animal.	Promoção à saúde e qualidade de vida; saúde pública; saúde animal; higiene.	Promoção à saúde e qualidade de vida; saúde pública; saúde da família; atenção integral à mulher; terceira idade.

Cultura	Artesanato e produção cultural (museus, música; dança); valorização do patrimônio gastronômico regional.	Produção cultural (museu).	-	Artesanato e produção cultural.
Comunicação	Participação em eventos, desenvolvimento de plataforma virtual (site); interlocuções entre a universidade e a escola pública; difusão do uso de tecnologias de comunicação.	Promoção da interação entre a comunidade científica e a população através de plataforma virtual (site).	Difusão das atividades da Uast através do rádio.	-
Tecnologia e Produção	Transferência de tecnologias; técnicas de produção e manejo animal; desenvolvimento de softwares educativos.	Transferência de tecnologias; desenvolvimento de software para atividade leiteira; desenvolvimento de aplicativo; integração digital.	Transferência de tecnologias; técnicas de produção e manejo animal; técnicas de produção de leite.	Transferência de tecnologias.

Fonte: Elaboração própria.

Ao avaliar-se os objetivos de cada projeto observou-se que as práticas de extensão encaminham a universidade para fazer parte da solução de problemáticas sociais e ambientais, tanto na região onde está inserida, quanto no âmbito de toda sua esfera de alcance. Ainda, é possível considerar que isso significa promover a interação dialógica – diretriz que orienta a formulação e implementação das ações de extensão universitária.

A extensão universitária, por sua natureza interdisciplinar, permite alcançar o público interno e externo das instituições. Os projetos de extensão integram, sobretudo, a participação de discentes (bolsista e voluntários) e dos docentes da universidade. Segundo os professores e coordenadores entrevistados, o estudante da UFRPE é inserido como protagonista na execução das atividades de extensão, que ocorrem

por meio de palestras, oficinas educativas e culturais, produção de material didático, cartilhas, minicursos e apresentação de trabalhos acadêmicos.

Segundo os docentes, o estudante inserido na realidade profissional e social adquire experiências, habilidades e competências necessárias que contribuem para sua formação técnica e cidadã. Diante disso, é possível observar uma tendência de que a UFRPE reafirma o compromisso da extensão universitária na formação do estudante e na qualificação do professor. Corrobora o exposto a colocação de uma professora entrevistada da Uacsa ao afirmar que “a extensão permite ao aluno ser um profissional mais humanizado”.

Ao ser entrevistado a respeito da interação existente ou planejadas entre a universidade e o segmento produtivo da região bem como a reflexão sobre a importância da universidade para o desenvolvimento local e regional, o representante da UAG pontua:

[...] nós somos unidades da sede, o que existe na sede de convênios e parcerias replica para os *campi*. Se o *campus* tiver uma necessidade de uma parceria ou de um convênio diferente, a gente vai lá e pega, por exemplo, a gente tem parceria aqui com a prefeitura de Garanhuns desde que nós chegamos, a nossa implantação aqui foi graças à intervenção da prefeitura e nós chegamos aqui sem nada, então a prefeitura foi o carro-chefe da universidade federal para implantar a unidade [...] então as parcerias que nós temos hoje e que nós temos interagido são prefeituras, associações....

Acrescentou ainda:

[...] a gente tem capacitações em projetos educacionais, de extensão, extensão entra aí agricultura, por exemplo. Estamos finalizando um projeto com a prefeitura para fazer todo o acompanhamento e orientação de análise de solo, de orientações e de culturas tradicionais, mandioca, milho, feijão [...]. Então a gente entra fazendo as capacitações e orientações nessas prefeituras. Aí vem Sebrae, Senar, Inpa, a federação da agricultura.

O representante da Uast, por sua vez, informou que muitos projetos de extensão que são ligados às temáticas de economia e administração envolvem a atuação junto aos pequenos negócios e, nesse cenário, algumas parcerias são firmadas com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para o desenvolvimento dos projetos. Um dos efeitos positivos dessa relação é a inserção do estudante no ambiente profissional e, posteriormente, a sua fixação no mercado de trabalho. Sobre esses efeitos, ressaltam-se as contribuições dos representantes da Uast:

[...] toda vez que a gente chega nas escolas, que a gente vai perguntar: e aí, você vai ser o quê? Aí respondem: médico, ad-

vogado, bombeiro, policial, nunca ninguém quer saber das ciências agrárias, raramente um fala assim: ah, eu vou ser técnico agrícola, ninguém fala em ser engenheiro agrônomo [...], isso é na sua esmagadora maioria filhos de produtores. Então, nas zonas dos projetos onde a gente atua mais, sempre vem filhos desses agricultores que se identificam com a gente e eles entram na universidade, temos bons alunos oriundos desses projetos. Muitos alunos já formados aqui hoje trabalham exatamente em cima dessas questões, estão por aí fora. Outros não, foram para a cana-de-açúcar, *commodities* da soja.

A UAG, por sua vez, apresentou o seguinte cenário:

[...] hoje eu tenho empresa aqui, grande, chamada de Rancho Alegre, 90% dos funcionários dessa empresa são oriundos da UAG, zootecnia, agrônomo, veterinário, zootecnista que a gente achava que na região não tinha emprego, só ela tem 13 zootecnistas trabalhando com eles nessa empresa. E uma série de outras empresas têm contratado egressos nossos nas áreas da agropecuária, na área de educação. É difícil a gente encontrar um aluno nosso que termina o curso e não tem passado em um ou dois concursos de prefeitura, de estado [...] na nossa região ainda tem muita cooperativa, associações de produtores, de produções e quem assumia as associações e cooperativas geralmente as secretarias de agricultura eram produtoras tradicionais que montavam as cooperativas e que vinham de família em família. Eu andei fazendo um levantamento recente e a maioria das secretarias de agricultura da região são ex-alunos nossos, a maioria das cooperativas e das associações hoje, eles que se formaram com a gente, estão assumindo esse papel, que a gente nem imaginava que eles iam assumir [...]. E uma outra área aqui que é espetacular, que pouca gente imaginava, é o empreendedorismo, muitos alunos nossos estão saindo daqui e não estão procurando emprego, eles estão abrindo negócios.

Ao avaliar-se os objetivos dos projetos de extensão da Uaca, é possível afirmar que eles buscam solucionar problemas existentes e a maioria parte de uma problematização no âmbito nacional para uma aplicação local. Contudo, não é possível ter completa garantia que todos os projetos são plenamente de interesse e necessidade da sociedade. Isto porque, conforme é evidenciado na fala de coordenadores entrevistados:

[...] alguns professores, por iniciativa própria, foram atrás de liderança comunitária para apresentar o trabalho de extensão,

e na interação com a liderança, perceberam que as carências daquele grupo eram outras. As lideranças apresentaram outra demanda. [...] o professor já pensa no seu projeto e ele aplica na comunidade sem compreender as suas demandas.

Diante do exposto, cabe destacar que a inexistência da realização de ações pontuais interfere no alcance dos objetivos propostos pela Política Nacional de Extensão e no alinhamento estratégico do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRPE, que prevê que as atividades de extensão devem construir e disseminar conhecimento e inovação que busca solucionar problemas existentes, com base nos interesses e necessidades da sociedade. A partir dos discursos dos entrevistados apresentados, é possível considerar que é de suma importância o desenvolvimento de ações que, de alguma maneira, possam estabelecer a proximidade da universidade com as demandas da sua sociedade.

Quando questionado se entre as três grandes unidades, além da Sede – Cabo de Santo Agostinho (Uacsa), Garanhuns (UAG) e Serra Talhada (Uast) – existe diferença na maneira como eles fazem extensão, o entrevistado ressaltou que:

[...] Serra Talhada e Garanhuns já têm uma concentração maior de projetos, aqui na sede nós temos professores que realizam, são da sede, mas fazem projetos na unidade mais distante. Mas, por outro lado, aqui, a região metropolitana, também precisa. Tem pessoas que são beneficiadas com projeto de empreendedorismo. Nós temos professoras que trabalham no Rio Capibaribe, Recife também tem problemas, grandes problemas que através de programas de extensão a gente vai conseguindo buscar solução. Inclusive pegar as necessidades, trazer para a universidade para fazer pesquisa e levar uma resposta. Ou, pelo menos, tentar minimizar. Então, na verdade, a gente tem projetos, professor, ao longo de todo o estado. Nós temos projeto em Fernando de Noronha, a pró-reitora conseguiu fazer a especialização dos projetos de extensão. Nós estamos presentes do litoral ao sertão. Têm diferenças, sim. Porque inclusive têm diferenças das necessidades [...] nós temos do curso de agronomia à ciência da computação. Então o público, inclusive as necessidades, são diferentes, mas, por outro lado, feito com o mesmo nível. A maioria dos nossos professores são todos doutores.

Finalmente, diante das perspectivas e discussões ora expostas, cabe destacar que promover o fortalecimento da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão é compromisso da universidade e uma das diretrizes da Política Nacional de Extensão para o desenvolvimento das atividades de extensão. Ainda, espera-se que projetos de pesquisa e extensão dialoguem em torno da mesma temática e isso foi identificado em grande parcela dos projetos de extensão da UFRPE, o que indica um esforço

institucional em apoiar projetos que possuam a articulação entre a extensão e as demais funções acadêmicas. Fazer com que a extensão, a pesquisa e o ensino estejam intimamente ligados com as demandas da sociedade é parte da missão da universidade. No entanto, desenvolver ações que possam captar e atender mais amplamente as demandas da sociedade é, ainda, uma medida que precisa ser cada vez mais pensada e trabalhada na academia.

6. Desafios da extensão universitária

A partir das declarações dadas pelos entrevistados, é possível perceber que entre os principais problemas enfrentados para o desenvolvimento das atividades de extensão estão o financiamento da extensão universitária, uma vez que os recursos financeiros destinados aos projetos de extensão são, não poucas vezes, insuficientes. A ajuda de custo dispensada aos projetos é pequena para o desempenho das ações de extensão, o que aumenta a dificuldade de se fazer extensão.

Uma das críticas realizadas por uma coordenadora representante da Uacsa é de que “o apoio financeiro da universidade não é suficiente. Na verdade, tem muita coisa que a gente coloca do nosso próprio bolso”. Outra coordenação da mesma unidade acadêmica compartilha do mesmo sentimento ao declarar que “não dá para fazer muita coisa com a verba que a gente recebe. Com o que a gente recebe, a gente tenta fazer milagre e conta com a minha colaboração muitas vezes”. Diante dessa crítica, discorrem que um financiamento adequado é peça fundamental e estruturante para realização e desempenho dos projetos de extensão. Foi apontado também que não há financiamento exclusivo do MEC e do CNPQ para a extensão universitária, como ocorre com a pesquisa. A extensão é financiada com recursos próprios da universidade.

Adicionalmente, as diretrizes para a extensão regulamentam, ainda, que a extensão universitária deve ser incluída nos componentes curriculares estudantis dos cursos de graduação. As instruções normativas estabelecem que a extensão seja inserida na matriz curricular dos cursos de graduação, de modo que, no mínimo, seja assegurado 10% do total de créditos curriculares (Brasil, 2010; Forproex, 2012). Tal medida reforça o papel da extensão na formação profissional dos estudantes, entretanto, segundo as percepções de alguns entrevistados, não há disponibilidade de projetos para atender a quantidade de alunos como também não há verbas suficientes para atender as normas.

Todos esses relatos permitem constatar a possível necessidade por maiores ações e debates sobre as políticas orçamentárias de incentivo à extensão universitária, com vista a garantir a sustentabilidade financeira e a continuidade dos projetos. Mantém-se a percepção de que é importante refletir dentro da academia o papel da extensão, e evidenciar que esta deve assumir um espaço tão importante quanto a pesquisa e o ensino, até porque extensão também é um dever constitucional.

Outro desafio é o período de vigência dos projetos de extensão que, tradicionalmente, é de até um ano, podendo ser renovada. Contudo, nem sempre o professor responsável consegue sua aprovação nos próximos editais, surgindo o problema da intermitência dos projetos de extensão. Desse modo, um determinado projeto pode

funcionar em um exercício, e não ocorrer no ano subsequente, e posteriormente, anos à frente, ser aprovado. Sem o auxílio financeiro pago a um estudante da UFRPE, na maioria dos casos, não é possível prosseguir com o desenvolvimento da atividade.

Não menos importante, a construção de parcerias com órgãos públicos e privados, outra dificuldade observada, pode ser considerada ainda embrionária nas unidades, o que leva à compreensão de que há atividades de extensão que trabalham de forma unidisciplinar. Firmino (2014), em seus estudos sobre a expansão e interiorização das universidades federais, estudando o caso da Unidade Acadêmica de Garanhuns da UFRPE, evidenciou que a interação com agentes externos à universidade também é “pouco satisfatória e pouco frequente”.

Esse cenário aponta para a necessidade de preparo, por parte do corpo docente, em fazer extensão com as empresas, de tal modo que possa existir convergência de interesses e uma capacidade de comunicação e negociação para que a interação acadêmica com o mercado possa existir e ser estreitada. Dessa forma, é preciso criar uma comunicação comum entre as partes, de tal maneira que a academia possa falar a linguagem da indústria, e os empresários possam entender a linguagem da universidade.

Por fim, a imagem da universidade também precisa de atenção e esforços que resultem em sua afirmação diária na sociedade. O desconhecimento da atuação da instituição na cidade, sobretudo em seus primeiros anos, é um desafio que toda instituição enfrenta e consiste num processo longo e contínuo. A propaganda da universidade, muitas das vezes, limita-se ao ensino, o que faz com que os setores da sociedade não enxerguem a universidade como possível instituição parceira para outras demandas.

7. Considerações finais

Diante dos resultados apresentados, observa-se que, apesar das limitações, os projetos de extensão da UFRPE e suas unidades acadêmicas desempenham um papel significativo como agentes de transformação, tanto na sociedade quanto na própria comunidade acadêmica. Em conformidade com a Política Nacional de Extensão Universitária, as práticas extensionistas identificadas contribuem, de forma relevante, para a formação e aperfeiçoamento dos discentes, a qualificação docente e o intercâmbio com a sociedade.

A entrevistas, entretanto, evidenciaram desafios importantes para a implementação dos projetos, não apenas pela escassez de recursos financeiros, mas também pela falta de preparo de alguns docentes para estabelecer um diálogo eficaz com os diferentes atores sociais. Portanto, é essencial que a universidade apoie projetos desenvolvidos em parceria com as representações do poder local e outros setores da sociedade, visando potencializar o impacto transformador da extensão universitária.

Práticas extensionistas bem planejadas e estruturadas são fundamentais para aproximar as atividades acadêmicas dos interesses concretos da sociedade. O sucesso da atuação extensionista universitária exige a construção de uma rede institucional sólida de parcerias entre a universidade e os atores sociais. Como estabelecido no PDI da UFRPE e na Política Nacional de Extensão, cabe à universidade promover espaços e ambientes que favoreçam essa rede de parcerias, além de construir uma cultura

acadêmica que fortaleça a extensão universitária e contribua para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Embora a UFRPE possua a capacidade de criar, inovar e transformar, é imprescindível buscar e manter relações com parceiros públicos e privados, além de estimular atividades extensionistas que envolvam relações interdisciplinares, interprofissionais e interinstitucionais. Apesar dos avanços alcançados ao longo dos anos na área da extensão universitária, ainda é necessário um esforço maior da comunidade acadêmica para evidenciar as funções e potencialidades dessa atividade, especialmente nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

É urgente uma reflexão interna sobre como aprimorar a transferência de conhecimentos e estreitar as relações entre a universidade e a sociedade. Para tanto, é preciso que as ações extensionistas sejam ampliadas e ganhem um maior respaldo institucional. A extensão precisa ser colocada no mesmo patamar de relevância que o ensino e a pesquisa, e para isso, é necessário ampliar os recursos financeiros das agências de fomento e órgãos federais. Como já destacado por Firmino (2014), a instalação de uma universidade em uma região é relevante, mas não é suficiente para o seu desenvolvimento. A universidade precisa ser parte integrante da região, conectando-se com sua dinâmica social e econômica, a fim de gerar e disseminar conhecimento alinhado às necessidades da sociedade.

Este artigo surge em um momento importante para discussão sobre a prática da extensão universitária, a qual se torna cada vez mais urgente. Ao considerar a necessidade de aprofundar essa análise, como perspectiva para estudos futuros, recomenda-se a realização de pesquisas comparativas entre diferentes instituições de ensino superior, com o objetivo de ampliar a compreensão sobre os diversos modelos de extensão universitária adotados no país. Ademais, sugere-se incorporar a percepção de outros atores sociais envolvidos nessas ações — como representantes das comunidades atendidas e instituições parceiras — a fim de possibilitar uma análise mais abrangente, crítica e contextualizada dos impactos gerados pela extensão.

Referências

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. “Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências”. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 29 nov. 1968. Retificada em 3 dez. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. “Constituição da República Federativa do Brasil (1988)”. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. *Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012*. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

CHURCHILL, G. *Marketing research: methodological foundations*. 2. ed. The Dryden Press, 1998.

COSTA, A. S et al. “O uso do método estudo de caso na Ciência da Informação no Brasil. In: *CID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 49-69, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/59101/62099> Acesso em: 6 abr. 2025.» <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/59101/62099>.

CUNHA, L. A. *A universidade temporã. O ensino superior da Colônia à Era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DIEMER, M. J. “A extensão universitária como possibilidade de formação integral: evolução, sujeitos envolvidos, aprendizagem e inserção curricular”. In: CERETTA, L. B.; VIEIRA, R. S. (Org.). *Inserção curricular da extensão: aproximações teóricas e experiências*. v. VI. Criciúma, SC: Unesc, 2019. p. 29-54.

ENRICONE, D. *A docência na educação superior: sete olhares*. Porto Alegre: Evangraf, 2006.

FÁVERO, M. L. A. “A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968”. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

FIRMINO, A. L. S. “A interiorização das universidades federais e os arranjos produtivos locais: o caso da Unidade Acadêmica de Garanhuns”. 2014. 119 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2014.

FORPROEX. “Política Nacional de Extensão Universitária”. Manaus, 2012. p. 15. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FORPROEX. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Ilhéus: Editus, 2001. (Extensão Universitária, v. 1).

FORPROEX. *Extensão Universitária: organização e sistematização*. Coordenação Nacional do Forproex. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

GONDIM, S.; FISCHER, T. “O discurso, a análise do discurso e a metodologia do discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural”. *Cadernos Gestão Social*, v. 2, n. 1, 2019.

MAZZILLI, S. “Ensino, Pesquisa e Extensão: uma associação contraditória”. *Tese* (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 1996.

OLIVEIRA, T. M. V. “Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas”. *Revista Administração Online*, v. 2, n. 3, p. 1-15, 2001. ISSN 1517-7912.

TAUCHEN, G.; FÁVERO, A. A. “O princípio da indissociabilidade universitária: dificuldades e possibilidades de articulação”. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 17, n. 33, p. 403-419, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc.v17i33.3818>. Acesso em: 23 abr. 2020.

UACSA. “Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho”. Apresentação. Disponível em: <http://uacsa.ufrpe.br/br/apresenta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 7 abr. 2020.

UFRPE. *Plano de reestruturação, estatuto e regimento geral da Universidade Federal Rural de Pernambuco*. Recife, 1985.

UFRPE. *Atividades de Extensão*. Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Cidadania (ProexC). Disponível em: <http://www.prae.ufrpe.br/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

UFRPE. *Resolução Nº 148/2004*. Dispõe sobre ações de extensão na Universidade Federal Rural de Pernambuco e dá outras providências. 2004. Disponível em: <http://prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/Resolucao.pdf>. Acesso em: 6 mai. 2020.

UFRPE. *Plano de desenvolvimento institucional PDI UFRPE - 2013-2020*. Recife: UFRPE, 2018. Disponível em: <http://ufrpe.br/sites/ufrpe.br/files/PDI%20UFRPE%202013-2020%20vers%C3%A3o%20revista%20e%20atualizada.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

A cidade do Recife nas visualidades da modernização da paisagem urbana

The city of Recife: the visualities of urban landscape modernization

La ciudad de Recife: visualidades de la modernización del paisaje urbano

Luciana Cavalcanti Mendes¹

Resumo

Mendes, L. C. A cidade do Recife nas visualidades da modernização da paisagem urbana. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 201-230, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2532

O trabalho descreve a importância das imagens e das palavras na literatura e na música para a divulgação da paisagem urbana da cidade do Recife em obras artísticas produzidas desde o século XIX. O foco da pesquisa é elucidar as fontes visuais a respeito da capital pernambucana que puderam influenciar a concepção de cidade capitaneada por artistas de vários espectros, concepção que se construiu na linha do tempo. O estudo investiga como o protagonismo do Recife foi estimulado em narrativa a partir dos usos e perpetuação das visualidades transmitidas através de obras em telas e em livros, além da presença em canções do *manguebeat* que se relacionaram à geografia urbana.

Palavras-chave: Recife; Visualidade; Paisagem urbana.

Abstract

Mendes, L. C. The city of Recife: the visualities of urban landscape modernization. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 201-230, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2532

This paper describes the importance of images and words in literature and music for the dissemination of Recife's urban landscape throughout a historical period reflected in works dating back to the 19th century. The research focuses on elucidating the visual sources centered on the capital of Pernambuco that may have influenced the conception of the city, as envisioned by artists from various fields, developed over time since the 1800s. The study investigates how Recife's prominence was shaped in narrative through the use and perpetuation of visualities conveyed via artworks and literary texts, as well as through manguebeat songs that engaged with the urban geography.

Keywords: Recife; Visuality; Urban landscape.

¹ Doutora em História e Cultura Social pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/2023) Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9747-8366>. E-mail: lucavalcanti@alumni.usp.br

Resumen

Mendes, L. C. La ciudad de Recife: visualidades de la modernización del paisaje urbano. *Rev. Ci & Trópico*, v. 49, n. 1, p. 201-230, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2532

El trabajo describe la importancia de las imágenes y las palabras en la literatura y la música para la difusión del paisaje urbano de la ciudad de Recife en un período histórico observado en obras desde el siglo XIX. El enfoque de la investigación es esclarecer las fuentes visuales centradas en la capital de Pernambuco que pudieron influir en la concepción de ciudad promovida por artistas de diversos ámbitos, construida a lo largo del tiempo. El estudio investiga cómo se estimuló el protagonismo de Recife en la narrativa a partir del uso y la perpetuación de visualidades transmitidas a través de obras en lienzos y libros, además de su presencia en canciones del *manguebeat* que se relacionaron con la geografía urbana.

Palabras clave: Recife; Visualidad; Paisaje urbano.

Data de submissão: 14/05/2025

Data de aceite: 12/06/2025

1. Introdução

Ao observarmos a cidade, levamos em conta que lugares tão nossos e íntimos podem favorecer a prática de conservar o gosto por espreitar as cartografias, os agentes e os sujeitos, apreciar renovações, observar e ocupar os cantos, dos mais conhecidos aos mais escondidos, e forjá-los a esse modo de ver. Nossos olhares também passam a ver o que desejamos ou apenas o que vivenciamos como estética. São olhares culturalmente “civilizados” ou até “disciplinados”. Trata-se, ao mesmo tempo, de alimentar o prazer de perceber belezas e defeitos, ouvir histórias, ver imagens, nutrir lembranças, caminhar como *flâneur*². Este processo também se faz através da leitura dos agentes construtores da visualidade em imagens, linhas e escritas a respeito da urbe. O Recife sendo visto por artistas parece ter sido concebido e interpretado como lugar de memória³ a partir da prática da apreciação das fontes visuais.

2 Palavra disseminada a partir do uso na obra *Passagens* pelo filósofo alemão Walter Benjamin (1892-1940). *Flâneur* seria um observador transeunte da cidade, aquele que caminha sem necessariamente ter um objetivo específico, a não ser o de apreciar, sem tempo ou espaço definido, com um olhar quase antropológico de análise do que vê no espaço citadino. Cf. BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. 1168 p.

3 In: NORA, Pierre. “Entre história e memória: a problemática dos lugares”. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. O autor apresenta o conceito de “lugar de memória”, atribuindo sentido de memória ao lugar físico, o qual pode oferecer a possibilidade nostálgica de recordações, mas também ao sentido obtido através das relações afetivas com objetos e demais dispositivos e até transportado à figura humana.

2. Visualidades da modernização da paisagem urbana do Recife: a natureza como caos, a arquitetura como agente, o rio como personagem

*Em verdade, o Recife nasceu com aquele “sentido natural”, de que nos fala o poeta. Trocou o “verde da clorofila”, não no istmo - uma estreita faixa de areia amarela e salina que separa o mar do Beberibe - mas nos mangues, pelo pardo cinzento dos aterros e depois, “pela brancura da cal” do seu casario.*⁴

O músico e poeta Chico Science (1966-1997) cantou a cidade do Recife na década de 1990 e citou em seus versos os caranguejos enfiados na lama. Quem escutava suas canções nem sempre entendia a presença profunda do Rio Capibaribe⁵, das pontes e do ecossistema na vida e na construção da paisagem e da cultura pernambucanas. Os dissabores e amores em suas margens e sociabilidades pronunciadas pelo *mangueboy* deram o tom da contradição daquele habitat. “Estou enfiado na lama... É um bairro sujo... Mas estou aqui na minha casa [...] Da lama da *Manguetown*...”⁶

A cidade do mangue⁷, ou *manguetown* como definiu em inglês Chico Science, era modernizada apesar do charco. Irônico ou realista, o compositor pernambucano criticou a necessidade do ser moderno do Recife, uma cidade que, para nascer e crescer rapidamente, aterrou suas áreas alagadas e ignorou as pessoas menos favorecidas. A modernidade da urbe se anunciava para ele como sinônimo de “centro das ambições”⁸.

4 Citação de Vanildo Bezerra Cavalcanti (1919-1988), sobre o poema “O município” de Carlos Moreira. CAVALCANTI, Vanildo. “O Recife e a origem dos seus bairros centrais”. In: PEREIRA, Nilo. *Um tempo do Recife*. Recife: Arquivo Público Estadual - Secretaria da Justiça. 1978. 478 p.

5 “Capibaribe ou Caapiuar-y-be ou Capibara-ybe (ou ipe), vem da língua tupi e significa rio das capivaras ou dos porcos selvagens”. In: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/rio-capibaribe-recife/> Assumimos aqui a primeira letra do nome Rio em maiúscula, por valorizar esse curso de água como sujeito e merecedor de reverência, quase como um sujeito pessoa, que tem seu nome próprio escrito, ou tal qual um país.

6 Canção “Manguetown” de Chico Science & Nação Zumbi, grupo musical pernambucano. Chico foi o grande expoente da banda e cantou o Recife na década de 1990 em todas as músicas que compôs e interpretou. Foi precursor do movimento *Manguebeat*. Descreveu as glórias e os problemas da metrópole pernambucana misturando ritmos da cultura popular com sons de guitarra, bateria e outros instrumentos tidos como “modernos”. Foi criticado, e contraditoriamente exaltado, justamente por unir o popular e o não erudito. O movimento Armorial, anterior a ele, apesar de ter propostas diferentes, tal qual o *Manguebeat* buscava interpretar e valorizar a identidade cultural do Nordeste. O Armorial foi criado pelo grande teatrólogo e escritor Ariano Suassuna (1927-2014). Ariano, ao contrário de Chico Science, era mais purista e não admitia estrangeirismos na produção cultural, e por isso discordou pacificamente desse que seria considerado seu pupilo desgarrado e dissidente, que usou elementos de dentro e de fora do Brasil para criar sua obra. Chico morreu num acidente de carro em 1997, em Olinda. Ariano chorou copiosamente a morte daquele considerado por ele, mesmo em campos opostos, como um gênio da música popular brasileira.

7 Cf. CASTRO, Josué de. *Cidade do Recife: ensaio de geografia urbana*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil. 1954. 168 p. A definição de mangue e manguezal: o primeiro é a árvore que nasce e o segundo é o ecossistema como um todo. Popularmente adotou-se chamar mangue também a toda a estrutura natural, quase como um apelido para manguezal.

8 Trecho da música “A cidade”, de Chico Science. Do álbum *Da lama ao caos*, primeiro da banda Chico Science & Nação Zumbi, lançado em 1994 pela Sony Music.

Utilizamos os versos de Chico Science para expor de qual ambiente falamos, um terreno pouco propício a construções pela dificuldade natural de sua estrutura geográfica calcada sobre mangues. Antes de Chico, há algumas décadas artistas locais já buscavam atender às solicitações de um mundo que vivia um período de empolgação pelas transformações urbanas velozes e avassaladoras, encampadas sob uma prática de engenharia que clamava por grandiosidade, alargamento e pompa para suas edificações. Era um Recife que urgia por reformas necessárias na aparência estética, bem como de infraestrutura como escoamento de água, iluminação, melhores condições para a circulação pessoas, de bondes, cavalos. Uma cidade que demandava espaços de sociabilidade cada vez mais necessários numa sociedade sedenta de discussões, inserida num clima de intensas mudanças. Uma cidade onde os prédios – e a forma magra de ser das edificações do Recife –, estavam incrustados em terreno que, quase como areia movediça, deixava vestidos longos e sapatos franceses dos senhores e senhoras preenchidos por lodo ou limo.⁹

Existiu, como argumentou o geógrafo Josué de Castro (1908-1973), a “função colonizadora dos mangues – o seu papel de construtores e de fixadores do solo”, que, segundo o autor, “resulta fundamentalmente de alguns dos seus mecanismos de adaptação, principalmente às condições do terreno, pouco firme, onde vicejam”¹⁰. Havia as crias dessa geografia: os *homens-caranguejo*¹¹, tipos humanos que eram o símbolo metafórico dessa província que não parava, só crescia e que atropelava os menos abastados. Recife, a “cidade anfíbia”¹², entre a terra e as águas, tal como a pesquisadora Fátima Quintas nomeava, ou ainda, “cidade sereia”.

Chico Science, na década de 1990, exprimiu exatamente a inquietação, incômodo e fascinação a respeito do Recife moderno, perspectiva também utilizada, com o mesmo adjetivo “moderno”, por vários outros intérpretes da história pernambucana, desde que passaram a dissertar a respeito dos panoramas e cenários da província. Porém, se voltarmos um tanto ao passado, quais glórias e custos foram necessários para ser tão moderno à época da presença de Dom Pedro II (1825-1891), em sua visita à cidade, em 1859?

9 Cf. In: SETTE, Mario. *Arruar: história pitoresca do Recife antigo*. Recife: Editora Cepe, 2018. 417 p.

_____. *Maxambombas e maracatus*. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1958. s/ p.

10 In: CASTRO, Josué de. *Cidade do Recife: ensaio de geografia urbana*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil. 1954. 168 p. p. 40.

11 MELLO, Djalma Agripino de. “Mangue, homens e caranguejos em Josué de Castro: significados e ressonâncias”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 10, n.2, p. 505-524, 2003. O autor abordou, sob a perspectiva médica, a relação desses tipos humanos com a suposta insalubridade do manguezal e ressaltou a importância desse ecossistema para a vida humana nas cidades litorâneas. Chico Science e Josué de Castro nomeavam os derivados da estrutura geográfica física, que é o manguezal, de *homens-caranguejo*. Mello acrescenta em seu artigo a transformação posterior dessa figura do mangue em *homem-gabiru*, aquele que passa a comer o lixo e as sobras. Acrescentamos que ecossistema do mangue é considerado pelos pesquisadores como uma das estruturas mais ricas em quantidade de diversidades de microrganismos do planeta. Possui uma textura pegajosa, tem majoritariamente a presença de caranguejos em seu habitat e serve como “esponja” do mar e dos rios, pois a sua função é de também poupar demais terrenos de alagamentos e diminuir a magnitude de enchentes, já que absorve grande quantidade de água.

12 In: QUINTAS, Fátima. *O Recife: passeio à antiga*. Recife: Editora Bagaço. 2008. 294 p. p. 81.

Se nos remetermos ao período das modernizações dos Oitocentos, o quão irônico e/ou contrastante seria a tal *manguecidade*¹³, – nomeada em tempos mais atuais por Science –, se fossemos considerar o olhar de um estrangeiro, que chegava por aquelas bandas e visualizava uma metrópole populosa afundada na lama? Seria necessário escondê-la de sua própria paisagem? Que paisagem visualizada e propagada queriam para o Recife e qual era a face que ela realmente possuía?

Na Figura 1, apesar de ser uma imagem mais atual, vemos o solo onde os pés afundam no manguezal e a imagem, de certa forma, aproxima a dimensão do que seria a paisagem à época das reformas intensas urbanas de todo o terreno do Recife alagado, sendo modificado e alterado para caberem ruas e novas estruturas.

Ao mesmo tempo, não obstante a toda a paisagem repleta de heterogeneidade e um tanto confusa, – como era o caso muitas das províncias no período –, o Recife sempre foi uma cidade amada, reverenciada em poesia, músicas e história, como demonstravam diversos escritores e ensaístas, tantos os naturais da terra quanto os de fora dela.¹⁴



Figura 1 - Fotografia do terreno do manguezal presente atualmente na região central do Recife. Pé afundado na lama ao lado do Rio Capibaribe. Fotografia de Peu Ricardo/ *Diário de Pernambuco*. Imagem capturada do site do jornal *Diário de Pernambuco* por Luciana Cavalcanti Mendes. Acesso em 17.01.2024.

É relevante sublinhar nessa paisagem urbana a árvore mangue (Figura 2), que nos meados dos 1800 era relacionada à pouca preocupação com higiene, por ser enraizada na lama do manguezal. Ademais, mocambos¹⁵ construídos sobre palafitas na beira do rio foram tidos como como abrigos de doenças e de fétidos costumes pela sociedade burguesa. O sociólogo e ensaísta pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987)

13 Grifo nosso.

14 SOUZA, Alice e NASCIMENTO, Anamaria “A relação do recifense com o manguezal da cidade”. In: www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2017/07/a-relacao-do-recifense-com-o-manguezal-da-cidade.html. Acesso em 12.12.2024.

15 In: FREYRE, Gilberto. *Sobrados & mocambos*. São Paulo: Editora Global, 2017. 976 p. Mocambos: casas construídas sobre o mangue e o rio, com madeiras apoiando sua estrutura. Alguns tinham palha como telhado. Foram considerados lugares que tinham propensão a doenças de toda sorte.

descrevia os mocambos como forma de arquitetura vernacular a ser observada e revisita como típico exemplar regionalista, para além de sua aparência incomoda e rejeitada pela população mais abastada. No seu guia sobre a cidade do Recife, Freyre escreveu:

Trechos com mucambos, casas de palha - que aliás, não são tão ruins, sob o ponto de vista da higiene, como os cortiços e as ilhas feias, tristonhas, em que se ensardinha a pobreza europeia. Os mocambos do Recife deixam-se beneficiar pelo sol e se ventilar livremente através das paredes e cobertas de palha. Muitos desses mocambos estão, não à beira da água parada e da lama, mas da água viva, como os da Estrada de Motocolombó, tão pitorescos, alguns em verdadeiras pernas de pau.¹⁶

Os mocambos citados por Freyre ocupavam as margens do mangue. Aquela planta que vemos hoje se entranhava com suas garras no rio e abrigava caranguejos, preenchendo a vista da cidade e das pontes centrais do Recife, marcando os traços da fachada de forma sistêmica.



Figura 2 - Fotografia das árvores mangue no terreno do manguezal em Recife. Fotografia do Acervo Ecomuseu Natural do Mangue. Imagem capturada do site <https://www.brasildefatope.com.br/2022/06/20/preservacao-dos-manguezais-e-destaque-no-prosa-e-fato> por Luciana Cavalcanti Mendes. Acesso em 17.01.2024.

Era, e ainda é, um tipo de vegetação característica marcante na paisagem urbana e representava o contraste do organismo natural vivo das águas fluviais, nos bairros centrais, com o concreto das construções e servia como metáfora do conflito “natureza versus civilização” no contexto da urbe.

16 “Fisionomia das ruas e das pontes” In: FREYRE, Gilberto. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. São Paulo: Editora Global, 2007. 256 p. p. 169.

Nessa perspectiva, nos atrevemos a cotejar, a partir dessa visualidade que se fazia presente à paisagem, o que viajantes naturalistas sentiram ao avistar o Brasil (e incluímos Pernambuco na centralidade do olhar perante a natural revolta e desordem da flora). Interessante saber o que perceberam ao mirar essas árvores. Viajantes, que ainda traziam do século XVIII o ideário de “perfectibilidade da natureza”¹⁷, perceberam que a organicidade daquele meio ambiente insistia em assumir a desordem (ao ver deles) como ordem.

Embasamos essa interpretação ao nos referimos ao ponto de vista de Georges-Louis Leclerc (1707-1788), conde de Buffon, naturalista francês que “provavelmente foi o homem que mais contribuiu para disseminar”¹⁸ esse pensamento de que a floresta nativa era sinônimo de doenças e degradações, do antiprogresso.

Wulf (1967), que investigou a passagem do viajante Alexander von Humboldt (1769-1859) pela América do Sul, trouxe ferramentas para compreendermos o percurso da imposição do “enquadramento” estético e ordenado da flora, tida como caótica, propagadora de malefícios, caso fosse indevidamente cuidada ou alterada.

O autor nos revelou um dos exemplos dessa relação de ojeriza à natureza por parte de muitos dos estrangeiros que chegaram aos trópicos no século XVIII. Reconhecemos que o acondicionamento da natureza por parte de europeus atuou nessas paragens muito antes do paisagista Burle Marx (1909-1994) – que mudou aspectos da paisagem de várias cidades no Brasil a partir da década de 1930 e propôs “melhorias” muito baseadas na estética da natureza paisagística do Velho Mundo, enquadradas no espaço visual natural de jardins, praças e espaços públicos de circulação nas cidades.

Segundo Wulf,

Buffon, pintou um retrato da floresta primitiva como um lugar horrendo, atulhado de árvores decadentes, folhas pútridas, plantas parasitas, poças estagnadas e insetos venenosos. A floresta, dizia ele, era deformada. Embora Buffon tenha morrido um ano antes da Revolução Francesa, suas ideias sobre o Novo Mundo ainda moldavam a opinião pública. A beleza era equiparada à utilidade, e cada hectare arrancado da selva era uma vitória do homem civilizado sobre a natureza rústica e incivilizada.¹⁹

No argumento que levantamos aqui quanto à necessidade ocidental, e particularmente europeia, de promover o ideário do embelezamento das cidades, recondicionando espaços nativos como forma de modernizar suas vistas, o Campo das Princesas protagonizou, através da sua história, esse lugar de apagamento da vegetação nativa, representando a prática de limpeza para atingir tons modernos e ser visto como tal. Ele foi parte da cidade que abrigava o palácio do governo. Passou por um ajardinamento feito pelos engenheiros Émile Beringer (1840-1881) e Victor Fournié (1877-1964).

17 WULF, Andrea. *A invenção da natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019. p. 100.

18 *Ibid.* p. 101.

19 *Ibid.* p. 101.

Era antes, no século XVII, um largo descampado onde também havia o Palácio de Friburgo, pertencente ao conde Maurício de Nassau (1604-1679)²⁰.

Os espaços públicos preenchidos pelas transformações da modernização urbana, caminharam lado a lado com as modificações e incorporações também tidas como traços de progresso e evolução dos “costumes e maneiras de comer, vestir-se e comportar-se em público, expressões do falar das elites e remédios”²¹.

Quanto às outras diversas modificações ocorridas nos espaços públicos, como por exemplo as luzes da cidade (após os lampiões de azeite do período dos Oitocentos), elas ocorreram somente apenas após a visita de Dom Pedro II a Pernambuco. Passou-se então a usar-se o gás carbônico na iluminação dos postes²². Em Parahym (1911-1989) encontramos alguns detalhes que descrevem a complexidade da iluminação pública da província pernambucana naquele período:

A Companhia fornecia, igualmente, o gás de iluminação a domicílio, através de encanamento de chumbo. Logo se modificou o aspecto noturno do Recife. Usaram-se lâmpadas de álcool, candeeiros a querosene, placas, velas de espermacete, antes da luz elétrica no começo do século XX.

No tempo do gás, fins do século XIX, a capital de Pernambuco tinha-se em conta de ser uma das cidades brasileiras dotadas de melhor iluminação pública. Principalmente quando havia alguma festa.²³

Esse panorama da cidade do Recife e de seus arrabaldes no século XIX era formado por seu circuito de instrumentalização das ciências, das artes e de formas de vivenciar/ transformar a cidade e seu entorno em favor dessa mentalidade de crescimento.

Os sujeitos embrenhados na cidade – cidade quase personificada e tatuada nos seus sujeitos habitantes – tinha o próprio organismo vivo que parecia insistir em se colar em sua gente tão agarrada via rio, via mangue, via ruas e pontes, via paixões e desilusões. E sempre contada de alguma maneira em causos e histórias através de escribas, artistas, literatos e jornalistas.

Os aspectos de modernização de seus espaços de sociabilidade e de sua infraestrutura atravessaram os últimos séculos representados na literatura, na música e nas artes em geral. O campo artístico, também responsável por olhar essa cidade e interpretá-la, teve diversos expoentes que estão presentes até hoje nas publicações como ícones da narração da história de sua existência no momento do XIX.

20 SILVA, Aline de Figueirôa. *Jardins do Recife: uma história do paisagismo no Brasil (1872-1937)*. Recife: Editora Cepe, 2010. p. 53.

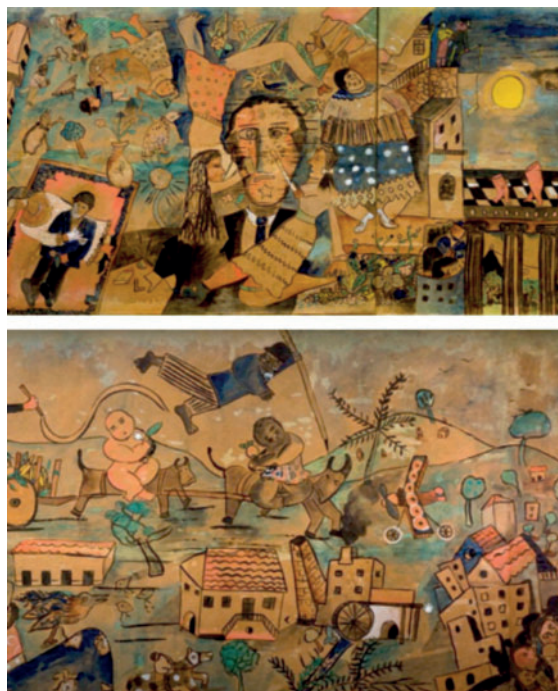
21 REZENDE, 2005, p. 81 *Apud* SILVA, 2010 p. 48.

22 PARAHYM, Orlando. *Traços do Recife: ontem e hoje*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco - Secretaria de Educação e Cultura. Editora Cepe, 1978.

23 *Ibid.* p. 131.

Antes do século XX, a cultura visual produzida e divulgada na província pernambucana já havia tido momentos importantes como o período holandês. Mas é importante destacar que após esse período, as obras visuais artísticas em Pernambuco continuaram tendo momentos significativos para as discussões concernentes ao tema do moderno e do modernismo.

Para exemplificarmos mais essas interpretações visuais, como referência de captura do pensamento do ser moderno, há na obra *Eu vi o mundo... Ele começava no Recife* (1929), do artista plástico Cícero Dias (1907-2003). Como mostram as figuras 3 e 4, em pleno período modernista do Brasil, ele apresentou uma pintura da paisagem urbana da cidade repleta de tipos humanos e cada um com uma história diferente a ser contada, sob²⁴ visibilidades canônicas, mas em contraponto, também, invisibilidades que foram escancaradas na obra e que provocaram indignação na sociedade patriarcal do país na década de 1920.



Figuras 3 e 4 - Pintura modernista do artista pernambucano Cícero Dias com 13mx2m, feito em papel kraft. *Eu vi o mundo... Ele começava no Recife...* Ambas as imagens pertencem ao mesmo quadro. Capturadas do site “<https://www.youtube.com/watch?v=qLXKjKtldR8>” por Luciana Cavalcanti Mendes. Acesso em 17.01.2024.

24 Sob (embaixo de) mesmo e não sobre.

Foi uma produção considerada “obscena” até por seus pares, pois na pintura havia corpos com os órgãos sexuais masculinos expostos, além de outros elementos e gestos dos representados no quadro que “incomodavam” a população naquele momento, acostumada com um tipo de arte convencional, pouco ou nada provocativa.²⁵

Em entrevista concedida à cineasta Katia Mezel (1948) em 1994, Cícero Dias revelou:

Quando eu decidi fazer o *Eu vi o mundo...* *Ele começava no Recife*, Joyce podia ter dado o título “Eu vi o mundo... Ele começa na Irlanda”. Porque o livro dele de Ulisses é todo na Irlanda. Isso que tá aqui ao fundo, atrás, que vocês estão vendo, foi o que eu vi no mundo. Uma parte no Nordeste, parte no Rio de Janeiro, uma parte em São Paulo... De forma que era você trazendo, como ele também trouxe, muita coisa regional para o sentido universal das coisas. Eles (os modernistas paulistas) todos viam na Europa. Eu não.²⁶

A cidade incomodada com Cícero Dias na década de 1920, na verdade, se via na obra “pouco inocente” do artista.

Vale incluir que, no século XIX, as imagens comportadas das litogravuras (e demais peças gráficas) da paisagem da província publicadas nos periódicos ousavam minimamente quanto à proposta de ser uma espécie de espelho da realidade. Qualquer tentativa de representação que fosse de encontro com o que realmente a sociedade almejava ser era considerado uma afronta. Inexistia a proposta de mostrar o que realmente era aquela cidade, em oposição ao que ela queria ser.

Os sistemas de representação da cidade que se mostram como espelhos, antes de serem suportes ou instrumento, são respostas do pensamento e da alma pulsante, como declara Mandel. Segundo ele, as mudanças nesses sistemas acontecem menos pelo tipo de material e mais pela necessidade encontrada por inquietação do espírito.²⁷

Estar nos espaços de trocas sociais era tomar um retrato seu ao lado de equipamentos urbanos recentemente construídos, o que oferecia grande aprovação pública quanto à importância daqueles sujeitos no contexto social da época. Isso representava uma geração mercadológica de memória, que não necessariamente dialogava com os fatos da época. Pernambucanos como o sociólogo Gilberto Freyre²⁸, o cronista Mário Sette (1886-1950)²⁹, o historiador Sandro Vasconcelos Silva (1986)³⁰, além da

25 O quadro de Cícero Dias e uma pequena entrevista com o artista estão no documentário *Eu vi o mundo... Ele começava no Recife*. Direção e produção: Kátia Mezel. Youtube. 1994. Duração: 5min. Disponível em: <http://cinematecapernambucana.com.br/filme/?id=3234>. Acesso em: 14.06.2024.

26 *Ibid.*

27 MANDEL, Ladislav. *Escritas, espelho dos homens e das sociedades*. São Paulo: Editora Rosari, 2006. 196 p.

28 FREYRE, Gilberto. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. 4ª Ed. São Paulo: Editora Global, 2008. 170 p.

29 SETTE, Mario. *Arruar: história pitoresca do Recife antigo*. Recife: Editora Cepe, 2018. 417 p.
_____. *Maxambombas e maracatus*. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1958.

30 SILVA, Sandro Vasconcelos. “Quando o Recife sonhava em ser Paris: a mudança de hábitos das classes dominantes durante o século XIX”. *Saeculum - Revista de História*. [25]; João Pessoa, jul./ dez. 2011.

arquiteta e professora Virgínia Pontual (1952)³¹, esmiuçam quais lugares de fatos urbanos³² eram esses do século XIX. Eles também abordam a intensidade e trocas na vida das coisas³³ em progresso, o que podemos colocar em diálogo com o conceito de espaços de sociabilidade do filósofo alemão Georg Simmel (1858-1918)³⁴, quando este trata da forma como se compartilhava, como as relações e circuitos se nutriam e se imbricavam.

Arriscamos questionar: que cidade espelho e espelhada é o Recife em suas visualidades perpetuadas através dos tempos pelos seus agentes?

O Recife da iluminação havia pouco modernizada a gás carbônico, dos costumes franceses e de sua mata nativa nada bem quista por alguns estrangeiros perfeccionistas e higienistas, mas apesar disso sob uma luz do sol que deslumbrava muita gente, foi a cidade que um pouco antes da metade dos Oitocentos, cresceu no movimento voraz com Francisco do Rego Barros (1802-1870), o Conde da Boa Vista, como um dos maiores propulsores das famosas reformas urbanas que houve na história pernambucana.

O porto³⁵ era central na cidade neste período. Açúcar, algodão e couros eram os principais produtos exportados. A intensa modernização econômica foi grande no Recife, principalmente na segunda metade do século XIX. O hábito da moda importada também era potente para servir mulheres e homens que desejavam e tinham posses para comprar tecidos finos e roupas vindas da Inglaterra e da França. A partir do Recife, produtos eram distribuídos para o resto da região Nordeste e da costa brasileira. Essas relações fizeram com que muitos estrangeiros passassem a habitar a cidade e muitos de seus consulados fossem instalados, devido à alta demanda de circulação de gente indo e vindo de todos os lugares.³⁶

George Souza e Bruno Câmara, autores do livro *O fotógrafo Cláudio Dubeux*, revelaram um pouco do histórico da paisagem pernambucana no século XIX se guiando pelo olhar do fotógrafo descendente de franceses e portugueses. Cláudio Dubeux (1845-1909), pertencente à alta classe econômica do estado, foi também fundador da

file:///Users/fghi29/Downloads/14002-Texto%20do%20artigo%20COM%20identifica%C3%A7%C3%A3o-22333-2-10-20121020.pdf. Acesso em 18.06.2024.

- 31 PONTUAL, Virgínia. “Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas”. *Revista Brasileira de História*, vol. 21, nº 42. São Paulo, 2001. <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n42/a08v2142.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- 32 Vale igualmente compreender a complexidade dos espaços de Georg Simmel dialogando com os fatos urbanos de Aldo Rossi, quanto à arquitetura dessa cidade como “uma criação inseparável da vida civil e da sociedade em que se manifesta; ela é por natureza, coletiva”. p. 1. Cf. ROSSI, Aldo. *Arquitetura da cidade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001. 309 p.
- 33 APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Rio de Janeiro: Eduff, 2009. 399 p.
- 34 SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 116 p.
- 35 Importante destacar que o Recife era uma vila de pescadores e passou a existir porque aquele pedaço do litoral era ancoradouro para se chegar em Olinda, cidade um pouco mais antiga que o Recife. Olinda foi fundada em 1535; Recife em 1537. Era conhecido como “Arrecifes dos Navios”. Vale ver: <https://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/porto-e-recife-uma-relacao-secular-de-desenvolvimento/>. Acesso em 12.01.2024.
- 36 CÂMARA, Bruno Dornelas; SOUZA, George Cabral de. “Luzes e sombras do Recife oitocentista”. In: CÂMARA, Bruno Dornelas; SOUZA, George Cabral de. *O fotógrafo Cláudio Dubeux*. Recife: Editora Cepe, 2011. 230 p. p.23.

Companhia Alagoana de Trilhos Urbanos e industrial do açúcar. Parte das alterações da paisagem urbana foi documentada visualmente pelo engenheiro fotógrafo, agregando ao vasto acervo sobre esse período. Souza e Câmara, destacam:

Nesse período, o Recife passou por mudanças significativas na sua paisagem: foram novas ruas e estradas. Pontes, cais e prédios públicos, como a Alfândega e o Teatro Santa Isabel, foram planejados e construídos. Iniciou-se a instalação de um novo sistema de abastecimento de água, que substituiria definitivamente as antiquadas formas de fornecimento que remontavam ainda ao período colonial. A cidade se transformou num verdadeiro canteiro de obras.

Os marcos arquitetônicos do Recife recebidos pela população daquele momento, tornaram-se bastante representados nas fotografias e desenhos do período. Eram instrumentos para a propaganda da cidade que só fazia crescer e mudar drasticamente. As estampas³⁷ da cidade funcionaram como produto do espaço tão modernizado.

Virgínia Pontual destaca:

O aparecimento da forma estelar ou tentacular é tematizado por geógrafos e urbanistas para dar conta da expansão urbana a partir da segunda metade do século XIX, com o estabelecimento dos caminhos ligando a área urbana formada pelos bairros de Recife, Santo Antônio e São José às povoações suburbanas e aos engenhos na área rural do município.³⁸

O Recife de Cícero Dias e de Chico Science, descrito também por Virgínia Pontual, era uma paisagem com roupa urbana sob tom de modernização e também de pensamento de progresso desde a presença dos holandeses na cidade em 1637. Apesar de sabermos que o conceito de modernidade como tema fundamentado foi gerado a partir da Revolução Industrial, racionalmente a modernidade é praticada e aliada a conceitos como evolução, melhoramento e avanço há muito mais tempo.

A partir da fundamentação da história dos conceitos e do pensamento sobre o termo modernidade do historiador alemão Koselleck (1923-2006)³⁹, confirmarmos que essa palavra passa a existir vinculada à práxis das reformas das ideias, além de ter relações com o espaço fisicamente construído. Assumimos o uso do conceito para a compreensão das reformas ocorridas no Recife em vários momentos anteriores,

37 Consideramos como estampas imagens fotográficas, telas pintadas com tinta ou litogravuras e xilogravuras impressas.

38 No seu texto, Virgínia Pontual escreve “de Recife” e não “do Recife”. O correto seria “do”. Porém, há pesquisadores que se dirigem à cidade da forma utilizada por Pontual. Essa discussão é abordada em: FREYRE, Gilberto. *O Recife, sim! Recife, não!* São Paulo: Edições Arquimedes, 1967.

39 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. 402 p.

sempre relacionados à paisagem e à cidade e suas transformações de forma acelerada, considerando a chegada dos flamengos como marco para o traçado urbano e a arquitetura.

Houve no século XVI a propagação do que se nomeou historicamente de “capitanias hereditárias prósperas”. Próspero seria Recife, após Olinda ser protagonista durante um pouco mais que um século, como sabemos. A primeira grande avalanche de transformações na província se deu com a invasão holandesa. Mas, então, o progresso nem era atrelado à modernização.

Tomamos o professor Huyssen⁴⁰ para justificar esse atrelamento dos termos moderno, modernidade e modernização com o que ele chama de “geografias do modernismo clássico”, que dizem respeito às “cidades metropolitanas e aos experimentos e sublevações culturais”, as quais compõem o percurso que priorizamos aqui para chegarmos ao que seria a visualidade da modernização do Recife e arrabaldes.

Essa quase metrópole à época muito pertenceu, historicamente e sensivelmente, a nomes como Mário Sette, Pereira da Costa (1851-1923), Mauro Mota (1911-1984) e Gilberto Freyre, pois eles foram alguns dos principais escritores memorialistas, estudiosos, ensaístas, que descreveram a cidade do Recife do século XIX e nasceram naquele período ou próximo a ele – podiam assim dar depoimentos com mais proximidade com os tempos, ainda frescos, na pele e nas sensibilidades. Eles narraram os cheiros, arruares, personagens, melhoramentos materiais da paisagem urbana, tratando inclusive as importantes publicações jornalísticas e visuais como fontes de apoio e de elucidação para as obras elaboradas por eles.

Freyre, entre esses intelectuais, foi um dos grandes responsáveis pela disseminação da visualidade de modernização da paisagem do Recife, como temos apresentado nestas linhas. Ele se expressava de modo igual ao que, até hoje, os moradores fazem quando comentam algo a respeito da cidade: elencam numa lista todos os feitos, espaços, ações, que assumem um lugar de destaque entre as coisas realizadas. Reconhecemos um exemplo na citação do sociólogo, no que concernia aos “feitos” de Nassau:

Maurício de Nassau [...], levantou o primeiro observatório astronômico na América, o primeiro jardim zoológico e dois palácios à beira do rio, um deles – o de Vrijburg – cercado de coqueiros e das mais altas árvores dos trópicos; onde no tempo do mesmo Nassau floresceram pintores como Franz Post, cientistas como Piso e Marcgraf, eruditos como o pastor protestante Plante, Frei Manuel do Salvador e o Rabino Aboab da Fonseca; o Recife do primeiro centro de cultura israelita na América; da primeira assembléia política; cidade que por algum tempo reuniu a população mais heterogênea do continente – louros, morenos, pardos, negros – católicos, protestantes, judeus – portugueses, caboclos, flamengos, africanos, ingleses,

40 HUYSEN, Andreas. “Geografias do modernismo em um mundo globalizante”. In: *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014. 216 p. p. 19.

alemães – fidalgos, soldados de fortuna, cristãos-novos, aventureiros, plebeus, degredados – gente das mais diversas procedências, credos, culturas, que aqui se misturou, fundindo-se num dos tipos mais sugestivos do brasileiro [...].⁴¹

O sociólogo pernambucano descreveu a cidade – quase que pertencente e inerente a Nassau – com detalhes de paisagem urbana completa, incluindo seus sujeitos marcados pela fisionomia geográfica que pareciam até inseparáveis dela, tamanha a simbiose de relações. Ele sugeria à época uma certa harmonia entre os sujeitos que descrevia, como se estivessem num cenário bucólico e intrínseco entre natureza e civilização, interpretando dessa forma o brasileiro como esse sujeito vivente no melhor dos mundos, repleto de sensibilidades compartilhadas espontaneamente.

Em suas crônicas antropológicas, complexas muitas vezes, Freyre trouxe uma cidade “das revoluções, dos crimes, das assombrações, dos cadáveres de padres ideólogos rolando pelo chão, [...], das serenatas de rapazes, pelo Capibaribe, nas noites de lua – todo esse Recife romântico, dramático, mal-assombrado, passava despercebido pelo turista”⁴². Para Freyre, o turista que não tinha acesso ao que era invisível aos olhos e sensações teria mais dificuldade de “saber dessas cousas”. Freyre indaga como o turista iria,

[...] encontrar tais sugestões, *mesmo se quisesse*⁴³, fora dos compêndios de História, das publicações eruditas, dos livros grandes, solenes, de que todo viajante que se preza foge prudentemente, com as valises tomadas pelos objetos de uso, pelos frascos de sais, pelos romances leves?

Nas figuras 5 e 6, publicadas em seu *Guia prático, histórico e sentimental da Cidade do Recife* publicado pela primeira vez em 1934⁴⁴, Freyre lista os pontos que pertenceriam à paisagem urbana mais canônica e frequentada do centro, que denotavam fatos arquitetônicos mais recorrentes, à época, no caminho percorrido por um turista ou por ele mesmo, com intenções de divulgar a cidade para ser vista e vivida nos espaços de sociabilidade criados no século XIX e ali perenizados por ele na década de 1930.

O desenho, rico em cores e traços, não necessariamente “fiéis” ao que se tinha na realidade em um mapa, interpretava o Rio Capibaribe penetrando as entranhas da geografia da, já a essa altura, metrópole e os marcos urbanos descritos em números para melhor localização.

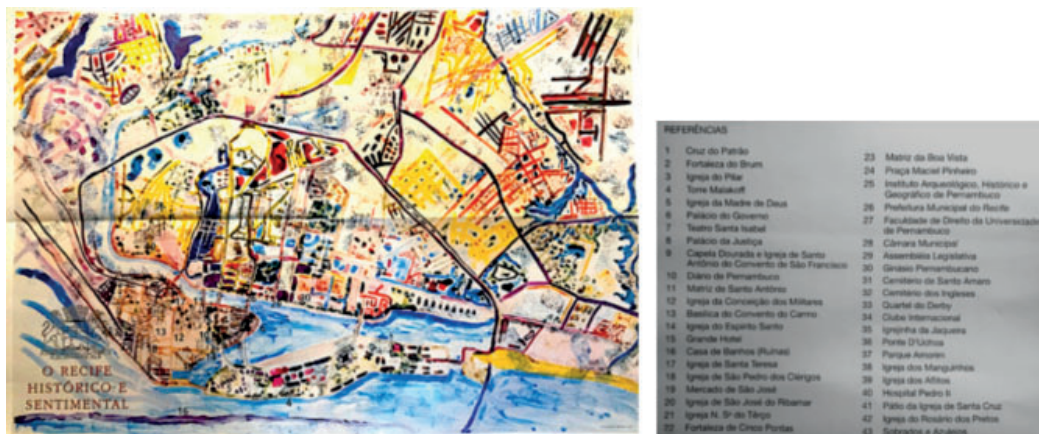
Ademais, Freyre dizia ser Recife a “cidade de pintores e fotógrafos” e ressaltava a potencialidade da luz que incidia, segundo ele, de forma diferente do que em outros lugares. As sombras, os reflexos no rio, as árvores e o aspecto paisagístico do casario dispostos nas margens das águas favorecia a esse olhar mais encantado, tocado pela

41 FREYRE, Gilberto. “O caráter da cidade”. In: *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. São Paulo: Editora Global, 2007. 256 p. p. 24.

42 *Ibid.*

43 Grifo nosso.

44 O mapa turístico utilizado por Gilberto Freyre é de autoria de Rosa Maria.



Figuras 5 e 6 - Mapa do Guia prático, histórico e sentimental da Cidade do Recife. Ilustração de Rosa Maria para o livro de Gilberto Freyre. A primeira imagem é um mapa, estilizado artisticamente, de três bairros centrais: Santo Antônio, São José e Bairro do Recife e os pontos tradicionalmente conhecidos pelos turistas que chegam à cidade. A segunda imagem mostra uma lista dos lugares marcados no mapa. Reprodução das imagens do livro de Freyre feita por Luciana Cavalcanti Mendes.

captação das imagens, fossem elas por qualquer tipo de técnica escolhida.

Freyre construiu bastante esse discurso em suas obras e, romanticamente apaixonado que era pelas figuras desenhadas, pintadas ou fotografadas, estimulava o alfabetismo visual de seus leitores, a começar pelo uso das estampas em suas produções. Em alguns textos os elogios eram recorrentes, como ao falar sobre Telles Júnior (1851-1914), um dos poucos pintores do século XIX amplamente divulgados:

Telles Júnior foi paisagista que se deliciou em pintar águas recifenses. Inclusive as águas do velho Lamarão, de um verde às vezes azulado, mais dramático do que lírico. Mas também as do Capibaribe não só nos seus dias tranquilos como nos de “cheias” ou enchentes.⁴⁵

O pintor foi grande destaque nos Oitocentos em Recife, revelando paisagens. Ele pintava a imagem bucólica da mata pernambucana, além de utilizar da fotografia, o que pode ter ajudado na sua produção de pintura⁴⁶. Na Figura 7, Telles Júnior mostra, em uma de suas obras mais icônicas, uma paisagem em Pernambuco.

45 “O Recife, cidade de pintores e fotógrafos.” In: FREYRE, Gilberto. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. São Paulo: Editora Global, 2007. 256 p. p. 187.

46 Telles Júnior esteve fora por alguns anos, entre o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro, mas voltou à cidade natal e se manteve como artista de pinturas de aquarelas sobre o tema da paisagem rural da mata recifense, além de se envolver com a política, inclusive assumindo cargo de deputado federal por Pernambuco.



Figura 7 - Obra do pintor Telles Júnior. Os buritis do Parnamirim, 1889. Óleo sobre tela, c.i.d.40,00 cm x 50,00 cm. Foto: reprodução de Rômulo Fialdini. Reprodução do site por Luciana Cavalcanti Mendes. <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pes-soa24158/telles-junior> . Acesso em 16.03.2024.

É notório que, embora Freyre frequentemente estivesse, através de sua obra, construindo uma narrativa da visualidade da cidade para poucos, com intenções ao mesmo tempo de chamar a atenção quanto à modernização do Recife, – sendo isso contraditório ou não –, da mesma maneira ele insinuava a existência de uma cidade possível, invisibilizada, real e distante do ideal burguês das camadas mais abastadas. Desmentia as aparências e conclamava os leitores para a necessidade do contato mais próximo com esse lado da província despercebido ou submetido ao descaso pela maior parte da sociedade naquele período.

Reclamava que quase ninguém circulava em volta desses “lugares de memória”. Vale salientar que Freyre teve o poder de influência de cancelar na esfera pública os artistas que ele gostava, citava e com os quais ele se relacionava. Aqueles espaços talvez devessem ser ocupados, por exemplo, por sujeitos que nunca pisaram em alguns desses marcos citados.

Luís Jardim (1901-1987) e Manoel Bandeira (1900-1964) com “o”⁴⁷, desenhistas que trabalharam ao lado do sociólogo na construção de estampas para seus livros desde a década de 1920, espelharam a capital pernambucana tal qual Freyre a

47 MENDES, Luciana Cavalcanti. “O multiprofissional das artes: Manoel Bandeira com ‘o’”. In: MENDES, Luciana Cavalcanti. *Diários fotográficos de bicicleta em Pernambuco: os irmãos Ulysses e Gilberto Freyre na documentação de cidades na década de 1920*. Dissertação de mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras - Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), 2016. 224 p. Destacamos o artista ressaltando seu nome com a letra “o” pois Pernambuco possuía, coincidentemente à época, o também poeta Manoel Bandeira, só que este com seu nome escrito com a letra “u”. Ambos os Manoéis, amigos de Gilberto Freyre.

via e relatava: uma “cidade magra”, “acanhada”, “angulosa”, “por entre as mangueiras, os sapotizeiros”. [...] Gilberto acrescenta: “outra impressão, bem mais alegre é a do viajante que chega de avião e a quem o Recife se oferece um pouco mais. Só as grandes manchas de água verde e azul dão para alegrar a vista”⁴⁸. Um ponto a se destacar no ensaísta de Apipucos⁴⁹ é sua leitura a respeito da paisagem sob formas diversas, várias possibilidades de enquadramento, por vezes recatadas, por vezes ostentadas.

Em 2015, um grupo de artistas pernambucanos criou o *Guia comum do centro do Recife. – Arqueologia do presente*⁵⁰. O objetivo principal era transferir para a atualidade a proposta poética das crônicas sobre o Recife realizada por Gilberto Freyre. Nesse guia “atualizado”, a concepção foi a de que, seguindo os caminhos do Recife e dos arrabaldes, elucidariam outros campos de apreciação que nem sempre foram visíveis e atrelados à cidade do turista e dos que estimavam andar pelas ruas delirando-se ou, mesmo que em oposição, assustando-se, mas vivenciando de toda forma a paisagem urbana disposta aos olhos, aos sabores e dissabores.

A proposta foi justamente para explicitar espaços de sociabilidade e da esfera pública⁵¹ que eram pouco ou nada reverenciados, comparados aos já estabelecidos por mais de cem anos na história da metrópole e perpetuados na imprensa e na visualidade instituída.

Ao todo foram 15 os marcos específicos da cidade elegidos pelos artistas do grupo *Guia comum* que vemos nas Figuras 8 e 9: “lugares que resistem, lugares para baixar o olhar, lugares que são becos, lugares para comer pão em formato de bico, lugares que não existem, lugares que se movem, lugares de uso, lugares invisíveis, lugar assombrado cujo acesso fosse pela água, lugares de silêncio, tipos do Recife e lugares para levantar o olhar”⁵².

48 *Ibid.*, p. 23.

49 Apipucos, bairro bucólico e tradicional do Recife onde Gilberto Freyre morou a partir dos anos 1940.

50 FERRER, Bruna Rafaella. *Guia comum do centro do Recife – Arqueologia do presente*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco – Funcultura, 2015. 112p.

51 Esfera pública: conceito utilizado pelo alemão Jürgen Habermas – e também por Anthony Giddens e Philip Sutton – que trata os espaços como arena de debates e existência democrática. Nem sempre os espaços físicos, apenas, mas também os de discurso. Cf.: HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução: Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp, 2014. 568 p. Cf. também GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. “Esfera pública”. In: GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. *Conceitos essenciais da sociologia*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 98-101.

52 Folder – Nas “Legendas do mapa” foram elencados, pela ordem: 1. Cais José Estelita; 2. Edifício AIP; 3. Trilhos; 4. Beco do Veado; 5. Padaria da Imperatriz; 6. Teatro do Parque; 7. Livro 7; 8. Rio; 9. Trajeto do Farol; 10. Chá Mate; 11. Praça do Pirulito; 12. Cruz do Patrão; 13. Gabinete Português de Leitura; 14. Primavera; 15. Edifício Coelho.

Bruna Ferrer descreveu a paisagem urbana e a cidade como “território” subjetivo:

Recife Comum

Todo território é subjetivo, já que foi submetido a linhas imaginadas pelo homem. Todo território é também insuficiente, ainda que sonhe e se declare completo. Dentro de guias poéticas da capital pernambucana se insere o *Guia Comum do Centro do Recife*. Um meio-termo entre a utopia e a prática num microcosmo que tem sofrido, nas últimas décadas, com políticas públicas e arquitetônicas de destruição e de invisibilidade. Em cerca de um ano de pesquisa voltada para a questão da paisagem urbana do Recife, o projeto se desdobra em um trabalho colaborativo reunindo ilustradores, cinéfilos, moradores, comerciantes, urbanistas, músicos e *flâneurs* contemporâneos para o levantamento de cerca de quarenta lugares e situações de resistência no centro da cidade. No Guia, o centro como um invisível diário, torna-se um cartão postal a ser descoberto. Mapeando algumas ruínas no centro temos a idílica pretensão de propor um re-encanto entre este espaço e as pessoas que nele trafegam, usam e coabitam.⁵³

Os lugares agraciados em 2015 e os abordados em 1930, nas obras aqui citadas, estavam historicamente distantes no tempo e são diversos entre si. Porém, o Rio Capibaribe permanecia como centro unânime da paisagem urbana, na de Freyre e na de Ferrer.

O sociólogo também relatava muito bem o caminhar do apreciador da cidade para além dos cartões-postais; porém elucidava a centralidade tradicional dos equipamentos arquitetônicos como chave formal da propagação do Recife em sua modernização. Isso contribuiu para a construção de uma certa forma de compreensão estética e ideológica, reforçando o poder das camadas mais abastadas.

Os encastelados em caminhos costumeiros tinham hábitos opostos aos daquele morador de Apipucos que, do ponto de vista etnográfico e da atividade de *flâneur*, apenas por isso, já podia ser considerado afrente de seu tempo.

Do mesmo modo, devemos lembrar outros visualizadores da paisagem urbana que relataram em seus escritos ícones e símbolos do Recife. São, contudo, pessoas que, identicamente, comungavam com certo conceito que favoreceu a uma cidade menos palpável e invisível. Nas entrelinhas de seus textos, foram a favor de uma paisagem urbana vista de cima, com o intuito de impressionar estrangeiros, quer isso significasse proximidade com Europa ou fosse associada ao progresso “necessário”, almejado à época. Progresso, vale ressaltar, exclusivamente pautado e divulgado pelas reformas urbanas e que contava com a utilização da escravidão praticada pelos senhores de engenho.

53 *Ibid.* Folder que acompanha o livro.

Boa parte da propagação dessa paisagem urbana do Recife do XIX só foi possível por conta da existência do jornal *Diário de Pernambuco*, em circulação desde 1825, que diariamente exibia em suas páginas um verdadeiro gabinete de curiosidades⁵⁴ relativo aos tipos humanos, à arquitetura da cidade e suas transformações, dentre outros assuntos.

Um destaque dentro da perspectiva da visualidade da modernização da paisagem foi a importância da chegada em Pernambuco (via Inglaterra) do ferro e do vidro no século XIX. Vale salientar que o ferro rendilhado vira produto “tipicamente brasileiro”⁵⁵, quanto ao tipo do *design* oferecido, pois se baseando nos muxarabis⁵⁶ mouros e nas rendas de tecido artesanais (Figuras 10 e 11), transformou-se num ornamento admirado para uso em casas e foi largamente procurado para a estética de seus portões, grades e varandas em Pernambuco.



Figuras 10 e 11 - Rendas desenhadas em bico de pena na década de 1920 por Manoel Bandeira, artista pernambucano. Essas imagens foram publicadas no Livro do Nordeste, organizado pelo sociólogo Gilberto Freyre. Os traçados dos ornamentos de ferro se basearam nas rendas já existentes, segundo pesquisas de Freyre. Reprodução das imagens do livro feitas por Luciana Cavalcanti Mendes.

54 Cf. RAFFAINI, Patrícia Tavares. “Museu contemporâneo e os Gabinetes de Curiosidades”. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 3: 159-164, 1993. Metáfora para traçar um comparativo com a diversidade de notícias e assuntos que povoavam o jornal pernambucano todos os dias desde a sua criação. Como sabemos, os gabinetes de curiosidades estão na origem de muitos museus no mundo e foram certos tipos de coleções particulares de tudo o que fosse possível, incluindo objetos extravagantes. Sua origem é alemã. Espalharam-se por toda a Europa durante os séculos XVI e XVII. <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/download/109170/107661> Acesso em 10.01.2024.

55 FREYRE, Gilberto. *Ferro e civilização no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1988. 470 p. p. P. 275.

56 Cf.: MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula: Sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas / FFLCH/ USP, 2001. Muxarabis são trançados de madeira localizados nas janelas e em algumas portas que serviam para separar o contato de transeuntes do passeio público com as vistas do privado. Porém, há estudos que informam que ele servia justamente para dar às pessoas mais possibilidades de o privado chegar ao público de maneira discreta e sem as pessoas serem vistas diretamente ou serem julgadas por isso. À época, o contato do público com o privado das casas era algo criticado pelo senso social de regulação da moral.

O antropólogo Estevão Pinto (1895-1968) detalhou:

Consistia o muxarabi num abalcoado bem saliente, apoiado geralmente em cachorros de pedra. Quase sempre as grades estavam providas de postigos moveiços, semelhantes aos paraventos. As fasquias ou reixas empregadas, tanto as dos postigos como as do restante da construção, formavam malhas quadradas. Um processo semelhante ao do crivo ou ao das peneiras indígenas. [...] O nome popular de revestimento quadriculado era o de “urupema”.⁵⁷

Segundo Pinto, no livro *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*, pelos traços do artista Wasth Rodrigues (1891-1957) e nas gravuras de Jean-Baptiste Debret (1768-1848), a documentação sobre os muxarabis esteve bastante presente.

A sugestão artística proposta pelo material, oferecia riqueza e amplitude em sua feitura. A possibilidade de se retorcer o ferro com alta resistência, com pouca chance de quebra, fez seu uso se ampliar enormemente. Virou febre na construção de pontes. Sobrevivia ao tempo, comparado à madeira em seu lugar⁵⁸. O mesmo ferro foi usado nos trilhos dos bondes a cavalo de meados de 1870, tornando-se símbolos da modernidade da cidade por quase 50 anos.⁵⁹

O *Livro do Nordeste*⁶⁰, organizado por Freyre, contou com um número expressivo de desenhos elaborados em bico de pena por Manoel Bandeira. Baseado nas fotografias tiradas por Ulysses Freyre (1898-1962)⁶¹, irmão de Gilberto, Bandeira elaborou traçados para a partir deles compor um conjunto que ratificasse a necessidade de preservação da arquitetura. Esse material, junção de foto e desenho, facilitou visualmente o descortinar dessa paisagem em mudança com o processo de modernização.

A fim de evitar anacronismos, levamos em consideração que, quando abordamos a paisagem urbana registrada por esses agentes intelectuais, devemos lembrar que eles também fizeram parte dessa visualidade como sujeitos e até hoje permanecem participando dela da toda forma, com a perpetuação de suas obras. Mas cabe a pergunta que instiga nossa investigação: modernização para quem e sob o olhar de quem no Recife?

Algumas passagens que anunciamos trazem exemplos desse espírito considerado de progresso e evolução, apesar da realidade dificultosa de aspectos da província. Imaginemos que num terreno muitas vezes alagado do Recife circulavam gentes vestidas tais como narrou Mauro Mota em sua crônica⁶²:

57 PINTO, Estevão. “Muxarabis e balcões”. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. 1943. p. 309-340. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat07_m.pdf. Acesso em 10.03.2024.

58 *Ibid.*

59 PARAHYM, Orlando. *Traços do Recife: ontem e hoje*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. Secretaria de Educação e Cultura. 1978. 322 p.

60 FREYRE, Gilberto. *Livro do Nordeste*. Recife: Arquivo Público Estadual, 2ª edição, 1979.

61 MENDES, *op. cit.*, 2016.

62 Em MOTA, Mauro. *Modas e modos*. Recife, Editora Raiz, 1976. 230 p., p. 103. Cita trecho do romance *Os Azevedos do Poço*, de Mário Sette.

Os peitinhos gomados das camisas dos homens, pingados de brilhantes, contrastavam com o negro das casacas e dos claques enquanto as senhoras seduziam pela seda dos vestidos, a malícia dos decotes, o colorido ou brilho dos diademas nos penteados.

Em outro trecho, vemos como as mulheres se relacionavam com a proposta de cultura, vista socialmente adiante e vinculada ao que havia de mais lisonjeiro e europeu:

A instrução das grã-finas media-se pelo aprendizado de pintura, francês e piano. Com o piano vieram os grandes compositores europeus. Vieram as valsas vienenses. O fastígio ou a decadência da família refletia-se na compra ou na venda do piano. Os anúncios de jornal muito comunicam nesse sentido.

Diante da “contação”⁶³ do pitoresco a respeito do que simbolizava possuir ou não um piano, destaca-se um outro trecho em Mota, e o início do parágrafo tem o seguinte enunciado: “Aspectos menores”. E vem a descrição:

[...] a criação de dois tipos profissionais: o carregador e o afinador de piano. Os afinadores tinham oficinas ou eram mesmo ambulantes, com as suas caixas de instrumentos e já com os ouvidos afinados para os danos causados pelas meninas aos pianos na fase do aprendizado.

Os carregadores davam “espetáculos” públicos no Recife, levando o piano do porto ou da loja para as casas ou de uma casa para outra. Nestor Silva fixou-os num desenho válido, documentário e desenho mesmo. Eram oito homens hábeis no equilíbrio do piano sobre as rodilhas e as cantorias durante o trajeto.

Nessa sociabilidade baseada em posses, apreensão estrangeira do modo de ser e fazer, perseguindo um certo guia imaginário/ideológico europeu de se conduzir, vale salientar que a Câmara Municipal foi lugar importante na organização desse processo civilizador⁶⁴ da paisagem nos Oitocentos. De acordo com o historiador Henriques Silva:

[...] no que se refere à moral pública, aos costumes da população em geral, a Câmara tinha certa autonomia para propor

63 Contar é diferente de narrar. Tal qual um contador de histórias.

64 ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Uma história dos costumes* Vol. I. Apresentação: Renato Janine Ribeiro. Editora Zahar. Tradução: Ruy Jungmann. 2ª. ed. Rio de Janeiro, 2011. 264 p.

_____. *O processo civilizador: formação do Estado & civilização*. Vol. 2. Apresentação: Renato Janine Ribeiro. Editora Zahar. Tradução: Ruy Jungmann. 2ª. ed. Rio de Janeiro, 1993. 308 p.

posturas que incidiam diretamente no cotidiano dos habitantes, criando novos espaços de sociabilidade, cerceando o comércio das negras de tabuleiro em determinados locais, exigindo hábitos de higiene dentro e fora das habitações, e uma série de normas nem sempre cumpridas.⁶⁵

Silva afirma ainda:

As Posturas Municipais podem ser definidas como um conjunto amplo de leis municipais que incidiam sobre diversos temas relativos à administração do município e sua organização. Tais posturas, no Brasil, têm como marco regulador a Lei de 1º de outubro de 1828.⁶⁶

É necessário pensar a paisagem urbana da cidade do Recife, no tempo histórico que escolhemos abordar aqui, relacionando-a às intenções projetadas a partir da perspectiva da participação humana nos espaços e a importância desses lugares para a construção social de um determinado momento. Alguns desses espaços invisíveis nas cidades eram justamente ocupados por pessoas menos abastadas, que eram pouco ou nada representadas. O olhar de cima sobre as cidades escondia detalhes que faziam, muitas vezes, parte desse “invisível” que, por sua vez, ficava ausentes das publicações impressas e da maior parte das estampas visuais.

As imagens projetadas do Recife, e nem sempre espelhadas, compactuavam com a representação de aspectos da cidade apenas sob o viés de privilegiados que editavam o que acreditavam ser o mais eficaz e nem sempre relatavam o que realmente viam. A interpretação tornou-se, dessa forma, enviesada, um elemento que abriu portas à uma perpetuação de falácias históricas ou apenas passou a considerar relatos de vencedores, aqueles que detinham poder, fama e dinheiro. Porém, em alguns momentos, artistas visuais trouxeram, muitas vezes de maneira intrínseca em sua produção, o que inclusive demais produtores de história deixaram de relatar.

Reconhecemos que toda cidade é feita de contrastes. Se isso desaparece nas imagens, há uma tendência e uma intenção de operar essa visualidade que beneficia apenas alguns no cenário político e social, na esfera pública, além de produzir a cada ação ou inação, nesta imagem, algum resultado a ser observado, em algum momento, como bastante contraditório. A partir das atenções ao material disponível, propomos investigações para uma reflexão a respeito dessas distorções.

Ao discutirmos o campo da visualidade da modernização de uma cidade no século XIX no Brasil, inevitavelmente encontraremos o modo como a escravidão se relacionou com todas essas mudanças e com o pensamento moderno, inclusive com o fato de haver tipos humanos escravizados aparecendo em publicações nas quais eram retratados romanticamente.

65 SILVA, Maciel Henriques. *Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, coedição; Salvador: EDUFBA, 2011 296 p. p. 27.

66 *Ibid.*, p. 28.

Quanto de real progresso, evolução e modernidade havia em imagens que representavam essa população majoritária na circulação dos espaços de sociabilidade das ruas e praças? Que visualidade era essa que ainda permanece até hoje em imagens que atravessaram tanto tempo perenes e um tanto bucólicas, românticas, a respeito da presença da população negra na amplitude das vias de circulação da cidade?

Contraditoriamente ao ritmo do progresso da cidade, o Rio Capibaribe, em seu fluxo, seguiu sendo o principal espaço de sociabilidade naquele período, numa cidade que iniciou o século XIX com uma população aproximada de 50 mil pessoas e finalizou o século com cerca de 90 mil habitantes. Historicamente, o Capibaribe foi centro de disputa desses tipos humanos e considerá-lo motivador das principais ações em meio a tanta transformação neste período é fundamental para entendermos a visualidade que queriam adotar para colocar Recife no topo das cidades mais bem admiradas naqueles tempos.

Uma cidade atravessada pelo rio. De suas margens, viam-se barcos com senhorinhas passeando com seus maridos de um lado a outro; enamorados abastados se escondendo a fim de lograrem sossegar algumas horas sem serem importunados; escravos transportando baldes de água para abastecer as casas de seus senhores; mudanças de casa sendo feitas por vias fluviais; comemorações de eventos grandiosos nas margens do rio, onde os animais se banhavam e se nutriam, além de sobreviverem à seca que afetava o interior do estado.

Uma estrada se fazia, além de unicamente um rio. Um rio que servia como marcador do caminho onde se fotografava e desenhava, já que as pontes e casarios majestosos de senhores de engenho se dispunham em suas margens, trazendo um olhar mais voltado à paisagem nobre, rural, fora do centro urbano que abrigava diversas edificações e praças, mas também pelo que percorria através desse fluxo de água tão longo dentro de uma cidade.

Vemos na Figura 12⁶⁷ os principais bairros centrais do Recife que passaram pelas transformações urbanas em larga escala: Bairro da Boa Vista, Bairro de São José, Bairro de Santo Antônio, Bairro do Recife, por onde circulava a maior parte da população no século XIX. Esse caminho fluvial é até hoje um rizoma para as relações na paisagem urbana. Ele perpassa as entranhas da cidade encontrando com o mar no final dele, onde ela nasce através do porto.

67 Mapa Topográfico. Local: Recife, Região geográfica imediata do Recife, Região Metropolitana do Recife, Região geográfica intermediária do Recife, Pernambuco, Região Nordeste, Brasil (-8.15519 -35.01865 -7.92897 -34.85154). Altitude média: 20 m Reprodução por Luciana Cavalcanti Mendes da imagem do site Topographicmap-com In: <https://pt-br.topographic-map.com/map-6r951/Recife/?center=-7.95112%2C-35.12535>. Acesso em 21.02.2025.



Figura 12 - Mapa topográfico do Recife 2023. Desenho dos bairros principais da região central do Recife. Reprodução por Luciana Cavalcanti Mendes. Acesso em 21.02.2025.

Antes suas margens eram povoadas por estâncias e pelas práticas cotidianas em volta dele. A presença da população negra e branca era frequente para usufruir das águas que serviam às atividades que dependiam do rio.

O que foi produzido artisticamente até hoje, teve o Capibaribe como sujeito ou espreitador das trocas e possibilidades de existência presentes em sua volta. Chico Science, Cícero, Freyre, Mota, Sette e demais escritores e artistas replicaram o que transcorria numa vida social tão intensa, apaixonada, contraditória e conflitante.

É importante destacar o vínculo desses fatos da arquitetura com a magnitude das águas do Rio Capibaribe ao encontrar o mar no centro do Recife, vínculo que marca toda a história da cidade: um rizoma capaz de atuar gregariamente e ser comparado a uma longa e caudalosa estrada⁶⁸, só que neste caso, com barcos carregando verdadeiras mudanças de uma casa para outra, em suas margens, via maré.

68 Gilberto Ferrez (1908-2000), no compilado álbum do artista Luís Schlappritz, fala a respeito da presença dos barcos e alinha esse termo de “estradas” para justamente falar da importância da presença da Ponte Santa Isabel para a província naquele momento, embaixo da qual esses transportes faziam seus trajetos.

A presença da visualidade a respeito do rio em Pernambuco compõe até hoje a história do estado e da cidade do Recife e dos seus arrabaldes, vinculada a uma imagem que parece nunca ter abandonado o passado. Suas primeiras representações, projetadas até hoje, estão fixadas como canônicas, arraigadas e perenes, retratando as mesmas experiências visuais do início de sua formação. Os autores e artistas desta terra foram agentes e sujeitos importantes para segurarem e repassarem o bastão desta visualidade através dos tempos. É uma “cidade como personagem”⁶⁹ nas visualidades da modernização através da história.

3. Conclusões

Ao ter nas mãos imagens do Recife e produções de artistas fazendo reverência a uma “cidade como personagem”, a partir de sua paisagem urbana – que se concebe para além da dinâmica da urbe, como também das vistas sobre os sujeitos circulando num tempo do qual estamos distantes em comparação com as visualidades existentes atualmente – atentamo-nos para quais objetivos e que tipo de relações envolveram aquelas produções que pareciam querer perenizar até hoje natureza, arquitetura e figuras em espaços de sociabilidade.

Compreender o contexto de circulação e os agentes das imagens é fundamental para localizarmos o seu ou o nosso percurso e espaço de existência. A necessidade de uma propagação de conceito da paisagem urbana organizada em suas visualidades tem o objetivo de compreender e abarcar elementos diversos que descrevam a significância da fonte imagética como instrumento de ações, circulações e percepções quanto à geografia de uma cidade e quanto à compreensão de nossa história como sujeitos do passado até os dias atuais.

69 Frase cunhada pela professora e socióloga Élide Rugai Bastos (1937). C.: BASTOS, Élide Rugai. “Gilberto Freyre: a cidade como personagem”, 06/2012, *Sociologia & Antropologia*, Vol. 02, p.135-159, Rio de Janeiro, 2012.

Referências

- APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Rio de Janeiro: Eduff, 2009. 399 p.
- BASTOS, Élide Rugai. “Gilberto Freyre: a cidade como personagem”, 06/2012, *Sociologia & Antropologia*, Vol. 02, p.135-159, Rio de Janeiro, 2012.
- BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. In: LOPARIE, Zeijko; FIORI, Odília B. *Os pensadores - Obras escolhidas*. Vol. XLVIII. São Paulo: Editora Abril, 1975. 334p.
- _____. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007. 1752 p.
- CÂMARA, Bruno Dornelas; SOUZA, George Cabral de. “Luzes e sombras do Recife oitocentista”. In: CÂMARA, Bruno Dornelas; SOUZA, George Cabral de. *O fotógrafo Cláudio Dubeux*. Recife: Editora Cepe, 2011. 230 p. p. 23.
- CASTRO, Josué de. *Cidade do Recife: ensaio de geografia urbana*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1954. 168 p.
- CAVALCANTI, Vanildo. “O Recife e a origem dos seus bairros centrais”. In: PEREIRA, Nilo. *Um tempo do Recife*. Recife: Arquivo Público Estadual - Secretaria da Justiça, 1978. p. 478.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Vol. 1. Apresentação: Renato Janine Ribeiro. Tradução: Ruy Jungmann. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. 264 p.
- _____. *O processo civilizador: formação do Estado & civilização*. Vol. 2. Apresentação: Renato Janine Ribeiro. Tradução: Ruy Jungmann. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 308 p.
- FERRER, Bruna Rafaella. *Guia comum do Centro do Recife - Arqueologia do Presente*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco – Funcultura, 2015. 112 p.
- FERREZ, Gilberto. *O álbum de Luís Schlappriz: Memória de Pernambuco – Álbum para os amigos das artes 1863*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. (Coleção Recife; vol. 17) Fac-símile da edição de 1863, impresso pela Lith. F. H. Carls, Pernambuco. 92 p.
- FREYRE, Gilberto. *Ferro e civilização no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1988. 470 p. p. 275.

_____. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. São Paulo: Editora Global, 2007. 264 p. p. 24, 169, 187.

_____. *Livro do Nordeste*. Recife: Arquivo Público Estadual, 2ª ed. 1979.

_____. *Sobrados & Mocambos*. São Paulo: Editora Global, 2017. 976 p.

_____. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. 4ª ed. São Paulo: Editora Global, 2008. 170 p.

_____. *O Recife, sim! Recife, não!* São Paulo: Edições Arquimedes, 1967.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. Esfera pública. In: GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. *Conceitos essenciais da sociologia*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 98-101.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp, 2014. 568 p.

HUYSEN, Andreas. “Geografias do modernismo em um mundo globalizante”. In: *Culturas do passado-presente*: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2014. 216 p. p. 19.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. 402 p.

MANDEL, Ladislav. *Escritas, espelho dos homens e das sociedades*. São Paulo: Editora Rosari, 2006. 196 p.

MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

MELLO, Djalma Agripino de. “Mangue, homens e caranguejos em Josué de Castro: significados e ressonâncias”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 10, n.2, p. 505-524, 2003.

MENDES, Luciana Cavalcanti. “O multiprofissional das artes: Manoel Bandeira com ‘o’”. In: MENDES, Luciana Cavalcanti. *Diários fotográficos de bicicleta em Pernambuco*: os irmãos Ulysses e Gilberto Freyre na documentação de cidades na década de 1920. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 2016. 224 p.

MEZEL, Kátia. *Eu vi o mundo... Ele começava no Recife*. Direção e produção: Kátia Mezel. 1994. Duração: 5 min. Disponível em: <http://cinematecapernambucana.com.br/filme/?id=3234>. Acesso em: 14.06.2024.

MOTA, Mauro. *Modas e modos*. Recife: Editora Raiz, 1976. 230 p.

NORA, Pierre. “Entre história e memória: a problemática dos lugares”. *Revista Projeto História*. São Paulo, vol. 10, p. 7-28, 1993.

PARAHYIM, Orlando. *Traços do Recife: ontem e hoje*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco - Secretaria de Educação e Cultura; Editora Cepe, 1978. 322 p.

PEREIRA, Nilo. *Um tempo do Recife*. Recife: Arquivo Público Estadual - Secretaria da Justiça, 1978. p. 478.

PINTO, Estevão. “Muxarabis e balcões”. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943. p. 309-340. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat07_m.pdf. Acesso em: 10.03.2024.

PONTUAL, Virgínia. “Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 21, nº 42, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n42/a08v2142.pdf>. Acesso em: 21.07.2024.

QUINTAS, Fátima. *O Recife: passeio à antiga*. Recife: Editora Bagaço, 2008. p. 294.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. “Museu contemporâneo e os gabinetes de curiosidades”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, vol. 3, p. 159-164, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/download/109170/107661>. Acesso em: 10.01.2024.

REZENDE, Antônio Paulo. *O Recife: Histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2002. 205 p.

ROSSI, Aldo. *Arquitetura da cidade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001. 309 p.

SETTE, Mario. *Arruar: história pitoresca do Recife antigo*. Recife: Editora Cepe, 2018. 417 p.

_____. *Maxambombas e maracatus*. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1958. s. p.

SILVA, Aline de Figueirôa. *Jardins do Recife: uma história do paisagismo no Brasil (1872-1937)*. Recife: Editora Cepe, 2010. p. 53.

SILVA, Maciel Henriques. *Pretas de honra*: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870). Recife: Ed. Universitária da UFPE; Salvador: EDUFBA, 2011. 296 p. p. 27.

SILVA, Sandro Vasconcelos. “Quando o Recife sonhava em ser Paris: a mudança de hábitos das classes dominantes durante o século XIX”. *Sæculum - Revista de História*, João Pessoa, vol. 25, jul./dez. 2011. Disponível em: <file:///Users/fgghi29/Downloads/14002-Texto%20do%20artigo%20COM%20identifica%C3%A7%C3%A3o-22333-2-10-20121020.pdf>. Acesso em: 18.06.2024.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 116 p.

SOUZA, Alice; NASCIMENTO, Anamaria. “A relação do recifense com o manguezal da cidade”. *Diário de Pernambuco*. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2017/07/a-relacao-do-recifense-com-o-manguezal-da-cidade.html>. Acesso em: 12.12.2024.

TOPOGRAPHICMAP-COM. Mapa topográfico do Recife. Disponível em: <https://pt-br.topographic-map.com/map-6r951/Recife/?center=-7.95112%2C-35.12535>. Acesso em: 10.06.2025.

WULF, Andrea. *A invenção da natureza*: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019. 592 p. p. 100.



Tarsila do Amaral

Título: "Louvor à natureza", 1971.

Técnica: Serigrafia.

Capa: trabalho gráfico sobre composição da artista.

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco – MEC.

 **Fundação
Joaquim Nabuco**

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

ISSN 0304-2685



770304 268000